

BRASILIANA

5.^a SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

Volumes publicados:

ANTROPOLOGIA E DEMOGRAFIA

- 4 — Oliveira Viana: **Raça e Assimilação** — 3.^a edição (aumentada).
8 — Oliveira Viana: **Populações Meridionais do Brasil** — 4.^a edição.
9 — Nina Rodrigues: **Os Africanos no Brasil** — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado — 2.^a edição.
2 — E. Roquette-Pinto: **Ensaio de Antropologia Brasileira**.
7 — Alfredo Ellis Júnior: **Populações Paulistas**.
9 — Alfredo Ellis Júnior: **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano**.

ARQUEOLOGIA E PREHISTÓRIA

- 4 — Angione Costa: **Introdução à Arqueologia Brasileira** — Ed. ilustrada.
7 — Aníbal Matos: **Prehistória Brasileira** — Vários Estudos — Ed. il.
8 — Aníbal Matos: **Peter Wilhelm Lund no Brasil** — Problemas de Paleontologia Brasileira. Ed. ilustrada.

BIOGRAFIA

- 2 — Pandiá Calogeras: **O Marquês de Barbacena** — 2.^a edição.
1 — Luis da Câmara Cascudo: **O Conde d'Eu** — Vol. ilustrado.
7 — Luis da Câmara Cascudo: **O Marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870)** — Edição ilustrada.
8 — Visconde de Taunay: **Pedro II, 2.^a edição**.
0 — Alberto de Faria: **Mauá** (com tres ilustrações fora do texto).
4 — Antônio Gontijo de Carvalho — **Calógeras**.
5 — João Dornas Filho: **Silva Jardim**.
3 — Lúcia Miguel-Pereira: **Machado de Assiz** — (Estudo Crítico-Biográfico) — Edição ilustrada.
9 — Cravelro Costa: **O Visconde de Sinimbu** — Sua vida e sua atuação na política nacional — 1840-1889.
1 — Lemos Brito: **A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império** — Frei Caneca — Edição ilustrada.

- 85 — Wanderley Pinho: **Cotegipe e seu Tempo** — Ed. ilustrada.
88 — Hélio Lobo: **Um Varão da República**: Fernando Lobo.
114 — Carlos Süssekind de Mendonça: **Silvio Romero** — Sua Formação Intelectual — 1851-1880 — Com uma introdução bibliográfica — Ed. ilustr.
119 — Sud Mennucci: **O Precursor do Abolicionismo** — Luiz Gama — Ed. ilustrada.
120 — Pedro Calmon: **O Rei Filósofo** — Vida de D. Pedro II — 2.^a Edição ilustrada.
133 — Heitor Lyra: **História de Dom Pedro II** — 1825-1891. 1.^o Vol.: "Ascensão" — 1825-1870 — Ed. il.
133-A — Heitor Lyra: **História de Dom Pedro II** — 1825-1891. 2.^o Volume "Fastígio" (1870-1880) Ed. ilustrada.
135 — Alberto Pizarro Jacobina: **Dias Carneiro (O Conservador)** — Ed. il.
136 — Carlos Pontes: **Tavares Bastos** (Aureliano Cândido) 1839-1875.
140 — Hermes Lima: **Tobias Barreto** — A Época e o Homem — Ed. ilustr.
143 — Bruno de Almeida Magalhães: **O Visconde de Abaeté** — Ed. ilustr.
144 — V. Corrêa Filho: **Alexandre Rodrigues Ferreira** — Vida e Obra da Grande Naturalista Brasileiro — Ed. ilustrada.
153 — Mário Matos: **Machado de Assiz**. (O Homem e a Obra. Os personagens explicam o autor). Ed. illust.
157 — Otávio Tarquínio de Souza: **Evaristo da Veiga** — Edição ilustrada. "Homens da Regência". Ed. ilustrada.
166 — José Bonifácio de Andrada e Silva: **O Patriarca da Independência** — Dezembro 1821 a Novembro 1823.

BOTANICA E ZOOLOGIA

- 71 — F. C. Hoehne — **Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI** — (Pesquisas e contribuições).
77 — C. de Melo-Leitão: **Zoologia do Brasil** — Edição ilustrada.
99 — C. de Melo-Leitão: **A Biologia no Brasil**.

CARTAS

- 12 — Wanderley Pinho: *Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe* — Ed. ilustrada.
- 38 — Rui Barbosa: *Mocidade e Exílio* (Cartas inéditas. Prefaciadas e anotadas por Américo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
- 61 — Conde d'Eu: *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul* (Prefácio e 19 cartas do Príncipe d'Orleans, comentadas por Max Fleuss) — Edição ilustrada.
- 109 — Georges Raeders: *D. Pedro II e o Conde de Gobineau* (Correspondência inédita).
- 142 — Francisco Venâncio Filho: *Euclides da Cunha a seus Amigos* — Edição ilustrada.

DIREITO

- 110 — Nina Rodrigues: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* — Com um estudo do Prof. Afrânio Peixoto.
- 165 — Nina Rodrigues — *O Alienado no Direito Civil Brasileiro* — 3.ª Edição.

ECONOMIA

- 90 — Alfredo Ellis Júnior: *Evolução da Economia Paulista e suas Causas* — Edição ilustrada.
- 100 e 100-A — Roberto Simonsen: *História Econômica do Brasil* — Ed. ilustrada em 2 tomos.
- 152 — J. F. Normano: *Evolução Econômica do Brasil* — Tradução de T. Quartim Barbosa, R. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira.
- 155 — Lemos Brito: *Pontos de partida para a História Econômica do Brasil*.
- 160 — Luiz Amaral: *História Geral da Agricultura Brasileira* — No triplice aspecto Político-Social-Econômico — 1.º volume.
- 162 — Bernardino José de Souza: *O Pau-Brasil na História Nacional* — Com um capítulo de Artur Neiva e parecer de Oliveira Viana. Edição ilustrada.

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

- 66 — Primitivo Moacir: *A Instrução e o Império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 1.ª volume — 1828-1853.
- 87 — Primitivo Moacir: *A Instrução e o Império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 2.º volume — Reformas do ensino — 1854-1888.

- 121 — Primitivo Moacir: *A Instrução e o Império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 3.º volume — 1854-1889.
- 147 — Primitivo Moacir: *A Instrução e as Províncias* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889 — 1.º vol. Das Amazonas às Alagoas.
- 147-A — Primitivo Moacir: *A Instrução e as Províncias* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889 — 2.º Volume: Sergipe, Baía, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato-Grosso.
- 98 — Fernando de Azevedo: *A Educação Pública em São Paulo* — Problemas e discussões (Inquérito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).

ENSAIOS

- 1 — Batista Pereira: *Figuras do Império e outros ensaios* — 2.ª edição
- 6 — Batista Pereira: *Vultos e episódios do Brasil* — 2.ª edição.
- 26 — Alberto Rangel: *Rumos e Perspectivas*.
- 41 — José-Maria Belo: *A inteligência do Brasil* — 3.ª edição.
- 43 — A. Saboia Lima: *Alberto Tórres e sua obra*.
- 56 — Charles Expilly: *Mulheres e Costumes do Brasil* — Tradução, prefácio e notas de Gastão Peçanha.
- 70 — Afonso Arinos de Melo Franco: *Conceito de Civilização Brasileira*.
- 82 — C. de Melo-Leitão: *O Brasil Visto Pelos Ingleses*.
- 105 — A. C. Tavares Bastos: *A Província* — 2.ª edição.
- 151 — A. C. Tavares Bastos: *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* — (Estudos Brasileiros) — Prefácio e notas de Cassiano Tavares Bastos.
- 116 — Agenor Augusto de Miranda: *Estudos Piauienses* — Edição ilustrada.
- 150 — Roy Nash: *A Conquista do Brasil* — Tradução de Moacir N. Vasconcelos — Edição ilustrada.

ETNOLOGIA

- 30 — E. Roquette Pinto: *Rondônia* — 3.ª Edição (aumentada e ilustrada).
- 44 — Estevão Pinto: *Os Indígenas do Nordeste* (com 15 gravuras e mapas) — 1.º Tômoo.
- 112 — Estevão Pinto: *Os Indígenas do Nordeste* — 2.º Tômoo (Organização e estrutura social dos indígenas do nordeste brasileiro).

- General Couto de Magalhães: O selvagem — 3.ª edição completa, com parte original Tupi-guarani.
- 60 — Emílio Rivasseau: A vida dos índios Guaicurús — Edição ilustrada.
- 75 — Afonso A. de Freitas: Vocabulário Nheengatú (vernaculizado pelo português falado em São Paulo) — Língua Tupi-Guarani (com 3 ilustrações fora do texto).
- 92 — Almirante Antônio Alves Câmara: Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil — 2.ª edição ilustrada.
- 101 — Herbert Baldus: Ensaio de Etnologia Brasileira — Prefácio de Afonso de E. Taunay — Edição ilustrada.
- 139 — Anglone Costa: Migrações e Cultura Indígena — Ensaio de arqueologia e etnologia do Brasil — Ed. il.
- 154 — Carlos Fr. Phill Von Martius: Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros (1844) Trad. Prefácio e notas de Pirajá da Silva. Ed. ilustrada.
- 163 — Major Lima Figueiredo: Índios do Brasil — Prefácio do General Rondon — Edição ilustrada.

FILOLOGIA

- 25 — Márlon Marroquim: A língua do Nordeste.
- 46 — Renato Mendonça: A influência africana no português do Brasil — Ed. ilustrada.
- 164 — Bernardino José de Souza: Dicionário da Terra e da Gente do Brasil 4.ª edição da "Onomástica Geral da Geografia Brasileira".

FOLCLORE

- 57 — Flausino Rodrigues Vale: Elementos do Folclore Musical Brasileiro.
- 103 — Sousa Carneiro: Mitos Africanos no Brasil — Edição ilustrada.

GEOGRAFIA

- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central — Ed. ilustrada, 2.ª edição.
- 63 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.
- 35 — A. J. Sampaio: Fitogeografia do Brasil — Ed. ilustrada — 2.ª edição.
- 63 — A. J. de Sampaio: Biogeografia dinâmica.
- 45 — Basílio de Magalhães: Expansão Geográfica do Brasil Colonial.
- 63 — Raimundo Moraes: Na Planície Amazônica — 5.ª edição.

- 80 — Osvaldo R. Cabral: Santa Catarina — Edição ilustrada.
- 86 — Aurélio Pinheiro: À Margem do Amazonas — Ed. ilustrada.
- 91 — Orlando M. de Carvalho: O Rio da Unidade Nacional: O São Francisco — Edição ilustrada.
- 97 — Lima Figueiredo: Oeste Paranaense — Edição ilustrada.
- 104 — Araujo Lima: Amazônia — A Terra e o Homem — (Introdução à Antropogeografia).
- 106 — A. C. Tavares Bastos: O Vale do Amazonas — 2.ª edição.
- 188 — Gustavo Dodt: Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi — Prefácio e notas de Gustavo Barroso — Ed. il.

GEOLOGIA

- 102 — S. Fróes Abreu: A riqueza mineral do Brasil.
- 134 — Pandiá Calógeras: Geologia Econômica do Brasil — (As minas do Brasil e sua Legislação) — Tômoo 3.º, Distribuição geográfica dos depósitos auríferos. Edição refundida e atualizada por Djalma Guimarães.

HISTÓRIA

- 10 — Oliveira Viana: Evolução do Povo Brasileiro — 3.ª edição (ilustrada).
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: À margem da História do Brasil, 2.ª Ed.
- 14 — Pedro Calmon: História da Civilização Brasileira — 3.ª edição.
- 40 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 1.º Tômoo — Espírito da Sociedade Colonial — 2.ª edição. Ilustrada (com 18 gravuras).
- 83 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 2.º Tômoo — Espírito da Sociedade Imperial. Ed. ilustrada.
- 173 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 3.º Tomoo — A Época Republicana.
- 15 — Pandiá Calógeras: Da Regência à queda de Rozas — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 42 — Pandiá Calógeras: Formação Histórica do Brasil — 3.ª edição (com 3 mapas fora do texto).
- 23 — Evaristo de Moraes: A escravidão africana no Brasil.
- 36 — Alfredo Ellis Júnior: O Bandeirismo Paulista e o Recôo do Meridiano — 2.ª edição.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: Primeiros Povoadores do Brasil — (Ed. ilustrada), 2.ª edição.
- 47 — Manoel Bomfim: O Brasil — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.
- 48 — Urbino Viana: Bandeiras e sertanistas baianos.

- 47 — Manoel Bomfim: **O Brasil** — Com uma nota explicativa de Carlos Maul
- 48 — Urbino Viana: **Bandeiras e sertanistas balanos.**
- 49 — Gustavo Barroso: **História Militar do Brasil** — Ed. Ilustrada (com 50 gravuras e mapas).
- 76 — Gustavo Barroso: **História secreta do Brasil** — 1.^a parte: "Do descobrimento à abdicação de Pedro I" — Edição Ilustrada, 3.^a edição.
- 64 — Gilberto Freire: **Sobrados e Mucambos** — Decadência patriarcal e rural no Brasil — Edição Ilustrada.
- 69 — Prado Maia: **Através da História Naval Brasileira.**
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: **As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil.**
- 93 — Serafim Leite: **Páginas da História do Brasil.**
- 94 — Salomão de Vasconcelos: **O Fico** — Minas e os Mineiros da Independência — Edição Ilustrada.
- 108 — Padre Antônio Vieira: **Por Brasil e Portugal** — Sermões comentados por Pedro Calmon.
- 111 — Washington Luiz: **Capitania de São Paulo** — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.^a edição.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: **Tratado Descritivo do Brasil em 1587** — Comentários de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.^a edição.
- 123 — Hermann Wätjen: **O Domínio Colonial Holandês no Brasil** — Um Capítulo da História Colonial do Século XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.
- 124 — Luiz Norton: **A Côrte de Portugal no Brasil** — Notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina — Edição Ilustrada
- 125 — João Dornas Filho: **O Padroado e a Igreja Brasileira.**
- 127 — Ernesto Ennes: **As Guerras nos Palmares (Subsídios para sua história)** 1.^o Vol.: Domingos Jorge Velhe e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay.
- 128 e 128-A — Almirante Custódio José de Melo: **O Governo Provisório e a Revolução de 1893** — 1.^o Volume em 2 tomos.
- 132 — Sebastião Pagano: **O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817** — Edição Ilustrada.
- 146 — Aurélio Pires: **Homens e fatos do meu tempo.**
- 149 — Alfredo Valadão: **Da aclamação à maioridade, 1822-1840** — 2.^a edição.
- 158 — Walter Spalding: **A Revolução Farroupilha (História popular da grande década)** — 1835-1845 — Edição Ilustrada.
- 159 — Carlos Seldler: **História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825-1835** — Trad. de Alfredo de Carvalho. Prefácio de Silvio Cravo.
- 168 — Padre Fernão Cardim: **Tratados da Terra e da Gente do Brasil** — Introduções e Notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 2.^a edição.
- 170 — Nelson Werneck Sodré: **Panorama do Segundo Império.**
- 171 — Basílio de Magalhães: **Estudos de História do Brasil.**
- 174 — Basílio de Magalhães: **O café** — Na História, no Folclore e nas Belas-Artes.

MEDICINA E HIGIENE

- 29 — Josué de Castro: **O problema da alimentação no Brasil** — Prefácio do prof. Pedro Escudero. 2.^a edição.
- 51 — Otávio de Freitas: **Doenças africanas no Brasil.**
- 123 — Afrânio Peixoto: **Clima e Saúde** — Introdução bio-geográfica à civilização brasileira.

POLÍTICA

- 3 — Alcides Gentil: **As idéias de Alberto Tôrres** — (síntese com indice remissivo) — 2.^a edição.
- 7 — Batista Pereira: **Diretrizes de Rui Barbosa** — (Segundo textos escolhidos) — 2.^a edição.
- 21 — Batista Pereira: **Pelo Brasil Maior.**
- 16 — Alberto Tôrres: **O Problema Nacional Brasileiro**, 2.^a edição.
- 17 — Alberto Tôrres: **A Organização Nacional**, 2.^a edição.
- 24 — Pandiá Calógeras: **Problemas de Administração**, 2.^a edição.
- 67 — Pandiá Calógeras: **Problemas de Governo** — 2.^a edição.
- 74 — Pandiá Calógeras: **Estudos Históricos e Políticos** — (Res Nostra...) — 2.^a edição.
- 31 — Azevedo Amaral: **O Brasil na crise atual.**
- 50 — Mário Travassos: **Projeção Continental do Brasil** — Prefácio de Pandiá Calógeras — 3.^a edição ampliada.
- 55 — Hildebrando Accioly: **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.**
- 131 — Hildebrando Accioly: **Limites do Brasil** — A fronteira com o Para-

- gui — Edição ilustrada com 8 mapas fora do texto.
- 84 — Orlando M. Carvalho: **Problemas Fundamentais do Município** — Ed. ilustrada.
- 96 — Osório da Rocha Diniz: **A Política que Convém ao Brasil.**
- 115 — A. C. Tavares Bastos: **Cartas do Solitário** — 3.^a edição.
- 122 — Fernando Saboia de Medeiros: **A Liberdade de Navegação do Amazonas — Relações entre o Império e os Estados Unidos da América.**
- 141 — Oliveira Vianna: **O Idealismo da Constituição** — 2.^a edição aumentada.
- 169 — Hello Lobo: **O Pan-Americanismo e o Brasil.**
- 172 — Nestor Duarte: **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional (Contribuição á Sociologia Política Brasileira).**
- 126 e 126-A — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas-Gerais** — Em dois tomos — Edição ilustrada — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 167 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem ao Rio Grande do Sul — 1820-1821** — Tradução de Leonam de Azeredo Pena — 2.^a edição ilustr.
- 19 — Afonso de E. Taunay: **Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII), 2.^a edição.**
- 28 — General Couto de Magalhães: **Viagem ao Araguaia** — 4.^a edição.
- 32 — C. de Melo-Leitão: **Visitantes do Primeiro Império** — Ed. ilustrada (com 19 figuras).
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: **O Rio São Francisco** — Edição ilustrada.
- 95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: **Viagem ao Brasil — 1865-1866** — Trad. de Edgard Süsskind de Mendonça. Edição ilustrada.

VIAGENS

- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo (1822)** — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay. — 2.^a edição.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem à Província de Santa-Catarina (1820)** — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz** — 1.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz** — 2.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — **Segunda viagem ao interior do Brasil — "Espírito Santo"** — Trad. de Carlos Madeira.
- 113 — Gastão Cruis: **A Amazônia que eu Vi — Óbidos — Tumuc-Humac** — prefácio de Roquette Pinto — Ilustrado — 2.^a edição.
- 118 — Von Spix e Von Martius: **Através da Baía** — Excertos de "Reise in Brasilien" — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
- 130 — Major Frederico Rondon: **Na Rondônia Ocidental** — Ed. ilustr.
- 145 — Silveira Neto: **Do Guairá aos Saltos do Iguassú** — Ed. ilustrada.
- 156 — Alfred Russel Wallace: **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro** — Tradução de Orlando Torres e Prefácio de Basílio Magalhães.
- 161 — Rezende Rubim: **Reservas de Brasilidade** — Edição ilustrada.

NOTA: Os números referem-se aos volumes por ordem cronológica de publicação.

Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118/140 — São Paulo

Pernambuco e as Capitánias
do Norte do Brasil

1937

OBRAS DO MESMO AUTOR

Primeiros Povoadores do Brasil — 1500-1530 —
2.^a Ed. ilustrada. Cia. Editora Nacional.
S. Paulo.

Pernambuco e as Capitânicas do Norte — 1530-1630.

Pernambuco e as Capitânicas do Norte — 1530-1630 — 2.º volume no Prelo.

Pernambuco e as Capitânicas do Norte — 1530-1630 — 3.º volume no Prelo.

A Baía e as Capitânicas do Centro — 1530-1624 —
Em preparo.

S. Vicente e as Capitânicas do Sul — 1530-1680 —
Em preparo.

Serie 5.^a

BIBLIOTECA

BRASILIANA

PEDAGOGICA

Vol. 175

BRASILEIRA

J. F. DE ALMEIDA PRADO

Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil

(1530 - 1630)

1.^o TOMO

Edição ilustrada

~~R. 196
1941~~



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

S. Paulo — Rio — Recife — Porto Alegre

1939

175

BAIXA

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA





D. João III,

na Casa Cristóvão Lopes
BATAIA
FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

A

Rodolfo Garcia

- José Lins do Rego

Tobias Monteiro

Afranio do Amaral

ÍNDICE

Introdução	1
As Condições de Portugal no Século 16	5
A Instituição das Capitanias	22
Antecedentes da Capitania de Pernambuco	33
A Navegação Portuguesa	51
A Terra e o Índio	104
A Organização do Trabalho	147
Duarte Coelho e seus Capitães	161
Os Governantes da Capitania	179
Florecimento da População Duarteina	194
A Valorisação da Terra	227
Início do tráfico negreiro para o Brasil	246
Notas	308
Bibliografia	317
Índice Onomástico	352

ILUSTRAÇÕES

	Pag.
D. João III	11
Mapa das Capitánias do Norte	29
Naus Quinhentistas do <i>Livro das Armadas</i> ...	55
Mapa Florestal	107
Alegoria da Gente e Cousas do Brasil	121
Homem Tapuya	131
Mulher Tapuya	133
Mameluca por A. Eckhout	173
A vila de Olinda e o porto do Recife no fim do século 16	227
Guerreiro da Costa de Mina	259
Guerreiro Iaca	263
Mulher da Costa de Mina	279

Pernambuco e as Capitanias do Norte *que apresentamos ao público, são mais um capítulo da série iniciada pelos Primeiros Povoadores do Brasil, versando os prodromos da sociedade brasileira. Passamos agora do período impreciso, limitado ao pouco que se conhece acerca da dezena de brancos, que existiu entre os índios do litoral, para o imediato, o das capitanias hereditárias, criadas trinta anos depois do descobrimento.*

Ao chegarmos á medida promulgada por D. João III, vimos no entanto, que o futuro da colônia dependia mais daqueles náufragos, desertores e degredados, esquecidos na costa de 1500 a 1530, do que do rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar, em Africa senhor da Guiné, e da conquista, etc. etc. . . Sem o auxilio do pugilo de homens, que tinham preparado a chegada dos seus compatriços, a empresa tornar-se-ia demasiadamente longa e custosa. Seriam precisos meios muito mais extensos que os de simples particulares, inda ricos e protegidos pelo governo, para levar a cabo a tarefa. A própria corôa carecia de recursos, quanto mais os súditos de D. João III! Mas, onde havia prole mestiça, dos abandonados nos tres decênios anteriores, encontravam os reinos possibilidades de se infiltrarem aos poucos pela terra desejada. No princípio, manhosa-

mente afagando o gentio, evitando contratempos desastrosos; a seguir ousadamente, forte do "nervo da guerra" produzido pela lavoura do assucar, não hesitando em passar a fio de espada o selvagem ou normando bastante temerário para se lhe antepor. Assim impuzeram os mamelucos de Jerónimo de Albuquerque, Felipe Cavalcanti, e seus parentes brancos, a dominação do rei de Portugal em todo o norte e nordeste, passo inicial dos empreendimentos da monarquia naquela região.

A existência das capitânicas bem sucedidas está associada a tantos complexos, que tivemos de ultrapassar os limites coloniais, como fizemos em Primeiros Povoadores, para remontar a acontecimentos que influíram em nossos destinos. Aumentava a interdependência do reino e colônias á medida que se desenvolviam os núcleos pernambucanos, reforçados pela conquista da costa no espaço compreendido entre a desembocadura dos rios S. Francisco e Amasonas, de sorte que, não podemos esquecer a sua atuação dentro e fora do império português. O leitor saberá desculpar-nos si nos extendemos em demasia pelo tráfico negro, condições de transportes, ou choque de culturas, pois taes delongas são necessárias á boa compreensão da síntese histórica. Pretendemos mais tarde ao concluir esta série de estudos, aligeiral-os com a supressão de capítulos meramente subsidiários, embora tenhamos por emquanto de continuar com digressões incidentes.

Não variamos o nosso método, de reproduzir o quanto possível o documento citado. Tal prática, si por um lado sobrecarrega o texto, em compensação torna o leitor independente das opiniões do autor, permitindo a verificação das fontes. Conservamos igualmente as matérias do livro separadas, estudando-as sucessivamente até a síntese final, de modo que o leitor esteja familiarizado com o assunto, quando lhe submeteremos a reconstituição da sociedade do Brasil, no ambiente que a cercava, em determinadas condições, época e lugar. Dizíamos no prefácio do precedente volume a intenção de deixar para os ulteriores o lado descritivo do "meio", trataremos, assim, no segundo e terceiro volumes de Pernambuco e as Capitanias do Norte, do aspéto geográfico da região. Nosso fim principal é facilitar aos estudiosos as suas pesquisas, livrando-os das dificuldades que experimentámos quando pela primeira vez quizemos conhecer a história do Brasil.

Fomos auxiliados nesse intento pelo Dr. Alvaro Pinto e seu distinto filho em Portugal; Dr. Rodolfo Garcia na Biblioteca Nacional; Dr. Afonso d'Escragolle Tannay, Roberto Moreira, Pirajá da Silva e Herbert Baldu em S. Paulo, aos quais pedimos vênia para cordialmente agradecer.

AS CONDIÇÕES DE PORTUGAL NO SÉCULO 16

O estudo das condições da antiga metrópole em relação a suas colónias, envolve infinidade de problemas nem sempre fáceis de resolver. Quantos fatores teriam intervindo para que D. João II se tornasse o prolator do edito dividindo o Brasil em capitánias? A providência que tanta amplitude abria á iniciativa particular, quando mais intenso vigorava o espírito do governo absoluto, é indício de que perduravam as mesmas causas dos editos anteriores, do tempo de D. João II e D. Manoel I, a impor um regime em aparência contrário ao principio monárquico.

Este simples enunciado faz-nos presentir inúmeras determinantes próximas e remotas. Herança do passado, mal estar financeiro, zelo político de nações rivaes, competição com a Espanha na América do Sul, conveniência de bases navaes no grande percurso da rota comercial das Índias, e outras circunstâncias obrigavam o governo áquela contradição. Teria preferido o soberano colonizar pontos estratégicos de tanta importância com os

seus próprios recursos, guarneecendo de portuguezes a terra virjem que se lhe deparava entre os domínios de Carlos V e o caminho do oriente. Um Brasil a renovar o êxito da empresa que povoara as ilhas do Atlântico, já então reservatório de gente para as armas da corôa e fonte de renda para o erário público, era sedutora perspectiva. Mais até, que a própria Índia fabulosa, pois ao invés de precário monopólio mercante, era a posse de fâto, completa e absoluta, uma reprodução de Portugal no outro hemisfério, onde os povoadores e seus decendentes trabalhariam séculos afora para maior grandesa da velha monarquia. Infelizmente toda sorte de descaroáveis obstáculos deliam sonhos e projetos. Nas páginas seguintes procuramos examinar as que mais devem ter influido, para que el-rei fosse não só coagido a renunciar a taes vantajens, como ainda tivesse de solicitar o auxílio dos donatários.

A incumbência cedida a particulares, do povoamento, conquista, desbaste, utilização e defesa de extensos territórios como eram as capitánias, tinha que ser passageira, desproporcionada a quem nela se arriscava, devendo em pouco retornar ás atribuições governamentaes. Aquí surgem novos problemas, a envolver, como sempre em história, várias contingências, povos, meios e regiões através do tempo. Si nos perguntarem como colonizaram as nações europeas as partes da América que

lhes perteceram, ~~ex~~ítamos na resposta, principalmente no que diz respeito a Portugal.

Ao aludir a colonos, irreprimivelmente surge a lembrança de Roma, a espalhar elementos seus em Cartago, na Gália, na Espanha, no oriente, para defender e assegurar as fronteiras do imperio, não só com a espada como também com o arado. Os emigrantes levavam consigo a família, usos, costumes e os deuses tutelares da pátria. Labutavam de sol a sol, alongando o agro romano pelos confins do mundo antigo, onde vestígios de templos, arenas e aquedutos, proclamam a grandesa da obra realizada. Mas em relação a Portugal, podemos evocar iguaes processos, o governo del-rei dirigindo para o Brasil os mesmos criadores de riquezas? Parece-nos que não. Mormente agora, quando estancadas as correntes de imigrantes superiores (correntes que só foram intensas no fim do reinado de D. Pedro II e durante a república velha, de malaventurada memória) mais duramente sentimos o que representam as palavras colono e colonisação.

No escasso povoamento de brancos havido no Brasil durante o período colonial, nota-se indubitavelmente alguns traços paralelos ao método empregado pelos antigos. Difundiam os poucos reinos transmigrados, as tradições peninsulares, certos hábitos europeus, e o poderoso elemento de conquista que se chama Religião. Faltou-lhes, porém, um dos principaes, o número, daí o nosso

escrúpulo quanto ao povoamento português. Restamos á guisa de lenitivo, o adágio "*mal de muitos consolo é*" sugerido pelo que aconteceu á toda América.

Aportaram no Brasil de 1500 a 1800 pequenas e intermitentes remessas de imigrantes, separadas por longos intervalos, segundo alternativas da rivalidade luso espanhola. Sugeriam-n'as mais acasos militares, cegos e caprichosos, que orientação colonizadora, no atirar comboios humanos, em precárias condições, em sítio de degredo. Quando começaram a aparecer alguns casaes na colónia, foi por iniciativa de donatários. Era a abdição da metrópole, compelida pela vasante do tesouro, a repartir com particulares os lucros da exploração do solo. No correr dos anos, o desenvolvimento da lavoura assu-careira, encarregou-se de atrair lavradores espontâneos em levas muito maiores, embora não evitasse que de permeio viessem degredados, homisiados, e outros indesejáveis á coletividade colonial. Finalmente, a luta pela hegemonia da América do Sul, obrigou o governo a guarnecer as fronteiras confi-nantes com os espanhoes. Foram expedidos açoritas e madeirenses a partir do primeiro quartel do século 17, para a Amasônia, e no mesmo período do século 18, para Santa Catarina e Rio Grande. Não mudara a situação dos ilheos na transferência, agora isolados em terra, como antes insulados no mar, lutando com dificuldades para se comunicarem

com os outros núcleos de portugueses, distantes de muitas dezenas de léguas dos pontos para onde tinham sido mandados. Deste modo terminam, ao chegarem os masaganistas ao Pará, as veleidades mais sérias de colonisação na era colonial.

De par com os elementos acima, existe outro que merece ser lembrado. Referimo-nos aos reinos que tiveram funções civís, militares ou eclesiásticas na colónia, desde o seu descobrimento. Em 1516, registam os livros da administração pública, serventúrios destacados nas capitânicas da costa com acepção de feitoria, que si não permaneceram sempre no Brasil, poderiam aí ter deixado mamelucos de bom préstimo, futuros guias, auxiliares e cûmplices dos exploradores da terra. Foram bastante numerosos taes funcionários, feita a soma dos que se sucederam sem interrupção por mais de tres séculos. Temos de considerar igualmente a sua melhor qualidade, em que o mais ínfimo, ainda seria util; o militar recrutado nos campos com pendor á lavoura; e subindo de categoria, o pequeno burguês que dava e amanuense, e através dum casamento tornava-se senhor de engenho; ou officiaes fidalgos ambicionando melhora de fortuna no âmbito colonial, propicio a todas as transformações; até chegar ao governador saído da côrte, personajem da confiança immediata dos soberanos. O seu defeito, entretanto, era de se apresentarem na maioria solteiros, como também muitos dos imigrantes, expontâneos.

O europeu ainda que proletário, ao cabo de algum tempo de permanência na América, desaprendia o trabalho manual, ou pelo menos, de tanto conviver com escravos, tomava hábitos de madraço mandonismo. Desempenhava bem ou mal o papel de dominador, regente da massa servil, onde avultava o negro — a alma da lavoura — que não podemos considerar povoador. Importavam-se homens africanos em quantidade muito maior que mulheres, freqüentemente minguados por epidemias, quando não caíam exangues pelo trabalho. O africano na sociedade colonial em que vivia, não passava de semovente que era preciso renovar sem interrupção, sob pena de desaparecimento.

Dos males que vêm para bem, nenhum é mais real e positivo que a entrada das tropas francesas no velho reino. A mudança da côrte bragançina para o Brasil, inaugurou na colônia era de progresso desconhecido. Encontraram-n'a príncipe, rainha louca, ministros e o resto, apenas povoada. Calculava Balbi, no começo do século 19, os seus habitantes em 3.600.000, dos quaes 800 mil brancos. Porém o autor da estatística, provavelmente mal informado no reino, não os viu nem contou. Além das poucas famílias tradicionaes, resguardadas pela vaidade na alvura da côr, grande parte dos outros incluídos na categoria, eram brancarrões bastante suspeitos, levando em conta a indulgência de se considerar branco nos meios coloniaes a qualquer

indivíduo que não fosse escravo. Rasoavel será imaginar, que a despeito do longo espaço decorrido debaixo da êgide portuguesa, não chegariam os habitantes de aspêto europeu á metade do número de Balbi.

Quedamo-nos portanto, surpreendidos ante a obra de tão pouca gente na esmagadora empresa do devassamento da América lusitana. Coube ao filho do bandeirante, ao neto do primeiro povoador, ao senhor de engenho, fazenda, minas ou estância, levar a cabo a empresa mal esboçada por um governo sem forças. Souberam felismente manter o animoso espirito dos maiores, em o feudo que lhes coube nos limites da civilisação colonial. E quando cançados de prear índios e procurar ouro, aspiravam enriquecer por outros meios, derrubavam florestas, arroteavam campos, criavam gado, atiravam-se até a empresas de faraônica engenharia (1), completando á frente de escravos com o machado e a enxada o que tinham iniciado nas bandeiras. A diferença entre o povoador do norte e o do sul, das duas capitánias que

(1) O nosso 4.º avô Fernando Paes de Barros, arruinou-se intentando desviar o rio Tietê para encontrar o ambicionado metal. Os seus filhos Antonio e José (este nosso 3.º avô) foram-se ás minas e conseguiram refazer a fortuna perdida; já o nosso bisavô era dos homens mais opulentos da sua época em Itú e redondezas, metrópole paulistana do passado, numa velha região que muito merecia lhe escrevessem a história,

inicialmente vingaram, reside em que, um principiou plantando cana, e em seguida caçou índios na conquista do nordeste; ao passo que outro, caçou primeiro índios, e depois transformou-se em lavrador. Na realidade, procederam ambos da mesma maneira, sob a mesma fatalidade, o que nos leva a crer que tanto ao norte como ao sul, encontraremos mais facilmente nas genealogias, que nos livros de história política e arquivos públicos, a verdadeira imagem do passado. E, afim de confirmar o que dizemos, abraçava, a sombra dos velhos troncos, como a de um Albuquerque (alvo carvalho na etimologia latina) imenso território demarcado e devassado da colônia, no que tinha de mais aproveitavel para a lavoura e indústria pastoril.

Falamos de modo geral, como o leitor percebeu, ácerca da superfície util do país conhecida desde os séculos 16 e 17, e parcialmente explorada. O Brasil aparenta forma de um triângulo sobreposto ao da América do Sul, tendo a base paralela ao equador. A desvantagem que sofre é manifesta, acentuada por outra mais grave. O cerne exetuoado os valles de alguns rios, é quasi esteril. A mancha de terra iugrata ao esforço do homem, compreende tres quartas partes de Goias, Mato Grosso, Minas, Baía e Estados nordestinos. Em compensação, a paludosa bacia amasônica cobre-se de florestas exuberantes, assim como a estreita faixa litorânea que vae da Paraíba ao sul da Baía. As outras unida-

des da atual república, apresentam-se mais bem aquinhoadas quanto á produção do solo e hospitalidade do clima a imigrantes europeus, algumas como o Estado de S. Paulo, inteiramente compostas de terra remuneradora para quem a souber tratar. Do descobrimento até o começo do século 19, quando o príncipe D. João assinava o decreto da abertura dos portos, os núcleos povoadores situavam-se em maior número e melhor conhecidos, na faixa de que falámos, com intervalos de Belém do Pará ao Rio de Janeiro. As outras regiões, sul de Minas, sudoeste de S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande e Uruguai, as mais ricas e belas do império, eram desertos (2).

* * *

Iniciava D. João III as capitánias hereditárias no Brasil, dispondo nas suas mãos de algumas condições favoráveis, ao lado de gravames prejudiciaes. Estava na Europa de mãos livres, depois das tréguas com a Espanha, e sem grandes problemas políticos internos que rezolver graças á unidade de língua e desfecho da questão judáica, que trouxe a unidade religiosa do seu povo. Mudava de situação no

(2) Escrevia Simão Ferreira Paes por volta de 1660, "*A terra do Brasil... é cousa infinita e immensa pelo sertão dentro no qual se lastima não termos mais que a famosa villa de S. Paulo onde eu estive*". Simão Ferreira Paes. *As Famosas Armadas Portuguesas*" 11.

terreno colonial. Os descobrimentos tinham complicado extraordinariamente a máquina administrativa do país. Subiam os preços das cousas, aumentavam as necessidades do povo, as importações, os compromissos no exterior, os impostos, numa ipertrofia geral do sistema.

Na conjuntura, faltava ao português solo rico, em condições de reter pela capacidade económica dos seus habitantes os lucros da mercância ultramarina. Limitado de áreas cultiváveis, depauperada a agricultura com a diminuição do braço mouro, mal produziã o indispensavel para as populações ruraes e urbanas. Peiorava o quadro no intercâmbio externo com a desvaliosa exportação de mercadorias da terra ou aí preparadas, cortiça, couros, frutas em passa, mel, cera, peixe seco, esparto e grã. O vinho e o azeite, mais interessantes, ainda distavam pelo atraso da agricultura do grande desenvolvimento obtido ao depois. Era impossivel equilibrar a balança comercial com tão pobres exportações, preenchida a diferença, de meados do século 16 a meados do 17, com os monopólios do tráfico negreiro, da especiaria e do assucar. O lucro que davam chegava em aparência a sobrepujar o déficit, lucro enorme para a época, porém grandemente diminuido pelo caríssimo transporte de gêneros. O fato de virem de regiões situadas a muitas semanas de viagem, elevando consideravelmente o preço, escapava aos estrangeiros e des-

pertava a cobiça de todos os soberanos da Europa. Sobreveio a crise inevitável quando nações mais ricas e bem armadas rezolveram participar da mercância e traficância das Índias. Neste lance, não dispunha sequer Portugal de soldados para a defesa do comércio, que era a sua vida, logo absorvido no oriente o pequeno saldo deixado na população pelas epidemias.

Atolado em embaraços financeiros, o desafogo habitual del-rei era lançar mão das quantias em depósito dos orfãos, desaparecidos e ausentes; deitar imposições sobre bens eclesiásticos, e no tempo de D. Manoel I, gravar o *dinheiro de carga*, que se supõe, consistisse na cobrança do frete das *quintaladas* (3) dos servidores da corôa na Índia. Comtudo, taes expedientes não passavam de meros paliativos nas dificuldades de Portugal, impossibilitado até de se abastecer a si mesmo, em que o texto das leis antigas mostra as privações do povo e da monarquia. Proíbiam as Ordenações Manuelinas, com pena de confisco e degredo, a exportação de animaes de corte, farinha, milho, cevada, pão, etc. bastando atirar uma côdea por sobre a fronteira para o réu ir ter á nau dos quintos.

As comunicações com os empórios de além mar acarretavam despesas navaes consideráveis, além do prejuizo decorrente da absorção de indivíduos ne-

(3) Medida de pimenta que era permitido levar á guisa de vencimento ou comissão.

cessários ás artes e officios do país. Faria e Sousa avaliava terem singrado para o oriente cerca de trezentas e vinte naus, no decurso de trinta anos, guarneçadas em média por duzentos e cincoenta homens. Só a décima parte volvia á Europa, cifra a que devemos acrescentar, nos anos seguintes á estatística, novos claros abertos na população pelos marujos, soldados e povoadores de toda casta, remetidos para os estabelecimentos que os portuguezes levantavam na América, África e Ásia, afim de proteger navegação e feitorias.

Afluíam na verdade de todo o mundo para Lisboa e outras cidades, carpinteiros, ferreiros, alfaiates, músicos, barbeiros, impressores, e outros profissionaes, da mais variada espécie e categoria, chamados pela fictícia prosperidade do país. O custo da vida tendo subido, aumentavam os salários, na obediência do ditado "*Vida cara, ganho farto*", todavia mais de modo parasitário que deveras benéfico. Sem estatísticas não é possível saber até que ponto os estrangeiros substituíam os braços perdidos na Índia. Nos campos eram muito mais ponderáveis os efeitos da escravidão africana que o trabalho de alemães, flamengos ou italianos nas povoações. Viu-se então em Portugal, Espanha e ilhas do Atlântico, curiosa antecedência de aspétos americanos no labor dos negros empregados "*para desbravar os matos, dessangrar os pantanos, e outros duros trabalhos, d'onde resultava fundação de novos*

povoados" (4). Mas a presença do elemento servil, si era saída para uma eventualidade, significava esgotamento perigoso no rolar do tempo, remédio contra-producente afetando a nação em pontos vitais.)

Como todo organismo apegado a recursos externos, desprovido de recursos internos, as finanças de Portugal eram frágeis como a porcelana importada da Índia. Começava por não haver dinheiro que chegasse para a navegação. Esparsas pelo mundo, as feitorias absorviam somas fabulosas somente pelas distâncias a vencer. Despendia a viagem normal de Lisboa a Ceilão de cinco a seis meses, durante os quaes apareciam em outros mares emergências reclamando a entrada em serviço de mais embarcações. O tesouro vasio não teve outro expediente que submeter velhos barcos a provas acima das condições de navegabilidade.)

Na *História Tragico Maritima* ha impressionantes dados acerca da navegação portuguesa do século 16, "...a terceira causa, que bota a perder as naus, e o reino, e tudo, e a dos que navegam nesta carreira, em sobrecarregarem as naus o que não só (as) descompassa, mas basta em qualquer ocasião para abrirem, e se perderem tantas, como temos visto, abertas todas indo-se a fundo...". As relações do conde da Castanheira, vedor da fazenda, corroboram estes dizeres, assim como Manoel Se-

(4) Costa Lobo, 49, 50.

verim de Faria, quando enumera as consideráveis perdas decorrentes de naufrágios. De 1497 a 1612 partiram dos portos portugueses para a Índia, 800 embarcações. Dessas só 425 tornaram a aparecer porque as outras tiveram sorte vária, naufragando, ardendo, consumindo-se de velhas, ou aprisionadas por corsários e piratas. A incúria também contribuía para a dissolução da frota indiana. Noticiam as *Lendas* "...sómente no mar lhe fazia Martim Afonso algum adubio de galagala, com que sustinha; mas no mais toda estava podre" (5).

Ninguém no momento se lembrava de calcular o prejuízo marítimo, não só pelo valor das naus, como pela carga deteriorada, vidas perdidas, e acima de tudo, juros dos compromissos contraídos para subvencionar a marinha. Si o fizessem, verificar-se-ia o quanto eram enganosas opiniões como as de alguns vice-reis, ou feitores, que proclamavam o aumento das rendas das casas de Guiné e Mina. De fáto, nos anos de 1476 a 1481, a média anual de ambas fôra de 13.102.044 reais; e de 1517 a 1519 ia subir a 312.821.064 reais com o reforço trazido pela casa da Índia. Infelizmente taes cifras nem sempre bastaram para dominar a voragem. Iam em ritmo crescente os compromissos do erário, que a decuplicação das rendas difficilmente poderia deter. Em 1500 principiava D. Manoel I a venda dos juros

(5) *Lendas da Índia*, IV, 463.

reaes, aparecendo obrigações do tesouro com data de 20 de fevereiro, juros de 7. 14% ao ano, que não cessaram de ser emitidas, até se tornar necessária a consolidação desses *padrões*. Subiram os juros a 8%, inda assim com dificuldades em encontrar colocação, e no exterior, pagavam as dívidas del-rei 25% ao ano!

Anemiadas as rendas públicas, deixavam-se submergir pela maré dos deficits, o exesso de despesas a semear desordem nas finanças nacionaes. Ilusões “dos fumos da Índia” impediam de ver o desastre que se aproximava; escrevendo Afonso de Albuquerque durante o seu proconsulado, “...*custa a manutenção de tres mil homens no oriente 120.000 crusados por ano, porem a especiarria que mandam para o reino vale um milhão*”!...

○ O fastígio do poder portuguez expandiu-se no tempo de D. Manoel I, começando as mostras de declínio no reinado seguinte, pelo que, o primeiro foi enaltecido, e o segundo acoimado de todas as culpas. Do exame imparcial da situação da época, não se póde em boa consciência aceitar a injusta sentença de muitos historiadores portuguezes, á procura de bode expiatório. Cabem ao *Venturoso* inúmeros erros emprestados ao sucessor (6), ao passo que a D. João III

(6) D. João III *erdou o erario vazio e a fazenda Real bastante arruinada*”. Coll. de leis da Divida Publica Portuguesa. No *Soldado Pratico* de Diogo de Couto temos além de outras informações sobre a desordem da administração do

podemos reconhecer atos de boa política, de par com a atenuante dele não ser responsavel pelos males viceraes da nação.

A história de Portugal está resumida nessa angustiosa caça de recursos exóticos, a atormentar-lhe a existência de uma ou outra forma desde o começo das navegações. Nos fugases momentos de bonança, trazidos pela contribuição de além mar, melhorava o organismo luso, floreciam as letras, artes, ciências, esboçava-se começo de indústria. Ao diminuirem as rendas, tudo fenecia, paralisadas as obras públicas, apodrecidas as naus, entorpecida a vida, embrutecido o povo. Tornou-se única a situação da corôa portuguesa entre as nações possuidoras de comércio ultramarino. Ao invés de levar as colónias e feitorias no seu rasto, era o contrário que se dava, as funções do país subordinadas á produção do assucar ou mineração do ouro, depois de tel-o sido do cravo e da pimenta.

Considerada a pequena população do reino, premedida pela tanatofobia espanhola, avaliamos o

reino desde D. Manuel I, oportuno subsídio a dizer o esforço do sucessor em melhora-la, "*porque sabemos del Rey D. João o III, de gloriosa memoria, que trazia na sua algibeira hum canhenho de todos os cargos, e Commendas, e em vagando qualquer, a dava ao que lhe parecia que tinha mais merecimentos... e com isto folgavam os homens de servirem, e punhão por isso a vida*". Diogo do Couto. *Soldado Pratico*, Dialogo I, 97.

acervo de dificuldades quasi invencíveis que os portugueses enfrentaram no povoamento do imenso território brasileiro. | Muitos dos nossos atuais problemas se explicam por este mau começo. E' no passado da América melhor do que em qualquer outro; na sua conquista e desbravamento; que temos a série completa não só das modalidades da exploração do homem pelo homem, como mais longe ainda, de uma região por outra, de um continente por outro. Decrescia o mal quando a antiga metrópole dava abundante colonisação, mas a corôa portuguesa não podia realizar mais do que fez.) Calculava-se aproximadamente em 1.800.000 almas a sua população em 1500, quando na mesma época a da Espanha ultrapassava 7 milhões. E' na falta de potencial colonizador, que reside a grande atenuante, em nossa opinião, pelo modo como a metrópole se houve nas colónias nos séculos 16 e 17, cerceada nas suas intenções por toda sorte de obstáculos.

A INSTITUIÇÃO DAS CAPITANIAS

Costumavam narrar em Portugal, nas longas noites de inverno propícias a divagações, a lenda de que em 1500 certo astrólogo, "*levantara uma figura e achara que a terra descoberta havia de ser uma opulenta provincia, refugio e abrigo da gente portuguesa*". E' possível que a anedota, alastrada depois de El Csar el Quebir, tivesse algum fundamento pelo uso que o rei afortunado fazia de magos e advinhos. O feliz encontro do Brasil era de bom agouro, "*Rien de grand ne se fait sans le hasard*", disse Montaigne, e o soberano havia de atribuil-o ás influências astraes que procurava. Mas não pararam aí as fantasias populares. Um velho códice da Torre do Tombo contém outra, relativa ao reinado immediato, em que D. João III pergunta a Martim Afonso de Sousa, "*... q vos parece Martim Afonso? passemonos para o Brasil?*" respondendo o cabo de guerra, "*entre sizo e galantaria*", "*Por certo Sõr, que doudisse era ella, que pudera fazer hũ Rey sezudo, e não viver dependente da vontade de seus vizinhos podendo ser monarcha de outro maior mundo*".

Comtudo, andaremos mais acertados, deixando de parte frutos da imaginação popular, ipersensibilizada por desastres nacionaes, para ver o interesse do Brasil em terreno menos sentimental.

* * *

O sistema de valorização das colónias adotado desde o século 15 pelos portuguezes, consistia em doações de largos domínios a particulares, com extensos privilégios, incumbindo-lhes povoal-os, e numa palavra, tornal-os produtivos. Variavam as atribuições segundo caso e pessoa. Havia as capitánias que vigoravam por uma vida, e outras hereditárias; algumas com pequenas cessões de direitos, régios, outras com poderes discricionários.) Escreve Paulo Merêa, "*Muitas vezes era o descobridor da terra contemplado com a doação, e não faltam mesmo exemplo de se dõarem de antemão a certo indivíduo as ilhas ou terra firme que vier a descobrir*" (7). O sistema ficava subordinado ao sítio em condições de receber imigração europea, porque do contrário, mantinha a corõa simples feitorias na costa, como sucedia de 1500 a 1530, na maior parte do litoral brasileiro, africano, e indico.

Prosperaram as ilhas do Atlântico, em breve tão fartamente povoadas que serviram de viveiro de

(7) Paulo Merêa. *Ha. da Col. Portuguesa do Brasil* III, 168.

imigrantes para o Brasil, e para ao reino quando foi preciso repovoar províncias devastadas. Verificado o êxito, gozava o expediente da maior aceitação junto aos conselheiros do rei. A primeira donataria do Brasil foi a ilha de S. João em 1504, confirmada sucessivamente de 1522 a 1559 a Fernão de Noronha, de quem veio a tomar o nome. A segunda ilha brasileira doada foi a da Acenção, ou Trindade, concedida a 22 de agosto de 1539 a Belchior Camacho, em recompensa de serviços. Ambas não tiveram relação com o povoamento do continente, e pela sua pouca produtividade, caíram no olvido.

* * *

Em 28 de setembro de 1532, estando ainda Martim Afonso em S. Vicente, mandou-lhe D. João III uma carta, por intermédio de João de Sousa, em que informava da resolução de dividir o Brasil em capitánias. Soubera continuarem as relações de franceses com as tribus de Pernambuco, fazendo-se mister urgentes providências: "*Seria um serviço povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me requeriam capitánias em terras della...*", escrevia el-rei aludindo a João Melo da Camara e Cristovam Jaques, que dezejavam superintender o povoamento do litoral a suas expensas, em troca de vantajens. O primeiro era descendente de conhecida família de colonisadores das ilhas da Madeira, S. Miguel e S. Tomé, dispondo

como se prezume, de experiênciã no assunto. O companheiro recomendava-se como veterano navegador das parajens a serem colonizadas. Contrariou-lhes, porém, o desejo o monarca, fosse porque tivesse outros projétos, fosse por julgar demasiadas as condições que impunham.

A escolha separou uma dezena de pessoas, que o rei pensava muito indicadas graças ás suas posses, ao mesmo tempo que lhes reconhecia os títulos de serviço. Prezidiu á distribuição juizo salomônico, e como sempre, deu péssimo resultado. Nem todo o litoral tinha o mesmo valor, existindo longos trechos na costa leste oeste, quasi inacessíveis pela dificuldade em vencer os ventos e as correntes.

Talvês prevendo queixas dos contemplados, houve quinhões intercalados nos de outros donatários, com o visível intuito de contentar a todos. Assim, as terras de Itamaracá, de Pero Lopes de Sousa, ficavam a tal distância de S. Ana, que o fidalgo teria de perder muito tempo percorrendo por via marítima o espaço que as separava, sendo muito maior e mais aventureosa a viagem realizada por terra. No começo pensara o governo em região próxima ao Rio da Prata. As reclamações espanholas fizeram com que volvessem os portuguezes do sul para o norte, estendendo-se as capitânicas em direção do Amasonas (8). O desconhecimento geográfico mar-

(8) *Ha. da Col. Port. do Brasil*, III, 174.

cava limites absolutamente arbitrário, baseados em suposições que 30 anos de posse não tinham esclarecido, decorrendo a desproporção das capitâneas, algumas contando quasi o dobro de litoral que as vizinhas.

* * *

De 1534 a 1535 fez D. João III as seguintes doações na terra firme do Brasil: capitania de Pernambuco, donatário Duarte Coelho, contemplado em Évora a 10 de março de 1534, foral de 25 de setembro ou 24 de outubro do mesmo ano (9). Capitania de Santo Amaro, Itamaracá, e Santa Ana, donatário Pero Lopes de Sousa, contemplado a 1 de setembro de 1534, foral de 5 de ~~(10)~~ ou 6 de outubro do mesmo ano. Capitania de Baía, donatário Francisco Pereira Coutinho, contemplado a 5 de abril de 1534, foral a 26 de agosto do mesmo ano. Capitania de Ilheos, donatário Jorge Figueiredo Correa, contemplado a 26 de junho de 1534, foral a 1 de abril de 1535. Capitania de Porto Seguro, donatário

(9) Alfredo Pimenta in *D. João III* retifica a *Ha. da Col. Port.* "A doação foi dada "em Evora a dez dias do mes de março ano do nascimento de nosso senhor Jhesus Christo de myl quinhentos". De setembro, mas de "vynete e cynco", e não de cinco, é a apostila que anda junta à carta e que modifica certa disposição desta". 59, 60.

(10) *Ha. da Col. Port. do Brasil*, pag. 18. III corrigida por A. Pimenta *D. João III*, 60.

Pero de Campos Tourinho, contemplado a 27 de maio de 1534, foral a 23 de setembro do mesmo ano. Capitania de Rio Grande e Maranhão, donatários João de Barros e Ayres da Cunha, contemplados a 18 de junho (11) ou 8 de março de 1535, foral a 11 de março do mesmo ano. Capitania da Paraíba, donatário Fernando Álvares de Andrade, contemplado a 18 de junho de 1535, segundo Varnhagen, foral a ?... , e capitania de Acaraú, donatário Antônio Cardoso de Barros, contemplado a 19 de novembro de 1535, foral a 20 do mesmo mês e ano.

Da síntese que Avezac elaborou sobre os limites das doações, traduzida por Capistrano de Abreu, que muito a apreciava, vamos tirar os elementos relativos ás do norte, nordeste e extremo norte. (A donataria de Porto Seguro começava do rio Mucury e subindo o litoral por cincoenta léguas chegava a de Ilheos.) Esta, *“iguãlmente de cincoenta leguas... chegou rente a Bahia... que se estendia até o grande rio de S. Francisco; além estava a de Pernambuco... e que contava sessenta leguas até o rio de Igaracú, passando o qual Pero Lopes possuia terceiro lote de trinta leguas, formando sua capitania de Itamaracá até a bahia da Traição. Neste lugar começava para se estender sobre um litoral de cem legoas até a angra dos Negros, a capitania do Rio Grande, dada em commum ao grande historiador João de Barros e a seu associado Ayres da Cunha;*

(11) João de Barros, *Asia*, primeira Década.

da angra dos Negros ao rio quarenta legoas de costa constituíam o lote concedido a Antonio Cardoso de Barros; do rio da Cruz ao cabo de Todos os Santos, visinho do Maranhão, eram adjudicadas setenta e cinco legoas ao redor da fazenda Fernand'Alvares de Andrade e além vinha enfim a capitania do Maranhão, formando segundo lote para a associação de João de Barros e Ayres da Cunha, com cincoenta legoas de extensão sobre o litoral, até a abra de Diogo Leite, isto é, até a embocadura do Turry-açú".

O mapa junto ilustra e completa esses dados localizando as doações de que nos ocupamos. Nele aparecem flagrantes diferenças; involuntárias com certeza, pois prejudicavam justamente aos que el-rei tinha maior empenho em recompensar. A defeituosa divisão ia trazer pendências sem fim aos Estados da república. Tornavam-se as linhas separatórias retas ideaes, traçadas sobre acidentes de terreno, cursos de rios, etc... terreno fértil para futuras contendas. A leitura de um trabalho como o do Dr. Barbosa Lima Sobrinho, acerca dos limites de Pernambuco e Baía, mostra a quantas interpretações se podia prestar, e as intermináveis discussões a que deram causa.

* * *

Era solene a proclamação das doações da Terra de Santa Cruz. Vinha inspirada nos mais elevados sentimentos de um soberano cristão do século 16.

Embora coagido por contingências superiores á sua vontade, lembrava-se D. João III de que acima da conquista e tráfico, pairava a crença dos seus antepassados e do seu povo. Era além de rei, grão mestre da Ordem de Cristo, continuadora em Portugal dos cavaleiros do Templo, soberano responsavel pela difusão do cristianismo entre os bárbaros do novo mundo: "*Considerando quanto serviço de Deus... ser a minha terra e costa do Brasil mais povoada do que até agora foi, assim para nella haver de celebrar o culto e officios divinos, e se exaltar a nossa santa fé catholica, com trazer e provocar a ella os naturaes da dita terra infieis e idolatras...*" (12).

O regime na América fôra detidamente estudado pelos conselheiros del-rei. Continham os foraes acervo de experiênciã da corôa quando presenteava, e procurava beneficiar-se pela mesma medida. Nos privilégios outorgados, havia a condiçã de que teriam as capitánias, de dez em dez léguas de frente para o mar, um nastro de doze quilómetros no mínimo de largura, pertencente ao patrimônio real, do mesmo gênero dos reguengos da metrópole. As doações não formariam portanto, um todo massiço, porém sucessã de faixas que iam da costa até á incerta linha convencionada em Tordesilhas.

(12) Um dos donatários do Brasil, o historiador João de Barros, foi dos que mais se esforçaram, nos seus notáveis escritos, por dissimular o lado demasiado utilitário que a conquista de colônias tinha para um católico.

Era em suma, o que fazem grandes proprietários de terrenos, quando cedem uma parte a pequenos agricultores, na esperança de que o trabalho alheio lhes valorize o restante.

No entender de Malheiro Dias, o rei dava a terra para o donatário administral-a como província ao invés de fazenda; “*O governador hereditário não podia lesar os interesses e direitos da população. Os impostos eram pagos em espécie. A corôa pertencia o quinto do ouro e das pedras preciosas... o monopólio das drogas é especiarias. Ao governador cabiam, além da redizima das rendas da Coroa, a vintena das pescarias, e a venda do pau-brasil, o monopólio das marinhas e o direito de barcagem. Sobre a importação e exportação, quando em trânsito nos navios portugueses, não incidiam impostos (disposição revogada ao depois em 5 de março de 1557). Os direitos políticos dos colonos haviam sido salvaguardados, equiparados aos que os portugueses usufruíram na metrópole, embora as regalias municipais fôsem restringidas pela intervenção da autoridade do donatário. O colono, quer português ou estrangeiro, podia possuir terras de sesmaria, com a única condição de professar a religião católica. Aos estrangeiros, quando católicos, era consentido estabelecerem-se no Brasil e até mesmo entregarem-se ao comércio de cabotagem, pelo que pagariam o décimo do valor das mercadorias, imposto proibitivo, é certo, que anulava a liberalidade da concessão,*

mantida em obediência á tradição do direito. Era-lhes, porém, vedado negociar com os naturaes; medida com que se restringia a sua influênciã e se procurava impedir a intromissão de elementos estranhos, e porventura instigadores de conflitos, nas relações entre os portuguezes e o aborigene”.

Aos donatários era defeso, “*partir a capitania*”, como sublinhou o penetrante Capistrano de Abreu, “*e governança, nem escambar, espedaçar, nem de outro modo alienar, nem em casamento a filho ou filha, nem outra pessoa dar, nem para tirar pae ou filho ou outra alguma pessoa de captivo, porque minha intenção (del-rei) e vontade é que a dita capitania e governança e cousas ao dito governador nesta doação dadas andem sempre juntas e se não partam nem alienem em tempo algum*” (13).]

A respeito do aspéto social e político das capitaniãs, trouxe-nos Roberto Simonsen interessantes vistas na *Ha. Económica do Brasil*. Discorda de que tivessem carater feudal as doações feitas pelo rei, opinião também nossa, pois achamos que esta aparênciã é mais facil de se notar nos estabelecimentos de particulares situados longe das povoações das capitaniãs, que nas régias doações. Melhor procederemos classificando-as dentro das normas do capitalismo em pleno desenvolvimento na Renascença.

(13) Capistrano de Abreu, *Capitulos de Historia Colonial*, 54, 55.

Havia semelhanças com o direito dos feudatários em certos itens dos foraes, alargadas porém as diferenças quando applicadas no Brasil. Nosso trabalho não nos permite demora no assunto, recomendamos em compensação, e para maior lucro do leitor, consultar o livro de Roberto Simonsen, completado no que diz direito público, privado e administrativo pela *História Geral* de Varnhagen, revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, os dois sábios providencias das nossas letras históricas.

ANTECEDENTES DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

[Muitas expedições de diversa origem haviam perlostrado o litoral nordestino antes das capitánias. Não convém agora lembrar as de Hojeda, Lepe e Pinzon, de que só ha vagas notícias, nem as de João Coelho ou João de Lisboa, que se supõe lá tenham ido por conta de Fernão de L^oronha; ou as de Vespúcio, que muito mais inteligente e culto, prometera escrever a relação das suas "Quatro Viagens" na América.] Trataremos apenas das que tiveram contáto com o gentio, origem dos mamelucos auxiliares da invasão lusa.

[O pouco que sabemos acerca dessas navegações, começa em 1512 no processo de certos portugueses no Porto Rico. Fugiam do norte do Brasil, para não serem mortos pelos índios sublevados por um tal Pero Galego, quasi tão selvajem quanto o gentio. Os fugitivos estavam a soldo do importante negociante Cristovam de Haro, sucessor, no dizer de alguns, do consórcio de Fernão de L^oronha no tráfico pernambucano.] Aquí, vamos praticar delíto de auto citação, para não refazer o que já imprimimos em outro

volume: "*Na opinião de Varnhagen, houve por essa data, navegadores portugueses que estiveram em ancoradouros do litoral norte, além do cabo S. Roque, sem comtudo lhe ser possível designa-los. Deste ponto, até o rio de Cananéa foi o que se conheceu do Brasil durante muitos anos*".

Encontramos depois destas viãjens outra expedição relacionada com índios nordestinos, na de João Dias de Solís em 1515. Demoraram companheiros seus em Pernambuco na volta do Prata, aí comerciando sem dificuldades, até tornarem a Espanha com os porões das naus abarrotados de Ibirapitanga.

Nos papeis de Estado de 1516 ocorre alvará relativo a uma feitoria em Pernambuco. Chegou a ser executado? Esperou pela expedição de Cristovam Jaques, que muitos conjéturam para áquela data? Não temos elementos para afirma-lo, nem esclarecer de vês si houve duas expedições sob comando do navegador, e muito menos si Cristovam Jaques ali deixou edificações. Depois deste, alude o francês Parmentier, que esteve por 1520 nas terras americanas do rei de Portugal, somente-á feitoria de Pernambuco, sem mais alusão a povoações em toda a costa leste oeste.

Do mesmo modo que Solís, estivera nessa primitiva feitoria a expedição de Caboto, também mercenário a serviço de Espanha. Veio encontrar o grupo de portugueses ali residentes, com o qual entabou boas relações graças a paz que então havia

entre as duas corôas. Misturaram-se os officiaes e a maruja com os habitantes do lugar, para melhor entendimento de todos.

Não nos legou infelizmente Caboto dados sobre o aspéto da feitoria, bem rudimentar com toda certesa, simples barracão no começo, rodeado de toscas palissadas. Aventuramos estas suposições pelos recursos ao alcance dos europeus da região, e os poucos meios de que podiam dispor as naus que aí ancoravam.

As principaes informações da época sobre viagens eram os pleitos judiciaes e a que davam orijem. Ficamos sabendo pelas desinteligências de Caboto com a tripulação, que tinham chegado em princípios de junho de 1526 em "*Fernandbucó, adonde el serenissimo Rey de Portugal tiene una casa fuerte con un factor é doce personas*", (14). Na ocasião o "factor" supracitado era Manoel de Braga, auxiliado por um portuguez, Jorge Gomes, que muito se acamaradou com os espanhoes. Contaram ambos tantas maravilhas do Rio da Prata, que transtornaram a cabeça do comandante. Pensava Toríbio de Medina que o venesiano já vinha com planos muito diferentes dos que lhe dera o imperador: "*Lo que ocurrio en Pernambuco y luego en Santa Catalina no fué sino la segunda parte del gran embuste que*

(14) Documento X do interrogatório. Toríbio de Medina. *Seb. Caboto* I. 121.

llevaba preparado desde España (15). De positivo podemos reproduzir apenas o entusiasmo de Caboto pelas informações que lhe davam os portugueses, “*gran nueva tenemos*”, confidenciava a Gregório Caro, “*de muchas riquezas de oro y plata que hay más cerca que pensábamos*” (16). E numa outra ocasião, tornou a dizer “*espero en Dios de ponerlos en un pedacico de tierra que nunca hombres que de España salieron se pusieron en tan rico*”. Para esse fim levou consigo, após quasi quatro meses de permanência no mesmo ancoradouro, a Jorge Gomes que conhecia os naufragos de Solís e os antigos companheiros de D. Rodrigo de Acuña, moradores em Santa Catarina. Soubera o português da existência dos primeiros pelos segundos, podendo informar desta vêz sem imaginação, que allí se encontravam guias da terra procurada.

Neste comenos, consta ter havido remessas de assucar de Pernambuco e Itamaracá para o reino. A ser verdadeiro o fáto, proviria da atividade dos feitores destacados no estabelecimento de que falámos, entre outros Pero Capico. Muito se tem escrito sobre esse nome. Foi divulgado pelo conhecido alvará de 5 de julho de 1526, em que é mencionada a sua qualidade de capitão de uma das “*capitanias do Brasil*”. Supuzeram alguns autores, suggestionados pela redação do decreto, que existiam no Brasil sob D.

(15) id. 118.

(16) id. 123.

Manoel I, divisões administrativas como ao depois foram instituídas por D. João III. Na falta de maiores esclarecimentos consideramos que se tratava de encargos marítimos e terrestres, no gênero do que hoje chamariamos capitania de porto, ou cousa semelhante, muito diferente das funções que assumiu e exerceu Duarte Coelho.

Terminava o tempo de serviço do capitão no ano de alvará, manifestando Pero Capico desejo de voltar ao reino. Apontam o seu nome como origem da designação de um pontal pernambucano, transformado em Pedro Cabarigo ou Cavarim, pelo uso popular com que foi transcrito em cartas geográficas (17). Para substituí-lo nomearam Cristovam Jaques “*governador das partes do Brasil*” á testa de caravelas de guerra. As repetidas incursões de franceses, e as dificuldades que acarretavam aos súditos del-rei, tornavam-se dia a dia mais ameaçadoras. Devia Cristovam Jaques ante o perigo crecente, restabelecer a autoridade lusa no território por longo tempo despresado, onde fortins como o de Pedro Capico, e os demais núcleos de portugueses da costa, não bastavam para assegurar a soberania de D. João III. Vinha a armada para policiar e não colonizar, deixada para mais tarde a providência de trazer habitantes e os rudimentos de civilização.)

(17) Metódio Maranhão. *Duarte, Coelho e a Colonização de Pernambuco*, 54.

O zelo manifestado pelo governo encontrava logo novas oportunidades de se manifestar. Chegou na mesma época a ilha de S. Aleixo, o navegador espanhol D. Rodrigo de Acuña com sete companheiros, tangidos da Patagônia por toda sorte de provações (18). No sítio que historiadores franceses consideram a primeira colônia do seu país na América do Sul (19), encontraram vestígios da passagem de brancos, um forno, barrica, restos de bolacha, e afortunadamente anzoes, com que puderam pescar. Mitigada fome e sede, passaram á feitoria de Pernambuco, onde caíram prisioneiros dos portuguezes a despeito do aspéto inofensivo, rotos, doentês, depauperados pelas duras provações sofridas. O caso era muito mais grave do que imaginavam os espanhoes, passíveis dos rigores da velha doutrina do *Mare Clausum*. Presumia D. Rodrigo que se eximiria de culpas ao demonstrar como chegara constrangido, sem más intenções, vítima do levante dos seus insubordinados. Mas de nada quizeram saber os da feitoria, sendo obrigando D. Rodrigo a requerer processo judicial para se justificar.

O escrivão que funcionou nos trâmites processuaes era o da armada de Cristovam Jaques, de nome João Vasques Mergulhão, com incertos resultados todavia para o autor. Em fins

(18) v. *Primeiros Povoadores do Brasil*.

(19) La Roncière. *He. de la Marine Française* III, 278.

de 1528 segundo Navarrete, ainda estavam em Pernambuco os companheiros de D. Rodrigo, a saber Jorje Catan (ou Catorico), Marchin Vizcaino, Bartholomé Vizcaino, Gerónimo Ginoves, Alfonso de Nápoles, Pascual de Negro (ou Negron), e Estevam Gomes, síntese viva das tripulações do tempo, recrutadas pelos portos e ilhas do Mediterrâneo e Atlântico, biscainhos, genoveses, napolitanos, portugueses, africanos, e talvez asiáticos. Continuou a marcha do processo com António Ribeiro, sucessor de Cristovam Jaques, até que em virtude de ajustes entre os governos, ou por entendimento dos embaixadores, puderam os míseros voltar a Espanha.

Na época anterior á união das duas corôas ibéricas, vemos muitos casos parecidos, de marítimos portugueses como Estevam Froes, arribados as índias de Castela, ou, espanhoes desgarrados da boa rota, refugiados no Brasil. Seguiam-se longas detenções, á espera do acaso dispor de ambos lados de elementos em igualdade de circunstâncias, que pudessem ser trocados após complicadas provas em juizo e negociações diplomáticas. Enquanto esperavam a liberdade, o recurso dos refens involuntários para matar tempo, era procriar mameucos nas índias oferecidas pela generosa simplicidade das tribus. Nesse passo, estavam em condições bem mais invejáveis que os inúmeros atores desconhecidos de muitos dramas sombrios da nossa proto história.

Um dos mais cruentos foi a barbaridade perpetrada por ordem de Cristovam Jaques contra prisioneiros franceses. Enterrados na areia das praias até o pescoço, serviam de alvo nos exercícios de tiro da soldadesca vencedora.) Foi plenamente alcançado o mobil dos exessos, tendentes a impressionar o adversário, mas não da maneira desejada, porquanto acarretou imediatas represálias de Francisco I, a dispensar cartas de corso contra o comércio português. O sucessor de Cristovam Jaques foi António Ribeiro, cuja atuação seria desconhecida não fosse o processo de D. Rodrigo. Imaginamos que se manteve na expectativa dos acontecimentos com as poucas forças de que dispunha. Pouco adelantaria efetivamente, opor-se á traficância dos corsários pelas imediações, sendo de melhor aviso esperar as providências da côrte. O mesmo se pôde presumir de Diogo Dias, feitor dos Marcos em Igarassú, quando os franceses assolaram a feitoria, nas vésperas da chegada de Martim Afonso de Sousa.

Sabiam todos os funcionários destacados no litoral, que el-rei estava rezolvido a continuar na exploração, polícia e extensão dos seus domínios na costa atlântica sul-americana. Desprezava deliberadamente D. João III o tratado de Tordesilhas, com todos seus sofismas. A expedição sob comando dos irmãos Sosas devia, além de limpar os mares de corsários, dilatar os limites do Brasil á custa

dos de Castela, e em começos de 1531, entravam em Pernambuco, as caravelas e galiões da frota, já vencedores nos recontros que tinham tido com os franceses.] Podiam se ufanar do rápido resultado colhido, à vista de duas naus tomadas, e trezentos marujos e homens de armas aprisionados. Estava igualmente vingado o saque pelos interlopos da feitoria de Cristovam Jaques. Livre a região de inimigos, puderam alguns enfermos das naus descansar, de acordo com o *Diario* de Pero Lopes, em "*hua casa de feitoria que ahi estava*".

Das providências que os portugueses tomaram depois de refeitos, temos o envio de duas caravelas para explorar a costa nordestina até o Marañon dos espanhoes. Frustrado o intento, a expedição acrecida de uma embarcação francesa, continuou derrota para o Rio da Prata. Levava consigo padrões de pedra de Alcântara para ir marcando pelo trajeto a posse del-rei de Portugal, fato inédito naquelas parajens, cousa de que, nem a expedição cabralina, nem as seguintes, tinham cogitado. Era a afirmação de nova política na América Portuguesa, renovando os lusos nos mares brasílicos a praxe que semeara marcos pelo litoral africano e caminho das Índias } (20).

(20) Sobre os primeiros exploradores portugueses, escreveu Edgard Prestage no *The Portuguese Pioneers*, citando o costume de Diogo Cão de levar pedras para assinalar a posse do rei nas terras devassadas: *He took out with him*

Martim Afonso representava o pensamento da expedição de 1530, e Pero Lopes o executor das medidas, que poderíamos chamar policiaes. O seu ânimo empedernido, que raiava pela ferocidade, como deu mostras no oriente, indicava-o para essa casta de missões. De volta para o reino, encontraram em Pernambuco a feitoria saqueada, e no lugar, um forte construído pelos franceses, comandado pelo sieur de La Motte e setenta homens de armas. Alí por perto, havia duas naus que Pero Lopes atacou, aprisionando uma, pondo a pique a outra. Igual desenlace teve o assédio do forte, que se rendeu após um cerco de dezoito dias, em que Martim Afonso se viu auxiliado pelas tribus das redondezas aliadas dos portuguezes.

pillars of stone called padrões, wich he was to set up as marcks of discovery and overlordship; they were more durable than the crosses of wood wich had formerly been used and than the crosses carved on the trunks of trees, wich had contened the early sailors of prince Henry. The idea came from the king, who doubtless approved their design. The shaft and cube above were one block of stone of the kind generally quarried at Alcantara out side Lisbon. The cube was surmounted by a cross; on its face it bore the arms of Portugal, and on its other sides an inscription recording the date and the names of the king and the explorer". Foi provavelmente obedecendo ao costume, que Pedro Álvares Cabral levantou uma cruz de madeira na Baía, quando apanhado de surpresa teve de improvisar padrões.

A ajuda dispensada pelo gentio, era o fruto da convivência pacífica com os elementos de micingação, como eram os antigos ocupantes da feitoria. De princípio não se mostravam prepotentes, contrangidos á brandura pelo pequeno número. Vamos mais uma ves reproduzir trabalho nosso, pois iniciado o mau caminho não custa repetir delitos de lesa leitor, “*cortejou Pero Lopes a quatro dos principaes do lugar encontrados a bordo das naus francesas, tidos por “reys da terra do brasil”. Em Portugal, mandou D. João III, “agasalhar e vestir de sêda” aos confrades, “com muyta diligencia”, e mais cuidados, como se vê na carta com instruções ao conde da Castanheira. Em Pernambuco deixou Pero Lopes alguns homens sob comando de Vicente Martins Ferreira, auxiliado pelo bombardeiro Diogo Vaz. Não devia ser elevado a guarnição das ruinas da feitoria, porque a revista passada semanas antes na Baía á tripulação dos navios portugueses, verificara apenas cincoenta homens válidos para a guerra”.*

A insignificância da guarnição e a impossibilidade de os acudir de momento, exarou a sábia decisão existente nos arquivos de Estado, modelo da arte de governar de D. João III, a que alguns hão de achar sabor levemente acaciano: “*se ficaram tam poucos. Portugueses e ella (a fortaleza) tam fraca, que lhes lleyxou mandado que, se fossem Franceses; se sallvasem pella terra, e os nom esperas-*

sem...” (21), ademais era o que desde muito praticavam os que lá estavam. Veio o reforço para manter a soberania de Portugal, moldado pelas informações dos vencedores, “...*Pero Lopez me deu cõta do que era necessario sobre Manuel de Braga e Vicente Martines, pilloto, e lloguo mãdey fazer as provysões necessarias...*”. Devia ficar a feitoria sob comando de um oficial, naquele tempo, na costa da Malagueta com o futuro donatário. “*Eu ey por meu serviço que o dito Duarte Coelho se venha lloguo hás ditas Ilhas, (dos Açores) e que envie da dita costa hũa caravella armada cõ sesenta homens pera o Brasyll, ao porto de Pernambuco, e que vaa nella Pallos nunez, o quall estaa por capitão da gente que laa lleyxou Pero Llopez de Sousa...*”. Em 1535 chegava o oficial designado ao seu posto, último funcionário del-rei antes do regime das donatarias.

* * *

A guerra entre Francisco I e Carlos V desviava a atenção da França e da Espanha dos empreendimentos portugueses. Sempre foi a providência da monarquia lusa os desaguisados de outrem, graças ao que pôde conservar o Brasil apesar da cobiça de nações muito mais poderosas. Os planos de Catarina de Médicis ou da Companhia das Índias Ocidentais; a resistência de Castela ás infil-

(21) Cartas de D. João III ao conde da Castanheira.

trações de portugueses na Amasônia ou Prata; as tentativas particulares de Villegagnon, Lord North ou de La Ravardière; malograram-se sucessivamente pelos imprevistos da política internacional européa. Organizadas em momento inoportuno, desfaziam-se no nacedouro ou viam-se privadas de socorro quando dele mais necessitavam, e enquanto Inglaterra, Olanda, França, Espanha, guerreavam-se entre si, folgava o português na América.

[A situação de D. João III seria boa, e favorável a melhores métodos de colonização, não fossem os insanáveis apuros de dinheiro em que se debatia, obrigando-o por seu lado a tergiversar no terreno diplomático. Muito fazia Portugal em não admitir atividades estranhas nos mares, que o Vigário de Cristo lhe tinha presenteado, notável afiutesa á vista dos recursos de que dispunha. Só depois de muita manha, concedia examinar as reclamações que lhe dirigiam, renitente em dar quaesquer vantajens ou compensações aos competidores. Deante da má fé do monarca português e desmedida ambição do espanhol, costumava repetir Francisco I, que muito dezejava ver o testamento de Adão excluindo-o da partilha do mundo. A posse lusã estendida do Amasonas ás lagoas do sul, dependia portanto muito mais da política europea, cheia de incidentes, como as guerras do imperador, do que das atribuições difusoras do catolicismo, doadas por Eugênio IV a Portugal em nome da cristandade.

Das repercussões de negócios pernambucanos nas chancelarias da Europa, temos fonte de informação daquele período, no processo intentado pelo barão de St. Blancard a Pero Lopes de Sousa, e comerciantes portugueses, pelo aprezamento da nau *La Pellerine*. Reclamava os clássicos *domages interêts* tão apreciados de seus patrícios, e ficamos sabendo pelas alegações, ter gasto 4.000 ducados no fortim, e perdido na carga das embarcações mais de 5.000 quintaes de pau brasil, 600 papagaios, macacos, miudesas, tudo somando 62.000 crusados.

A defesa teve ainda, a virtude de nos facultar alguns conhecimentos sobre a disputada feitoria de *“fernãbuquo porto do brasil, onde estava um castelo e fortaleza feita por elrey noso sôr e seus vassallos portugueses a qual avia trinta anos e mais que no dito porto era feita e era o dito castelo e porto habitado pelos portugueses que tinham ay suas casas de morada avya Rta. (quarenta) anos e mais e ao tempo que se diz a nao do auctor ay chegar estava no dito castelo feitoria do dito sôr e de muitos mercadores portugueses que tinham ay muitas mercadorias asi de Portugal pera tratar, como da terra que tinham avida s. (a saber) pao de brasil, algodões, pelles danimaes de diversas cores, papagaios e bugios e oleos e escravos e outras muitas mercadorias de muita valia e asi tinham muita artelheria de cobre e ferro e polvora, lanças, e bestas es-*

pingardas e outras armas offensivas e defensivas pera sua guarda e contra seus inimigos.

Nos mesmos autos, mostra um certo autor, que o primeiro provará “*entende provar que em 1531 (aliás 1532 segundo J. de Freitas in rev. Lusitania fasc. IX, vol. III.) ao tempo que o autor diz que a sua nao e gente chegaram “a costa do brasil ao porto de fernambuquo e ja dantes avia mais de 30 anos estava no dito porto edificada e feita por portugueses vasalos del rey noso sōr huma fortaleza com casa de feitoria e nella estavam feitores e escrivães e outros officiaes do dito sōr e de muitos mercadores portugueses”* (22).

Em regra o que se prende á chicana deve ser examinado com precauções, porque os litigantes deitam mão a todos os recursos para serem bem sucedidos. Afirmavam no caso os portugueses, “*tenham ay suas casas de morada avya quarenta anos e mais*”, repetição do que antes tinha dito Estevam Froes numa contenda jurídica. Assegurara o adversários de Pero Galego em 1514, “*...V.A. possuia estas terras (Brasil) ha vinte annos e mais...*” com o mesmo exagero, a recuar com fins idênticos o descobrimento para antes da viagem de Colombo. Não obstante, a despeito da palpavel tendenciosida-

(22) A primeira versão cita igualmente “*castelo e fortaleza*” em Pernambuco, mas continuamos a crer que era apenas uma palissada protegendo ranchos de madeira e palmas.

de desses documentos, um dia hão de servir para escritores intoxicados de nacionalite aguda, não só provar a premeditação do descobrimento da Terra de Santa Cruz, como ainda demonstrar como de muito precedeu ao de todo o continente.

Aceitamos como demonstrado no caso que nos interessa, através do *Diario* de Pero Lopes e cartógrafos castelhanos, que ao se instituir as capitánias hereditárias, só existia na região um estabelecimento de europeus, alternativamente em mãos de lusos e franceses. Talvez tenha havido outros temporários pelas redondasas, como o da ilha de Santo Aleixo, mas não passariam de simples palhoças. Acerca do principal conhecido, situado a oeste da ilha de Acenção ou Itamaracá, á marjem direita do futuro rio de Igarassú, marcaria Diogo Ribeiro no seu mapa, "*Aqui tiene el Rey de portogal en pernãbuco una fatoria donde tiene mucha cantidad de bratil cogido para las naos q. ban acargar*". Era onde Paulo Nunes, mais o "condestabre" Cristovam Pero Franco, e os homens de armas chegados pela caravela *Espera*, aguardavam o antigo chefe Duarte Coelho, no dia da sua chegada.

Encaminhava-se aos poucos a solução do primeiro problema pernambucano. Formava-se em torno dos barracões primitivos a massa proletária colonial, a exhibir todos os matisés, desde o corumim de orijem normanda, de olhos asues e cabelos dourados — segundo autores antigos — ao índio puro,

asiático, acobreado, cabeleira corredia. Era o em-
brião das populações duartinas, compensadoras
para o donatário da falta de brancos e pretos com
que de princípio teve de lutar.

Poucos não foram os obstáculos que se anto-
lharam a D. João III antes de assegurada a defesa
do norte do Brasil. Os que estudam o período ati-
nam logo com dois fatos salientes no reinado; as
agruras da administração portuguesa, e o esforço
do príncipe em socorrer-a. De Évora, do fundo do
velho alcácer real, perscrutava o príncipe atento,
próvido, incansavel, os comboios atravessando os
mares em busca de dinheiro. Numa carta escrevia
estas palavras, que são o resumo da política impe-
rialista do tempo: "...vos sabeis muy be quam
apertadas levam as comissões todas minhas armadas
e capitães que pelo mundo navegam, pera nunca
poderem errar, guardado o que lhe por my é man-
dado...". Quanta significação nas instruções lapi-
dares a expor todo um sistema! As formas ditato-
riaes trazem pesados encargos aos povos a elas sub-
metidos, mas é inegavel que imprimem extraordiná-
ria potencialidade na realização de vastos desígnios.
É o que verificamos no Portugal da Renascença, es-
gotado de meios, porém sempre animoso em querer
abarcár o comércio de especiaría do mundo.

Será ocioso lembrar, que as dificuldades ainda
hoje experimentadas por nações poderosas nos em-
preendimentos coloniaes, eram infinitamente maio-

res numa era de navegação primitiva como a quincentista. Temos de nos deter no assunto antes de chegarmos ao donatário de Pernambuco. Os perigos da travessia marítima dificultavam a transferência de gente e recursos materiaes, embaraços encarados sob côres sombrias pela opinião popular. Havia pelas aldeias do reino, quantidade de mulheres sem notícias dos esposos, que tinham partido para a Índia, dizendo pelo desespero e miséria o custo da aventura imperialista. Conjugavam-se além disso, temporaes, corsários, estado dos barcos, para desvanecer o entusiasmo de eventuaes imigrantes. Só ouro espalhado a mancheias poderia sanar inconvenientes e remover esitações, era porém o que mais faltava, mais que diligência nos organisadores das capitánias, e corajem nos povoadores. Antes de haver-se com franceses, índios e natureza bruta, tinha o imigrante de atravessar o oceano, começando as suas aventuras ao transpor o que foi durante séculos uma das maiores barreiras ao progresso da humanidade.

A NAVEGAÇÃO PORTUGUESA

As invenções e aperfeiçoamentos nos domínios náuticos, foram resultado do lento sedimentar de contribuições das mais variadas proveniências, dos homens pertencentes as mais diversas raças e religiões. O tráfico comercial, as guerras e o aprisionamento de naus, o serviço mercenário de tripulantes, ou a espionagem dos governos, difundiam pelo Mediterrâneo e proximidades, a arte de construir barcos e a ciência da navegação. Levaram séculos os progressos, estabelecendo os entendidos, o fim da Idade Média para o navio de vela navegar paradoxalmente contra o vento (23).

Na evolução até o barco transoceânico, Portugal ocupa lugar em evidência. Afim de evitar de longas vamos sintetizar. Em uma palavra, agrupara o infante D. Enrique em Sagres,

(23) *“Todo vento lhes faz geito, de modo que com vento de ilhargá, bolinão em direitura...*

E para ir o mesmo navio em senso contrario, não têm mais que mudar o velame, o que mui prestes se faz”.

De Rebus Emmanuelis, Jeronymo Osorio, trad. por Francisco Manuel do Nascimento.

conhecimentos científicos e práticos, de judeus, árabes, maiorquinos, italianos, alemães e portugueses, conseguindo tipos de barcos enaltecidos por Cá da Mosto, "*porque sendo as caravelas de Portugal, os melhores navios de vela que andam sobre o mar, e sendo estes bem providos de todo o necessario, julgava impossivel não poderem navegar por toda a parte*". Ajuntaremos nós á opinião do venesiano, mais a casta de homens formada pelo infante para comandal-as, num conjunto de navegantes como nunca dantes houvera.

[Dos árabes teria vindo o nome e tipo das caravelas. Dos portugueses o seu dilatado raio de ação. À cabotagem pelo litoral mediterrâneo, aconselhara velas triangulares para navegar de bolina, combinadas ás veses com outras quadrangulares (24). O abuso que por muitos motivos se fez da mistura, era condenado pelo *Livro da Fabrica das Naos* do padre Fernando de Oliveira. Acoimava as "caravelas de armada", como lhe chamavam, de "*genero de navios misturado e neutro, e as partes que tomam de cada um dos outros generos, serem peores, como mulato*". A despeito da sua opinião, foram empregadas por muitos navegantes, inclusive Vasco da Gama, que por conveniência de segurança tinha

(24) Os navios antigos redondos estavam providos na maioria de velas quadrangulares, de onde por metonimia foram consideradas "velas redondas".

velames assim dispostos entre as embarcações debaixo do seu comando. A última em serviço extinguiu-se em 1663, sendo uma das razões do relativo pouco êxito que tiveram a apontada por Fernando de Oliveira, "*Porque, mudando-se a forma da vela, cumpre mudar-se a fabrica do fundo, a qual já não pode ser mudada*". As formas do velame a corresponder a do casco, serviam para D. João II propalar com astúcia, que "*navios redondos*" não tornariam da Mina por causa das correntes. Afiança Garcia de Resende na sua *Crónica*, ter mandado o monarca, á guisa de prova, velhas urcas flamengas quasi imprestáveis ao golfo de Guiné, afim de que as dificuldades da viagem desanimassem os possuidores de barcos impróprios para longas navegações "*... e isto porque em nenhuma parte da Christandade os ha, senão as caravelas de Portugal e Algarve*".

As caravelas latinas, ou de vela latina, si o leitor preferir, eram menores, mais baixas, leves, rápidas e maneáveis. Foram as que os portugueses empregaram na conquista do comércio do oriente e occupação da costa brasileira (25). Os seus con-

(25) O *De Rebus Emmanuelis* de Jerónimo Osório, refere-se ao baixel "*dos que chamão caravellas em Portugal*" mandado fazer em Moçambique por Vasco da Gama. As madeiras vieram condicionadas do estaleiro de Lisbôa, tendo sido armado o barco como no reino, com os caraterísticos de seu tipo que eram os seguintes: "*Não tem cestos de gavea, nem*

correntes espanhoes pelo contrário, preferiam navios altos, de vela quadrangular ou redonda, proporção desageitada para a artilharia, causa da derrota da “Invencível Armada”. Neste ponto consistia a principal diferença entre as duas marinhas, embora como vimos, uzassem simultaneamente os dois tipos na mesma armada, quando não os dois velames na mesma nau, tanto entre castelhanos como portugueses. Na obra de Navarrete ha uma comunicação de D. Garcia de Toledo a D. João de Áustria: “Yo queria navios que en necessidad los podiera remolcar facilmente y llegar-se com ellos al enemigo y estos no veo ningunos mais adatos que carabellas de Portugal por que de mas de ser ligeras, son grandes veleras y muy aparejadas para meneallas de una parte à otra, sin confusion ni embarazo”. Entretanto, perdurou a orientação nos meios officiaes, algo rotineiros da Espanha, que só os embates com ingleses puderam remover.

O assunto do raio de ação dos barcos europeus trouxe-lhes muitas modificações. Transformaram-se cascos, mastros, armamento, capacidade e arquea-

vergas fazem angulos rectos com os mastros, mas pendem obliquas d'Huma alça que as segura por baixo da cabeça do mastro, e a base da vela que é triangular, roça quasi pelas amuradas... De vasos desta feição se servem na guerra maritima os Portugueses, pelo muito ligeiros que eles são, sendo-lhes muito maneiro apontar a proa ou a popa o conto destas vergas”, etc... Quirino da Fonseca. A Caravela Portuguesa, 139.

ção, de acordo com o serviço que lhes pediam. A caravela passou das 50 toneladas do século 15 para 150 e 180 do século 16. Decretava a esse respeito D. Manoel I, "*A verdadeira tonelada ou tonel de vinho, deve levar 50 almudes*". (26). Contando as dimensões para uma caravela de 180 toneis, 24 metros de comprimento total, altura da roda da proa 7 metros, e boca 8 metros e 25 centímetros.

* * *

Com tão diminutas proporções qualquer acidente, encontro com simples cetáceo, ou cousa semelhante, bastava para perturbar a marcha do fragil barco. Assim, de uma feita, "*Ruy Vaz Pereira, passando o cabo de Boa Esperança, indo uma noite com todas as velas mettidas, subitamente esteve o galeão que do como se encalhara em alguma cabeça de areia... acharam que o galeão nadava e que um monstro do mar os detinha o qual fazia pegado na quilha do galeão, por todo o comprimento delle, sendo de vinte e um rumos, que são cento e cinco palmos; com o rabo detinha o leme e com as azas, ou barbatanas, abraçava os dous costados da nau, de maneira que chegavam até a mesa da guarnição, a cabeça do qual que foi a derradeira coisa que mostrou, seria do tamanho de uma pipa, e junto della umas trombas*

(26) Quirino da Fonseca, ob. citada, 266, 267.

por que lançava maior espadana de agua que uma baleia, o que alguns houveram ser espirito mau; outros, querendo-lhe fazer remesso de lanços, fiskas e arpões, o Capitão não o consentiu, porque com a furia da dor ao espedir-se, não sossobrasse o galeão; finalmente o capellão da nau o esconjurou, e com alguns exorcismos, elle, ao cabo de um quarto de hora que os teve espantados e temerosos, abaixou as barbatanas e espediu-se por baixo, sem fazer mais que respirar grande quantidade de agua pelas trombas (27).

Realizada a conquista, restava o transporte de gente, gêneros, animaes e material, sacrificando-se a ligeiresa das embarcações a favor da capacidade. Foi quando predominou o emprego do chamado galeão para indicar um tipo maior de navio.¹ Sempre discutiram os peritos as dimensões dos que enfrentavam a longa carreira do oriente. Fernando de Oliveira noticia, "... algúas pessoas dizião, que se fizesse nauios pequenos pera a uiagem da India; mas a my não me parece o seu conselho acertado..." (28). A lotação devia arquear, segundo autoridades "singulares de entendimento e saber" do tempo de

(27) Navegação de Ruy Vas Pereira em 1521 in Simão Ferreira Paes, *As Famosas Armadas Portuguesas*.

(28) O tipo preconizado por João Pereira Côrte Real era o galião de 3 cobertas, "nesta forma que sejam de dezoito rumos de quilha, e quinze palmos de pontal, e sete palmos de dous tersos de cubertas e trinta palmos de roda..." arquean-

D. Manuel I e D. João III, nunca menos de 500 toneladas (29). No geral teriam duas cobertas, mostrando-se intermediárias entre a caravela e a nau, embora houvesse no serviço asiático de todos os tamanhos, de forma que a tonelagem não serve de base para especificar o tipo de barco. O galeão *Piedade*, que foi a Índia com Vasco da Gama em 1524, contava 100 toneladas e navegava ao lado de muito maio-

do 800 toneladas, capáses de levar "*bastante pra. Pimta. e carga e poder pelejar q. he o que Sua Me. pretende, e de menos trabalho para gente da navegação*". As de tres cobertas regulavam quasi em eficiência com as de quatro, as quais "*traziam tres mil qes de Pim.^{ta} em seus lugares q. he o porão e prim.^{ta} cuberta do mastro a Prov... aonde não pode por Regm.^{to} vir outra fazenda senão Pimenta, e o mais vem carregada de lastro pra. poder navegar por a Pim.^{ta} ser leve e vir pouca, e os direitos rendem menos de trinta contos*". Havia de tres cobertas que transportavam cinco mil quintaes e rendiam quarenta contos, com a vantagem de se prestarem melhor á navegação. As de quatro dispunham naturalmente de ainda maior capacidade, comtudo prejudicando a boa marcha quando completamente lotadas, de sorte que este é o motivo dos reparos de Côrte Real, porquanto não se mostravam tão superiores a ponto de justificar a sua exclusiva adopção. Nem tanto se devia atentar á carga transportavel, mas também á segurança do barco e á da equipagem.

(29) Segundo o sr. Quirino da Fonseca as antigas medidas do porte em toneis seriam de aproximadamente 1,26 toneladas métricas, para cada tonel, "*100 tonéis correspondiam pois, a cêrca de 126 dessas toneladas*". v. Quirino da Fonseca, in *Ha. da Expansão Port. no Mundo*. III — II. 39.

res, havendo na época unidades saídas dos estaleiros do reino que excediam o triplo.

Na confusão existente sobre galeões, julgamos dever citar a velha, porém sempre acatada autoridade, do almirante luso Bras de Oliveira, "*A introdução de navios com esse nome em Portugal data do primeiro quartel do século XVI. Anteriormente a essa epocha, não ha vestigios da sua existencia nas nossas chronicas, o que não é muito de admirar, visto que, tendo desaparecido quasi totalmente das armadas portuguezas regulares as galés... é naturalissima a ausencia de navios, cujo typo d'ellas derivava. Originarios do Mediterraneo, presumivelmente de Veneza, os galeões parece terem chegado a Portugal por intermedio da Hespanha, onde o seu uso geral não era talvez tambem muito remoto.*"

Outro tipo bastante vago é a "nau" de maiores proporções. Não podemos especificar amiudadamente os seus característicos. Cristovam Colombo chamava caravela a um dos seus navios pequenos, e ao superior em tonelagem, nau. O mesmo diziam marinheiros e cronistas da época, de modo que adeantamos serem talvês designadas por nau, as maiores embarcações do tempo em que se organizaram as capitánias do Brasil. No reinado de D. Manoel I não excediam 400 toneladas os navios da Índia, nos diz Severim de Faria, constando que a primeira nau superior em peso e tamanho, em boas condições de

navegabilidade, foi a *Santa Catharina do Monte Sinai*, de 800 toneladas construída em Cochim.

No fim do século 16 e começo do 17, atingiam as naus portuguesas porte desconhecido nas armadas dos países do norte da Europa. O francês Fournier descrevia-as sob nome de “carraques” (30), como *“les plus grands vaisseaux du monde á ce qu'on estime, et ne peuvent naviguer á moins de dix brasses d'eau... Ces grandes carraques ont donc quatre ponts ou estages, et en chacun estage un homme tant grand soit, il peut s'y promener sans toucher de la tête au pont ou tillac, voire s'en faut plus de deux pieds. La poupe et la proue sont plus hautes que le tillac de plus de trois voire quatre hommes; de sorte qu'il semble que ce soient deux châteaux élevés aux deux bouts, et peut y avoir trente cinq ou quarente pièces de canon de fonte verte, car ils n'usent guère de pièces de fer comme nous faisons; et leur canon est du poids de 4000 à 5000 livres. Le moindre est de 3000 livres. Outre cela, il ne laisse d'y avoir quelques petites pièces comme espoirs et pierriers qu'ils mettent dans les hunes, qui sont si grandes qu'il ne se trouve arbre si grand et si gros qui y puisse suffire... Ces vaisseaux sont bons voiliers le vent en poupe, mais*

(30) Designação antiga para grandes navios redondos construídos em Venesa e no resto da Itália desde o século 14, cujo nome foi estendido pelos engenheiros marítimos ás naus de outros países.

ne valent rien le vent à la bouline... Ils ne vont que pour les marchandises, jamais pour la guerre... Les hommes qui entrent dans ces carraques sont au moins six cents et au plus treize cents ...dont sept à huit cents soldats”.

Contavam segundo o autor, de 1500 a 2000 toneis e mais, com dimensões quatro ou cinco veses maiores do que “*a caravela antiga meã*”, largamente empregada no fim do século 16. A descrição contém todavia notáveis exageros, barco algum da época precisava de 10 braças de agua, nem tampouco no século 17. Os enganos de Fournier vêm com certesa da demasiada fidelidade com que plagiou Pyrard de Laval, como recordam as pags. 114 a 116 da parte II da *Navegação* do lavalense.

No entender do almirante Bras de Oliveira, a partir de 600 toneladas as naus arcavam tres cobertas, onde estava a grande diferença com o primitivo galeão (31). Temos sempre de atender que os navios conservavam o nome inda modificassem o seu tipo no correr dos anos. O galeão luso-espanhol do século 17, podia destarte dispor de quatro cobertas, e dos demais carateristicos dados por Fournier na *Hydrographie*. Diz Fernando de Oliveira serem as car-

(31) As estampas representando galeões portugueses cerca de 1535, nas pinturas do Alhambra ou nas tapeçarias de Madrid, mostram ainda grande semelhança com a galera, o casco direito, estreito, chato, terminado por um esporão. v. Romola e Anderson 128, 129.

racas italianas, urcas alemãs, galeões portugueses, naves castelhanas, semelhantes no aspéto, e apenas diferentes em o nome. As naus de quatro cobertas apesar do armamento não eram arriscadas na guerra. Quasi que só serviam para o transporte de mercadorias, escoltadas por galeões de tres cobertas, melhores de manejo e apropriados a operações bélicas. Chama Pyrard de Laval a estes vasos, "*galiões de Biscaye*", de sete a oitocentos toneis por terem sido talvêns adotados pelos armadores do norte da Espanha. Equivaliam ás urcas de Flandres, ou certos navios franceses, e foram empregados nas Índias para o policiamento dos mares, assistência aos vice-reis, proteção de comboios e serviço de avisos. Com eles negociavam os portugueses na China, Japão e Malaca e eventualmente na falta das grandes "*Caraques*" mercantes, como diz o lavalense, eram utilizados para o transporte de pimenta. No entanto, apesar dos serviços, os officiaes de galiões estavam numa categoria abaixo dos da grande nau, diferença que se concebe pela necessidade del-rei em colocar nos mais preciosos vasos os seus melhores capitães e pilotos. O prejuizo dado pela perda de uma dessas embarcações, no dizer de Pyrard de Laval, ... *pillez sur les Portugais*", por ingleses ou olandeses a infestar o extremo óriente no século 17, "*estoiént estimez à plus de deux millions d'or*".

^ O tamanho das naus colocava os mareantes no dilemá, de quanto mais aumentavam a superfície das

velas redondas, menos possibilidade encontravam de facil manejo como nas triangulares. Os mastros passaram a quatro, os principaes altíssimos, compostos de quantidade de peças, fortemente ligadas para suportar o grande velame dos tipos sucessores das caravelas. De cada lado dos mastros, as exércias, ou seja a rede de cabos e escadas que as compunham, ajudavam a sustel-os e dar acesso ás vergas e gáveas. Concorriam os chapiteos de popa, de diversa altura, baixos nos latinos, altos em as naus (no geral, porque a experiência modificava constantemente as partes do navio), para dificultar com mastros, cordas e exércias a manobra (32). Tivera em consequência a frota portuguesa, de se dividir em navios ligeiros, de velame próprio á na-

(32) *“É que com o q. haviam mister as naos de quatro cubertas q. até agora se fabricarão, como averão mister as que se querem fazer de tres cubertas de vinte Rumos as emxarceas q lhes havião de servir de masto e traquette possão servir de masto grande, q he couza incomportavel ser necess°. emxarcear hua nao destas de quatro cubertas. E as de tres de tantos rumos com seis centos e cinquenta q°. E settecentos de emxarceas afora as amarras como poderão navegar comtanto pezo nos Mastos e bem pode ser q as naos que desaparece, que m.ºas vezes se cuida ser por causa do fogo, sem se ter noticia dellas seja por sesobrarrem com tanto pezo em sy nos mastos e mastareos, de enxarceas e não poderem amaynar, nem vellas da gavea, e nem as mais vellas com a brevidade que conue quando lhe dá o tempo e com o m.ºo pezo da emxarcea nas Cabeças se irem ao fundo.*

vegação de barlavento, e pesadas naus transoceânicas, de vento largo. As primeiras combatiam á distância, apertando a velocidade em caso de insucesso; as segundas pelo contrário, procuravam a abordagem, alargando as proporções da gávea no alto do mastro, utilíssima para golpear o adversário. Era onde estavam á espreita os melhores atiradores, traça que durou tanto quanto a navegação de vela. Foi do tiro partido de um "nid de pie" do *Bellorophon* que morreu Nelson na batalha de Trafalgar.

O casco muitas veses também sucitava impecilhos á marcha na caravela dos descobrimentos. Os reforços da quilha apresentavam asperidades ao deslizarem na água, que neles arrebetava mesmo em dias calmosos levantando nuvens que iam para o interior do barco. Era custoso suprimir o inconveniente por várias rasões, em que entravam

E assy já que se mandão fazer naos de tres Cubertas, conuem sejão manuaueis. E que p.^a a despesa e menos emxarceas, velames e com mais faseis mastos fiquem seruindo pr.^a viagens da India, e depois possão seruir nas Armadas da Costa e Ilhas". João Côrte Real. A Fabrica das Naus da Carreira da India no século XVII. 10.

A segurança dos grandes galeões melhorou com o emprego das madeiras de terras intertropicaes. Pyrard faz-se eco dos navegantes, que diziam ter certa "Caraque" construida em Baçaim, região madeireira por excelência, batido todos os recôrdes de travessias com vasos do seu tipo, atingindo a seis entre Portugal e a Índia.

além da rotina, a necessidade de arcos de reforço, não tanto para quando navegava, porém na inspeção e limpeza, o casco retirado em terra, podendo o seu peso desconjuntal-o. A forma das naus redondas, que tinham acrescentado ao chapiteo de popa das caravelas um alto castelo de proa (33), lembravam vistas de longe a casa de noz. A semelhança era tal que em pouco se tornou sedição a comparação aplicada a embarcações, defesa em absoluto a autores que se prezumem de orijsinaes.



Dispomos de relativamente poucas descrições sobre viagens portuguesas no tempo das capitánias, comtudo as que existem, evidenciam a absoluta falta de comodidades martirizando os passageiros. [As naus redondas de comércio eram difíceis de governo, lentas de manobra, semicilíndricas por baixo, o que lhes imprimia exessivo balanço e pouca segurança. Navegavam lentamente, tudo sacrificado á solidês indispensavel para as longas navegações. "Dei-

(33) *Vivielle et La Røerie*. Um dos progressos da técnica naval foi o revestimento exterior desses arcos, que assim se tornaram internos. Lucrou o casco melhores qualidades náuticas no ponto de vista da marcha, mas vinha a sofrer do inconveniente de um grande acréscimo de peso na querena, que retardou por muito tempo a adoção da providência nas pequenas caravelas quinhentistas.

tar de escota folgada quatro a cinco milhas já era bom andar”, diz Bras de Oliveira, lentidão que hoje apavora ao considerarmos a temperatura do Equador, tormentas, dificuldade na conservação dos alimentos, e a exigüidade do espaço reservado para os viajantes.

[A câmara principal era debaixo do chapiteo, onde estava o comandante; no pavimento inferior os minúsculos camarotes dos officiaes; e os marujos e soldados alojavam-se como podiam na tolda. Antes dos aventureiros franceses, que trouxeram o pesadelo da guerra de corso, era diminuto o armamento das naus mercantes, o pouco espaço que havia ainda estorvado pelos *gasalhados* da guarnição, que chegaram pela sua quantidade a impedir o jogo da artilharia.

Em 1583 findou o contrato com Manuel Caldeira, ao qual el-rei dava 70.000 crusados anuaes para ajuda da fábrica das naus. Foi concedido aos armadores seguintes o estanco do anil de Cambaia como subvenção. O saldo que davam as naus no fim da jornada era variavel, e não entrava no cômputo das quantias que podiam auxiliar a construção de embarcações, porque mal podia suprir as outras despesas del-rei.

Em 1588 renderam 5 naus 135.178.531 reis com um proveito líquido (ou tido por tal) de 4.800.000 reis cada uma. Em 1586 e em 1590 uma

dessas naus, a *Santo Alberto*, rendeu muito mais, cerca de 40.000.000 em cada entrada em Lisboa de volta da Índia.

Os porões na ida para o oriente, levavam pouca cousa. Linschoten nos dá a relação: “...*a çavoir quēlques tonneaux d’huile & de vin, & autres marchandises particulieres, outre la provision & le balast. Ce qu’on y porte le plus ce sont reales de huict, de la valeur de quarante sols, lequelles les Marchands envoyent pour acheter le poivre, & font trafic de cest argent comme de Marchandise, laquelle leur apporte, selon le compte fait, quarante pour cent de profit*” (34). Por aí podemos imaginar como jogavam as naus, e sacudiam os míseros passageiros, porventura destinados a escala do Brasil.

Na volta vinham os porões cheios a mais não poder, deixando apenas um claro para a bomba. Era costume revesti-los de grandes esteiras, quando não dispunham de forro, afim de proteger drogas, especiarias, ou outro gênero, transportado a granel sob o baileo. Muitos carregamentos chegavam avariados, com o fundo da nau apodrecido por infiltrações impossíveis de evitar durante a viagem. Generalizou-se então costadear por dentro com madeira, dispostos ainda anteparos volantes pelo porão, com os quaes os marinheiros estivadores podiam sepa-

(34) Linschoten. *He. de la Navigation.*

rar, e convenientemente dispor aqueles “enormes depositos de riquissimas mercadorias que abarrotavam os porões das nossas naus da carreira da Índia nas viagens de regresso para o reino” (35).

Lavanha depois de aludir ao imperfeito trato dos cascos, condenando “a invenção italiana” de dar querena a nau no mar em ves de tiral-a a monte, costume trazendo redução em o numero de viagens para duas, em lugar de dez ou doze como outróra, volta-se contra outro mau hábito, que era o de sobrecarregar as embarcações, “Os navegantes não são menos culpados neste dano, importando-lhes mais, pois aventuram as vidas na nau no qual carregam sem a necessaria distribuição das mercadorias, arrumando as leves na parte inferior e as pesadas na superior, devendo ser ao contrario. E por enriquecerem brevemente de tal maneira a sobrecarregam que passam a devida proporção da carga á nau, a qual excedida, é forçado que fique incapaz de governo, e que precedendo qualquer das causas apontadas abra e se vá a pique ao fundo...” (36).

Recorremos, na falta de descrição de viagem lusa que se quadre no momento, á de Jean de Lery, realizada em semelhantes condições alguns anos depois. Logo ao entrar a bordo, impressionou-se e com a desproporção entre o insignificante barco e a

(35) Bras de Oliveira. *Estudos sobre navios Portugueses*.

(36) *Historia Tragico Maritima*.

imensidade do oceano. A tristeza da despedida inspirava-lhe melancólicas reflexões, de par com alguma inquietação: “...*embora os navios sejam construidos de madeira grossa, bem ligada, cavilhada e alcatroada, tendo aquele em que eu estava quasi oito toesas de comprimento e tres e meio de largura, o que é isso em comparação dêsse báratro, e dessa larguesa, profundidade e abismo d’agua, como é o mar do poente?*”:

Rasão tinha para o desalento, pois não tardaram sustos. incômodos e reaes perigos. Desabafou Lery em eloqüente pintura, “*O que porém direis, vós, delicados senhores, que quando molestados pelo calor, depois de mudar de camisa, e ter-vos cuidadosamente penteado, tanto apreciaes repouzar em elegante sala fresca, sentado em boa cadeira, ou em leito macio, e não podeis vos alimentar sem louça bem luzidia, copos bem enxutos, guardanapos brancos como neve...* Ora proseguirei no meu assunto dizendo, que a nossa aflicção nessa zona ardente chegou ao cúmulo, quando as grandes e contínuas chuvas penetraram até os paioes estragando e mo-fando a nossa bolacha; de que dispunhamos bem pouca, e tinhamos de come-lo pôdre como estava, e sob pena de morrer de fome, não perder bocado, engulindo-o com os vermes de que estava coberto, tão numerosos quanto as migalhas que faziamos ao partir o alimento. Como si não bastasse, estava a nossa reserva de agua dôce tão corrompida e con-

taminada de vermes que todos eram levados a cuspir-a. Mas o pior é que, obrigados a beber-a, tinhamos de segurar a taça com uma mão e tapar o nariz com a outra por causa do fedor”.

Conclue Lery, que dos infelises ainda vivos depois de uma travessia, podia-se dizer na expressão corrente entre seus patricios “*qu’ils avoient mangé de la vache enragée*”...

O mal estar a bordo aumentava na proporção do número de passageiros. Dois séculos depois de falecido Duarte Coelho ainda se registavam cenas tétricas em fragatas de 30 canhões, sem diferença alguma do tempo das caravelas, porque si aumentara o tipo de navio, aceitavam por outra, os capitães, maior quantidade de gente. Conta o padre Caetano Catâneo: “*Porém o mais penoso e o que por certo maiores ocasiões me ofereceu para exercitar a paciência, era a indivisivel multidão de pulgas, percevejos e principalmente piolhos, que neste calor crecem inumeráveis, sem que tivéssemos esperanças de alívio, já porque não havia espaço para limpar as roupas que estavam cheias, já porque teria sido inutil, porquanto bastava entrar uma ves no reservado dos soldados e marinheiros no exercicio de confessar, rezar ou casos semelhantes, para voltar á câmara cobertos e comunicar aos companheiros. Imaginem uma nau em que eramos tantos que apenas podiamos mover, e cuja maior parte, marinheiros, soldados e outra gente, dormiam sem-*

pre vestidos sem mudar de roupa, pentear-se, etc.... de sorte que a noite em ves de servir de repouso era um verdadeiro martírio” (37).

Passageiros de categoria compravam lugares a bordo, além do preço que tinham pago em terra. Segundo Pyrard havia até de trezentos crusados, compreendendo acomodação para si e espaço para bagagens ou mercadorias, e mais os indispensáveis gêneros de boca, que era preciso levar para não curtir fome durante a viagem: “*Ces Navires sont extremement sales & infects, la plupart ne se soucient de monter en haut pour les necessitez, ce qui est cause en partie qu’il y meurt tant de gens. Les Espagnols, François & Italiens en font de mesme, mais les Anglois & les Hollandois sont fort propres & nets*”. Reeditava-se com os passageiros o que sucedia nas galeras com os remadores, onde atrás de enfeites, sedas, panos de ras, veludos e bordados de ouro a enfeitar os conveses, apodreciam os galés, cobertos de sevandijas e postemas, afundados no próprio excremento, obrigando os fidalgos da oficialidade a ter constantemente o lenço no narís, orijem do enorme consumo de perfumes violentos entre a nobresa da época.

Para remediar os inconvenientes empregavam os tripulantes os meios descritos pelo capuchinho Dionígio Carli da Piacenza. Os efeitos do pesado ca-

(37) Ramon Cárcano, *Ha. de los medios de Comunicacion.*

lor equatorial geravam em dado momento *profundo silêncio*, “*e questo è pessimo segno in tanta centinaia d’huomini*”. Chegados a este ponto intervinham energicamente os portugueses, “... *fatti Maestri dal continuo passaggio della Linea... cominciarano a dar di mano à remedij, & il piú giouevole è questo di pigliar un cattino, ò conca d’aqua, e denudati vi si pongono à sedere dentro, standoui qualche spatio, e ciò quattro, cinco volte in 24 hore; doue rinfrescandosi quelle parti, subito ne senti non poco giouamento il capo, e tutto il corpo; e fecero tutti...*”. O exemplo era geral, o conselho exelente, digno de ser imitado pelo capucho, “*tanto piú noi, che in nostra vita non haueuamo mai sentito tanto ardore... Remedio in somma di tuta perfettione, e senza spesa...*” (38). [[]Na falta da precaução havia perigo de aparecer tremenda verminose no assento dos viajantes, designada por nome pitoresco, a que voltaremos nas moléstias trazidas ás capitánias por imigrantes e escravos.

Outro avantesma da navegação era o terrível escorbuto, que João de Barros descreveu nas *Décadas* “... *lhes crescer tanto a carne nas gengivas* (dos tripulantes da esquadra de Vasco da Gama entre Moçambique e Sofala), *que quasi não cabia na boca aos homens, e asi como crescia apodrecia ... a qual doença vieram depois a conhecer que*

(38) Dionigio Carli da Piacenza. *Il Moro Transportato*. Lib. I, 19.

procedia das carnes, pescado salgado, e biscoito corrompido de tanto tempo".

O uso de alimentos desprovidos de vitaminas era o responsável da moléstia como afirmava o grande historiador, "*moléstia da carência*", que se manteve até hoje entre nós. E' muito possível que um dos motivos da atual inferioridade da cosinha brasileira, venha da navegação, tendo o habitante da Nova Lusitânia aprendido com os navegantes o mau costume de preferir carne seca ou estorricada na frigideira, aos steaks sangüinolentos que salvam, por exemplo, a cosinha inglesa. Quiz felizmente o destino, que as frutas nacionaes, ricas de corretivos, restabeleçam o equilíbrio quando o brasileiro consome bananas e laranjas. Mas a bordo de navios quinhentistas, que ao invés de possuirem frigoríficos, eram fornos esfixiantes, os frutos logo se deterioravam submetendo os tripulantes e passageiros a peor das alimentações. Moreau, embora posterior a João de Barros, attribuia a moléstia ao sol, "*le Schorbut maladie de mer qui retient le mouvement des nerfs, pourrit les muscles, courbe les membres, s'attache aux genciues qu'elle corrompt & fait toutes noires, & qu'il faut apres decouper avec des rasoirs, incommoda grande partie des soldats & matelots; n'y en eut pas vn qui ne tombast malade & fit mourir un grand nombre*". Pyrard de Laval pinta a doença com côres ainda mais negras: "*P'ay veu, estant à Goa, aurriuer des*

Nauíres, où de mil à douze cent hommes qu'ils estoient partis de Lisbonne, il n'en restoit pas deux cent, & encore presque tous malades du scourbut, qui les minoit de telle sorte, qu'après entre arriuez il n'en reschapoit gueres".

A boa índole e solicitude dos mareantes portugueses são reconhecidas por Pýrard de Laval. Fosse porque estivessem de ha muito especializados no comércio, fáto menos comum entre os outros marítimos, ou por outros motivos, os de Portugal mereciam os elogios que lhes faz o viajante francês; "...les gens de mer en ces carraques ne ressemblent à aucuns autres que j'ai vu, & mesme aux autres Portugais qui nauignent ailleurs. Car il est certain que tous gens de mer estans sur mer, sont barbares, inhumains, inciuils, sans respect de personne, & bref de vrays diables incarnez: & sur terre ce sont des Anges; fors seulement ces Mariniers des caraques des Indes, qui sont courtois & benins, tant sur terres que sur mer, & paroissent tous gens d'honneur & de maison... pour les Mariniers de France, ie n'en vy iamais des tels, comme ie les depeindrai ailleurs..."

□ aspéto da organização lusa era muito mais comercial que nos barcos de ingleses ou franceses. Além do capitão havia um escrivão, "qui a toute puissance, & est installé par le Roy", relata Pýrard de Laval, funcionário incumbido de registrar todo o movimento de haveres do navio, dos tripulantes e

passageiros. A seguir vinha o piloto, o quartel mestre e o guardião, que mandava nos grumetes. Estes eram os últimos de bordo na escala decrescente de jeraquia, alojados no convês: “*Qui est depuis de grand mast iusques au mast de Misaine; & pleuve ou vente, il faut qu'ils soient toujours là, & n'ont que quelques cuirs de boeufs & des vaches pour les couvrir. Ce gardien commande a ces Gourmetes, & si au segond coup de siflet ils manquent à répondre & venir promptement, il charge dessus à grands coups de bouts de cordes ou de baston; car ces gourmetes sont les moindres du Navire, & sont apres les Mariniers, ne servant qu'a a tirer en haut les cordages, & n'allans iamais en haut, sans bouger de dessus le tillac. Ils servent à tout le gros travail du vaiseau, pour ayder comme valets des Mariniers qui les battent et gourmandent fort; ils ne peuvent aussi manier le timon & le gouvernail, & il n'y a sorte de trauail, tant dehors que dedans le Navire, qu'ils ne scient obligez de faire, comme à le nettoyer & a donner à la pompe, ce qu'ils font seuls, si ce n'est que par cas fortuit*”.

A opinião de Pyrard sobre os marujos de Portugal era inesperada, quando considerava fato novo para nós, habituados a ver ainda hoje em dia no português um rústico analfabeto. Declarava “*Quant aux Mariniers il sont fort respectez, & y en a peu qui ne sachent lire et ecrire, cela leur estant necessaire pour l'art de la marine; aussi par ce mot de*

Marinier s'entend un qui sait bien tout ce qui est de la navigation, mais il s'en voit peu de bons".

Apesar das regalias precisavam acudir á bomba com os outros tripulantes e passageiros. Neste trabalho estava um dos maiores inconvenientes da antiga navegação. Em caso de vasamento no trajeto para as Índias, tornava-se crítica a situação do barco, si não estivesse próximo de um porto e em tempo calmo, ou pelo menos, durante um recalmão. Muitas vezes aconteceu, que afluía a pimenta da carga de mistura com a água ás bombas, entupindo-as. Os gêneros exarçados também estorvavam o calafetar das frinças. Relatam Diogo do Couto e o padre Manoel Bernardes, as desventuras da nau *Águia*, em que 1559 foram surpreendidos por um tufão, que "*lhe arrebertaram trinta e seis curvas pelas gargantas e troceram mais de quarenta cavilhas tão grossas como o collo de um braço, que prendia as curvas à nau e quebraram dezoito entremichas que cingiam as curvas* (39). Nas duas bombas de bordo trabalharam sem descanso

(39) A nau *Na. Sa. de Nasaré* também foi presa de uma tempestade que "*abriu pelas picas e delgados da popa e fazia tanta agoa*", diz Diogo do Couto, "*que não bastavam as bombas, gamotes e baldes para a alijarem de dia e de noite*". Estava tão comida de bicho, que os tripulantes a abandonaram no sítio onde encalhara para não sossobrar.

A primeira bomba de Roda parece ter entrado em uso na *Na. Senhora de Belem* em 1630. v. Quirino da Fonseca. *Os Portugueses no Mar*, 388.

fidalgos e escravos, apenas alimentados durante tres dias. Fôra preciso apagar o fogão, "*para serviço dos comeres*", cujo sítio era debaixo do convés, "*mas tendo de funcionar com as escotilhas vedadas, o fumo asfixiava a gente*", pelo que substituíram as refeições quentes por biscoitos, água e um pouco de vinho.

O missionário e cronista Fernão Guerreiro quasi perdeu a vida em uma dessas ocasiões, "*por espaço de vinte dias (no meio do oceano ao atravessar o equador) andamos ardendo como num purgatório... ó navio se ia alagando por ir tam aberto q. quasi parecia hua canastra, foy necessario cingirem-no com quatro calabres, & arrocharem-no fortemente pera nam abrir de todo, & se fundir*". Calculamos o sacrificio exigido por momentos tão angustiosos, a representar com o enjôo os dois maiores tormentos da derrota. Empenhava-se a tripulação desesperadamente naquela dobadura, caindo por fim extenuada, esmagada pela violência do trabalho, pedindo os marujos pelo amor de Deus que os matassem pois não podiam mais suportar o suplício (40).

(40) Semelhante inconveniente não deixou de impressionar a curiosidade inventiva do padre Bartolomeu de Gusmão. Ideou cem anos após a morte de Guerreiro, um aparelho que esgotaria mais rapidamente a água, sem desanimar os tripulantes, que chegavam "*muytas vezes a desampararem as bombas na certeza de se perderem. Tal he o trabalho, que não he bastante recompensa delle a mesma vida*". E mais adean-

O grande recurso alimentício de bordo era o famoso biscouto, com que travamos conhecimento na mocidade, através romances de aventuras de navios veleiros. Fernando de Oliveira descreve-o na *Arte da Guerra do Mar*, "*Seja o bizcoute bem cozido e enxuto de todo humor assy no amassar como no cozer e seja duas vezes cozido*", para que merecesse o nome na etimologia latina. "*Quando se note um começo de alteração*", proseguia com oportuno conselho, "*quer pela humidade, quer pelos animaes parasitas, pôde-se deter os seus progressos, expondo-o ao calor do forno que elimina a humidade ou destroe os insectos, seus ovos e suas larvas*". Destarte se evitava os inconvenientes que molestavam o bom Jean de Lery, confiado a marujos menos práticos das cousas da navegação.

Uma nau levava no bojo entre mil e quinhentos e dois mil quintaes desse gênero numa viagem ao oriente; os outros segundo o *Livro de Toda a Fa-*

te, "... os nossos ouvidos e quasi os nossos olhos estam encontrando a cada passo nas historias da India e nas Frotas do Brasil, de que se tem perdido boa parte, ou pela quantidade d'agua que não podiam vencer as bombas, ou pela continuação do trabalho a que não bastavão as forças e paciencia dos marinheiros". Não nos pôde dizer o illustre biógrafo do inventor, si o invento merecia crédito, e si foi aproveitado. Termina o dr. Afonso d'E. Taunay com uma interrogação. Mas inda deixassem de contribuir para a glória do "voador" os seus escritos dão idea do que padeciam os ocupantes de uma nau quando fazia água.

zenda, eram carne 1086 arrobas, vinho 115 pipas, pescados 150 dúzias, azeite 31 quartilhas e meia, vinagre 13 pipas, água 244 pipas, sardinhas 130 arrobas, etc.... A anormal quantidade de vinagre da lista não quer dizer fizessem os tripulantes orgias de saladas, mas simplesmente que o empregavam á guisa de suposto desinfetante do navio.

Pyrard de Laval reconstitue o aspéto do galeão português na hora das refeições, condenando o seu processo complicado e contraproducente (41); *“Mais le mal que ie trouue en tout cela, c’est que tout le viure se donne cru; & chacun est tenu de faire cuire son manger; tellement que quelque fois il se voit plus de quatrevingts on cents pots au feu tout à la fois & puis quand les uns sont cuits, on y en met d’autres; & ainsi quand quelques-uns sont malades, faute de pouvoir donner ordre à leur fait, il sont fort mal nourris & entretenus, si bien qu’il en meurt beaucoup de cette sorte. Les François & Holandois n’en font pas de mesme, car ils ont un cuisinier pour tous, & ils mangent six à six en un plat. Mais entre les Portugais le boire & manger est egal à tous en general. Ce qui reste de tous ces viures & ustensiles du nauire demeure au profit des Intendans de nauires qui resident à Goa”*. Os taes pot au feu aqueciam em *“deux grandes cuisines qu’ils appellent fougons”*. Continuava a descri-

(41) Pyrard de Laval. *Voyage II*, 123.

ção narrando como ás 8 horas da manhã o sargento que acendia o fogo, ia escoltado por dois soldados para impedir que alguém viesse buscar lume, e o levasse para qualquer sítio do navio, pondo-o em risco de arder.

* * *

A demora da viagem dava oportunidade á prática de um grande número de profissões a bordo, umas regulamentares da guarnição, outras simples desfastio dos que iam para o oriente. Viam-se carpinteiros; calafates; tanoeiros; barbeiros, que ás vezes cumulavam com cirurgião sangrador; condestavel, do corpo de artilheiros (tendo a seu cargo a guarda dos presos postos a ferros perto da bomba, a polícia dos fogões, armas e munições); consinheiros ou dispenseiros, cada qual assistido de seus grumetes, além dos creados do comandante. De começo, uma nau das Índias contava 120 officiaes e praças, a saber: 16 do comando, 2 estrinqueiros, que serviam de cabos de marinheiros e patrões de lanças e escaleres, 4 pagens, 8 artilheiros, quarenta marinheiros e cincoenta grumetes. Dionégio da Piacenza os pinta absorvidos nos trabalhos da profissão, *“L’Archibuggiero lavorava nel suo Botteghino l’armi per tenerle pulite dalla ruggine; il Calzolaio, il Falegname, il Zavattino, doi Fabri battevano l’incudine, come si fossero stati nelle loro Botteghe di Genova; il Sarto, & altri nominati di sopra, che tutti attente-*

vano à loro lavori; eccetto in tempo di Messa, & Orationi communi; molti ancora per fuggire l'otio accomodavano le bandiere, havendo questo Vascello, quando é ornato per le sollemnità, più di cento bandiere, e particolarmente quella detta la Fiamma, che pongono sopra l'albero maestro di lunghezza sedici braccia, & è tutta di seta di color incarnato, overo di fuoco". A respeito dos passajeiros enumera os seus passatempôs, "*chi dormiva, chi giuocava, chi sonava, essendosi pù di 50 Chitarre, da Portoghesi chiamate viole; chi discorreua, chi pescaua, chi sfaceua, e faceua delle corde; chi una cosa, chi un'altra*", muitas veses transformada a nau em imensa orquestra, de tantos pinhos e cantores a porfiar na predileção do público.

Os carpinteiros, ferreiros e demais operários de bordo eram muito proficientes, dignos da grande frota a que pertenciam e missão que nela lhes confiavam. O caso da nau *N.^a S.^a de Belém* mostra o valor de que davam provas em graves circunstâncias. Tendo encalhado este barco para salvar os tripulantes, a 160 léguas do cabo da Boa Esperança, foi aos poucos desmanchado pelos artífices de bordo, afim de refazer uma embarcação com que pudessem chegar a um porto. No meio da faina incendiou-se acidentalmente, porém inda assim conseguiram os artífices construir em seis meses de tempo dois navios, que tinham 60 palmos de quilha, 20 de boca e 9 de pontal. Daí se passaram com

137 pessoas ao cabo de Boa Esperança, depois a Loanda, onde se transferiram para outra nau, chegando alguns dos náufragos a salvamento na Baía de Todos os Santos.

Menos valoroso era o amontoado de vagabundos com que se faziam os soldados coloniaes. Pyrard de Laval regateia-lhes os louvores que prodigaliza aos marujos, "*Dans ces Navires il fait (o rei de Portugal) quelque fois embarquer sept à huit cent Soldats, le reste sont gens de marine ou passagers. Mais ce qui fait que les Navires de Portugal font si peu de resistance aux occasions de combat, c'est que tous ces Soldats là sont enfans de Paysans, & autres gens de basse condition, qu'ils prennent par force depuis l'aage de douze ans; de sorte que n'ayans iamais veu de guerre, ils ne peuvent pas rendre grand combat. Pour les Canoniers, ce sont aussi la plupart Artisans, Cordonniers, Tailleurs & autres, de façon qu'ils ne sçauent que c'est que tirer un canon quand il faut mais monobstant cela, tous ces gens là, bien que de basse condition, depuis qu'ils ont passé le Cap de bonne Esperance. . . se donnent des noms nouveaux, & se disent tous Gentils-hommes. Ce qui les fait rendre aussi peu le combat, c'est que les ennemis leur font bonne guerre, & que tout est à leur Roy, & qu'ils n'y perdent iamais rien, comme ils disent*".

Haverá algum exagero na opinião do francês, mas em linhas geraes não estaria muito longe da

verdade na época em que escrevia, no termo da epopeia marítima portuguesa. A situação dos que iam para o oriente criavam provérbios, "*Quem nada leva para a India nada trará*", especificando Pyrard de Laval, "*Encore disent-ils que le premier voyage n'est que pour voir, le second pour apprendre, & le troisieme pour y profiter & ainsi si en trois voyages un homme n'est riche, il n'y doit pas retourner*". Convinha portanto, para evitar desenganos, levar alguma cousa de seu. Os soldados providos de "*rafraichissements dans le vaisseau, les vendent ce qu'ils veulent, comme il c'est trouvé tel qui a vendu une poule vingt reaux de quarente sols la piece, qui font quarante livres*". Os precavidos conseguiam pois regular passadio, mas os que nada dispunham tinham de dormir a descoberto, molhados, desnutridos, maltratados, perecendo por vezes á míngua, "*porque comumente os que morrem nestas naos*", nol-o afirma a *Historia Tragico Maritima*, "*são os mesquinhos, que vem no convés mortos de fome e despídos de sol e chuva, e sereno da noite*".

Sobre outros aspétos da navegação portuguesa, relativos á attitude de capitães e impontualidade de vencimentos, dá Pyrard de Laval numerosos pormenores: "*Pour la façon de naviguer de ces Vaisseaux Portugais, c'est avec un fort mauvais ordre. Car encores qu'ils partent tous ensemble & de concert, de Portugal, & qu'il leur soit enjuoint expressémēt de n ese laisser les uns les autres, toutefois*

ils gardent fort mal cet ordre, & ne tiennent conte d'obeyer à leur Admiral qu'ils appellent Capitaine Major; & la cause de cela est que tous les Capitaines sont Gentils-hommes de bonne maison, qui ne veulent en rien ceder les uns aux autres, ainsi chacun va comme il peut, sans auoir esgard si les compagnons suiuent ou non; ce qui est bien souuent cause de leur perte; car estans seuls ils peuuēt faire rencontre de Nauires Hollandois ou autres ennemis qui les battent & prennent, dautant que, comme i'ay dit, ils ne sont pas de grande resistance, tous les Soldats n'estans que gens ramassez, & la plus part pris para force d'entre les villageois & pauvres artisans; mesmes les Capitaines ne se soucient pas beaucoup de se deffendre, pour le peu d'interst qu'ils y ont; car les Hollandois ne leur font que bonne guerre, & ne les tuent point: Il n'y a que le Roy & quelques Marchands, tant presens qu'absens qui y perdent...

Il faut aussi noter en passant, comme i'ay deja dit, que tous ces Soldats & gens de mer, depuis qu'ils ont passée le Cap, ils se donnent tous des titres de Noblesse, autrement ils serioient grandement blasmez & mesprises des autres Portugais qui demeurent aux Indes; car ils se portant tous grand respect & honneur, du plus grand au plus petit, & s'estiment tous fort, mesprisant non seulement les Indiens mais mesme toutes les autres nations Chrestiennes de l'Europe... en tous ces voyages il n'y

a que les pauvres Soldats & gens de mer qui ayent du mal & de là pauvreté, pource que le plus souuent ils ne sont pas payez de leurs gages & solde. Je les ay veu quelques fois estre quatre mois entiers sans toucher un sol; & cependant le Roy ne laisse pas de payer tousjours”.

Nesse trecho, o francês não estavam bem informado, dando a malversações de funcionários o que vinha do esgotamento geral da monarquia. Pelas irregularidades registadas no Brasil deduzimos a situação na Índia, partindo muitos doestos aos vice-reis de fontes suspeitas, do “mexerico” omnipresente e omnipotente nas colónias, em qualquer século, nacionalidade e latitude. (42). *De sorte que l'on peut remarquer par là, que les Indes ne sont bonnes & profitables q'aux Vice-Roys, Gouverneurs & quelques autres Officiers du Roy; mais non pas au Roy ni aux pauvres soldats & Mariniers”.* Não queremos levantar a defesa de muito fidalgo — deveras fidalgo e não enobrecido ao passar pelo cabo da Boa Esperança — que pela venalidade avolumasse a enorme nódoa da concussão da Índia, a lançar suspeita dos coevos sobre todos os brasões, até o julgamento da posteridade restabelecer a luz (43).

(42) Sobre mexericos coloniaes v. a pitoresca frase de Afonso de Albuquerque in *Soldado Pratico* I, 89.

(43) No elogio ao donatário de S. Vicente, escreve Diogo do Couto, “... e porque o Governador Martim Afonso de Sousa era registado no dar a Fazenda de S. Alteza, pagou em seu tempo das rendas da India, que não eram tamanhas

Muitos eram passíveis da reprovação pública, justamente severa para os que se enriqueciam, enquanto soldados morriam de fome. Outros todavia, e devem ter sido a maior parte, não iam além da praxe geralmente admitida naqueles cargos. Auferiam as vantajens trazidas pela alta posição em matéria de presentes, recompensas, algum bom negócio lícito ou amavel comissão, dessas que circulam sem recibo e sem deixar vestígios, respeitando comtudo a integridade da defesa e administração coloniaes: *“tous les presens que les Roys Indiens font, c'est tout pour le Vice Roy; & ceux qu'il fait en contr'exchange, c'est aux depens du Roy son Maistre”*, insinua Pyrard. Falava-se nas *“pedras que da Índia vierão”*, como nos diz Diogo do Couto, *“a de D. Antão de Noronha, a de Francisco Barreto, a de D. Antonio de Noronha, que está em poder do Conde de Cascaes seu genro, e outras de sessenta, ou oitenta mangelins, pelas quaes se dava por cada huma sessenta ou oitenta mil pardãos; e assim se não achava Rey, e senhor na Europa que as pudesse comprar”*.

Mas alguém veio num belo dia tudo deitar abaixo. A interferência de gente provida de mais belicosidade que o rei de Portugal, criou aflitiva situação, *depuis que les estrangers François, Anglois*

como agora, quarenta e cinco contos de dividas velhas de S. Alteza, feitas em tempo dos Governadores passados com pagar ordinariamente aos soldados seus vencimentos aos quartéis. Soldado Pratico 49, II.

& Hollandois ont commencez a hanter les Indes, ces Vice-Roys m'y font plus tant leur profit comme auparavant", sucedendo-se desastrosamente o roubo no mar até reduzir a antiga egemonia lusa ao que vemos hoje.

Terminava o capítulo Pyrard de Laval com a curiosa superstição dos marujos que iam para o oriente. Diziam os portuguezes que todos os cadáveres atirados ao mar do lado norte, além da linha equinocial, não afundavam, boiando a cabeça sempre virada para oeste e os pés para leste, e si as vagas e o vento por acaso os desviavam dessa posição, viam-se voltarem incontinenti como estavam.

A título de curiosidade vamos reproduzir alguns vencimentos extraídos do *Livro de Toda a Fazenda*, no parágrafo do "*Custo de Hua Nao da Carreira da India*", quando decaia a especiaria, e o asucar do Brasil se avantajava a todos os outros gêneros de comércio, "*Faz de custo a gente do mar... de 123 pessoas 11.261\$820, de mantimento, 2.425\$820 de soldo*". O mestre ganhava 120 crusados por mês. O piloto id. Um marinheiro 1.000 reis por mês e 2.800 de quintalada. Um bombardeiro id. officio de grande importancia em tempos inseguros; muito requestados os alemães e flamengos peritos na especialidade (44). Do costume de se

(44) Francisco Pessoa sexto feitor del-rei em Antuérpia, de 1 de março de 1517 a 1 de dezembro de 1520, tinha por secretário Rui Fernandes, o qual contratava artilheiros

empregar esses mercenários obtivemos as descrições do Brasil de Hans Ståden, Rischoffer e outros, do maior interesse para as épocas respectivas. Linschoten recebeu em 1583 na Índia, a notícia da morte de seu pae ocorrida em Harlem, por cartas trazidas pelos bombardeios flamengos da nau *S. Francisco*.

Acerca dos demais tripulantes, ha nas cartas de D. João III ao conde da Castanheira, a seguinte informação concernente aos médicos: "*E ey por bem, quanto ao que dizeis dos Christãos novos, de que estavão cheias as naus da India dos armadores, que não deixeis ir mais que aqueles que se não poderem escusar, e não forem da maa sospeita, como officiaes das mesmas naos, fisicos e sollorgiães, e os que forem pera servir e vos parecer bem que devem ir, e outros allguns não...*". Com as perseguições aos israelitas do reino, muito inclinados á medecina, escassearam os fisicos e foi preciso improvizal-os a bordo. Um dos narradores da *História Trágico Maritima* conta como passou a clínico, "*Eu por servir a Deus, e a El Rey Nosso Senhor... curey toda esta gente, e usey de Medico, sem nesta sciencia ter profissão nenhuma, pois era Boticario...*". Em todo caso não seria mais perigoso que o Dr. Semicúpio, porquanto convito da sua ignorância applicava com prudência, "*sangrias, cristeis comuns e de meijoadá, com muitos lenimentos, e es-*

quando viajava na Alemanha por conta da feitoria das Flandres. v. Goris 234.

fregações, gargarejos e pitiniar, e defensivos, xaropados e purgados". Muitas dessas mesinhas eram de sua invenção á vista do Armazem de Lisboa só dar ás naus, "*quatro unguentos, e esses muito pouco necessarios*".

* * *

A viagem a Índia se iniciava em fins de fevereiro ou começos de março ao mais tardar, segundo Pyrard de Laval, porque no mês seguinte a estação era ás veses desfavoravel. Fez a dura experiência Sasseti, que escrevia ter embarcado tarde, a 6 de Abril de 1583. Passados cinco meses entre ceu e água teve de volver a Lisboa, á espera da boa estação para seguir viagem. Explicava os motivos nas suas cartas. Reinavam ventos do norte e nordeste até a altura de quatro a seis graus, em que havia o perigo das calmarias da costa da Guiné, causadoras do desvio da rota de Pedro Álvares Cabral em direção ao Brasil. Eram tão perigosas sinão mais que as peiores tempestades "*capable de nous faire perir tous, comme il estoit arrivé l'année d'auparavant à un navire Portugais dans la mesma Ligne*", noticia Pierre Moreau. Vinha em seguida a zona "*dos Ventos Geraes*", soprando em direção sueste a partir de meados de maio, até a monção superveniente que mudava para nordeste. A ida para o Brasil era sempre possivel, pois atravessando obliquamente o equador havia probabilidade de encontrar a costa

pela altura dos Abrolhos. Mas daí por diante, para dobrar o cabo da Boa Esperança, o vento era ponteiro durante quatro ou cinco meses, e como na instituição das capitânicas os navios quasi que só tocavam acidentalmente os portos americanos, tornava-se preciso atender aquele regime de ventos (45).

O manuscrito copiado pelo visconde de Santa-rém na Biblioteca Nacional de Paris, abrange as expedições portuguezas ao oriente de 1497 a 1642, com as datas de partidas de fevereiro a maio, até 1506, e a partir desse anno, restritas a março e principalmente abril. A navegação pelo litoral brasileiro onde podiam tocar os comboios indianos, tornou-se conhecida desde o primeiro quartel do século 16. As de Vespúcio, tinham advertido a Cristovam Jaques, os portuguezes e espanhoes, acerca da rota, muito embora ainda no tempo de Fernando de Oliveira fosse preciso conselhos deste jaês quanto ao sétor extremo sul do continente, "*Desda paragem das Canareas atee o Cabo Verde se achão estas moções todo o anno... tambem por experiencia o achou ser assy verdade Fernam de magalhães, no anno de quinhentos e vinte, navegando daquella parte, de quorenta pera cincoenta graos... com grandes frios, e tempestades de leste, nos meses de abril, mayo, junho, julho e agosto. Apontey isto, per avisar os que pera*

(45) v. interessante resumo in Holland Rose. *Man and the Sea.* 267.

la navegarem, que saybam quando acharam inverno ou veram”.

No fim do século 16 e começos do 17^o vários pilotos, entre eles Vicente Rodrigues, Gaspar Manoel, Gaspar Ferreira Reimão e Aleixo da Mota, esmiuçaram os incidentes do trajéto de Lisboa a China. Diferenças da agulha, sinaes de terra, descobertas de ilhas e baixios, regimentos de estrelas e monções, singraduras das naus da carreira da Índia, etc... foram consignados nos manuscritos que deixaram, traduzidos ao depois por franceses e espanhoes. Trataram igualmente das comunicações entre colónias, Cochim e Malaca, Moçambique e Goa, Guiné e Brasil, acervo de observações que ficou sendo o começo da ciência da navegação transoceânica moderna.

Ao partir de Lisboa recomendavam que se aproveitasse a monção de março, e caso não fosse possível neste mês, então em outubro, sempre na mesma derrota precedente. Para a volta convinha dezembro si o navegante estava nos empórios da Índia, como Cochim, e no mais tardar, na entrada de janeiro. O percurso adotado seria pelas ilhas de Sa. Elena, Acenção, arquipélagos do Cabo Verde e Açores. Infelizmente este último se tornou perigosíssimo para os navios portugueses, verdadeiro valhacouto de corsários de todas as nacionalidades. Não se cançam os pilotos de recomendar que se fuja de taes parajens, explicando qual o melhor rodeio

para evitar os salteadores. Assim também o mandava, "*El Rei que se não tomem as Ilhas dos Açores por se temer de ladrões que são muito certos nestas Ilhas e junto a ellas*".

Linschoten, cuidadoso observador da maneira de navegar dos portugueses, em época correspondente a Gaspar Ferreira Reimão, compendia informações para os marujos olandeses, colhidas depois da saída de Lisboa: "*Les Navires qui vont es Indes peuvent recognoistre la dite isle de la Palme, laquelle git la hauteur de vingict degrez, & trois quarts. D'ici il faut dresser son cours au Sud autant que le temps le permet: car d'ordinaire quand on vient à la hauteur de cinq & six degrez on trouve des vents de Sud Est, & lors il faut singler au Sud Ouest autant qu'il est possible, iusques à ce qu'on ait passé le Cap de S. Augustin qui git la hauteur de huict degrez & demi du costé du en la coste du Bresil*".

* * *

As referências dos citados roteiros a ilhas do Atlântico tocam num dos pontos mais importantes da navegação oceânica. Ao acompanharmos a progressão dos descobrimentos lusos, num livro modelar de claresa e síntese como *The Portuguese Pioneers* de Edgar Prestage, vemos que por volta de 1500 tinham os lusos de fatalmente encontrar o Brasil. Pouco importa agora saber si Cabral foi beneficiado pelo

acaso, ou guiado por instruções supravidentes. A obra devassadora de mares e terras, deve ser considerada juntamente com fenómenos económicos, espirituaes, geográficos e políticos. Não podemos separar o estudo da colónia dos fastos da metrópole, quando Portugal acrescentava mais um portentoso domínio á sua corôa, e tomava parte sobremaneira gloriosa na história da civilisação. A' sua actividade nos séculos 15 e 16, deveu o mundo enorme cabedal de conhecimentos, a provocar inevitáveis e profundas repercussões em todos os ramos da actividade e sabedoria humanas.

Carecemos pois, examinar inda de relance, as ilhas do Atlântico como bases navaes das travessias do equador. Os arquipélagos da Madeira, Açores, Canárias ou Cabo Verde, exerceram acção directa não só quanto a abundante auxílio material que deram ás expedições ultramarinas, como ainda pelos tripulantes que proporcionaram ás naus; colonos cedidos ás capitánias; soldados remetidos aos presídios das fronteiras coloniaes; gados fornecidos para os campos; e sementes, mudas e técnica applicadas á cultura assucareira. Este simples enumerado, é sufficiente para dar idéa do alcance da sua contribuição, ao que poderíamos acreecer muitos outros benefícios, mas que nos parece ocioso mencionar de tão evidentes.

A ilha da Madeira coloca-se em primeira linha na lista por ordem de importância, pela situação

geográfica; relativamente perto de Lisboa mesmo no tempo da navegação de vela; pela exelência do clima, facil aclimação de sementes e frutos europeus e africanos, e qualidade do solo. Em 1420 começara o seu povoamento, segundo Barros e Azurara, atingindo trinta anos depois a 800 o número de habitantes, repartidos por quatro núcleos por ocasião da visita de Cadamosto. Nessa época mandou o infante D. Enrique, se experimentasse a cultura da cana sacarífera com mudas vindas da Sicília, que deram bom resultado. Em meados do século 15 rivalizava a produção de assucar da Madeira com a siciliana e a do Levante a ponto de afetar os preços. Não tardou que interviesse o governo português na florecente indústria, porque estava o seu comércio nas mãos de judeus e genoveses (existia na Itália o rifão de que um genovês valia por tres ebreus), fato julgado intoleravel, pois a produção tinha de passar por esses estrangeiros para ir as Flandres, grande mercado consumidor e reexportador. No fim do século decretou D. Manoel I medidas contra os intermediários, ao mesmo tempo que tinha de acudir á superprodução. Ficou resolvido que a saída do assucar seria limitada a 120.000 arrobas, das quaes 40.000 para as Flandres, 15.000 para Venesa, id. para Chios e Constantinopla, 13.000 para Gênova e 7.000 para a Inglaterra. *Nihil nove sub sole...*

Á cana de assucar ajuntou-se na Madeira á cultura da vinha, que se tornou o aráuto da celebridade da ilha através do mundo. Medraram admiravelmente as mudas de Malvasia trazidas da Creta, dando ensejo que perdurasse a prosperidade madeirense mesmo depois da cana levada para o Brasil roubar-lhe o cétro da produção. Faremos aquí um pequeno reparo; não estamos em condições de afirmar si as mudas plantadas em Pernambuco e S. Vicente provieram da Madeira ou das Canárias, ou de ambas. As cartas do donatário da Nova Lusitânia referem-se a mudas vindas do segundo arquipélago, assim como a ensinamentos acerca de maquinário e técnicos da mesma orijem (46). Igualmente, são encontrados canarinos fixados em Pernambuco, nas relações do Santo Officio, a demonstrar o intercâmbio entre a capitania e aquelas ilhas. Documentos profanos da mesma época noticiam vinho das Canárias a figurar comumente nos banquetes dos senhores de engenho pernambucanos. Mas isto não significa de modo absoluto que tenham vindo mudas de Madeira, antes ou depois das canarinas, tal a continuidade de comunicações entre todas as ilhas do Atlântico e o Brasil, ainda intensificadas com os imigrantes dessa orijem, estabelecidos em Pernambuco depois de 1540.

(46) As que foram para as Antilhas sob Carlos V eram também das Canárias.

Um pouco mais distante da Madeira, situava-se o arquipélago dos Açores. Uma das ilhas teve nos primórdios da geografia quinhentista o nome Brasil. Era como prenúncio de que a Terceira nos daria excelentes imigrantes no correr dos séculos seguintes. Outras coincidências aproximavam os dois destinos, porquanto a causa do nome era a mesma, derivado de madeira vermelha encontrada nas terras insulanas e nas do nordeste brasileiro. O descobrimento das duas parece também devido a acaso semelhante. Admitem hoje os portugueses, tão apegados embora a navegações providas de misteriosas instruções, que os Açores foram casualmente encontrados por uma das caravelas que tentavam passar o cabo Bojador. Quando por fim os portugueses conseguiram dobrar o longínquo pontal, o acontecimento marcou data culminante em a navegação africana, pondo termo ás lendas, que davam como impossível o conhecimento daqueles mares. Vencido o cabo estava revelada a rota de regresso á Europa por alto mar, inteirados os navegantes de que podiam fugir dos ventos alisados, que até então tinham sido o entrave á navegação costeira além das Canárias e do cabo Jubí. Observaremos que os Açores, como quasi todas as ilhas do oceano, foram descobertos várias veses.

Não podemos agora tratar dessas minúcias, e o que nos importa saber, segundo os sábios conselhos do mestre Edgar Prestage, é quando se

iniciou a colonisação. Azurara indica o ano de 1445, e pela presença dos flamengos que tomaram parte no devassamento das ilhas, e tradição dos que lá ficaram, assume visos aceitáveis a informação de alguns autores sobre a grande quantidade de gente loura, de aspéto nórdico, provavelmente de orijem belga, existindo entre os açoritas que vieram para o extremo sul e extremo norte do Brasil, aquí derramando abundante prole.

O arquipélago do Cabo Verde não se assemelha aos precedentes. Supõe-se que foi descoberto em 1460 pelo navegador italiano António da Noli. Muito diferente dos que lhe ficam ao norte, não mostrava grande fertilidade (a maioria das ilhas ostentando desesperante tonalidade amarela, merecendo mais a denominação de cabopardenses) onde as esquadras portuguesas e olandesas que foram ao Brasil encontrariam medíocre abastecimento. O arquipélago assim desprovido de produtos, não podia ambicionar mais que, ser ponto de reunião no oceano para embarcações desgarradas das frotas, ou depósito de escravos destinados á América (47).

António da Noli procurou sob auspícios do donatário do Cabo Verde, que era o infante D. Fernando, criar na ilha de Santiago estabelecimentos

(47) Exetuvava-se naquela geral aridês a ilha de S. Antão, a qual a despeito de certas circunstâncias deve ser a que mandou, segundo Gabriel Soares, o gado que foi para a Baía.

como havia na Madeira. Foi na opinião de João Barreto, “*por certo a mais antiga tentativa de fixação duma colonia europea na zona tropical de Africa*”. Os privilégios especiaes de D. Fernando favoreceram o comércio dos habitantes com os rios da Guiné, resumido em mercadorias primitivas, cedidas a troco de alguns produtos extrativos e escravos. “*Desta forma os moradores de Cabo Verde limitaram-se a fazer por via marítima (quando se desvaneceram esperanças do ouro numa região centralizada pela célebre cidade de Tombucotum, restando apenas populações paupérrimas que só podiam dar negros) o mesmo genero de negócios que os árabes realizavam por terra com as suas caravanas*” (48).

Os estrangeiros estavam expressamente proibidos de irem a Guiné, como, porém, podiam rezidir na ilha de Santiago, aproveitaram-se genevoses, espanhoes e flamengos para aí fundar depósitos de cativos, ao depois enviados para a América e Europa. De 1514 a 1516 recebeu Cabo Verde 2970 peças vindas do continente, das quaes 370 foram para Cádiz e Sevilha. No ano de 1517 vedava D. Manoel I resgatassem os habitantes do arquipélago no continente com produtos estranhos ás ilhas. No ano seguinte editos ainda mais severos tenta-

(48) Barreto, João. *Ha. da Guiné*, 68.

vam por cobro á audácia dos contrabandistas com ameaças de confisco e morte.

Ao versar o tráfico e escravidão, que tanto pezarão nos destinos da América, não devemos esquecer um quarto ponto do oceano, a ilha de S. Tomé, que largamente auxiliou os navios negreiros, como centro distribuidor dos cativos de Angola, da mesma forma que o Cabo Verde ajudava os exportadores dos rios guinéenses. De uma feita D. Manoel I vedou que allí se estabelecessem judeus. De outra, foram remetidos para a ilha alguns dos filhos dos sefardins expulsos de Castela. A política interna ditava essas contradições, que tanto no regimé dos Avís como no Filipino, flutuavam de acordo com as instâncias do tesouro. O primeiro dos Felipes portugueses (segundo de Espanha) houve por bem proibir a ida de judeus ás colónias. O seu sucessor, Felipe II (de Portugal), recebeu 200.000 crusados das comunidades ebráicas, ainda existentes nos reinos unidos para revogar a determinação paterna, porém em 1610 voltava atrás, embora se tivesse solenemente comprometido em respeitar o trato.

Comtudo, as mudanças de política económica não chegaram a turvar o progresso da ilha. Fez-se á custa do reino do Congo, que aparentava certa independência, mas estava submetido aos portugueses, principalmente aos santoméenses. Comenta Albuquerque Felner: "*Transformara-se S. Tomé num importante centro de commercio e navegação, suplan-*

tando a Mina e tóda a Guiné, e do seu pôrto irradiavam para o sul os navios, não se contentando já em irem negociar e resgatar escravos do Congo, mas até Luanda e para além Quanza, o que prejudicava o negócio do Zaire". Em 1545, quando o usurpador preto D. Diogo se apoderou do trôno, a situação do Congo era de completa dependência de S. Tomé. A imensa região sub predomínio português, recebia autoridades administrativas, fiscaes e religiosas, direção política e comercial aplicada ao gentio, tudo emanado da ilha. Para lá desviavam o tráfico dos agrupamentos de portugueses espalhados pelo litoral, e interior do reino congolês, com notavel prejuizo dos estabelecimentos de Pinda, situados no rio Manicongo (49).

(49) Garcia Mendes Castelo Branco assombrava-se dos poucos recursos defensivos dos portugueses no extenso litoral. Escrevia "*Em toda esta costa, desde o Castello de S. Jorge até este porto de Pinda que é Congo, e que deve ser cousa de 350 leguas de costa, d'onde vem a chamar-se Sua Magestade, Senhor da Guiné, não tem mais força do que esta de S. Jorge da Mina, pelo que se devia mandar que a povoação que ha em Pinda, que he cousa de 100 moradores brancos, creoulos de S. Tomé, se mude para junto da referida fortaleza*". Queria Castelo Branco a concentração de todos os reinoses naquele presidio em caso de levante dos régulos negros, podendo acender a 1500 os lusos espalhados pela região. Pouco depois de escritas estas prudentes indicações o assalto dos olandeses, que se apoderaram de Mina, veio mostrar quanto eram fundados os receios.

Todavia alguns nefastos sucessos embaraçavam a espaços esta prosperidade. Corsários franceses assaltaram S. Tomé em 1567, contemporaneamente ás desordens que fomentaram na Paraíba contra os portuguezes. Perigo ainda mais sério surgiu com a chamada guerra dos angolaes. Dizem que decendiam dos cativos de certa nau naufragada no litoral ilheu, que daí por deante se tinham ocultado nas matas. Com o tempo cresceram em número e audácia, decendo sobe a cidade, saqueando engenhos, matando, roubando, incendiando, levando comsigo os escravos encontrados afim de aumentar os seus efetivos. Os maiores proprietários do lugar, desanimados pela situação, partiam para o Brasil com os bens que puderam salvar. Somente em 1596 é que foi possível prender o último cabeça dos quilombolas, o negro Amador, intitulado rei de S. Tomé pelos pretos, aos quais dera organização e rígida disciplina.

A diferença entre S. Tomé e Cabo Verde, e mais ainda das ilhas visinhas do Príncipe e Ano Bom, de pouco proveito, estava na fertilidade das terras. Deram resultados no século 16 as plantações de cana em S. Tomé, e no começo do século 17 assim descrevia Garcia Mendes Castelo Branco a ilha: "*está na linha equinoxial, que é de 18 léguas em rondondo, mui abundante de assucares que antigamente se carregavam nela vinte navios grandes de vinte mil arrobas cada um, o que hoje não acontece por causa*

de um gusano que deu na cana. Ha nesta ilha muito arroz e muitos mantimentos e é muito fresca (modo de falar de quem resolvera ser louvaminheiro, porque é tórrida, refrescada apenas por chuvas contínuas e densos nevoeiros, que lhe envolvem as montanhas e alagam os vales arroseiros) . . . e muitas águas e mui boas. Haverá nesta ilha 800 visinhos brancos (por volta de 1620) e mais de 2000 crioulos da terra". Os quaes pretos no dizer do informante, davam bons soldados por serem, "mui grandes escopeteiros e mui destros" (50).

* * *

No começo do século 17 esboçava-se alguma superpopulação na Madeira e Açores, as ilhas privilegiadas do Atlântico. Estavam em condições de mandar gente reimigrante para as províncias reinos devastadas por pestes. Enviavam do mesmo modo levas de colonos para o Maranhão e Pará, e em seguida para o extremo sul, Santa Catarina e Rio Grande, onde iam servir o imperialismo lusitano, que por tres séculos nacia em Lisboa, reforçava-se nas ilhas, e se expandia no Brasil á custa do visinho espanhol.

(50) As ilhas de Acenção e Santa Elena descobertas pelos portuguezes, só serviam casualmente ás naus para reabastecel-as de água e de alguns animais outrora domésticos, tornados selvajens.

A situação da Madeira e Açores, além de auxiliar os navegantes com destino a América do Sul, aliviava os sofrimentos dos que arriscavam a vida e os bens na mudança para o novo mundo. Reabastecia e reparava os barcos quando havia mistér, preenchendo também os claros registados entre passageiros e tripulantes. Era um degrau a facilitar o povoamento das terras americanas, e de grande alcance, porque nem sempre o aceno de riquezas bastava para seduzir inda fossem as criaturas mais miseráveis do reino.

Arrefecia o ímpeto dos aventureiros ao som das tragédias de além mar. Peior ainda que as outras colónias era considerado o Brasil, no mesmo nível que a África, ou abaixo, no começo das capitánias, por não ter a fama das minas da Guiné. Aí não encontravam os reinos uma civilização mais antiga do que a sua, nem comércio de especiarias com que rapidamente se enriquecer, nem meio em que pudessem dar largas a instintos, vícios e paixões. Na capitania de Pernambuco teriam de conquistar a terra palmo a palmo, ignorando si receberiam recompensa do esforço. A Nova Lusitânia era uma incógnita antes de surgir o surto assucareiro, e, ao passo que a Índia desde os tempos mais remotos, resplandecia aos olhos do europeu como região encantada, o Brasil tinha fama de degredo, a reçumar amargamente nas palavras de Alviano, *“antes tenho por sem duvida que o lançarem-se no Brasil sómente*

seus moradores, a fazer assucares é por não acharem a terra capaz de mais beneficios: porque eu a tenho pela mais ruim do mundo, aonde seus habitadores passam a vida em continua molestia, sem terem quietação, e sobre tudo faltos de mantimentos regalados, que em outras partes costuma haver” (51). Ir portanto para a América ou África em a nau dos Quintos, significava desterro sem esperanças, de onde a pejorativa expressão “*Quintos dos infernos*”, quando se dezejava exprimir triste fim.

(51) *Dialogos das Grandezas*, 30.

A TERRA E O ÍNDIO

Pernambuco para onde se dirigia a gente de Duarte Coelho, pelo modo como vimos, significa em língua Tupi “furo do mar”. A denominação é muito espalhada pelo litoral percorrido pelas tribus daquele grupo. Existe em muitos Estados, S. Paulo na ilha de Santo Amaro, e em outros pontos da costa, mas em nenhum assenta tão bem como na capitania nordestina, situado como estava o “furo” na interrupção dos recifes madrepóricos onde desembocam os rios Beberibe e Capiberibe.

*“Em meio desta obra alpestre, e dura,
Uma boca rompeu o Mar inchado,
Que na lingua dos barbaros escura,
Paranambuco, de todos é chamado.
De Parana que é Mar, Puca — rotura,
Feita com furia desse Mar salgado,
Que sem no derivar, cometter mingoa
Cava do Mar se chama em nossa lingua”.*

escrevia Bento Teixeira na *Prosopopea*. O lugar agradou aos portugueses, merecendo geraes louvores, tanto por ser habitavel ao europeu como pela ridente paisagem. Chamou-lhe tempos depois

“...*Terra sadia por extremo*” o jesuita Ruy Pereira, impressionado pela região onde os ventos do largo abrandavam o calor quasi equatorial. Seria entretanto o quadro bem diferente do aspéto hodierno. Com muita felicidade acentuou Oliveira Lima a mudança de aparência da costa pernambucana sob a ação do europeu, “...*Não se anunciava, como hoje, pelos seus renques de coqueiros de altos e farfalhantes diademas, figurando á distancia emergirem da areia branca das praias; nem as mangueiras emprestavam ainda á vegetação a tonalidade pastosa da sua folhagem densa e sombria... Foram os jesuitas, que em 1572 fundaram o colégio de Olinda, onde primeiro apareceram em 1551, os principaes importadores não só dos coqueiros e das mangueiras, como de outras espécies vegetaes da África que muito enriqueceram a flora brasílica. Antes eram só cajueiros ralos e de folhas claras que se esgalhavam pelo litoral, confundindo-se com a vegetação rasteira dos mangues. A florescência dos cajueiros regulava até o calendário indigena. (52).*

O mangue e o cajueiro visinhavam ao longo da costa, o segundo próprio de longos trechos do litoral nordestino. Fernão Cardim descreve o primeiro nos brejos da região, cheios de “*Mangues... (que) se parecem com salgueiros ou sinceiros da Europa, delles ha tanta quantidade pelos braços e*

(52) *Ha. Col. Port. do Brasil, III.*

esteiros, que o mar deita pela terra toda deste arvoredo, que com as enchentes são regados do mar...". Aí era a moradia predileta de incontáveis crustáceos, havendo variedade de mangue chamada pelos índios Seriibá, ou árvore do Serí, "*..aos quaes cahem algumas folhas que se fazem amarellas, de que se mantém os caranguejos, que por entre elle se criam...*", noticia Gabriel Soares de Sousa. Continuando Cardim a sua descrição acrescenta quasi as mesmas informações, "*Nestes mangues se crião muitos caranguejos, e ostras, e ratos, e ha um genero destes ratos cousa monstruosa, todò dia dormem e vigião de noite*". Ao lado da Seriibá medrava, "*outra casta de mangues*", diz Gabriel Soares, chamada Canapaubá, ou "Caa-pau-bá" como quer Hoehne, que significa ilhas de mato ou árvores, "*cujds ...são muito tortas e desordenadas*", assegura Gabriel Soares. A Copiuba, segundo o mesmo autor, dava ao longo do mar e dos rios por onde entra a maré, "*a qual carrega por todos os ramos de uma fruta preta... maior que murtinhos, e toma tantos ordinariamente que negrejam ao longe*". (53). Por perto também havia a Tatagiva ou Apé, "*arvore do tamanho e feição das oliveiras*" diz G. Soares,

(53) O Dr. Pirajá da Silva é de parecer, á vista da escassa documentação sobre esta espécie, e pelos seus característicos, que se trata antes da jaboticabeira, o que é muito plausível pois só Gabriel Soares faz referência ao nome Copiuba. v. in nota 1 o esquema da região compendiado pelo Dr. Pirajá da Silva.

e medrava “*ao longo do mar e á vista delles*”. Nas mesmas condições o Abajerú, “*é uma arvore baixa como carrasco natural donde lhe chegue o rocio do mar, pelo que se não dão estas arvores senão ao longo das praias*”. Assim como estas vicejavam Araçaseiros que, “*são outras arvores que pela maior parte se dão, em terra fraca da visinhança do mar, as quaes são como macieiras na grandura... A flôr é branca, de feição da de murta, e cheira muito bem. Ao fruto chamam araçases, que são da feição das nespeiras, mas alguns muito maiores...*”. Junto dessa variedade estava o Araçá da Praia, retratado por G. Soares, “*Perto do salgado ha outra casta de araçazeiros, cujas arvores são grandes, e o fructo como laranja, mas mui saboroso, ao qual aparam a casca por ser muito grossa*”. Desta pensa Hoehne que se trata da então denominada Araçá Guassú, hoje mais conhecida por Goiaba. Outras espécies são mais difíceis de se identificar, como o Pino, de Gabriel Soares, “*arvore comprida, delgada, esfarrapada da folha. Dão-se estas arvores em ladeira sobre o mar e á vista delle, em terras dependuradas*”. Até agora não foi possível ao certo deslindar o que seria.

O Muricí, Copiuba e Maçarandiba, davam, segundo o velho cronista de assuntos agrícolas colonias, ao longo do mar e rios visitados pela maré, cujos frutos e sementes atraíam periquitos e maitacas aos bandos, facilmente apanhados nas árvores,

geralmente baixas, que se prestavam a receber quantidade de laços e visgos predatórios. O Genipapo crecia perto das praias, mas tinha a particularidade de também ser encontrado no sertão.

As descrições referem-se mais a Baía, porém em se tratando de espécies disseminadas pelo norte e nordeste, podem ser aplicadas igualmente a Pernambuco. Uma entretanto, sobrelevava a todas as outras, e era bem da capitania de Duarte Coelho, o Cajueiro, providência do gentio como ao depois o foi dos escravos pretos. Thevet encontrou-o na ilha de Fernão de Noronha, e Labat nas Guianas, "*Cet arbre est si commum, qu'on en trouve des forêts entieres dans le Bresil & dans la Guianne*". Emprestavam-lhe os portugueses, segundo o viajante, propriedades especificas contra "*du mal d'estomac qui est une espece d'hydropisie*", prendendo os escravos atacados da moléstia nos cajuaes, de sorte que, impelidos pela fome, os pretos tinham de se alimentar exclusivamente de cajús até ficarem completamente curados.

Iriamos longe na descrição da capoeira próxima do mar e variedades compondo-a. Teríamos de mencionar do mesmo modo, a fauna litorânea no intenso pitoresco da sua variedade no tempo da frutificação, quando as frutas e sementes atraíam periquitos, maitacas e os "*papagaios que são tantos em numero, e gritão de tal maneira, que parece gralheado de pardaes ou gralhas*" (F. Cardim). Não deveria-

mos nesse caso esquecer aspétos menos edênicos do trato da costa em que desembarcaram os duartinos. Não foram só aves, flores e frutos que os receberam, e Cardim notou que os mangues continham miríades de “...*hum certo genero de mosquitos que se chamão Mariguís, tamaninos como piolhos de galinha: mordem de tal maneira e deixão de tal pruido, ardor e comichão, que não ha valer-se huma pessoa, porque até os vestidos passão, e he boa penitencia e mortificação soffrel-os huma madrugada, ou huma noite; para se defenderem delles não ha remedio senão untar-se de lama, ou fazer grande fogo e fumaça*”.

Qual não seria o horror dos aldeões de Portugal, quando os torna-viajem contariam que no Brasil, tinham sido obrigados a se espojarem na lama como javardos para escapar de feroses insétos! Nem por isso cessava o fadário colonial. Aos incômodos pessoaes reuniam-se as pragas da lavoura, capases de inutilizar em poucas horas o trabalho de semanas. As formigas eram flagelo invencivel pelo número e ausência de meios de combate. Invadiam tudo, campinas e casas, no litoral, no agreste, nas ilhas e sertão. Queixavam-se os portugueses, e mais tarde os olandeses, dos seus estragos. Eram necessárias manchas de terra fertilíssima para resistir ás devastações que produziam, comparáveis ás dos gafanhotos do Egíto, a despeito de menos impressionantes por se fazerem num rastejar silen-

cioso em ves de toldar os ceus e ensurdecer a população.

* * *

As pequenas povoações já existentes em Pernambuco ao tempo das capitánias, habitadas por alguns brancos, índios e mamelucos, seriam na conjéctura de historiadores em número de quatro, a saber: Olinda, Recife, Igarassú e o sítio dos Marcos. Informa o erudito escritor Metódio Maranhão, que se consagrou ao estudo dos primeiros tempos pernambucanos que a mais antiga das povoações era a de Igarassú: "*Cita-se mesmo a formula tabelliôa dos Escrivães do lugar*". *A mais antiga, leal e nobre villa do Iguarassú*". *Mais antiga villa é possivel e mesmo provavel*". Os motivos da suposição de Dr. Metódio estavam no aspéto da feitoria e fortaleza de Pernambuco "... *po actual logar dos Marcos não era ponto que servisse para povoação e desenvolvimento de um nucleo de habitações. Terreno de carrasco, vaixo, alagado, só tinha de facil a boa agua potavel do rio Tabatinga, (melhor, Tauatinga). E era isto que dava a sua superioridade sobre o Arrecife dos Navios, com agua distante difficil.*

Não podia, pois, por si só, prevalecer a Feitoria de Pernambuco; precisava de um alto, onde se estabelecesse e desenvolvesse a população que ella tinha de formar. Esse alto foi o Iguarassú que fica a sueste do logar dos Marcos, a uma distancia que é

de 9 kilometros, medidos em cyclometro de automovel com as muitas voltas de vereda. Em linha recta não pode ser menos de 7 kms.

Assim, a povoação de Iguarassú deve ter começado ao mesmo tempo que era constituída a Feitoria de Pernambuco (dos Marcos). Quando em 12 de Março de 1537 Duarte Coelho assignou o Foral de Olinda, já Iguarassú era villa, tendo o seu termo com o nome de Santa-Cruz, a limitar com o novo termo de Olinda que então se creava; e essa qualificação de villa lhe era dada honorificamente por ser ella a povoação, ligada a Feitoria existente, com sua fortaleza.

Mas tambem com certeza Olinda já existia como povoação, em condições de competir com Iguarassú, embora sem a categoria de vila, que lhe veio dar Duarte Coelho.

O Recife dos Navios era um porto tão frequentado, senão mais, do que o de Santa Cruz, ou dos Marcos. Ambos tinham o nome de Pernambuco, como já vimos, e em ambos andou alternativamente em serviços e em batalhas a armada de Martim Afonso e Pero Lopes de Souza, em principio de 1531.

*Comunicar com o porto do Recife era commu-
nicar com Olinda, porque era esta que elle servia de ancoradouro. Tirando a entrada ou a bocca do arrefice tinha-se um porto mais vasto e mais fundo do que o de Santa Cruz ou dos Marcos, com a vantagem de muitos varadouros ao lado do rio*

dos Cedros (Capibaribe) e do Beberibe; mas para ter agua potavel era preciso ir até o Varadouro da Galeota em Olinda, e dahi subir em barcos pequenos pelo Beberibé acima até onde cessava a influencia das marés, “até a ribeira que vinha do engenho de Jeronymo de Albuquerque”, segundo diz Gabriel Soares.

Os moradores do porto eram somente os empregados no serviço delle. Ali havia depois em 1587 uma ermida do Corpo Santo e os armazens de depositar assucares e outras mercadorias, mas só moravam “alguns pescadores e officiaes da ribeira”. Assim, qualquer communição ou interferencia com o porto do Recife, não visava o porto em si, mas sim a povoação a que elle pertencia, que era Olinda. A fonte d’agua, o, armazem de viveres, o dono das mercadorias de que se precisasse, tudo estava em Olinda.

Por outro lado pode-se affirmar que Iguarassú, apesar de sempre tratada por villa, era ainda simples povoação em 3 de Maio de 1548, quando Affonso Gonçalves, chamando-a sua povoação reconhecia Olinda como VILLA de Duarte Coelho. Só o inicio de povoamento das duas localidades pode ter sido simultaneo e contemporaneo; e ao passo que a Feitoria dos Marcos tinha a sua pequena guarnição oscillante e variavel, segundo os ataques e a defeza que o acaso lhe trazia, tambem o porto do Arrecife deixava entrar e os barcos que tivessem commercio directo com Olinda.

Ha ainda uma consideração a fazer: o nome Marim, que Olinda tivera anteriormente, mostra ligação com o nome Mair, que era dado aos francezes pelos indigenas.

Havia, assim, commercio entre elles desde logo depois da descoberta; o nome do pau-brazil tinha na França o nome de pau de pernambuco "bois de fernambouco". Pode-se assim dizer que esse commercio data de epoca proxima á descoberta, quando os portuguezes deixavam o Brasil desprezado e desprotegido; e é mesmo de presumir que, enquanto elles assim se contentavam com a sua Feitoria de Santa Cruz (Iguarassú), os francezes estivessem desfructando as vantagens do porto do Recife em communição constante com a sua Mairim.

O serviço de expulsão e desalojamento dos francezes, começado por Christovam Jaques em 1526, re-crudescido e augmentado com a expedição de Martim Affonso e Pero Lopes de Souza em 1531, só ficou completo em Pernambuco depois da chegada de Duarte Coelho em 1535. E a tarefa deste consistiu tambem em expulsar definitivamente esses intrusos, e occupar as posições que elles deixavam já promptas e preparadas numa desbravação de uns 30 annos atraz. Veja-se Varnhagen, Hist. Geral do Brasil, vol. I. "O nome de Marim ou Mayr-y (dado a Olinda), denuncia-nos que foram os mesmos francezes os primeiros que ahi se estabeleceram".

Só um reparo faremos á exposição do Dr. Metódio; parece-nos talvêz excessivo concluir, na falta de documentos explícitos, que houvesse franceses estabelecidos de modo permanente no litoral antes do fortim de Mr. de la Motte. Verificou de visu um coevo, o desditoso D. Rodrigo de Acuña, insignificantes vestígios da permanência accidental de corsários na ilha de S. Aleixo, anzoes e outros restos, que indicam mais o hábito dos franceses de permanecer a bordo durante a escala. Confiavam "desconfiando" dos indígenas com quem comerciavam, contentando-se de elevar na terra ranchos, ou barracões, construções ligeiras para enfermos, ou para abrigar mercadoria deterioravel pelos elementos, ou fornos para cozer pão, mas continuando os outros tripulantes a dormir em segurança a bordo. Pelo menos, é o máximo que podemos entrever na carência de melhores informações. Maior trabalho deram os corsários aos portugueses com suas alianças e auxílios ao gentio, mas o entendimento podia ser passageiro, apenas ditado por conveniência ante o inimigo comum, longe de significar desbravamento e conquista definitiva. Freqüentar o índio era uma cousa, e a sua sujeição, outra bem diversa.

Sabemos por algumas notícias remanescentes do tempo, que o donatário chegou a Pernambuco a 9 de março de 1535. A crônica do beneditino Fr. Miguel Arcanjo da Anunciação reza a propósito: "*O primeiro donatario... chegou e tomou posse desta*

sua capitania... em mez de Março de 1535 e logo no ano de 1537 entrou a formar Foral para as governanças e repartição das terras em que começou a fundar Villa com o appellido de Marim que foi o primeiro nome que se deu a esta terra do dito foral. Logo reservou cem braças de terra em quadra nas terras do monte para a Capella ou Casa de Na. Sa. do Monte, que devemos suppôr fundada no mesmo anno de 1535 ou no seguinte de 1536¹.

Teria portanto desembarcado Duarte Coelho no pôrto dos Marcos, no estabelecimento em que rezidia o régio feitor, allí se demorando até passar a Olinda. O foral desta vila data de 12 de março de 1537, porém no dizer do prof. Metódio Maranhão, devia lá estar morando o donatário quando foi promulgado, explicando ainda o Dr. Metódio: “O logar dos Marcos ou da Feitoria onde elle desembarcou, é ainda hoje um terreno agreste e improdutivo, onde só nascem gramineas (capins) rasteiros e de pouco proveito mesmo para criação de gado; de raro em raro umas touceiras de vegetação arborescente sem valor. Cerca de um kilometro em roda é um deserto sem moradores. Mais proximo da margem do canal restam poucas pedras e ruinas de alicerces, um poço de tijollo, entupido, e raros coqueiros velhos salteados. Não podia ser melhor do que isto no tempo da vinda de Duarte Coelho.

Em todo caso era alli o local da Feitoria e fortaleza de el-Rei; mas a Capitania apossada não se

compunha só desse local; havia outros logares habitados e com vida. E nesse caso estavam: o povoado de Marim significando na linguagem indigena, ao mesmo tempo, a povoação dos franceses e a povoação principal; a villa de Igarassú, das grandes embarcações; o Recife dos Navios, ancoradouro das naus maiores; os pousos de Santo Aleixo e de Santo Agostinho, já frequentados por esquadras e navios.

E por todos esses logares deviam andar espalhados, não os selvagens irreductiveis, porque esses já tinham sido recuados para o centro e florestas, mas os trezentos christãos que desde 7 annos antes, mencionava D. Rodrigo de Acunha, em sua carta angustiada de 1528; os constantes degredados com que a Metropole inundava as terras da Feitoria..."

Os trezentos cristãos da carta nos parecem maneira de falar de quem a escrevia, ademais angustiado, como diz o prof. Maranhão. Seriam por certo em número menor. Os viajantes antigos pecam pelo exagêro, sobretudo os de orijem castelhana. Filhos de náufragos, desertores e degregados; das naus e expedições que tocaram naqueles sítios; os poucos brancos aclimados e conformados, vivendo no meio de índios, compunham singelamente o núcleo visto pelo capitão espanhol. Discordamos novamente do prof. Maranhão no tocante á delinquência dos portugueses que alí moravam. Os motivos que podiam atirar marítimos em terras deshabitadas tanto seriam enjôo no mar como quaesquer desavenças

com superiores. Em o nosso precedente volume examinámos o caso, e para não nos repetir, diremos de modo geral, que alusões a degredados facinoras com destino ao Brasil, só apparecem depois da chegada do donatário e dos primeiros colonos.

[Tampouco todos os índios bravos estariam em êxodo para o sertão. Muito pelo contrário, infestavam as visinhanças das povoações dos brancos, e quando toleravam estranhos, era a poder de afagos, uniões sexuaes, quiçá tributos. Iam em pouco se mostrar Tapuias e Tupís, o principal óbice ao trabalho dos duartinos, colocando-os por veses em situações desesperadas, de que se salvaram mais pela desunião do gentio que pelos seus próprios recursos. E' um cronista da época que nol-o diz, de informações que pouco antes recebera: "*La multitud de la gente del Brasil es grandissima y nadie puede caminar seguro, por la tierra adentro, sin hallar poblaciones de Indios armados, entre los quales ay grandes discordias que son causa que los Portugueses pueden venir en la tierra, porque de otra manera fuera imposible*" (54).

Os índios da região litorânea, que deixaram maiores vestígios, foram os de língua Tupí, falada com certas variantes desde a capitania de S. Vicente, até a extrema desconhecida do Paraíba. [Em direção ao interior jouviam, na informação de contempo-

(54) Herrera, Dec. III, Lib. VIII.

râneos, aborígenes de “lingua travada” ou Tapuias, que alguns etnólogos modernos pensam fossem materialmente menos evoluidos. Gabriel Soares localiza os Tupiniquins na costa pernambucana, entre os rios Camamú e Cricaré, tendo ao norte os Caetés, que “*nos primeiros annos da conquista deste estado do Brasil senhoreou desta costa da bocca do rio S. Francisco até o rio da Paraíba, onde sempre tiveram guerra cruel com os Pitagoares*”. Mas não devemos entender que os invasores formassem círculos fechados na capitania, a dominar sobre certas porções do território onde só eles existiam. Nômades por natureza, não tinham habitat fixo, vivendo dispersados por contínuas guerras com estranhos e parentes, e também superstições inculcadas por feiticeiros, bem como necessidade de facil alimento. Emigravam logo que diminuíam os recursos do lugar onde se tinham detido, alguns á espera de que apodrecessem as palmas cobrindo as choças para procurar outra região.

A sua maneira de viver sempre a mesma durante séculos, dava-lhes a curiosa aparência que tinham para o europeu, a transluzir nos comentários dos *Dialogos* e outros escritos do tempo. Em primeiro lugar, admiravam-se os reinos de não encontrar entre eles culto algum comparavel ao que sabiam de árabes, indús e outros povos do extremo oriente. Nem com os africanos se pareciam, porque os negros dispunham pelo menos de ídolos, al-

guns com aparência humana, estabeleciam recessos sagrados, praticavam cerimônias de vaga analogia com as de civilizações superiores, em que se podiam vislumbrar um esboço de arte africana, cousas absolutamente desconhecidas para os "brazis". Um costume logo feria o branco e lhe inspirava horror, e era infelicamente dos mais acentuados da primitivês do íncola: a antropofagia. Este hábito agravado pelo endocanibalismo, aparecia como monstruosa perversão aos olhos dos crentes cuja doutrina reside no amôr universal. Religiosidade extrema acompanhava por toda parte ao homem ibérico, que onde estivesse recitava, ou lhe recitavam a qualquer hora do dia ou da noite (e o encontramos demonstrado nos papeis do Santo Ofício) orações e mandamentos da crença situada no polo oposto das superstições do pobre aborígene. Tupís e Tapuias desde tempos imemoriaes devoravam carne humana "*que mais fazem por vingança*", informam os *Dialogos* (sem por isso desprezal-a, longe daí), ou para assimilar as qualidades do devorado, deixando alguns mal entrever da obscura teogonia professada nas selvas, um diabo chamado Jurupary; "*E por isso se diz geralmente que este gentio carece, na sua lingua, de tres letras principaes, as quaes são F. L. R. em signal de que não teem fé, lei nem rei*", acrescenta o livro, repetindo o que vinham dizendo desde os primeiros tempos do descobrimento, cronistas, viajantes e missionários.

Adaptados ao quadro em que vejetavam, cada função material da sua vida cauzava pasmo e escândalo aos brancos. Inda na mais insignificante havia motivos de doestos e horror. Paradoxalmente aos olhos modernos, uma das causas da brutesa dos índios para os europeus quinhentistas, seria por exemplo, a sua nudês e a facilidade com que entravam a qualquer momento na água, ou afrontavam intempéries, e não pequeno seria o espanto do reirol, ainda jacente na falta de iginene medieval, ante o parto das índias. Mandava a medicina em uso na península ibérica; muito decaída dos ensinamentos árabes; que nacesse o portuguez numa estufa, enovelado em fantásticos cueiros e liames, de todo tamanho e espessura, crescendo agasalhadíssimo, sem nunca saber de água, assim entrando em idade e morrendo, si o acaso não o fizesse cair num regato ou lagoa no correr de travessuras da infância.]

O que no reino era acidente, na América era hábito, a começar do nascimento. Conta Brandônio nos *Dialogos*, “... quando a este gentio lhe parem as mulheres, a primeira cousa que ellas fazem no instante que acabam de parir, e póde ser que ainda sem terem bem livrado, é ir-se metter no mais vizinho rio ou alagôa de agua fria, que acham, no qual se lavam muitas vezes, e, depois de bem lavadas se recolhem para casa, aonde já acham o marido lançado sobre a rede em que costumam dormir, como se fôra elle o que parira, e alli o regalam, e é visitado dos parentes

e amigos, e a parida se exercita nos officios manuaes da casa, fazendo o comer, e indo buscar agua ao rio, e lenha ao matto, como se nunca parira.

BRANDONIO

E como é possível que a agua não faça damno a essas paridas, fazendo-o ás nossas qualquer pequeno ar em Portugal ?

ALVIANO

Antes lhes serve esta de medicina e preservativo pera lhes não fazer o parto damno, pelo costume que têm de se lavarem sempre nos rios, e pescarem nelles”.

E' deveras notavel mais esta demonstração da sagacidade do narrador, que excepcionalmente compreendia ser o costume um preservativo. (Mas voltando aos nossos índios pernambucanos, o hábito deles vagarem despidos era muito explicavel pela desnecessidade de agasalhos na latitude em que viviam (55). Nós, enfeitavam-se com tinturas de genipapo e urucú, tomando o aspéto que o escrivão da armada cabralina, paragonava ás carnavalescas roupajens de um pano de ras. Nenhum costume como este, podia se afigurar tão bárbaro e imoral aos

(55) A temperatura média da capitania era 24,7, máxima 34,1, mínima 17,6, precipitação aquosa 98,5, humidade relativa 81,1%.

devotos lusitanos, adétos de um credo que até hoje exige vestes compridas em nome da pureza de costumes. Divizavam em tudo abominações; nos estojos penianos dos homens, ou nas cinturas das mulheres aborígenes; ambos parecendo monstruosas obcenidades, quando não passavam de simples precauções contra insétos ou espinhos. A primeira impressão dos brancos ao chegarem na América era portanto de uma prodigiosa depravação entre aquela gente despida. Ora, o gentio podia servir de exemplo no ponto de vista moral cristão, ou melhor, de censores eclesiásticos, [copulando pouco, com raras perversões, sem a dominante obsessão sexual tão comum nos europeus, vítimas do “recalque” imposto pelas normas da sua existência.]

Outro motivo de espanto, não sabemos si de causa sexual, era a couvade, outróra praticada em inumeros paises europeus, chamada também o sobreperto do homem (56). Seria talvês um atestado de paternidade, ou cousa semelhante. Mas o que podemos certificar é a estranhesa dos lusos ao verem a parturiente tratar dos afaseres usuaes, e o consorte na rêde a receber cumprimentos dos parentes e amigos, como si fôra ele a dar a luz. Quem demonstrava tamanha rusticidade, devia, no pensar dos vianeses de Duarte Coelho, avizinhar-se mais de irracionaes que de entes humanos. Ampliava ainda a má impressão,

(56) v. Baldus-Willems. *Dicionário de Etnologia e Sociologia* 94.

e de modo irremediavel para o campônio de Viana; medido, mesquinho, imigrado com o fito de enriquecer; a noção (ou falta de noção europea) da propriedade manifestada pelos índios. Consideravam na sua inocência, lícito apoderarem-se do que lhes aprazia, “*Não vem cousa q não desejem e peção*”, conta o padre Fernão Guerreiro de informações que recebia do Brasil, “*e tam importunamente, ainda que seja um alfenente que vos não deixão até que lho deis*”. Imaginamos daí o efeito cauzado por tão aborrecida semcerimônia no reinol, imbuido até a medula do espirito de propriedade, acendrado na América onde qualquer objéto europeu, adqüiria pela sua utilidade ou raridade execional valor. [O] gentio, como diz o jesuita, devia por outra, sentir dezejo de tudo que via, pois para ele tudo seriam novidade divertida, ou impressionante pela maneira como lhe facilitava os meios de existência.

Eram taes circunstâncias o quanto bastava para armar conflitos. Os castigos “*pro mor de latrocinios*”, abriam rancores insanáveis. A brutalidade com que na época se applicavam penas, era inexgotavel manancial de ódios, principalmente porque a menor mortificação imposta ao mais insignificante membro da tribu, alvoroçava os demais num delírio vingativo. São concordes os autores antigos em sublinhâr esta face do indígena. Brandônio entre outros contava: “*reina nelles em tanto esta natureza de vingança que, se acaso, caminhando por*

um caminho, derem uma topada em algum páo ou pedra, não passam avante até por vingança arrancarem ou quebrarem aquillo que lhes fez damno; e com serem vingativos, são tambem alguns delles summamente crueis, porque um homem de credito me contou que vira a um indio destes, vindo de um assalto, que fôra dar a certa aldeia de inimigos com outros muitos, trazer seis crianças, que não chegava a maior a ter anno perfeito de idade, penduradas em um páo, que levava ás costas, como gallinhas, a metade da parte de deante e a outra de detraz; e que, despois de caminhar assim com ellas por grande espaço, as puzera sobre uma pedra, donde com uma faca que lhes foi quebrando a cada uma das crianças a cabeça a golpes pequenos, que nellas lhes dava, pera que assim lhes ficasse sendo maior o tormento, sem demonstrar nenhum rastro de piedade aos gemidos e choros das pobres crianças”.

Fátos acontecidos, desta ves com filhos de europeus, colhidos na vingança de aborígenes, não permitem que se acoime de exagerada a descrição de Brandônio. Por onde passavam em decidas vingadoras, não restavam creaturas que atestassem a clemência do assaltante. A sêde de vingança e appetite antropofágico se misturavam, criando no princípio das capitánias angustioso problema para os portuguezes, tendo cada povoador de se improvisar diplomata no trato com a indiada, expostos como estavam a família e os bens ao bel prazer do visinho. Assim

sendo, não é de admirar que ao colono apparecesse o gentio como atrós antropófago, destituido da idéa de propriedade, justiça e religião, inimigo implacavel dos cristãos. Semelhante modo de ver era mais que sufficiente para inclinar o portuguez á violência, logo que estivesse em número e força bastante para enfrentar o inimigo. Houve desde o começo das capitânicas, pelas pequenas vilas habitadas por portuguezes, prenúncio de tragédia, que se transformou em triste realidade, quando os brancos fortalecidos multiplicaram as occasões de conflitos,

* * *

Os nomes de grupos de índios citados pelos mais antigos habitantes de Pernambuco, foram Potiguaras, Petyguaras, Pitiguaras, Tabajares e Caités, aos quaes se pode juntar os genericamente conhecidos por Tapuias.¹ Numa carta a D. João III escreveu Duarte Coelho “Petygoares”, e mais adiante “Potigoares”, localizando-os em lugares diferentes da sua capitania. Seriam os mesmos, ou diversos? Custa esclarecer pela confusa grafia e péssima redação do tempo. É possível que se tratasse de gentio único mas de muitos apelidos, tantos quantos eram apontados por amigos ou inimigos. Podiam até ser Potiguaras os Tabajares, segundo o modo de apelidá-los dos contrários. Cada qual chamava aos outros de um modo, como sucedia a objéto, plantas e animaes,

a mudar de nome de distância em distância, de taba para taba, de vila para vila. Potiguara seria em Tupí "*Comedor de Camarão*", Tabajara", "*Senhor da Taba*", que se pode interpretar "*Senhor do Território*", acepção elástica a significar muitas cousas diferentes para quem a empregava. Caeté era ainda mais vago, valendo por "*Habitante do Mato*", como ensina Rodolfo Garcia, esparso nos mapas antigos por muitas regiões do norte e sul do Brasil. Quem os estuda acaba verificando que tinham muitos nomes, a prejudicar sobremaneira o trabalho do pesquisador.

O progresso em etnologia demonstrou que a semelhança de idioma não é suficiente para aparentar com laços de sangue tribus e grupos. O exemplo do Guaraní no sul é sintomático, servindo em extensa região á guisa de língua internacional, falada por índios da mais diversa orijem. Repetir-se-ia igual fenómeno com o ramo Tupí esgalhado no Brasil? Selvícolas de apelidos compostos por termos dessa proveniência, podem muito bem ser estranhos aos grupos Tupís esgalhados pela costa na era quinhentista. A repetição de nomes e designações semelhantes incrementou-se ainda na colónia com a língua geral que os próprios missionários foram os primeiros a espalhar. Falava-se o Tupí-Guaraní no Brasil, como a Língua Franca derivada do português nos portos da África, ou português "tout court" na costa da Índia, da China, Cochinchina e arquipélagos do Pací-

fico. O idioma de Camões foi simultaneamente empregado por indivíduos sem nenhum parentesco entre si, em centros comerciais e feitorias europeas, africanas, americanas e asiáticas. Apesar do exemplo, os nossos historiógrafos do fim do século 19 e começo do 20, persistiram de que seria pelo estudo das línguas que descobririam a casta dos indígenas. Estas autoridades foram os mestres de história pátria das atuais gerações brasileiras, homens honestos e sinceros, apegados porém a métodos demasiadamente antigos nas suas exegeses.

* * *

À côr do gentio trouxe-lhe do português a designação de “negros”, que encontramos nos textos antigos. De fáto era muito escura quando o índio vivia exposto ao sol, e mais clara quando protegido pela espessura da mata, tornando-se macilento, amarelado ou aleonado.] Do seu porte e outros pormenores somáticos, trataram inúmeros escritores, viajantes, eclesiásticos, funcionários, mercadores, alguns com fidelidade e senso descritivo, outros com fantasia, incompreensão ou má vontade. Referências além das fontes portuguesas a “Petiguares”, temos em Commelyn, que reparava serem “*muito menores que os olandeses, motivo pelo qual não eram tão fortes e próprios para o trabalho*”. Não o seriam efetivamente para certos misteres, em que a pesada ossatura do flamengo lhe dava grande vantagem,

mas nos trabalhos expostos ao sol de Pernambuco, a carrear troncos de pau brasil durante o dia inteiro, surgia a superioridade do gentio. Tudo dependia da ocupação. A mão pequena do guerreiro Tupí mal dava para cingir o pulso de um neerlandês, engrossado pelas águas calcáreas das Flandres e labôr manual de séculos, porém o índio em circunstâncias de acordo com a sua natureza, demonstrava resistência e até robustês. O Zoobiblion de Zacarias Wagner (57) é encomiástico acerca da sua colaboração nas guerras: *“Os brasilienses (neste trecho refere-se a Tupinambás), são de estatura mediana, assaz membrudos, de cor amarelada, cabelos negros e pouca barba. Não têm em grande conta belos vestidos ou alfaias domesticas, ao contrário preferem sobretudo boas flexas e arcos. Vivem com muita simplicidade, e satisfazem-se perfeitamente com o que na véspera alcançaram na caça”*. E recordando-se das chacinas de índios que os portugueses tinham sido obrigados a cometer, noticiava o cronista por volta de 1640, *“apesar de tudo isto, nunca (por mais horrivel e barbaramente fossem tratados) os brasilienses se deixaram submeter e subjugar, rezistindo-lhes obstinadamente e mantendo, até o dia de hoje, a sua liberdade e independência.”*

(57) Publicado por Alfredo de Carvalho na *Rev. do Inst. Hist. Arq. de Pernambuco* IX, e in Thomsen, *Eckout*.

O emprego afora do trabalho pacífico, que do índio faziam os olandeses, era o mesmo que os seus adversários na América Lusitana de ha muito vinham praticando. Estenderemos a ambos o que Zacarias Wagner adeante dizia, "*Atualmente contam-se deles várias companhias entre a nossa gente, bem exercitadas no manejo de mosquetes e espingardas; e nos servem muito proficientemente contra os espanhoes, como eram no geral designados pelos flamengos os portuguezes e castelhanos, porquanto ainda guardam vivo rancor pelas carnificinas e deslealdades de que foram vitimas*". Muitos desses aliados pertenceriam aos grupos, que na invasão olandesa ficaram do lado dos súditos de Felipe III, mas não eram os mais numerosos. A história da guerra narra que os belgas desenvolveram maior entendimento com Tapuias do que com os outros íncolas pernambucanos. O colaborador foi enaltecido por Commelyn, "*resoluto, firme, bom e valoroso, acometendo o inimigo com clamores estranhos*".

Preferimos, todavia, não estabelecer rigorosa delimitação entre os que tomaram parte na luta dos brancos. Houve Tapuias a favor de portuguezes, assim como Tupís bandeados com flamengos, e não podia ser de outra forma, em se tratando de gentio tão desunido nas suas inclinações e preferências.

☐ *Acerca das companheiras dos úteis auxiliares, diz o cronista: "são de estatura baixa e grossa, de bonito talhe, e andam muito erectas: os seus lon-*

gos cabelos negros trazem-nos habitualmente em tranças que lhes pendem por sobre o dorso nú. Deixam-se desposar aos 12, 13 e 14 anos, geram muitos filhos e alcançam idade avançada. São muito fieis aos seus maridos, e os acompanham ás guerras carregados com os filhos, cães, e igualmente cestos e alimentos, como si fossem bestas de carga e suportam sem se aborrecerem o calôr, a chuva e todas as fadigas”.

O bonito das índias promanaria da longa convivência com elas de quem informava Zacarias. Só podia vir o *talhe esbelto*, de tanto as ver, a ponto de ficar como o *“crapaud pour qui le beau est la crapaude”*. A braquisquelia das mulheres indígenas, não lhes dava porte muito airoso, baixotas como eram, de pernas curtas, coxas magras, ventre e mamas logo caídas, mesmo nas mais jovens. Si eram Tupís ou Tapuias não sabemos, á vista da dispersão do gentio obrigando os olandeses a se valerem do que lhes vinha á mão. Entretanto, cremos que se tratava mais dos de língua travada, pelo que inferimos dos pormenores do *Zoobiblion* a seu respeito. Ainda mais prolixo do que Commelyn, desanda Z. Wagner em afirmações exageradas relativas ao seu aspéto físico, usos e costumes. Eis o que nos diz: *“Homem-Tapuya — São extraordinariamente altos, fortes e corpulentos estes homens selvagens, cobertos de pele pardacenta (ou aleonada, bräunlich) e uzando longos cabelos negros; andam inteiramente*

nús e sabem recolher completamente para dentro do corpo o membro viril, (muito reduzido em todos os índios) prendendo para tras a parte saliente com uma pequena ligadura; costumam adornar principalmente as cabeças e as armas com bonitas penas de aves de todas as espécies. E' gente insensata, pobre e nada sabendo de Deus nem da sua divina palavra; honram, servem e adoram o demônio com quem têm grandes relações; perguntam-lhe e interrogam-lhe sobre todo o passado e o paradeiro de seus velhos amigos, bem como sobre o que está para succeder, e se podem esperar vencer os seus inimigos ou não; o que existe ainda e se conta como verdade, é que entre eles alguns ha que trazem morcegos pendentes nas orelhas e são denominados "esconjugadores" (Teuffelsbanner) (58); estes se deixam muito voluntaria e alegremente possuir e invadir pelo espirito maligno, e começam a proferir blasfêmias,

(58) Assim escreveu Z. Wagner. Realmente os índios consideravam os morcegos um animal exorcista contra espíritos maus, tanto entre Tupís como Tapuias. O prof. Herbert Baldus encontrou nos Tapirapés — que pertencem aos primeiros — objétoes esconjuradores, como uma espécie de crus de fios multicores chamada morcego. Em antigos missionários que estiveram entre selvícolas ha alusões a morcegos associadas a espíritos maus ou diabólicos. E' curioso ver a analogia com o imemorial costume europeu em matéria de feitiçaria, representando bruxas rodeadas de morcegos. A tradição ainda estava em pleno vigor na arte olandesa quando Z. Wagner escrevia.

profecias, mentiras e imposturas peçonhentas e sacrílegas, que, entretanto, são piamente acreditadas pelos parvos circunstantes. Aos sete ou oito anos de idade abrem-lhes nas orelhas grandes buracos em que são colocados batoques de madeira da grossura de um dedo, com que buscam manifestar estarem aptos para seguir para as lutas. Quando algum deles contrae matrimônio, compete ao seu mais íntimo amigo fazer-lhe uns orifícios nas bochechas e neles colocar uns pausinhos brancos e também outro no lábio inferior em que metem uma pedra azul. A sua lei os autoriza a tomar quantas mulheres queiram; mas, acontecendo algumas delas ficar doente, esteril ou velha demais, desdenham-n'as pelas mais jovens, abandonando-as, assim como detestam toda prostituição.

Mulher Tapuia — As mulheres tapuias são grossas, gôrdas, de cabelos curtos, andam como os homens inteiramente desnudas, sendo porém, mais pudicas e recatadas, porquanto apreciando o belo avental verde, por Eva desdenhado, revestem-se com ele, duma maneira singular, anterior e posteriormente, curando mais do adorno e conservação dessas folhas verdes que de quaesquer outros bens, certo com receio de que os cegos se deixem inflamar pelos seus grosseiros atrativos”.)

Não era somente esta a rasão do cuidado, si é que ocorria á mente simplória das índias, outras havia, de ordem igiênica, por temerem insétos ou pós

irritantes para as mucosas. Mais facil de acertar para quem informava Zacarias Wagner, era o passo das relações entre os guerreiros e o importante chefe Jan de Wy (o Janduy dos portugueses), ao qual prestavam [*grande obediência, acatando, seguindo, com medo e tremores a sua palavra; mas ao rei cumprir ser o primeiro na peleja, do contrario perde todo prestígio*]. Nos combates arremeçavam com destreza agudos e pesados dardos, “*por meio de certas pranchetas (Kripgen), á vontade para onde querem*”. Contra os inimigos em fuga empregavam gládios ou cõusa parecida, de madeira negra, “*correndo com velocidade incrível, saltam inteiramente nus por entre espinhos e cardos, proferindo horrendos brados, e acometem nesta confusão furiosamente os contrarios, derrubando-os. Terminada e peleja, logo regressam com grandes berros, danças e cantares, para o meio dos seus, invocando imediatamente o diabo, a quem participam sem demora as peripécias do combate*”].

Na descrição torna a aparecer o tal demônio, inevitavel em escritos europeus, como fórmula para todos os usos e circunstâncias. Dois séculos após Paulmier de Gonneville escrevia o jesuita Fleckno, que os aborígenes eram “*...como asnos, dolentes e fleugmaticos (in servitudem nati) e só aproveitáveis para labor e servidão, pois a Natureza não dotou o país de outro animal de carga sinão eles. Eram todavia mais corpulentos que robustos, gente de tron-*

co grosso, pernas curtas, olhos pequenos, pele morena e doentia, feições irregulares, cabelos negros e oleosos, muito lisos e caindo sem graça pelas orelhas abaixo". Vemos alguma exatidão no quadro, muito bem feito em certos pormenores do físico da indiada, mas descae no restante, no versar o espírito do indivíduo ou nos usos, costumes e superstições da coletividade, onde seria preciso observação cuidadosa, realizada sem pressa nem preconceitos. O estudo da etnosociologia indígena depênde da exatidão dos dados em que repousa, motivo de muitas veses, se mostrarem tão pouco úteis para o etnólogo certos relatos de missionários. Não queremos dizer com isto, que houvesse má vontade de jesuitas ou franciscanos para com o gentio, muito pelo contrário, arriscavam tudo, a favor do bem dos catecúmenos, mas tinham de sofrer influência da época. Quando Flekno viajava pelo litoral do Brasil, precindiam-se de frecheiros a serviço de brancos; a colónia em paz e o português em segurança nas crecentes povoações; não sendo mais disputados os índios por lusos e olandeses, porém retornados á condição de animaes "*in servitudem nati*".

Temos de considerar esses fatores de estorvo na colaboração do indígena no começo da sociedade colonial, si quizermos entender alguma cousa no impreciso âspeto da época. Irritados por certas circunstâncias, não trepidavam colonos, como Gabriel Soares, ou mesmo abnegados do porte de um

Anchieta, em apodar de animaes maldosos, quiçá depravados, os que lhes cauzavam tantas dificuldades. Muitas eram consideradas irremovíveis, e só a angélica paciência da maioria dos missionários podia toleral-as. Ainda assim, de uma feita, aludiu o santo canarino — estando por completo exasperado — á vara de ferro que o gentio merecia pela sua indocilidade e ingratição. O índio é voluvel como as crianças, porque em muita cousa parece aos nossos olhos uma criança, e como tal se torna fatigante. Por felicidade, o missionário que se dedicara aos brasís, reprimia os ímpetos da impaciência, preferindo na mor parte das veses arrostar o martírio a ferir o aborígene.

O reinol, ainda próximo das refregas contra infieis, julgava que destruir o óbice a emperrar-lhe a obra era a melhor solução para o caso. Da situação criada destarte emanaram os morticínios; a necessidade do terror; míseros índios atados á boca de bombardas; e peor ainda, as dizimações por meio de camisas de variolosos, expostas em lugares onde a infantil cobiça do aborígene ia buscal-as e adquirir contágio. Passados porém séculos desse torvo período de lutas, seria erro incompreensivel mantermos preconceitos gerados num “clima” para todo sempre esvaído. Podemos agora separar o subsídio de cada um, branco ou índio, na atual sociedade brasileira, e daí reconhecer a enorme contribuição que teve o selvícola, ensinando o branco a morar, defen-

der e aproveitar a terra, colaborando em povoal-a, auxiliando as exigências da civilização europeia, terminando por assimilar os usos, costumes, língua e religião dos portugueses. Sem ele o que faria uma corôa perenemente falida como Portugal? Basta o que o índio deu para os efetivos das expedições demarcadoras do Brasil; a tropa que prezervou a integridade do litoral; e a matéria primeira ás numerosas populações nortistas e nordestinas, para fazer jús ao lugar que merece. Tão nítido foi o vinco que imprimiu ao povo do norte, que ele se considera o autêntico representante da nacionalidade. Na sua maneira de ver, quem não apresenta fisionomia mongolóide, acaboclada, irrequieta, não será bem “nacional”;³ E’ em suma, numa divertida transposição, o avesso das teorias do *Mein Kampf*, posto que oriundo do mesmo espírito.

A natureza do espaço onde perambulavam os índios se encarregava de localizar as tribus. Alternada de manchas férteis e estéreis, fazia com que os selvícolas se estabelecessem, inda temporariamente, onde encontravam recursos. Quando J. M. da Silva Coutinho elaborava por 1874 estudos para a Estrada de Ferro do Recife ao Rio S. Francisco, descreveu o território em que se fixara Duarte Coelho na esteira de Potiguaras e Caetés, “*A região que se estende da margem esquerda do S. Francisco ao paralelo de 6° S. apresenta um aspecto uniforme, quanto a hydrographia, composição do solo e seus accidentes,*

achando-se deste modo nas mesmas circunstancias as provincias de Alagoas, Pernambuco, Parahyba e parte do Rio Grande do Norte... Nas proximidades da costa domina o terreno sedimentario, que se acha formando estreitos planaltos, entre os valles, ou collinas de denudação, vindo alguns terminar á borda do mar, como se observa em Olinda e outros portos do litoral. Ao norte da provincia este terreno é ao mesmo tempo destruido pelas correntes e vagas do oceano, que batendo periodicamente no sopé das collinas, vão desmoronando-as rapidamente. Aos cortes que assim produz a acção das vagas, dão os naturaes o nome de barreiras (59). A altura média dos planaltos é de 60 metros... As correntes são contínuas nesta zona, duplamente favorecidas pela natureza do terreno e vizinhança do oceano”.

Ao desembarcar nas restingas arenosas viram-se os duartinos rodeados da paisagem como a descreveu Oliveira Lima, brejos onde cresciam uniformes mangues, seguidos de cajueiros e das outras plantas próprias do lugar. Logo acima, elevavam-se torturadas, retorcidas pelo esforço de viver num meio ingrato, as árvores do campo, do areal ou terras fracas, as que levavam séculos para crescer, de cerne

(59) No *Roteiro* de Pero Lopes de 1531 temos alusão á costa nas visinhanças da futura Recife, “*marcada com barreiras vermelhas ao longo do mar, e, no mais toda chã e cheia de arvoredo*”, paisagem anterior as alterações trazidas pelos europeus.

duro como ferro. Além, melhorava a terra, e surgiam alguns Jataís e decorativas Sucupiras, que se cobrem de flores roxas em setembro, e muitas outras anteriores aos coqueiros importados, a que voltaremos no capítulo da utilização das madeiras pelo indígena e pelo povoador europeu.

Na zona florestal estuavam cerradas as matas soberbas, orgulho e padrão de feracidade das terras assucareiras. Luxuriantes e harmoniosas estendiam-se por léguas ao longo da costa, formando ondeados com as suas copas de folha miuda e côr viva, bem diversas de tonalidade das mangueiras e jaqueiras trazidas pelos portugueses. Na parte da antiga capitania de Duarte Coelho, hoje Estado de Alagoas, começavam longas matas dessas essências, cortadas a espaços por campinas, desde a futura villa de Penedo até o Rio Grande do Norte. Estavam limitadas de um lado pelo litoral, e do outro pela zona agreste, ou antecâmara do sertão. Os antigos notaram perto do S. Francisco muita Sucupira Mirim, e em Pernambuco, perto de Olinda, o Angelim, a Barauna, o Pau de Arco e o Pau Amarelo. Nas soluções de continuidade da floresta, havia carrascaes pelos taboleiros de terra inferior, em que se destacavam isoladas ou em pequenos capões (reunião de indivíduos maiores num descampado) as seculares espécies que acidentalmente medram em terreno pobre. Um rifão popular diz que se vê árvore de porte e qualidade em terra ruim, mas não se verá padrões

de zona inferior em manchas boas, tal qual o rico visto ás vezes na casa do pobre, o qual já é mais raro na sala do rico.

Os formosos conjuntos de árvores incomparáveis, da famosa Cesalpina Echinata, continham soberbos exemplares, de tronco tão grosso diz Thevet, que era preciso tres pessoas de mãos dadas para abraçá-lo. A folhagem miuda da cubiçada Ibirapitanga, de um verde mais claro que o geral das regiões quentes, devia ser dos maiores encantos da floresta nordestina, pois sabemos que quanto mais viva e delicada a extremidade da folha, mais a copa é decorativa. Fariam os seus tufos, formados de cachos e volutas, vistos de longe, as delícias de um Ruysdael ou Hobbema, si tivessem tido a mesma ventura que Franz Post. E, no interior da mata, não menos enlevante era o espetáculo, em que antúrios desdobravam oleosas alcatifas para realçar as famosas orquídeas pernambucanas.

À riquíssima e estreita faixa estendendo-se entre o mar e a esterilidade da zona sertaneja, era a banda esmaltando o traje de gala, com que o nordeste recebia visitantes. Descrevendo a Paraíba informava Commelyn, ante um dos mais belos trechos da selva, que esta compreendia "*une grande partie de la Grande Matta du Brésil*" (60), demons-

* * *

(60) Mata em português no texto.

trando que era a mais conhecida da região a ponto dos viajantes considerá-la a maior, a mais extensa e opulenta de quantas vicejavam no litoral.

Os decedentes dos duartinos, que antes da guerra olandesa incursionavam do rio São Francisco ao Amasonas, podiam dizer como Brandônio, *“por cada parte que ponho os olhos (ao que parece no litoral da Paraíba e Pernambuco onde ele habitara), vejo frondosas arvores, entreabastecidas matas e intrincadas selvas, amenos campos, composto tudo de uma doce e suave primavera; porquanto, em todo o decurso do ano, gozam as arvores de uma fresca verdura, e tão verdes se mostram no verão como no inverno, sem nunca se despirem de todo de suas folhas, como costumam fazer na nossa Espanha”*.

Da mata passava-se a uma zona intermediária, o agreste na linguagem da população local, onde decrecia a pujança da selva e começava o lendário sertão, o quasi Saara do norte, a compreender as terras flageladas pelo periódico fenómeno das secas. Parte daquelas extensões, gozam em tempo normal de rios, regatos e campos onde prospera a indústria pastoril. Entretanto, si a estiajem se prolongar por meses a fio, começa a fenecer a vegetação, destruindo o gado pela falta de pastagens. Secam os relvedos, e sem irrigação desaparece a vida, até despontarem as novas chuvas, que o sertanejo qualifica de invernaes, embora caiam no verão do emisfério sul. Repentinamente com a humidade, reverde-

cem os campos, aparecem inséto, reptís, caça, crecem no excesso contrário os fios de água. Incham-lhe então o volume, transformados em rios, que levam tudo de vencida, transbordando, inundando, devastando os tratos ribeirinhos. ←

Segundo Agenor Augusto de Miranda a área submetida ao fenómeno abrange, “a oeste, pelo rio Parnaíba até a foz do Gurgueá por este acima até a foz do Curimatá e por este acima até suas cabeceiras. Ao sul pelo vale do Itapicuru, até suas cabeceiras, destas até o rio S. Francisco, por este acima até a foz do Icatú, por este acima até suas cabeceiras, que contravertem com as do Curimatá, ao Norte” (61).

Quanto mais irregulares as chuvas, mais marcadas se tornam as zonas atingidas pelas suas variações. O litoral, com bastante rios e lagoas, é em muitos pontos pantanoso. Dispõe de vegetação vi-ri-dente em toda parte onde outróra se estendiam florestas milenares, a terra fertilizada pelo humus que remanece, e pelo sedimento trazido pelos cursos de água. A zona agreste, mais alta, seca, pedregosa, decae em intensidade produtora. O sertão pastoril é vítima do capricho das chuvas, ora habitavel, ora deserto adusto, cemitério de rebanhos. Ao que parece, a existência no imenso território interior, está submetida ao regime dos ventos que atravessam o Atlântico vindos do sudeste.

(61) Agenor Augusto de Miranda, *Estudos Piauienses*.

Pretende o Dr. Otto Quelle, que as secas da região nordestina brasileira são o elo de grande cadeia de fenómenos do emisfério austral. Estatísticas levam a crer que o flagelo do Brasil, corresponde de fáto ao mesmo fenómeno, aparecido primeiro em regiões extremamente distantes de nós, sujeitas á sua perniciosa ação, como a África Oriental, a Nova Zelândia, as ilhas Fidji, a Austrália e outras (62).

Uma das consequências dessa cadeia meteorológica manifestou-se na história, tendo autores censurado aos pernambucanos falta de entusiasmo pelas explorações sertanejas. A crítica melindrou o nativismo de Anibal Falcão, e outros representativos elementos recifenses, que se sentiram diminuidos no paralelo feito por Capistrano de Abreu, entre o senhor de Engenho nordestino e o capitão de Bandeiras paulista. Muitos fatores, girando em torno de circunstâncias peculiares da terra, explicam no entanto a dissemelhança, e repartem equitativamente o quinhão de glória a cada um. No sul, é indubitavel que a atividade do piratiningano alargou as fronteiras da colônia para além do que os lusos tinham direito. O paulista foi um dos maiores desrespeitadores de tratados que houve antes de Hitler e Mussolini, e sua profissão, por assim dizer, era varrejar sertões afugentando os contrários á influência portuguesa. Muito lhe deveu a monarquia, pelo

(62) Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomo XXXV,

que fez impondo a língua e as tradições do reino nos sítios onde acampava. Deu-se então o fáto curioso, de freqüentemente os que assim lezavam os visinhos jesuitas e castelhanos, serem decendentes de espanhoes ou de mamelucos, a falar quasi que só Tupí, com alcunhas indígenas e aspéto americano. Não menos todavia deveu o trôno ao habitante do norte. Procedeu o nordestino, de outro modo, mas com igual êxito, somando a milhares de quilómetros quadrados os territórios que obteve para a pátria comum. Apresenta igualmente semelhança com o sulino na mestiçagem indígena, com o mesmo estoicismo, resistência, destemor e hábito de falar a língua geral. -

A diferença notada entre os dois, vinha de que os duartinos se tinham fixados de primeiro á beira mar, na faixa de terra boa, a melhor e a mais acessível ao invasor. Mas ao quererem avançar pelo sertão se lhes deparou a invencível esterilidade do deserto, onde o abastecimento de água e gêneros era difficil com os meios de que dispunham. Para se compreender melhor o caso, bastará considerar a mesma zona na época presente, e substituir a penetração da caravana bandeirante por uma estrada de ferro. Iguaes escolhos apparecerão através de terras sem valia, que não podem resarcir as somas ali investidas, nem recompensar os sacrificios consumidos. Pouco adeantaria ao decendente dos duartinos, embrenhar-se pelos carrascaes, que vão

do agreste de Pernambuco ao coração goiano, no momento em que não tinha mãos a medir em torno de si, quando tudo estava por se fazer nas terras costeiras. Siquer com propósito venatório admitia-se a proesa, porquanto a esterilidade da zona até á caça afugentava.

Desviados do interior pelos fatores geográficos e económicos, dirigiram-se os pernambucanos para outro lado, que foi o litoral. Aí a empresa tornou-se grande e verdadeiramente digna de admiração. Da base que se formara em Pernambuco, graças ao seu rápido desenvolvimento, puderam os seus filhos conquistar a Paraíba, chave das comunicações com o Rio Grande, Ceará, Maranhão e toda a Amasônia. Na marcha vitoriosa, intervinha um poderoso fator de estímulo, impondo dilema de vida ou de morte para os habitantes da Nova Lusitânia. Os franceses constituíam pungente ameaça, a se imiscuir pelas tabas, a sublevar o gentio, a espalhar armas e insuflar ódios que punham em perigo a vida e os bens dos portugueses. De Pernambuco foram os inimigos europeus perlustrando a costa pela Paraíba, Rio Grande, Ceará, Maranhão, constantemente rechassados pelos luso-pernambucanos, para terminar a via sacra na Guiana. Por veses a ambição dos cubiçosos do alheio, tem o sestro de estimular o ânimo do adversário, incitando-o a empresas de que não cogitava, e que lhe proporcionam com o tempo aumento de poderio e riqueza. O

revide pernambucano entra nesta ordem de consequências. A necessidade absoluta de repelir os franceses promoveu a ocupação da costa leste oeste, e ao depois, trouxe uma das raras correntes realmente colonisadoras que Portugal mandou á colónia. Não era o procedimento dos pernambucanos semelhante á série de façanhas das bandeiras paulistas, a se irradiarem no sertão pelos grandes rios do Brasil, impelidas por curiosidade, sêde de aventuras, e anseio de riquezas, aprizionando índios, ou pesquisando ouro e pedras preciosas. A missão do duartino consistia na defesa do seu trabalho, bens e família, ameaçados por estrangeiros, que por dezenas de anos não o deixaram em paz.

Valeram-se os pernambucanos, consoante os editos coloniaes, do serviço militar obrigatório de todos os brancos moradores nas povoações, e índios guerreiros visinhos, sargenteados por mamelucos. Eram também mestiços muitos dos comandantes aparentados á fidalguia do primitivo núcleo olindense, servindo a metrópole com a espada e os conhecimentos que tinham da guerra indígena. Favoreciam-n'a ainda com o dinheiro da opulenta indústria assucreira, sua obra máxima, de intensidade agrícola e industrial como nunca houve no reino, nem no oriente, nem nas ilhas, nem em parte alguma onde tremulava o pavilhão lusitano. Com os recursos amealhados nos engenhos, subvencionavam a orga-

nisação dos corpos expedicionários, quando a metrópole não dispunha de meios para organizá-los. A missão guerreira por eles cumprida, atingiu os extremos da colônia, indo ter ao Amasonas com os paulistas, que do ninho condoreiro de Piratininga, remontavam ao rio mar.

Era como gigantesco abraço da gente do norte e sul, marcando os limites do futuro império.

A ORGANISAÇÃO DO TRABALHO

Talvês sejam contemporâneas á chegada dos portugueses as grandes migrações de índios do sul (63). [Dizia Varnhagen ser tão sangrenta a turbulência de tribus contra tribus, que terminariam por se entredevorarem.] Mesmo levando em conta o que ha de demasiado na apreciação, que faz lembrar a história do caçador, “o leão devorou o tigre, o tigre devorou o leão”, percebemos inda á distância a anarquia que dominava o litoral. A era tumultuária, vêm exarada nos escritos dos jesuitas, os mais indulgentes dos juises que teve o selvícola. Diria Anchieta, por si e pelos seus companheiros, “*todos eles se alimentam de carne humana e andam nós... finalmente, cada um é rei em sua casa e vive como quer; pelo que nenhum ou certamente pouco fructo se pode colher delles, se a força e auxilio do braço secular não acudirem para domal-os e submetel-os ao jugo da obediencia. O que faz que, como vivem sem leis nem go-*

(63) Métraux aventa a possibilidade de serem muito recentes as migrações de Tupís na região pernambucana, em princípios do século 16, pela semelhança de cultura das tribus Tupís-Guaraní do litoral, como si pouco antes tivessem estado reunidas no mesmo habitat.

verno, não possam conservar-se em paz e concordia, tanto que cada aldeia contem somente seis ou sete casas, nas quais se não se interpuzessem o parentesco ou aliança, não poderiam viver juntos e uns e outros se devorariam; bastante vezes e em muitos outros lugares vimos fazerem isto, e não moderaram a insaciavel raiva nem com o sentimento do parentesco". Aí temos um quadro sombrio. Na indignação que o possuía, Anchieta carregava nas côres, atribuindo á má índole dos habitantes das tabas, o que vinha de fatalidade irremediavel.

Uma das tristes repercussões do conflito entre vermelhos, foi o aproveitamento dos prisioneiros decorrentes daquela anarquia, para o trabalho da colónia dirigido pelos brancos. Necessitavam os europeus de braços no seu esboço de lavouras, ficando logo estabelecido com fins práticos, a posse do selvajem caído prisioneiro "*em justa Guerra*". Que será porém uma justa guerra? Note-se o enorme sofisma contido neste simples enunciado, prestando-se a tudo na sua elasticidade sem limites. Aliás, a escravatura de muito existia na América, a facilitar a sua aplicação na lavoura assucareira.

Citaremos agora, ao invés de missionário, um leigo na pessoa de Gabriel Soares, que escreveu: "*e se tomão na guerra alguns contrarios, não os matão, mas servem-se deles como de seus escravos, e por taes os vendem agora aos portuguezes que com eles tratão, e se communicão*". Os traficantes citados pelo

cronista, moravam nos arredores da Baía, acrescentando Gabriel Soares, que tantos eram os indígenas englobados na denominação, tão multiformes por toda parte nas suas divisões e subdivisões, que se pode emprestar aos da capitania vizinha costumes parecidos.

Maior rasão de generalizar temos no caso porque é muito provavel, no labirinto deixado pelas pegadas das idas e vindas do gentio quinhentista, que alguns índios da crónica de Gabriel Soares, viessem do norte. Apoia a nossa hipótese sobre o costume geral, outro lance do mesmo autor, versando aborígene de grupo oposto, a demonstrar que o hábito de vender prisioneiros, ou gente da própria tribu, era difundido entre gregos e troianos. Acerca de Potiguaras assevera: "*tambem são muito crueis huns para os outros para se venderem, o pae aos filhos, os irmãos e parentes huns aos outros*" (64).

A colaboração das duas raças no amanho da terra, pouco rendeu de princípio, tão diferente a psique e cultura indígenas da portuguesa. O maior auxílio que o selvajem poderia ter prestado na chegada de

(64) Não podemos, apesar do que acima dissemos, fazer generalisações sistemáticas a respeito do gentio. Acontecia o que afirmava Gabriel Soares, com os seus vizinhos haviam porém de diferir os outros índios existentes na capitania. E, os que desta maneira procediam, certamente em muitas ocasiões eram coagidos pela fome. Duas desgraças os infelicitavam; relações com os brancos e falta de recursos.

Duarte Coelho, seria mostrar-lhe como se aproveitava a mata virjem. Afora os trabalhos desse estágio preparatório, enquanto o português esperava pelo negro, limitou-se o Potiguara em ser mestre de assuntos locais, o que não era de se desprezar, mas tampouco bastava para o desenvolvimento da capitania.

Estabelecemos linhas atrás um paralelo entre paulistas e pernambucanos; teremos nesta altura de ver outro, muito mais lato, pois abrange todo o continente. Vamos examinar, mesmo de relance, como procederam na América os súditos de Carlos V e João III. A diferença entre a conquista portuguesa e castelhana, reside em que a primeira se infiltrava mansamente no litoral, o terreno preparado pelos naufragos e mais brancos moradores naquelas paragens. A segunda, era o oposto, assolando a ferro e fogo o território de Incas e Astecas num rojo destruidor de velhas civilizações. Sempre a entrada no sertão se revestiu de caráter mais trágico, que os desembarques nos ancoradouros da costa, onde em caso de insucesso podiam os tripulantes voltar a bordo e tranqüilamente proseguir viagem. Fizeram os luso-brasileiros a experiência, quando depois de ultrapassar o litoral, tentaram apossar-se do interior, que antes apenas arranhavam, na evocativa frase de um cronista coevo.

A fraquesa de Portugal impunha ao povoador reinol, uma adaptação ao meio, que surtiu inúmeros

resultados. Um deles era perder a ocupação militar do Brasil colonial, cunho acentuadamente português, a não ser o que permaneceu bem vivo nos dois principaes centros políticos e civilisadores, que eram a cidade do Salvador e a séde pernambucana de Olinda. O lusitanismo das cidades marítimas, veio muito depois, nos costumes, linguajar, alimentação do povo, e aspéto arquitetônico das residências. Tomando dois exemplos entre os mais característicos dessas povoações, as rótulas mouriscas, e a fachada de asulejos; são ambas do século 18 e principalmente 19. Antes, a fisionomia dos portos brasileiros, pouco se assemelhava ao modelo metropolitano, e nos costumes dos habitantes diferia ainda mais acentuada. Os recursos do lugar, ou falta deles, e o clima, logo cauzavam grandes alterações. Casas rudimentares, sem preocupação decorativa, feitas de terra massapê, portas e janelas de escura madeira, ás veses cobertas com telhado provisório de palmas, atestavam a brutesa do imigrante, agravada na colónia. Os povoadores falavam mistura de termos portuguezes e indígenas, quando não entendiam somente a Língua Geral. Apreciavam dormir em redes, e a indumentária antes que viesse o luxo da prosperidade assucareira era elementar, composta de panos grosseiros tecidos in loco, sem muita diferença das vestes do aborígene semicivilizado existindo em torno dos reinos. Dele tinham os homens livres aceito andar descalços, fossem brancos, verme-

lhos ou de côres intermediárias, exibindo pés inchados, enormes, disformes, dilacerados pelos espinhos, pelas frieiras e pelos bichos. Na alimentação, por veses inferior, por outras superior á do reino, onde só então começavam a se difundir certos alimentos (65), abria-se novo abismo entre o reino e a colônia. Vistas em conjunto, as condições nativas apareçiam cada ves mais independentes de Portugal, sendo este um dos lados fundamentaes do período que se estende até o alvorecer do século 19, quando começa o afluxo de levas massiças de imigrantes das províncias portuguezas, que trouxeram uma recolonização muito sensível em todo o litoral do país.

Os reinos se estabeleciam primeiro na costa, e às marjens de rios navegáveis, como soe a um povo de navegadores. Mas a seguir, anos depois, invadiram o interior com os meios que a permanência na produtiva orla costeira lhes proporcionava. O devassamento do Brasil foi em grande parte levado a cabo com recursos obtidos no seu próprio solo. Mudava em tudo da expansão castelhana a se desenvolver na costa do outro oceano, onde invadia o México, e decendo o litoral do Pacífico penetrava numa arrancada na América do Sul, com tropa semelhante

(65) Um dos mais importantes dos complementos na cosinha meridional, o tomate, apenas começava a se divulgar no século 16, trazido do Próximo Oriente, e a batata só se espalhou da América na mesa europea em princípios do século 19.

aos famosos tércios do imperador. O acesso marítimo era para eles secundário. A grande via por onde as populações espanholas sulamericanas, comunicavam-se com a metrópole, estava no interior das terras e o tráfico em vez de ser executado como no Brasil, principalmente a bordo de navios; ou mesmo na região agrícola distante do litoral, pelas barcas fluviaes; executava-se para eles a lombo de burro através os alcantís andinos. Permittia o gênero da produção colonial castelhana que o sistema perdurasse sem prejuizo immediato. Na mor parte era mineira, com elevado valor em pequeno volume, ao passo que a portuguesa do norte do Brasil, necessitava de complicado aparelhamento para exportar assucar ou pau brasil. Em compensação, de todas as maneiras de se desfrutar a terra, a mais util para os seus habitantes, e proveitosa para ella mesmo, é a agricultura, sobre a qual repouzaram todas as grandes civilizações.

Antes de concluir poderíamos ainda fazer uma allusão ás colónias inglesas, embora surdissem tardiamente no concerto das posseções europeas na América. A empresa portuguesã e a espanhola, tinham concepção semelhante entre si quanto a algumas circunstâncias, mas ambas foram em tudo e sempre profundamente diversas da anglosaxônica, tanto no espirito como na matéria. Si os modernos economistas europeus conhecessem as particularidades do povoamento sulamericano, teriam colecionado

mais subsídios para muitas das suas teorias. A conquista inglesa que se ia desenhar ao norte, no século 17, dispunha no plano religioso e moral, do livre exame e da predestinação. Com esses elementos, libertava-se de Roma e adotava o acetismo económico, que no dizer de Max Weber, criou o verdadeiro capitalismo na Europa. Subindo de degrau em degrau na escala religiosa, estabeleceram os anglosaxões sobre os ditames protestantes, as normas políticas do seu imperialismo e da sua egemonia no mundo.

Na Inglaterra, dominada pelo espírito da predestinação, no sentido luterano, mesmo quando supunha ter rompido com ele, o proletário — o mísero que trabalhava dezesete horas por dia — era filho de proletário, e pae de proletário, e assim devia continuar até a noite dos tempos. Na América, nas regiões dominadas pelo protestante, o indígena devia assumir o posto do cardador de lã, ou fiador de cânhamo, na intensa labuta do raiar da aurora ao por do sol. A unidade de vistas, assegurada pelo substrato comum á poeira de seitas reformadoras suprimia qualquer estorvo ou embaraço sentimental á execução de grandiosas empresas, como por exemplo, o futuro Estados Unidos (66). Educavam o seu po-

(66) Não esquecemos que estamos no fim do século 16 e começos do 17.^o quando soprava pelo mundo violento fervôr religioso, e reconhecemos que de resto, o anglo-germano é mais sentimental para si mesmo que o latino.

voador no desprezo a pieguices inúteis, conferindo á coletividade colôñial numa rigidês desconhecida ás do sul do continente. Os católicos, menos objetivos, deixavam-se influir por sentimentos utópicos, que na existência colonial interpuzeram sérios entraves á atividade do lavrador. Nas suas extravagâncias (como eram consideradas pelos olhos divergentes), consentia a igualdade de todos perante Deus, num sonho onde o mais miseravel dos escravos podia salvar a alma, ao passo que o primeiro dos monarcas era passivel de eterna danação.

As sociedades de orijem ibérica, admitiam destarte, até certo ponto, o mestiço, considerando ao mameluco homem quasi igual aos outros; indo ainda mais longe; concedendo acesso a alguns cargos e posições ao mulato. As protestantes, destituídas dessa liberalidade, sob crenças mais inquisitoriaes que o Santo Ofício (67), elevavam barreiras intransponíveis contra o que lhes parecia fraquesa e imoralidade romanas. Ao adêto de seitas anglicanas era, por con-

(67) Sobre aspêtos utilitários comuns a várias seitas protestantes, ditados por princípios económicos e moraes v. Max Weber, *Gesammelte Aufsätze Zur Religionssoziologie*. 218 e 219, onde comenta, depois de citar as regras de procedimento diário dos Quaquers e Batistas: "*Das dies jedoch mit dieser Art der religiösen Lebensführung, gemäs dem frühkapitalistischen Prinzip: "honesty is the best policy" bewusst in Verbindung gebracht wird, findet sich zwar nicht absolut ausschlieslich, allerdings aber in dieser Kontinuität und Konsequenz nur bei diesen protestantischen Sekten*".

seguinte, permitido vender como escravos os filhos de sangue impuro, porque estavam pela côr predestinados ao fadário servil. O ato, monstruosa exeção em colônia católica, era regra comum nas protestantes, parecendo-nos perfeitamente admissível que as teorias racistas foram de ha muito applicadas nas colônias anglosaxônicas, promanando as nações americanas tanto dos princípios religiosos e moraes professados pelos povoadores brancos, como dos imperativos económicos e políticos expedidos pelas metrópoles (68).



Temos a impressão, pelos documentos existentes sobre o assunto, de que encontraram os portugueses gentio mais numeroso em Pernambuco que em outras partes entre o rio S. Francisco e o Prata.

(68) "*A synod of Protestant Church held in France*", notou o autor inglês Burns, ao versar a attitude acerca da escravidão assumida pelos protestantes de várias nações: "*in the year 1617 decided than slavery was not condemned "in the Word of God" and was of the right of nations, while the following appears in a bill of lading of the American slaver Sierra Leone, wich was carring on business in the middle of the eighteenth century: "Shipped by the grace of God in good order and well conditioned and so God send the good Schooner to her desired port in safety Amen". A. C. Burns, History of Nigeria.*

Era a mesma mentalidade que levara Calvino a permitir aos seus setários o empréstimo financeiro e a respetiva cobrança de juros, ou os Uguenotes a praticar a escravidão.

Por força da composição e configuração do terreno, toda a vida de larga zona, convergia para as terras bem regadas da faixa aproveitavel pernambucana. Naquele trecho as culturas eram fáceis, a caça e pesca abundantes, aglomerando-se no sítio, tribus antigas, ao lado de índios vindos de longe, talvês das marjens do Paraguai (69). Na dolente narrativa do cacique entrevistado por Claude d'Abbeville no Maranhão, reçuma a viva lembrança que os índios desterrados pelas guerras, guardavam das amenas colinas e vales umbrosos onde lhes tinham decorrido dias felises: "*Jadis la demeure de tous les Toupinambous estoit au pays de Cayeté, vers le tropique du Capricorne, pays très beau, plein de bois et de forests*", região que a despeito de Claude d'Abbeville situational não sabemos porque sob o trópico, devia estar provavelmente na capitania de Duarte Coelho.

Outra queixa do selvajem era a mudança de relações entre índios e brancos: "*Au commencement les Pero (portugueses) ne faisoient que trafiquer avec eux (os índios) sans se vouloir autrement habituder (entenda-se estabelecer-se na taba). Et en ce temps lá, ils couchoient librement avec leurs filles, ce que nos femmes de Fernambourg et Potyou (Paraiba) tenoient en grand honneur*". Referem com efeito, as cartas de Duarte Coelho, ás precauções que ele ordenava para evitar desavenças

(69) v. *Primeiros Povoadores do Brasil*.

entre gentio e portugueses. Mas em breve começaram os dissídios, pezando ao aborígene a exigência do lavrador branco, que não o devorava, mas impunha trabalhos forçados mais intoleráveis que a morte, e as reacções do gentio, serviram tão somente para lhe acarretar danos maiores. Teve de abandonar o *"pays de Cayeté... d'ou les Portugais les avoient fait sortir pour ne pas vouloir assugetir aux lois qu'ils vouloient donner"*. Verificava quarenta anos depois Gabriel Soares, que o português, applicando o princípio "dividir para reinar", aliado ora a esta ora áquela tribo, constrangerá o selvícola a *"despejar da costa toda como esta o é hoje em dia, a afastar mais cincoenta legoas pelo sertão"*.

Recomeçava o Tupí a peregrinação secular, e da zona intermediária, e das serras onde se refugiara, enxotaram-n'o as necessidades para muito adeante, onde fracionado, disperso, aos poucos esquecido das tradições, localizou-se nas margens da rêde fluvial do Maranhão e Amasônia, com outros nomes que tivera em Pernambuco. Percorria os trilhos que os Tapuias antes dele tinham afrontado, através de iguaes provações e pelos mesmos motivos. O bálsamo para os seus sofrimentos eram os accidentes favoráveis da perambulação vagabunda por serras e alagados, sem outra idéa de terra natal, ou pesar do êxodo forçado, que saudades da facil alimentação encontrada nas margens do Beberibe e Capibe-

ribe. Ao acompanhá-lo, cada vez mais nos distanciávamos do que lhe emprestavam os poetas românticos, numa época em que patriotas poloneses eram confundidos com Tamoios e Guaianases:

“Olinde, il faut te fuir... Vous a qui la Patrie est chère”

ou mais adiante, depois de falar dos

“fiers ennemis qui infestent nos rivages”,

escrevia com xaroposo estro Tristan Corbière nas *Élégies Bresiliennes*, como si descrevesse insurreitos de Varsóvia ou de Atenas.

“Car mourir pour les lieux ou l'on reçut la vie”

“C'est rendre à son pays ce qu'il nous a donné”,

Aludir á noção de pátria, acerca do índio, é tocar no ponto em que ele mais se incompatibilizava com o português quinhentista. O selvagem tinha desprezo pela terra, que o europeu adorava, erigindo-a em símbolo. Era da posse de maior ou menor quantidade de territórios, que então (e ainda hoje) se calculava entre civilizados a força e grandesa de seus possuidores. Relacionada com o solo estavam as aspirações individuais e coletivas dos povos europeus, e o português que se transferia para a América não procurava somente melhores condições de vida, como o seu antecessor índio, mas também servir conscientemente o expansionismo de uma nação no auge da soberba nacional, imortalizada naquele momento pelo poeta que lhe cantava a epopeia.

Si não havia ainda na Europa o mesmo conceito atual de pátria, ou seja, de terra pertencente igualmente a todos, como passou a existir do século 17 em diante, em virtude da tradição do monarca de origem divina, contudo latejava no português o culto da sua grande época, a criar um sentimento nacional em alguns pontos análogo á idea de pátria que hoje temos. Os resultados do golpe de Felipe II, unindo a península ibérica, e a repulsa que encontrou no povo lusitano, são bem elucidativos do que dizemos.

DUARTE COELHO E SEUS CAPITÃES

Um guerreiro havia a representar acima de todos, o espírito e a capacidade da sua gente e das suas tradições na empresa que se iniciava no Brasil. Estóico e ambicioso, fiel á Igreja e ao rei, tenás e previdente, tal se nos depara Duarte Coelho no começo da donataria. Muitos outros predicados demonstrou nos fastos de Pernambuco, chefe de rara capacidade, pae de família exemplar, soldado intrépido, cuja coiraça refletira os relâmpagos vitoriosos das bombardas da Índia e Cochinchina (70).

Na correspondência de D. João III e conde da Castanheira, está visível o elevado conceito em que o tinham príncipe e conselheiros. Escrevia o monarca: “*Eu mandey quá mostrar o assento que*

(70) Escreve Oliveira Lima na *Ha. da Col. Port. do Brasil*, “*Pelejou acompanhando o terribil na tomada de Malaca; descobriu a Cochinchina; combateu contra os corsários chins; ganhou diversos prélios navaes medindo-se com adversários de forças superiores; conquistou reinos que fez tributários do seu; andou em embaixador no intuito de promover a posse de Malaca, obtendo do rei de Sião o livre e pacífico comércio com os portugueses*”.

Uaa tomou sobre o galeam Sam Joam a Antonio de Salldanha e Duarte Coelho, e praticar myudadamente cõ elles e tomar seus pareçeres, e ambos se afirmaram que nõ devia de ir a Imdia agora nem em março, por averem este galleam por navio muy perigoso para tall viagem, pelas Razões que pera iso deram, de que vos vay o trellado. E por Duarte Coelho andar nelle tanto tempo, e entender tam bem o maar" . . . A lisongeira conclusão autoriza amplamente incluir Duarte Coelho no cenáculo informante del-rei em questões marítimas e coloniaes de Portugal no período áureo.

Em que pese a opinião de Capistrano de Abreu, repetida pelos dicípulos, sobre a conjétura de saírem em geral "*os donatários da pequena nobresa, dentro pessôas praticas da India, afeitas ao viver largo da conquista, porventura coactas nas malhas aconchegadas da pragmatica metropolitana*", os contemplados nos parecem personagens dos mais em vista ou mais influentes da cõrte. Os Sousas contavam entre a maior nobresa do reino, parentes do rei, primos do vedor da fazenda; João de Barros passara a ser o prestigioso cronista dos feitos dos portuguezes, e bem merecia pelo seu valor as mercês e homenajens que lhe tributavam; não menores títulos de serviço podiam invocar os visinhos dos precedentes, que deixamos para quando mais tarde chegarmos ás respectivas capitánias.

Duarte Coelho decendia de fidalgos envolvidos nos sucessos culminantes (71) de Portugal. Um Pero Coelho, conselheiro de D. Afonso IV, foi justificado em Santarém por cumplice da morte de D.^a Inês de Castro. Seu filho primogênito, Gonçalo Pires Coelho, recebeu sob outra dinastia copiosas doações de D. João I; o senhorio de Felgueiras e Vieira, e a alcaidaria mor de Guimarães. O seu filho Fernão Coelho, 2º senhor de Felgueiras, encontrou a morte ao lado do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira. Os bens da casa são confiscados, mas Pedro Coelho, filho de Fernão, reconquista o valimento real pelo denodo mostrado no terceiro assalto a Tânger. Em 1464 é escolhido feitor do rei em Sevilha, no mesmo ano recebe tença de 5000 reais, torna-se coudel das terras de Santa Cruz em 1475, recebedor das Cisas de Lisboa em 1468, alcaide mor dos Montes de Lisboa no mesmo ano. Gonçalo Coelho no reinado de D. João II, a serviço do expansionismo luso, vae como embaixador junto ao príncipe dos Jalofos para atrair o régulo ao âmbito do conselho real. Mais tarde nomearam-n'o consecutivamente escrivão da fazenda, capitão da armada enviada ao Brasil em 1503, sucessor de seu pae na recebedoria das Cisas. Seu filho Duarte Coelho, foi o primeiro donatário de Pernambuco em recompensa de combates e aturadas navegações por todos os mares.]

(71) *Ha. da Col. Port. do Brasil* III, 194.

nos *Lusiadas*; companheiros do infelís infante D. Pedro; eroes em Tânger; embaixadores del-rei; capitães das frotas da Europa, América, África, Ásia; soldados; navegadores; descobridores; diplomatas e donatários, síntese viva da atividade lusitana no século décimo sexto.

Não foi possível averiguar o nome da mãe de Duarte Coelho. Ou por desídia, ou voluntariamente, ou ainda pelas múltiplas destruições de papeis havidas em Portugal, o fáto é que só se conhece o lado paterno. Foi donatário criado no mosteiro de Vila Nova, por uma tia prioresa. O cargo dessa parenta, e o de seu pae, indicam condição superior, e era o quanto bastava para assegurar ao jovem a carreira das armas reservada á aristocracia. Pretendem assim, os nobiliários, que tenha estado bem moço no Brasil em companhia do progenitor. Não sabemos em que fundam a presunção, mas de 1509 a 1527 o seu nome é encontrado entre os fidalgos destacados na Índia. Mereceram os feitos que aí praticou repetidas citações dos cronistas a começar por João de Barros, seu futuro colega de donataria. Em 1524 Jorge de Albuquerque dizia em carta, ter mandado Duarte Coelho, "*a descobrir a canchynchina*". Em 1529, fazendo jús a confiança depositada nos seus talentos militares, foi examinar os portos da África que deviam ser fortificados (72). Parece, pelo

(72) *Ha. da Col. Port. do Brasil*, III, 194.

teor de cartas de D. João III, que nessa altura esteve em missão na França; em 1531 comandou uma armada enviada á costa da África; em 1532 estava na Malagueta onde se apossou de um galeão francês. No ano seguinte comandou a frota em permanência nos Açores para comboiar as naus do oriente e América, volvendo ao reino com os irmãos Sosas que terminavam a missão precursora das capitânicas do Brasil.

É muito provavel que se oriijnasse o interesse de Duarte Coelho por Pernambuco de práticas havidas entre capitães durante a travessia. Um códice da Biblioteca Nacional sobre a família Albuquerque Coelho, aponta essa data para o requerimento de Duarte acerca de terras na colônia. Muitas rasões devem ter influido na obtenção da mercê, das quaes a de "ser *m. rico*", especificada no documento, seria decisiva no ânimo do rei.

[Cazara-se Duarte Coelho com D.^a Beatrís de Albuquerque, parenta do grande Afonso] cuja acendência encontraremos adeante no parágrafo do seu irmão e colaborador na obra pernambucana. [Dois filhos, Duarte e Jorge (nada sabemos da filha Isabel que lhe atribuem) foram o resultado da união. A estirpe no Brasil, prósperou e ganhou vulto, cubigada em matrimônio pelas melhores casas do reino. O filho Jorge de Albuquerque Coelho, o único que teve geração, cazou duas veses, a primeira com D.^a Maria de Meneses, filha de Dom Pedro da Cunha,

capitão das Galés, do conselho de Estado. A segunda, com D.^a Ana de Meneses, prima do precedente, filha de Dom Álvaro Coutinho, comendador de Almourol e de D.^a Beatrís da Silva, ambos da nobresa mais imediata aos príncipes de sangue. Os dois varões oriundos dos casamentos foram, o terceiro donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, conde de Pernambuco por Felipe III, e Matias de Albuquerque. Consorciou-se Duarte II com D.^a Joana de Castro, filha de D. Diogo de Castro, vice rei de Portugal, e D.^a Maria de Távora, dos mesmos que no século 18 haviam de encabeçar o grupo de famílias "*puritanas*", arrogantes e soberbas, que evitava uniões com linhagens duvidosas e cauzaram a tragédia de 1758. Matias de Albuquerque chamava-se primeiramente Paulo, tendo mudado de nome em homenagem a seu tio e protetor Matias, vice rei da Índia. ~~Paulo, aliás~~ Matias, comandou o exército português nas guerras da Restauração, ganhando a batalha de Montijo sobre os espanhóis, vitória que veio assegurar a independência de Portugal. Faleceu conde de Alegrete, deixando viuva D.^a Catarina Bárbara de Noronha, marquesa de Alemquer, camareira mor da rainha, de quem não houve geração. Parece, segundo Braamcamp Freire, que os Albuquerque Coelho se extinguiram no século 17.

Do que sabemos de Duarte Coelho inferimos fosse em tudo igual ao português defensor pelo na-

cimento do patrimônio da nação. A importância do posto estava em relação das posses, ilustração e custos do fidalgo, que ia para o oriente, onde começava o tirocínio no posto de oficial de uma caravela, e terminava a carreira como vice rei. Dele prezume Pedro de Azevedo, *“A insistência em chamar á sua capitania Nova Lusitania, os trechos latinos intercalados nas suas cartas a El Rei e o nome de Olinda tirado das novelas de cavalaria, imposto a uma povoação do seu território mostram a relativa instrução do donatário. Observe-se que é esta a única explicação plausivel do nome da cidade, não se podendo por forma nenhuma admitir a derivação da quele nome de Linda a Velha, que naquele tempo se dizia Lina-a-Velha derivado do medieval Ninha Velha que estava junto de Ninha Pastor, hoje Linda a Pastora”* (73).

Outros querem que venha da exclamação da formosura do sítio, O Linda! proferida pelos duartinos, nome que foi mantido pelas gerações seguintes. Certas formações aparentadas existem na província pernambucana, aí surgindo em épocas diferentes. Conta-nos Gilberto Freyre no *Nordeste*, que foram batizados engenhos com *“verdadeiras phrases ou exclamações: “Valha-me Deus”, “Cá-me-vou”, “Cá-me-vouzinho”*, o que também poderia ter acontecido na terra ao chegarem portugueses. Prefe-

(73) *Ha. da Col. Port. do Brasil*, III, 194.

rimos entretanto, quanto á Olinda, a versão de Pedro de Azevedo, admitido que Duarte Coelho fizesse algum jogo de palavras, escolhendo um apelido de novela de cavalaria que enaltecesse a formosura da paisagem.

As armas conferidas a Duarte Coelho, ostentam como prêmio e galardão a seus serviços, cinco castelos de prata, modificando o antigo que herdara de seu pae. O novo ornato corresponderia, no dizer de Manoel Severim de Faria, ás cinco povoações por ele fundadas na capitania. São conhecidas tres, que o douto Capistrano de Abreu julgava ser Igarassú, Olinda e talvez Paratibe. Supomos nós, pelo costume dos armoriaes, que as cinco vilas das armas falantes, consistissem não só nas erigidas pelo donatário, como ainda nas que ele encontrou e desenvolveu. Os reis de armas não perdiam oportunidade de exaltar os feitos do homenageado, e mais castelos ainda acrescentariam si pudessem.

* * *

A esposa acompanhava-o, noticiando Louzada, escrivão da Torre do Tombo, que o donatário seguira para a América com numerosa comitiva, tendo feito grandes gastos com o transporte de amigos, parentes e agregados dos Coelhos, Albuquerque e Meneses, assim como o necessário á conquista, defesa e arroteamento da terra. Auxiliou-o a liberali-

dade do governo, concedendo ³isenção de direitos sobre ferro e outros materiaes encomendados fora do reino.

Iam a bordo, de par com a clientela duartina, eclesiásticos e funcionários da corôa. A Carta Régia de 3 de outubro de 1534 nomeava Vasco Fernandes, "*Feitor e Almojarife da Fortaleza e Almojarifado das 60 leguas de terra de Pernambuco do Brazil, doadas a Duarte Coelho*". Marca-lhe 2% sobre todos os dízimos, rendas e direitos do rei e da Ordem de Cristo, á guisa de ordenado. Outro documento divulgado pelo Dr. Metódio Maranhão, auxiliado pelo seu filho Gil, é o Alvará de 5 de outubro de 1534 que discrimina o subsídio dos padres da expedição. Venceria o padre mestre Pedro de Figueira quinze mil reis por ano com duas "*peças de escravos que annualmente poderia resgatar da sua roupa fora de todos os direitos*". Alcolitavam-n'o quatro capelães, a oito mil reis por ano cada um, com uma "*peça resgatada de sua roupa assim mesmo fora de direitos*", correndo estes ordenados do dia em que partissem de Lisboa com Duarte Coelho.

[Não existem muitas informações sobre os companheiros de jornada do donatário.] Infelizmente está perdido o documento em que ele arrolava o nome dos que estavam debaixo de seu governo. Sublinha Varnhagen: "*Para boa ordem e justiça mandou o donatario organizar um livro do tombo das terras que dava; e outro de matricula dos que se propu-*

nham a gosar dos foros de moradores da sua capitania. De taes assentos fez que tomasse conhecimento o feitor e almoxarife regio, Vasco Fernandes, e o escrivão deste; por isso que seus attestados consulares deviam valer no Reino, a fim de regularem os privilegios e franquias que teriam nas alfandegas os productos exportados para a capitania (74).

Duarte Coelho bom militar, anotava e registava todos os elementos da sua administração, como se habituara nas expedições do oriente, onde era preciso apresentar contas esmiuçadas. Alguns nomes puderam-se descobrir após pesquisas em cartas e documentos administrativos referentes á organização da capitania. O primeiro de todos, o braço direito do donatário, que lhe continuou a obra depois da morte, foi Jerónimo de Albuquerque. O seu comparecimento em Igarassú, prendia-se a um fáto que as velhas genealogias deixam perceber, qual seja a formação de casta oriunda das expedições e negócios da Índia. Assim como vemos hoje entre militares, cazarem-se tenentes com filhas de superiores ou irmãs de colegas, constituindo aos poucos um círculo quasi fechado, o mesmo se dava com os que iam outrora para o oriente e lá estreitavam laços de amizade ou interesse. Explica Jaboatão o casamento de Duarte Coelho com a irmã de Jerónimo, pela "*fiel companhia que este (Duarte) havia feito na Índia a Jorge*

(74) *Ha. Gl. do Brasil* I, 148, 1.^a ed.

de Albuquerque”, o qual fel-o cazar com a sua sobri-
nha Brites, “filha de Lopo de Albuquerque a quem
chamavam o Bode, e de sua mulher D. Joanna de
Bulhão... e Jeronimo de Albuquerque acima, de
quem aqui entramos a tratar, era filho 3º deste Lo-
po de Albuquerque...”.

A relação nos mostra mais uma virtude de
Duarte Coelho, a de ser bom amigo, e diligente cum-
pridor de seus deveres, inspirando confiança e ami-
sade aos superiores de molde a entrar na família
de um dos mais ilustres. Os Albuquerque pareciam,
num dado momento, fazer na Ásia o monopólio dos
postos arriscados e feitos de eroismo, ao que junta-
vam o préstigio da sua estirpe. Podiam proclamar
como o príncipe francês, tio do nosso conde d’Eu,
“*Dans notre famille tous les hommes sont braves,
toutes les femmes sont chastes*”, sendo esta com
efeito, a impressão deixada pelo casal Duarte Coelho
e Brites de Albuquerque na sua existência pernambucana.
Eram amados, respeitados, e imitados pelos
povoadores da capitania; providência dos bons, am-
paro dos infelises, corretivo para os maus, bem vis-
tos por todos que dezejavam a prosperidade da co-
lônia, impondo-se desde o conselho del-rei até os
jesuitas, árbitros por exelência em matéria de valor
humano.

□ O principal auxiliar do donatário, o seu cunhado
Jerônimo, mostrava-se digno da família de valorosos
herops. Chamaram-lhe o Adão da capitania, título que

supomos produzido pelo seu desvelo em povoar a Nova Lusitânia, o que não é muito de admirar num descendente de Lopo de Albuquerque. Saira melhor que o avô, mais prolífico e feliz, porque ao invés de o apodarem com feia alcunha, adorna-o Bento Teixeira na *Prosopopea* com a alvenitante designação de “Branco Cisne Venerando”. [Transferindo-se de Portugal a Igarassú e Olinda, começou logo a procriar úteis mamelucos, sem os quaes os portugueses não podiam se manter, nem progredir no lugar. Da união, com a filha do cacique Arcoverde, escura Leda do Branco Cisne, batizada Maria do Espírito Santo, teve oito filhos conhecidos, que foram os mais velhos da sua prole brasileira. Dizemos deste modo, porque ignoramos quantos teria deixado no reino, onde a fidalguia tinha por costume honrar com nobres vergôntees as suas relações com as mulheres do povo. [Continuando na colônia e prosseguindo no bom caminho, teve de várias mulheres brancas e índias, mais cinco, ao que se sabe; porém é muito possível cifra superior. E cazando maduro com a orfã pobre D.^a Felipa de Melo, protegida da rainha casamenteira D.^a Catarina, houve dela 11 filhos declarados em testamento. Cita o Dr. Rodolfo Garcia no prefácio do *Santo Ofício em Pernambuco*, mais tres mamelucos, que estavam desconhecidos. Dessa prole nas veias da qual corria sangue dos mais tradicionaes cavaleiros da península, escreveria Borges da Fonseca com acerto e justiça na sua Nobiliarchia:

“Assim destes filhos legitimos de Jeronymo de Albuquerque como dos naturaes procede grande parte da Nobresa da Capitania de Pernambuco”].

[Além do cunhado estavam a bordo da nau duartina os primos Bandeira de Melo, igualmente parentes de D.^a Felipa de Albuquerque, os quaes por estes e outros motivos, vêm a ser tudo quanto ha de mais histórico no Brasil] Blazonavam-se por linha feminina da lenda de Gonçalo Pires, remontando a antonomásia á façanha do cavaleiro, quando na batalha de Toro recuperara um estandarte luso caído nas mãos dos castelhanos. Pelo lado masculino não eram menos illustres, filhos de João Rodrigues Malheiro, que enumerava entre a sua acendência o visconde de Vila Nova de Cerveira e D. Álvares da Cunha, senhor de Pombeiro. Os que vieram para o Brasil uzavam o nome da mãe, como muitas veses acontecia no reino por qualquer determinante, sem que por isso se justifiquem suspeitas de bastardia. Eram os irmãos Felipe e Pedro, o primeiro casado no reino com D.^a Maria Maciel de Andrada, com a qual foi morar na Paraiba por ocasião da conquista daquela capitania. É tronco dos numerosos Bandeiras dos Estados nordestinos, e também existentes no sul, fecundos em políticos, grandes lavradores, sacerdotes e jornalistas, que mantêm no Novo Mundo a pugnacidade do avoengo salvador de estandartes. Do segundo, Pedro, é mais difficil encontrar pormenores, informando vagamente Borges da Fonseca: “*Dizem algumas Me-*

morias que voltara para Portugal, e não tenho delle outras notícias e nem da mulher com quem foi casado e só sabemos que eram seus filhos: Antonio Malheiros de Mello e Felipa Bandeira de Mello (75). Na filiação enumerada pela Nobiliarquia ha um lapso, pulando Borges da Fonseca de Pedro Bandeira de Mello, para Antonio Malheiros, casado com uma irmã de Sebastião Lucena de Asevedo, que existiram na capitania em meados do seculo 17º.

Ao lado de clientes e afins, estavam representantes da Fazenda Real, e Duarte Coelho deles não escaparia; apesar de todas as doações que Sua Alteza houvera por bem lhe conceder. Em toda a parte onde havia estabelecimento de portugueses, encontravam-se agentes do fisco junto do padre e capitão, lembrança concreta da pormenorizada, complicada, ipertrofiada burocracia do reino. Os que funcionaram no começo da capitania foram o provedor Francisco de Oliveira, por carta régia de 10 de janeiro de 1537; Diogo Nunes, escrivão da feitoria, sucedido em 1540 por Francisco Monteiro; Diogo Gonçalves Vieira, provedor em 1555, e Vasco Fernandes (a que alguns chamavam de Lucena), que nomeamos propositadamente em último lugar porque foi dos mais úteis colaboradores de Duarte Coelho, tendo-o acompanhado desde Lisboa, e a quem

(75) *Nobiliarchia Pernambucana*, I, 190,

volveremos ainda ao citar fastos sucedidos naquela quadra.

Muitos desses funcionários deixavam no reino as consortes até saber no que dava a aventura em que se arriscavam. Só quando aumentava a segurança e o conforto das novas povoações, é que se rezolviam chama-las para junto de si. Procederam desta forma, voluntária ou involuntariamente, os Bandeiras e outros, imitados por muitos mais, inclusive Vasco Fernandes. O historiador homónimo, Fernandes Gama, ficou sem poder derimir si o elemento feminino dos alvares da capitania teria chegado em a nau de Duarte Coelho, ou depois, quando os alicerces da obra iam adeantados. A segunda hipótese parece mais verosímil, pela repetição verificada em numerosos imigrantes de todas as categorias. [Surgiu destarte quando Olinda podia abrigar os casaes do barco das virgens. Estas, foram enviadas para despozarem solteirões] empedernidos, do jaês de Jerónimo de Albuquerque, espécie particularmente daninha, semeadora da desordem e maus exemplos na sociedade. Consorciaram-se mais ou menos ao mesmo tempo o cunhado do donatário e o auditor de guerra Diogo Gonçalves, que aceitou uma das orfãs de nome Isabel de Froes.

Redações confusas, saidas da pena de alguns autores, fizeram crer, na sua ambigüidade, que havia por meados do século 16 muitas mulheres brancas no litoral brasileiro. Não é custoso imaginar, que

seria rematada imprudência de quem as trouxesse num sítio onde faltavam garantias, e conforto de vida, quando na primeira perturbação com o gentio e subsequente dificuldade de abastecimento, ficaram os europeus na iminência de morrer de fome. Mesmo assim, houve povoadores que imitaram o donatário, e vieram com esposa e filhos. Dos nomes que vamos alinhar, alguns estariam nessas condições, começaremos pois, com Afonso Gonçalves, o "*honrado vianês*" de que falam as crônicas, antigo auxiliar de Duarte Coelho no oriente. Homem aparentado e bemquisto na terra natal, serviu de intermediário na vinda de numerosos parentes e conhecidos, até fazer com que predominassem largamente vianenses na população.

Outro indivíduo chegado ao senhor do lugar, era [Francisco Frazão, "*meu cryado aqui casado e morador*", contava Duarte Coelho ao rei a 22 de março de 1548. A qualidade indicada pelo amo não teria a mesma significação da atual. No tempo, não queria dizer que o criado tratasse dos gibões e perpontos donatarias, como hoje entenderíamos. A acepção em uso, era de pessoa criada por outra, na casa do protetor e sob seus cuidados, geralmente parente, ou afilhado, ou da prole de subordinados de estintação, que ao crescerem, se tornavam depositários da confiança do chefe da família. Francisco Frazão cazou duas veses, a primeira com Guiomar Fernandes de Figueirôa, de quem teve geração; a segunda com

Guiomar Fernandes, filha de Diogo Fernandes, de cuja união não se conhecem filhos, ou por Francisco ser velho e mal conservado e a sua esposa virtuosa, ou qualquer outra rasão igualmente ponderavel.

Apesar de homem rico, óbvio dizer que o donatário inda o fosse muito mais, de forma alguma podia arcar de chôfre com as enormes despesas de colonisação exigidas pela sua propriedade. No que respeita casaes é duvidoso pudesse trazer quantos acuzam os linhajistas. A maior parte dos incluídos na leva inicial, só vieram em fins do século ou princípios do seguinte, chegados com as orfãs nobres e judeus mercadores. Os engenhos em pleno rendimento é que constituíram o verdadeiro chamarís dos povoadores post-duartinos, e não a sêde de combater franceses e selvícolas por desfastio esportivo.

Temos comtudo, ao falar da complicada questão dos judeus, abrir exeção para Diogo Fernandes — sogro do precedente Francisco Frasão — cristão novo habitante da capitania desde a primeira tentativa do assucar. Rodeado de numerosa prole, de que trataremos no capítulo dos ebraisantes, é um dos mais curiosos exemplos de como se dispersavam e desapareciam os judeus no Brasil. Acabavam-se-lhes os filhos sem geração, ou alheitando-se ao meio semita por casamentos com prosélitos de crença adversa, uns e outros, puros e mestiços, estranhamente propensos a emigrar, deixando poucos vestígios pelo sítio onde passavam. Assim, houve Diogo de sua es-

posa Branca Dias 10 filhos, e mais uma bastarda de outra mulhér, núcleo povoador deveras vultoso para o tempo e lugar. Brancos com menos prole, deixaram da mesma época fabulosa decendência, hoje esgalhada por todo o país. Diogo Fernandes, a despeito do interesse de Jerónimo de Albuquerque, de poderosos correligionários chegados mais tarde, e do consórcio de uma filha com elemento da governança da terra (não havia mulheres brancas em número suficiente para os católicos, além das consequências sexuaes, que tudo subvertem), não prosperou em bens e decendentes como os companheiros de credo diverso. Desapêgo do solo? Taras congêntas? Condições desfavoráveis num meio progressivamente hostil aos semitas á medida que se dilatava? É o que tentaremos elucidar nos volumes seguintes deste ensaio de história da sociedade brasileira.

OS GOVERNANTES DA CAPITANIA

[Frei Vicente do Salvador informa que Duarte Coelho desembarcou ao chegar de Portugal na antiga feitoria do rio Igarassú, no ponto chamado dos Marcos, sobrejacente á ilha de Itamaracã,] *“E nella se recolheu e morou alguns annos, e alli lhe nasceram seus filhos Duarte de Albuquerque Coelho e Jorge de Albuquerque, e uma filha chamada D.^a Ignez de Albuquerque, que se casou com D. Hyeronimo de Moura (sic), e cá morreram ambos e um filho que houveram, todos tres em uma semana.*

[Dalli deu Duarte Coelho ordem de se fazer a villa de Igaracú uma legua pelo rio a dentro, do qual tomou o nome, e tambem se chama a villa de S. Cosme e Damião.)

[Esta villa encarregou Duarte Coelho a hum homem Tonrado, viannez, chamado Affonso Gonçalves, que já o havia acompanhado da India. Da villa de Igaracú, ou dos santos Cosmos, mandou vir de Vianna seus parentes, que tinha muitos e mui pobres, os quaes vieram logo com suas mulheres e filhos, e começaram a lavrar a terra entre os mais moradores que já havia, plantando mantimentos e cannas de

assucar, para o qual começava já o capitão a fazer um engenho. E em tudo os ajudavam os gentios que estavam de paz, e entravam e saíam da villa, com seus resgates ou sem elles cada vez que queriam”]

Este português alguns anos depois perdeu a vida, e colocou a povoação nascente em grave perigo, por infringir as instruções que lhe dera o donatário. Hans Staden nos conta como se viram os colonos na iminência de serem exterminados quando os acudiu (76). [Nos treze anos de ocupação do litoral apenas tinham conseguido os portugueses formar no sítio um grupo de noventa europeus] e uns trinta “*moren und Brasilianische schlaven*”, [rodeados á guisa de principal proteção, de uma fraca palissada.] [A situação deles repentinamente sitiados pelos índios, era angustiosa porque os habitantes reinos de Marin (Olinda) pouco podiam fazer, “*Tambem neste tempo em continuos assaltos do gentio*”] explica F. Vicente do Salvador. [Procurara sempre Duarte Coelho viver em paz com o selvícola, e o conseguira até aquela data.] Hans Staden atribue o levante, ao fato de pretenderem então os portugueses escravizalos: “*Welches nun der Portugalesem halben sich angefangen hatte*”, versão em desacordo com a de Frei

(76) A nau em que estava vinha do reino sob comando do capitão Pentead, com carregamento de degredados. Seria este o oficial quem mostrou a ingleses o caminho dos centros negreiros africanos? A expedição de Windham por conta de William Hawkins, esteve na Nigéria por 1553. v. Williamson, *Sir John Hawkins*.

Vicente, que filia a crise a uma rixa entre índios embriagados, “*de modo que foi necessario mandar o capitão (Afonso Gonçalves), alguns brancos com seus escravos que se apartassem, ainda que contra o parecer dos nossos linguas e interpretes, que lhe disseram os deixasse brigar e quebrar as cabeças uns aos outros, porque, si lhes acudiam, como sempre se receiem dos brancos, haviam cuidar que os iam prender e cativar...*” Por não ter seguido tão avisado conselho praticou Afonso Gonçalves fatal imprudência. Aconteceu o que previam os conhecedores do caracter selvícola. Uniram-se os desordeiros contra os portugueses e os atacaram: “*E o peor foi que alguns que ficaram fóra da bebedice se foram logo correndo á sua aldeia apellidando arma... e assim se ajuntaram infinitos e puzeram em cerco a villa, dando-lhe muitos assaltos e matando alguns moradores, e entre elles Affonso Gonçalves de uma frechada que lhe deram por um olho e lhe penetrou até os miolos. O qual os da villa recolheram e enterraram com tanto segredo que o não souberam os inimigos em dous annos (deve ser dois meses) que durou o cerco, antes viam tanta vigia e concerto que parecia estar dentro algum grande capitão sendo que cada um o era de si mesmo e a necessidade de todos, porque até as mulheres vigiavam o seu quarto na fortaleza emquanto os homens dormiam*”.

Não foi esta a única proesa do elemento feminino, pois ajunta o frade outras dignas das heroínas de

Chaul, mas a situação era de fáto angustiosa, porque principiaram a faltar víveres. Descreve Hans Staden: *“Tinhamos ainda alguma cousa de comer que logo acabou, porque lá na terra é costume ir buscar diariamente ou de dois em dois dias, raises frescas para fazer farinha ou bolo...”* (77).

Á vista da escassês de mantimento, os sitiados não tiveram outro recurso sinão varar o cerco, e numa arrancada felís atingir Itamaracá, onde os habitantes puderam ceder alguns víveres. Terminou o conflito quando os selvajens se cançaram ante a resistência dos povoadores, concluindo Cardim, *“... e tornaram a ter paz e amizade com os brancos, com o que tornaram a fazer suas fazendas”*.

Nestas refregas, o autor de maiores proesas, de mais assombrosa memória, foi sem dúvida Vasco Fernandes de Lucena. Supomos que a ele se refere o donatário na carta a D. João III de 22 de março de 1548, escrevendo a pedido do almoxarife e feitor: *“...he fizesse saber que á treze annos que quá está servindo deyxando sua mulher e fylhos sem mais tornar ao Reyno he asy he o deu bôa conta de sy e sertefyco a V.A. que he muito homem de bem e de-sejoso de o servir e que nam vyrá por elle mall por ser homem manso e de bôa consciencia que em todos*

(77) Devia ser o tradicional *Beijú*, a velha torta de farinha de mandioca dos Tupís. O texto original de primeira versão da primeira edição do livro de Hans Staden diz, *“mehl oder Kuchen darwon zu machen”*. Staden, Hans.

se nam acha no tempo dagora, elle até ho presente tem gastado do seu e nam aproveytando nada por ate ho presente tudo ser trabalhos e gastos e nam proveito allgum e por a terra yr agora pera bem e deus llouvores querem os homens fazer fundamento della e fazerem fazendas pera ter allgua cousa de seu com que se sustentem para o quall he nesesyrio a merce e ajuda de deos e de V.A. e por ele querer ora fazer hum enjenho em hũa ribeyra e num pedaço de terra que lhe dey pede a V.A. per ajuda de o fazer lhe faça merce de lhe dar llicença pera poder mandar allgum brasyll de qua pera ajuda dyso e que o yrá fazer per a costa donde nam faça dano nem prejuizo, serto Senhor que elle dyso e de toda outra merce he merecedor...”.

O interesse que Duarte Coelho manifestava pelo funcionário real, era merecido si de fáto se trata do mesmo personajem citado por F. Vicente, “*Mas Deus Nosso Senhor, que excitou o animo de Raab, mulher deshonestá, para que escondesse as espías de seu povo e fosse instrumento da victoria que alcançou contra Jerichó o excitou tambem á filha de um principal destes gentios, que se havia afeiçoado a um Vasco Fernandes de Lucena, e de quem tinha já filhos, para que fosse entre os seus e, gabando os brancos ás outras, as trouxesse todas carregadas de cabações de agua e mantimentos, com que os nossos se sustinham, porque isto faziam muitas vezes e com muito segredo*”.

Parece-nos a informação bastante escandalosa, pois Vasco Fernandes era casado em Portugal com Brites Dias Correia, de quem teve Sebastião Lucena de Azevedo e Clara Fernandes de Lucena, conhecidos mais tarde em Pernambuco, quando vieram do reino, talvez á procura do pae, e aí se estabeleceram. Grão ribaldo em matéria amorosa seria o povoador, mostrado em carta a el-rei sob pele de cordeiro, que aproveitava a distância separando-o da mulhér para namorar índias e procriar mamelucos. A ação por ele desenvolvida, nos duros tempos da primeira fase da conquista, o importaria ao donatário e bastava para desculpal-o de pecados, considerados veniaes pela gente de guerra de tão confundidos com virtudes militares.

Narra Frei Vicente do Salvador alguns feitos miríficos dos confessáveis que Vasco Fernandes praticou: *“E assim uma ves que o cerco era mais apertado (brancos sitiados pelo gentio) e estavam os de dentro receiosos de os entrarem, sahio elle só fóra e lhes começou a prégar na sua lingua brasilica que fossem amigos dos portugueses, como elles o eram seus, e não dos franceses, que os enganavam e traziam alli para que fossem mortos. E logo fez uma risca no chão com um bordão que levava, dizendo-lhes que se avisassem que nem um passasse daquella risca pera a fortaleza, porque todos os que passassem haviam de morrer. Ao que o gentio deu uma grande risada, fazendo zombaria disto, e sete ou oito indig-*

nados se foram a elle para o matarem, mas, em passando a risca, cahiram todos mortos, o que visto pelos mais levantaram o cerco e se puzeram em fugida”.

Os acontecimentos fizeram surgir outros heroes. Sobre a figura do personagem colonial que era Jerônimo de Albuquerque, não podia deixar de haver “pi-cuses lègendes” ilustrando-lhe passagens da vida. Uma delas aformosea o motivo da união com a índia Arcoverde, de forma ademais semelhante á de outros povoadores, que tiveram a ventura de seduzir o coração de beldades silvestres. Caira, segundo um desses “clichés”, o cunhado do donatário, prisioneiro de selvajens numa refrega. Quando ia ser devorado com as cerimônias de praxe, atira-se a jovem filha do cacique aos pés do pae, advertindo que a morte do portuguez cauzaria a sua. Perdoa o velho extremoso ao sedutor para salvar a seduzida, que se juntou ao prisioneiro e teve muitos filhos como no desfecho dos contos da carochinha. Acrescenta Fernandes Gama, muito circunspèto ao perfilhar a lenda, “*Viveram sempre Jerónimo de Albuquerque e a sua libertadora com amôr tão respeitoso, que para casados só lhes faltou o receberem-se, segundo o Rito da Igreja*”. De toda a versão o final é que será menos absurdo, ao nosso ver, pois a entrega da rapariga a um estrangeiro (tanto mais quando era filha de chefe) devia ser acompanhada de uns tantos preliminares do ritual gentilico. Não devemos

sorrir do esforço do historiador em nos convencer de que se tratava de união perfeitamente digna. A maior parte das que aproximaram povoadores dos caciques por meio de casamentos, decorreram entre cerimônias, que para os índios correspondiam ás realizadas nas bodas dos portugueses. Aí temos por conseguinte, uma das menores confusões de cronistas e historiadores. Não foi porém a única a turvar-lhes a discretação, perpetraram outra confundindo pae e filho, no acidente da flexada vazando um olho, de onde veio ao ferido a alcunha de "o torto". Jaboatão e Fernandes Gama competem em dar a um o que succedeu ao outro, com enredos que deixaremos a terceiros o cuidado de deslindar.

Andaram menos fantasiosos na enumeração dos filhos e noras do povoador. Neste assunto si pecaram, foi por omissão, dando a D.^a Maria do Espirito Santo, filha do principal Tabajara de Olinda, menos rebentos que realmente teve de Jerónimo de Albuquerque. Os conhecidos desses autores foram, Manoel de Albuquerque, casado com D.^a Maria de Melo, e em segundas núpcias com D.^a Isabel de Vasconcelos, filha de Diogo Luís Leitão e de sua mulher Maria Simoa de Vasconcelos; Jerónimo de Albuquerque primeiro capitão mor do Rio Grande, casado com D.^a Catarina Pinheiro Feio, pernambucana, filha de Antonio Pinheiro Feio e de Leonor Guardes cepa dos ilústres Albuquerque Maranhão; D.^a Ca-

tarina de Albuquerque, casada com Felipe Cavalcanti, “tronco de imensa progênie” como repara Rodolfo Garcia; D.^a Isabel, primeira mulher do fidalgo D. Felipe de Moura, de nobilíssima estirpe dizem os genealogos pernambucanos, que lhe emprestam a qualidade de irmão de D. Cristovam de Moura, marquês de Castel Rodrigo, Grande de Espanha, vice-rei de Portugal (78), e uma segunda vés com D.^a Genebra Cavalcanti; D.^a Antónia de Albuquerque casada com Gonçalo Mendes Leitão, senhor ao depois engenho de Paratibe, que ajudara a conquistar sobre os índios do cabo de S. Agostinho, irmão do bispo D. Pedro Leitão; D.^a Joana casada com Álvaro Frago, nascida em Pernambuco em 1553, e D.^a Brites, casada em primeiras núpcias com Gaspar Dias de Ataíde, e em segundas com Sibaldo Lins.

Observa Rodolfo Garcia que: “*Não se pôde dizer que casasse mal as mamalucas; ao contrario, na lista de seus genros ha nomes da melhor prosápia — dois fidalgos estrangeiros e quatro portugueses bem nascidos*”. A condição de Jerónimo, o seu parentesco com os donatários, as mercês que recebeu em paga de serviços e a simultânea valorisação dos bens acom-

(78) Rodolfo Garcia no Prefácio da *Primeira Visitação do Santo Officio em Pernambuco* o tem como natural de Lisboa filho de D.^a Isabel de Moura, irmã de D.^a Brites de Albuquerque, e irmão de D. Felipe embora o biógrafo, o escritor espanhol Danvilla y Burguero, não lhe faça a minima alusão no seu *D. Cristobal de Moura*.

panhando o desenvolver da capitania, permitia-lhe esse luxo. Quasi todos os parentes viveram em bons termos com ele e a sua segunda mulher. Notou Rodolfo Garcia o patriarcalismo português dominante em Pernambuco: "*A moda antiga... os genros viviam sob o seu tecto pelo menos é este o caso de Alvaro Fragoso, cuja mulher, qualificando-se na mesa do Santo Officio em 5 de Março de 1594, disse ter quarenta e um annos de idade e ha dezoito que morava em casa de seu pae e de sua madrastra D. Felipa de Mello.*

De seu legitimo matrimonio teve Jeronymo de Albuquerque onze filhos, dos quaes nove sobreviveram, cinco homens e quatro mulheres, mencionados por Borges da Fonseca", (João de Albuquerque, casado com D.^a Felipa de Sá, filha de Duarte de Sá e D.^a Joana Tavares; Afonso de Albuquerque Melo, casado com D.^a Isabel Tavares, irmã da precedente, filha de João Pires Camboeiro e D.^a Felipa Tavares; Cristovam de Albuquerque, capitão mór da Paraíba, casado com D.^a Inês Falcão, filha de Simão Falcão de Sousa e de D.^a Catarina Paes; Duarte de Albuquerque, casado a primeira ves com Ana de Sousa, irmã da precedente, e a segunda com D.^a Elena de Aseredo Coutinho." *Senhora das Serras das Esmeraldas, filha de Marcos de Aseredo e de sua mulher D. Maria Coutinho*", notícia Borges da Fonseca; Jerónimo de Albuquerque, falecido solteiro na Índia; D.^a Cosma de Albuquerque, falecida solteira; D.^a Fe-

lipa de Melo, casada duas vezes a primeira com Diogo Martins Pessoa, e a segunda com o opulento Pedro Lopes de Vera; Isabel de Albuquerque, falecida solteira; D.^a Maria de Albuquerque, falecida solteira; e D.^a Maria de Albuquerque, casada com António de Sá Mahia).

“Filhos naturaes ainda ha outros, que os genealogistas desconhecem”, enumera Rodolfo Garcia: “Salvador de Albuquerque, filho da india Maria, nascido cerca de 1564; João de Albuquerque, referido como irmão do outro; e Pero de Albuquerque, havido de outra india chamada Luzia ou Maria, cerca de 1568, todos tres presentes ás Confissões de Pernambuco, terceiro livro ainda inedito. De duas mamalucas Felipa e Jeronyma, tidas por suas filhas, rejeitou a paternidade e as desherdou em testamento por suas desordens notaveis, Fernandes Gama, Memorias Historica de Pernambuco, I, 88/89, Pernambuco, 1844. De seu testamento, Memorias citadas, 86, constam ainda dois filhos naturaes; Felipe de Albuquerque, nascido de Apollonia pequena, D. Simoa, cuja mãe não se declara (79) . . . O exemplo do povoador pernambucano parece que era seguido na família, porque outros de seus membros tambem misturaram seu sangue com indias da terra; D. Felipe de Moura teve um filho natural, como se disse; o terceiro donatario Jorge de Albuquerque

(79) Casada com Jorge Teixeira um dos testamenteiros de Jerónimo de Albuquerque.

Coelho foi pae de Manuel de Oliveira, filho de india mestiça, criada em casa de D. Brites de Albuquerque, a capitôa, (Pri. Visit. de Pernambuco 74), para mostrar apenas os que ocorrem nestes documentos, porque muitos mais deviam ter vivido por ahi afóra. A terra era larga, e povoa-la de qualquer modo chegava a ser benemerencia”.

Consolidados os portuguezes á beira mar, des-pontavam agora novas preocupações, geradas pelos preconceitos metropolitanos, allí onde dantes só havia luta pela existência: “*Sendo presente a Rainha D. Catharina... a vida menos religiosa que passava Jeronymo*”, discorre Fernandes Gama, “...aproveitou a ocasião em que D. Christovam de Mello foi obrigado a embarcar para Pernambuco com sua família, e mandou insinuar ao mesmo Jeronymo, que seria muito do seu Real agrado, que lhe casasse com uma das filhas que trasia D. Christovam de Mello; insinuação a qual obedeceu promptamente Jeronimo de Albuquerque, casando com D. Felipa de Mello, filha do dito D. Christovam, e de quem, não obstante já ser velho, teve onze filhos, vindo a ter entre legitimos e legitimados 24 filhos. Da época da morte de Jeronimo de Albuquerque não ha certeza”.

Em 1584, estando doente fez testamento. Verifica-se do teor, que si o velho estava em bons termos com os genros, não acontecia o mesmo com os sogros. Encadeia, na relação das últimas vontades, os administradores do morgado de seu filho João de Albu-

querque, enquanto não perfizesse 22 anos de idade. Eram por ordem de importância Jorge de Albuquerque Coelho, que foi 3.º donatário, sobrinho do testador, e na sua ausência o genro Felipe Cavalcanti, no impedimento deste o genro Álvaro Frágoso, e, em sua falta, o genro Jorge Teixeira: *“e por sua ausencia ou morte meu filho Manuel de Albuquerque; em caso que haja falta de todos quero, e hei por bem que tenha a administração e tutoria, e curadoria de meus filhos huma pessoa nobre desta villa, digo terra: para o que peço por merce aos Srs. Officiaes da Camara, que no tal tempo forem... elejão a tal pessoa para ter a dita administração, com tanto que o tal eleito não seja por nenhuma via D. Christovão de Mello, ou cousa sua e isto por justos motivos que a isso me movem...”*

O testamento é longo por causa do anêlo de Jerônimo em contentar a filharada. Reparte a légua de terra que Duarte Coelho, o velho (na sua expressão) lhe doara em Capibaribe, com os filhos ilegítimos, dando-lhes a parte da banda do mar, especificando minuciosamente a distribuição para *“que se faça da sobredita maneira pelos ver quietos”*. Declara possuir vários escravos do gentio do lugar, sobre os quaes tinha dúvidas si estavam bem resgatados. Em outros termos, nas proximidades da morte, remorsos e temores de penas celestes levavam-no a pensar nos índios que lhe tinham dado o seu trabalho. Recomendava ao testamenteiro cuidar

da revisão, pois “*athe o presente não tenho feito diligencia sobre a certeza deste negocio*”...

Terminava e datava em 13 de novembro de 1584, da sua casa da rua de Todos os Santos, na vila de Olinda, esperando misericórdia, “*E peço á Virgem N. Sra. e a todos os Santos, e Santas da Corte dos Ceus, que quando a minha alma do meu corpo sahir a queirão apresentar diante da Magestade Divina, e serem meus intercessôres, para que me queira perdoar meus pecados*”. Jaboação em o Novo Orbe Seraphico prolonga a vida de Jerónimo de Albuquerque até 1594. Uma escritura de venda entretanto, da sua filha D.^a Antónia, viuva de Gonçalo Mendes Leitão, dá o pae falecido nessa data, e segundo Rodolfo Garcia, deu-se o passamento meses antes. Desaparecia um dos esteios da empresa duartina, homem que lavrara a terra e a defendera (ao qual Maximiano Machado chama de esgrimista), arrebanhara escravos, desdobrara o patrimônio dos sobrinhos, “*que amou como filhos*”, povoando Pernambuco de decendentes e continuadores da sua tradição, aos quaes muito devemos de norte a sul do país.

HO seu fim marca novo período, incutindo aos portugueses a certeza de que a especulação pernambucana tornara-se magnífica realidade, tão atraente como a oriental do grande Albuquerque. Chegavam imigrantes espontâneos, dos que Duarte Coelho ambicionava, conforme exprimia em suas cartas, dis-

pondo alguns de cabedades, muito diferentes dos que se tinham arriscado de permissão com degredados no despojar da donatária. Num certo sentido, traziam grande progresso, lastreados como estavam de meios úteis ao desenvolvimento colonial, além de introduzir novo espírito, onde só havia o instinto de conservação e luta pela vida. Por outra, complicavam-se os problemas, formas de existência, métodos de administração, necessidades e excessos, ampliando um meio diverso do primitivo, daquele em que se expandira a atividade de Jerónimo de Albuquerque e demais capitães do donatário (80).

(80) Acerca do fim deste período, temos a crónica do marquês de Basto, sob título *Compendio De los Reyes de Portugal, "Escrito por Duarte de Albuquerque Coello, Marques de Basto, Conde y Señor de Pernambuco, Gentilhombre dela Camara de Su Magestad el Rey D. Felipe quarto, Nuestro Señor. Año de 1652"*, onde ocorre a morte de Duarte Coelho em Portugal, que damos em nota (n. 2) no fim do volume.

FLORECIMENTO DA POPULAÇÃO DUARTINA

A carta de Duarte Coelho ao rei, datada de 27 de abril de 1542, alude ao seu regresso de uma viagem, e das providências que tomou para a frutificação da empresa, “*com dadyvas a huns e compolas mãos doutros*”, afim de poder elevar o engenho de assucar que encomendara. Seria este o primeiro da capitania? A carta relata que o donatário dera, “*tudo o que me pedyram sem olhar a proveito nem a ynteresse algum meu mas a hobra yr avante como desejo*”. Estava portanto muito em começo nesta altura, como a seguir comprova, “*. . . e lá (no reino) tenho mandado buscar cousas necessaryas pera jornada e alguns bons homens porque he necessaryo deyxar aqui a coisa fornecyda a bom recado*”.

Era um momento crítico que devia transpor, não podendo Duarte Coelho esperar amparo do governo, ao mesmo tempo que os escolhos iam aparecendo ameaçadores em Nova Lusitânia. Os franceses continuavam as incursões nas vizinhanças das povoações portuguesas, dispondo da perigosa cumplicidade de inúmeras tribus pelo litoral afora. O exemplo de

Hans Staden, quasi devorado em S. Vicente porque os normandos ou bretões se recuzavam salvar-lhe a vida, mostra como corsários e índios igualmente odiavam aos lusos e seus mercenários. Há vestígios além disso de intromissões inglesas na região equinocial, "*It is established also that in later years the sons of William Hawkins were closely allied with the freebooters of Rochelle and Rouen who prayed upon spanish commerce*", escreve Williamson (81). Recebiam os portos ingleses do Cornwall, como Plymouth, Portsmouth, ou Southampton, que "*also was a nest of Brasil traders* (82), ilicitamente mercadorias brasileiras a despeito dos entendimentos oficiais existentes entre Portugal e Inglaterra. O historiador ao rever o assunto nos arquivos britânicos, conclue ter sido Hawkins o mais antigo inglês "*freqüentador do tráfico brasileiro que se conhece, estando muito provavelmente certas as datas 1530-32 atribuidas por Hakluyt ás suas primeiras viagens, continuando William nesta traficância, posto que não tenha figurado em pessoa nas expedições de 1536 a 39, e que o seu navio Paul, com ou sem ele a bordo, realizou a última travessia em 1540*" (83).

⌈ Através das cartas de Duarte Coelho, seguimos-lhe os esforços tendentes a acertar com as mais apu-

(81) Williamson "*Sir John Hawkins*".

(82) Ib.

(83) Ib.

rada sabedoria, a regência das cousas e dos habitantes.] “...meu costume he senhor ser aspero no reprehender e moderado no castygar”. Percebe-se não menos esclarecido critério no suprir os desejos da monarquia, depois de ciente das verdadeiras condições da colônia. [Respondia com precaução ao rei,] sete anos depois de chegado a Pernambuco, no momento em que se divulgaram em Lisboa notícias da descoberta de ricas minas no México e Perú. Mais dadivosos que a especiaria pareciam aos de Portugal os veios deslumbrantes encontrados na terra virjem, a alvoraçar o rei lindeiro de Carlos V na América.

As referências a tão cubiçada matéria sucedem-se como refrão nas perguntas dirigidas aos que estavam no Brasil. A primeira, por ordem cronológica, fôra a dos tripulantes da armada de Pedro Álvares Cabral aos índios da praia desconhecida. Acompanhou igual preocupação a Vespúcio e aos navegantes que estiveram no litoral. Solís e seus companheiros intoxicaram-se com as lendas do grande rio que eles mesmos criavam, ad instar da história do machado de prata que lhe deu o nome. Sebastião Caboto infringia ordens reaes, e em ves de seguir para as Molucas, deixava-se ficar esperançoso de descobertas metalíferas na região argentina. Diogo Garcia procedia no mesmo lugar a iguaes pesquisas, acompanhado em pouco por Martin Afonso de Sousa. Atendendo porém, só ao bom senso, informava o donatário de Pernambuco a el-rei em 27

de abril de 1542, "... quanto senhor as cousas do ouro nam deixo de inquirir e procurar sobre o negocio e cada dia se esquentam mais as novas". Continuava pró forma acatando as instruções del-rei, no entanto proseguia, "...mas como sejam daquy longe pelo meu sertão a dentro e se ade pasar per tres jerações de mui preversa e bestiall gente e todos contrayros huns doutros a se pasar esta jornada com muito pelygro e trabalho pera quall me parece e asy a toda minha gente que se não pode fazer se não yndo eu e ya como se deve yr e acometer a tall empresa para sayr com ella avante e não pera yr fazer barcoryadas como as do Rio da prata que se perderam pasamte de mill homens castelhanos e como as do Maranham que perderam setecentos e o pyor he fycar a cousa danada e por yso senhor espero a ora do Senhor Deos em que o quall praza a elle deos que me cometa esta empreza e pera seu santo seruiço e de V. A."

[O principal para o donatário era firmar-se na capitania. Os acontecimentos não pareciam muito tranqüilizadores;] depois do barão de S. Blancard, ia Villegagnon empreender com forças muito maiores um estabelecimento no Rio de Janeiro, teimando em deitar pé no Brasil. A Nova França ao sul, era no espírito dos recém-chegados uma réplica á Nova Lusitânia do norte. [Deixar] nestas condições o litoral para cuidar de algaras no sertão parecia a Duarte Coelho temerária imprudência. No passo,

dava mais uma prova de boa política, prometendo uma cousa ao governo e cumprindo outra, evitando desgostal-o, e não sacrificando o futuro da sua obra.)

* * *

[No esforço de conseguir colonos, os homens bons mencionados na carta de 1542, Duarte Coelho atraiu para as suas povoações,] depois dessa data, [muitos povoadores] que os linhajistas situam na fundação da capitania (84). Geneálogos e reis de armas porfiavam em exagerar feitos e antigüidade para brilho dos seus registos, e nem sempre o veso deixa de trazer prejuisos aos que, em estudos históricos, a eles recorrem. No caso, a generosidade de Borges da Fonseca e seus informantes, entra na regra para maior expiação dos nossos pecados. [Comtudo procuramos estatuir diferentes levas de imigrantes no povoamento de Pernambuco. Um dos que teriam chegado, ao nosso ver, na segunda remessa, imediata

(84) Procurava cazal-os, porque era a melhor maneira "para pouar terras novas". Fernandes Gama, e depois dele Oliveira Lima, concluíram da carta que Duarte Coelho propiciava uniões de portuguezes com índios e mamelucas, do que discordou Capistrano de Abreu, pois achava o texto insuficiente para chegar a semelhante conclusão.

a dos companheiros de travessia do donatário, é Arnau ou Arnal de Olanda

Pretende Frei Manoel Calado no *Valeroso Lucideno*, que uma filha do holandês vivia em 1645 no Brasil com cento e dez anos de idade. O frade milagreiro, faz do pae da felig^h velha, contemporâneo dos primeiros habitantes brancos do lugar para onde viera. Que tenha alcançado esses povoadores é possível, porém custoso seria que Arnau os acompanhasse na vinda, ante o completo silêncio sobre este fáto dos seus supostos companheiros. Um irmão da macróbia declarou-se muito mais moço perante a mesa do santo Ofício, com trinta e oito aões em 1594, meio alemão, natural de Olinda. Aí temos um indício positivo. Em 1556 nacia na vila, sede da donataria, um dos primeiros filhos de Arnau, o qual teria chegado a Pernambuco nos primeiros tempos da fundação. Mas quem era este personagem que em época tão remóta representa na capitania o sangue ariano? Jaboatão no *Catálogo Geneológico* atribue-lhe orijem ilustríssima: "*Filho de Henrique de Olanda Baravito de Reneoburg, natural de Utreque, o qual Henrique de Olanda foi cazado com Margarida Florença, que era irmã do papa Adriano VI, e foi cazado Arnão de Olanda com Brites Mendes de Vasconcellos, que era filha de Bartolomeo Rodrigues, camareiro mor do infante D. Luiz, filho d'el rei D. Manoel, e cazado com Joanna de Goes Vasconcellos*". Borges da Fonseca confirma que era filho do barão de Ren-

neburg e de Margarida Florência, sempre irmã de Adriano VI, corrigindo apenas a grafia dos apelidos respectivos.

Bazeado no que escreveu o genealogista, repete Oliveira Lima que Arnao de Holanda, de Utrecht, era sobrinho do papa, antigo preceptor de Carlos V, o gandavo. Num tempo em que laços de sangue com o vigário de Cristo confiriam culminante destaque na cristandade, a presença na deserta América de um próximo parente de Adriano V, era acontecimento sensacional. Resta apenas saber sobre o que repouza a asserção dos linhajistas.

O papa Adriano nacera, de fáto, em Utreque, filho de humildes proletários, que não dispondo de patronímico, pospunham ao apelido de batismo o prenome do pae. Deste modo, passou a chamar-se Adriano Florêncio o futuro sucessor de S. Pedro, um dos mais nobres pontífices que a Igreja tem tido. Era a primeira vez que se reverenciava um flamengo á testa do catolicismo, e como havia de acontecer, logo appareceu competição entre a fidalguia da Olanda ao ambicionado parentesco. Duas famílias ficaram em campo; os Rodenburch e os Debel; ambas tão decididas em afirmar os seus direitos quanto incapases de provar a pretensão. O que ficou apurado na contenda, foi o ofício de carpinteiro de navios do pae de Adriano, profissão muito mais consentânea em aparental-o ao flamengo Enrique, emi-

grado no Brasil sem cargos nem missões, á procura de melhoria de vida, do que aos Rodenburch e Debels numa época de tão delimitada craveira social. De qualquer forma, as biografias do papa não fazem a menor alusão á tal Margarida Florência, cedo orfã de pae.

A esposa de Arnau, lisboeta de origem, segundo Borges da Fonseca, era uma das orfãs pobres de boa família, que a rainha Catarina procurara estabelecer no Brasil. Teve longa existência, falecendo em Olinda a 19 de dezembro de 1620, informando o genealogista "*consta que chegara quasi aos cem annos, por cujo motivo é conhecida com a denominação de — Velha*". Protegeu-a D.^a Brites de Albuquerque, "*dotando-a*", diz Borges da Fonseca, "*para o seu casamento com as Datas de muitas terras, em que D. Brites Mendes de Vasconcellos e seu marido Arnau de Hollanda levantaram muitos engenhos de fazer assucar, dos quaes ainda hoje possuem varios seus nobres descendentes*".

Dos filhos que teve o casal e dos seus casamentos, vemos apparecer a entrosajem das alianças entre os galhos dos troncos primitivos, os povoadores das levas de imigrantes que chamamos duartinos. O primogênito Cristovam de Olanda Vasconcelos, cazou-se duas veses, a primeira com D.^a Catarina, filha de Catarina de Albuquerque e Felipe Cavalçanti, neta por conseguinte de Jerónimo de Albu-

querque e da Arcoverde; a segunda vez com Clara da Costa, filha de Manoel da Costa Calheiros e de Catarina Rodrigues. António de Olanda de Vasconcellos, cazou-se com Felipa de Albuquerque irmã da precedente, primeira mulhêr de Cristovam, "*Des-te matrimonio*" assegura Borges da Fonseca, "*ha em Portugal, na Bahia e neste Pernambuco, nobilissima descendencia, com muitas habilitações, como se pode ver nas Taboas*". Agostinho de Olanda cazou com D.^a Maria de Paiva, filha de Baltasar Leitão Cabral e de sua mulher Ignês Fernandes de Goes. A decendência do casal nada ficava a dever ao do casal anterior. Adriana de Olanda cazou-se com o illustre (quem o diz é Borges da Fonseca) Cristovam Lins, do qual falaremos adeante. Acerca da idade de Adriana reza o nosso citado linhajista: "*não podia ter em 1645 os cento e dez anos que lhe dá Frei Manoel Callado, no seu valeroso (sic) Lucideno, porque no dito anno os completava a povoação de Pernambuco*".

A rasão é decisiva e por isso não a contestaremos. Continuando na apresentação da família, temos Isabel de Goes, que se cazou com António Cavalcanti de Albuquerque, filho de Felipe Cavalcanti e de Catarina de Albuquerque. Inês de Goes, com igual nome da irmã precedente, cazou com Luis do Rego Barreto, natural de Viana. Ana de Olanda, foi casada com João Gomes de Melo, fidalgo beirão, e Maria de Olanda, última filha de Arnau, cazou com António de Barros, fidalgo vianês.

Agora vamos passar para Adriana, que se casou com um dos irmãos Lins, alemães de orijem. Cita Borges da Fonseca a Cristovam e Cibaldo ou Sibaldo Lins, que no manuscrito de José de Sá e Albuquerque, versando em 1690 as antigas famílias de Pernambuco, são tidos por gentilihomens francezes, parentes da rainha Catarina de Médicis. No *Valeroso Lucideno* ocorre outra versão igualmente lisonjeira: “. . . *Christovão Lins, illustre fidalgo estrangeiro, parente em grau não muito distante do Grão Duque de Florença o qual avia conquistado aquella terra toda, e deitado della os Indios Pitiguares que a possuem, e o primeiro que alli levantou hũa Igreja em louvor da Virgem Maria N. S. e possui assi naquelle distrito, como em outros sitios até o cabo de S. Agostinho sete engenhos de assucar, os quaes fabricou, e poz moentes, e correntes, e se casou com Adriana de Olanda molher mui principal, a qual ainda hoje he viva, e de cento e dez annos de idade, e chegou a ver filhos, e netos, bisnetos, tresnetos, e quadrinetos, e a este Christovão Lins fez elRey merce por os bons serviços que delle avia recebido de o fazer Capitão, e Alcaide mór do porto do Calvo*”.

A orijem italiana parecia verdadeira a Borges da Fonseca, porquanto lhe fôra oralmente confirmada por Fernão Fragoso de Albuquerque, quasi octogenário em 1748, “*mais ou menos*”, escreve o genealógo. Entretanto, o leitor e nós, estamos fartos de

saber a quantas deturpações se prestam as tradições oraes no geral, e as de octogenários em particular. Mais digno de crédito é o depoimento de Sibaldo Lins perante a mesa Santo Officio, na Visitação de Pernambuco de 1595, "*dixit se Alemão natural de Augusta findilicorum do Imperio da Alta Allemanha filho de Bartholomeu Lins e Susana Rang gente nobre e fidalga na ditta cidade de Augusto de idade de quarenta annos casado com Dona Beatriz Albuquerque lavrador de suas roças e canaveais no Rio de Capibaribi desta Capitania*". Transparece no documento a extrema atenção do notário ao grafar o nome latino de Augsburg com a pronúncia alemã do interrogado — Findilicorum — por Vindellicorum. Seja dito de passagem, que o motivo de sua ida á mesa foi um pedido de esclarecimentos dos inquisidores ácerca de pessoa suspeita de judaismo, e não por estar ele mesmo perseguido como se poderia crer. Os Lins deviam ter vindo por motivos semelhantes dos Olandas, ambos agentes de mercadores do norte da Europa, onde havia ativo tráfico com portuguezes, de onde passaram para o Brasil com escala em Lisboa (85).

Depois dele, ou contemporaneamente, temos Felipe Cavalcanti, que Ungaretti supõe decendente do

(85) Augsburg e Nuremberg eram duas cidades que no século 16 transferiram as compras de especiarias de Venesa para Lisboa.

grande Guido. Chegara a Pernambuco antes de Sibaldo Lins nacer. Em uma denúncia ao Santo Ofício que apresentou no mesmo ano, alude a certo indivíduo que conhecera em Olinda “*ha quarenta e quatro ou quarenta e cinco anos*”, o que daria cerca de 1548. Nos quesitos preliminares declara-se “*...natural de Florença filho de Joam Cavalgante, cidadão e dos da governança de Florença, e de sua mulher Janeura de Magnelle, de ydade de setenta annos casado com Dona Catharina de Albuquerque dos da governança desta Capitania, morador nesta villa na freguesia da Matriz* (86). Foi também denunciado em 1593 por possuir uma bíblia “*em lingoajem no seu engenho de Araribe no termo de Tamaracá*”.

Por que rasão, e após quantas aventuras surgiria no Brasil um Cavalcanti da aristocracia de Florença? Como pôde mudar do maior centro de comércio, finanças, artes, ciências e letras da Europa, para o convívio de brasílicos mamelucos? Autores antigos supõem a existência de conspirações em que tivesse tomado parte contra os Médicis, obrigando-o a fugir da pátria e da Itália para salvar a vida. Mas qual o motivo de vir ter a Pernambuco? Curiosidade, conspiratas mal sucedidas ou tribulações de vida irregular? Cidadão da mais rica capital do mundo civilizado, pertencendo a sua me-

(86) *Prim. Visitação de Pernambuco.*

lhor gente, curioso até de livros prohibidos, apetece-lhe-ia mais morar em qualquer côrte da Europa, que na vila de Duarte Coelho, pouco tempo depois de fundada, com destino ainda periclitante. Uma denúncia do Santo Ofício da Bahia relata: “...*de dois annos a esta parte ouvio (o denunciante) tambem geralmente em fama publica que Phelipe Cavalcante florentino de nação morador na dita villa (Olinda) dormira antigamente com hum moço peccando com elle o peccado de sodomia e disto poderão informar os antigos*”. Aí vemos Felipe confundido com os humanistas da Renacença, os quaes levando demasiadamente a sério a missão de continuadores da Grécia clássica, eram acuzados por Ariosto de useiros e veseiros do peccado nefando. O testemunho perde todavia muito do seu valor, porque o denunciante era um tal Belchior Mendes de Azevedo, indivíduo de baixa moralidade, pelo que talvez falhasse a acusação. Pode também prender-se a indulgência de outros motivos. Primeiro, tratava-se de fâto antigo, impreciso, de prova difficil; a seguir, Felipe Cavalcanti pelos seus parentescos, entrava para a categoria que, um outro personajem do Renascimento, Benvenuto Cellini, dizia estar acima dos preconceitos de pequenos burgueses e das suas sanções. Mas em moço — conjétura Rodolfo Garcia que teria uns vinte e poucos anos quando veio para Olinda — não dispunha dessas imunidades, e sentira conveniência

de se distanciar do Santo Ofício, perseguidor de homossexuaes (87).

E' a principal acusação que se lhe fez. No resto viveu como digno florentino, de quem escrevia o seu conterrâneo Sasseti: "*E' homem de grande autoridade e que se impõe a todos... até mesmo ao governador. Dizem que tem grande estado, com muitos pajens e cavalos, e gasta na casa por ano mais de cinco mil escudos. Seu negócio é de engenhos de assucar*".

A prosperidade trazia ocasiões de conflitos com os administradores do Commonwealth. O jesuita António de Sá escrevia para a Província de Portugal, que tinha havido grandes ódios por 1560 entre o capitão (ou governador como lhe chama Sasseti), seu tio, Jerónimo de Albuquerque, e o genro deste Felipe Cavalcanti. A briga andara acesa porque

(87) Poder-se-ia ainda aplicar-lhe a tese de panfletários da extrema esquerda, que só reconheciam no Santo Offício uma virtude — habilidade política. No atacar a Inquisição, afirmavam que o seu tribunal jamais condenara sodomitas nobres á fogueira expiatória, fosse em França, Itália, Castela ou Portugal, portanto mais avisado que os ingleses com o ridículo processo de Oscar Wilde, ou os alemães a esmiuçarem o escândalo do príncipe de Eulenburg, desprestigiando as classes superiores perante o povo. Efetivamente, no caso alemão, era mobil do judeu Maximiliano Harden enodoar a monarquia, e destruir o regime em proveito das suas ideas políticas, uma espécie de republicanismo dissolvente muito comum na época.

foi "...*cousa que nunca pôde acabar o Padre que aqui está, nem o Bispo, nem outras pessoas com se metterem muito nisto. Pela bondade do Senhor acabou o Padre (o jesuita João de Mello) com o Capitão a que se fallassem e fossem amigos, a qual amisade está fixa e vae por diante. A de Cavalcante com o Governador não está ainda assentada por haver muitos negocios entre elles; mantem o Padre estes negocios postos em bons termos; creio que cedo se acabará*". A carta é de 1563, e ainda durava a contenda, esquecidos os tempos em que Felipe colaborava com ardor na obra de desenvolvimento da capitania, indo como "*capitão do mar*", e Jerónimo de Albuquerque "*capitão de terra*" na entrada contra o gentio de Serinhaem,

Muito gastara Felipe em despesas várias, algumas vãs, outras em benefício da região, e precisou recorrer como também, Cristovam Lins e outros, ao judeu João Nunes, "*cruel onzeneiro*", dizem os depoentes do Santo Ofício. A vida do florentino neste comenos prenunciava a do lavrador brasileiro, semeada de altos e baixos; dissipador nos momentos de bonança, torturado por apertos ao minguar o dinheiro da lavoura; vítima de onzeneiros (de onzena ou 11 %) no passado, ou no presente de bancos que lhe cobram juros de 11 % no mínimo.

Em todo caso, não seria naquele tempo de vida farta e facil a numerosa prole causadora de seus

apertos financeiros. Cazara-se com a mameluca Catarina, filha de Jerónimo de Albuquerque e da Arcoverde, que lhe deu 11 filhos. A noiva não estava muito na altura do antigo conspirador republicano, indigitado cômplíce de Aldo Cavalcanti e Pandolfo Puca, mas o pae era um magnata local, dispondo como governador que foi da capitania, e mentor dos sobrinhos donatários, de toda sorte de fontes de benefícios. A decendência do casal ítalo-luso-brasílico não precisa agora que lhe enumeremos os gestos gravados nos fastos pernambucanos de que se occupa esta compilação. Daremos somente os nomes dos filhos, genros e noras de Felipe Cavalcanti, que foram: António, casado com Isabel de Goes, filha de Arnau de Olanda; Lourenço, que foi governador do Cabo Verde, tido por casado na Baía por António Feijó de Melo, e solteiro por Borges da Fonseca; Jerónimo que também foi governador do Cabo Verde e faleceu solteiro; Genebra, casada com seu tio por afinidade D. Felipe de Moura; Margarida, casada duas veses, a primeira com João Gomes de Melo, neto de Arnau de Olanda, a segunda, com Cosme da Silveira, de quem houve geração, passando o filho Pedro para Viana onde deixou decendência; Catarina, casada com Cristovam de Olanda de Vasconcelos; Felipa, casada com António de Olanda, irmão do precedente; e mais vários até perfazer 11, que faleceram em tenra idade e por isso deles não trataremos.

Faltava á juventude olindense muita escolha de noivos. Mais do que afeição entre famílias, havia necessidade de efetivar consórcios com a prata da casa, na ausência de outras. A repetição das alianças Olanda, Albuquerque, Cavalcanti, constituiu por fim quasi que uma só estirpe, o sangue flamengo e florentino servindo para branquear a mestiçagem deixada pela Arcoverde, e segundo a lei de Mendel, os decendentes teriam de pender para o lado americano ou europeu, uns loiros, outros indiáticos, uns com mentalidade branca, outros gentia, ao que acrescentaremos os de aparência "ariana", não raro, tinham índole semelhante á da avó, ao passo que os de fâcies mameluco, mais se aproximavam do anseio progressista e construtivo dos avôs europeus.

Na velhice, Felipe mostrava-se muito católico, si é que o não fôra toda a vida, sem embargo de alguns deslises contra a ortodoxia. Protegeu os franciscanos, quando chegaram ao Brasil em 1585, hospedando-os em sua casa olindense enquanto lhes preparavam habitação perto da Misericórdia. Sobreviveu ao sogro, mas desapareceu do mundo antes da mulher. Ambos foram sepultados na matriz do Salvador de Olinda, na capela de São João de que eram padroeiros. Diz Borges da Fonseca ter sido D.^a Catarina de Albuquerque Cavalcanti, perfilhada a requerimento de seu pae, por el-rei D. Sebastião, vindo a falecer com mais de 70 anos a 4 de junho de 1614. Os decendentes, crescendo

sempre em honras e mercês, possuidos da vaidade tão comum entre as populações coloniais, solicitaram justificação de nobresa na cidade natal de Felipe Cavalcanti. Veio o traslado com a chancela de Cosme de Médicis, a 30 de dezembro de 1683, proclamando que entre a fidalguia da república: *“contamos principalmente a João Cavalcanti, pae de Felipe Cavalcanti, o qual vivendo nesta cidade em tempos passados casou com a nobilíssima Genebra Manelli, de quem teve de legítimo matrimônio ao dito Felipe Cavalcanti, o qual não degenerando de seus paes, vive com toda a pompa no nobilíssimo Reino de Portugal”*. Gozou assim Felipe, por decreto do decendente de quem ele dezejara derrubar, quasi um século a mais de existência terrena.

Depois do illustre itinerante, e dos Lins e Olandas, temos os Bezerras Felpa de Barbūda, liberalmente incluídos pelos linhajistas entre os primeiros povoadores da capitania. Antigos foram, mas documento algum nos permite collocal-os entre os duartinos da travessia inicial. Temos de repetir o que dissemos dos Olandas. Borges da Fonseca aceita a versão sem mais detença, habituado a esmaltar de galas o seu trabalho, e obcecado pela enumeração de títulos, parentescos e antigüidade, gastava boa cera em procurar ligações entre os seus congêneres, fidalgotes pernambucanos, e a nobresa europeia. A história das famílias compreendida neste estreito critério, perde parte do valor informativo que pode-

ria ter. Muito mais lucrariamos se ao invés de reproduzir tradições oraes acerca do fantástico parentesco de povoadores com as casas reinantes, versassem os antigos — ainda quando se podia recolher muito util material — particularidades dos primeiros povoadores da terra. Comtudo, não podemos exigir que o bom Ant3nio Vitoriano Borges da Fonseca se sobrepuzesse ao meio e 3poca. N3s 3 que devemos advertir o leitor contra o vesu do linhajista, incap3s de destringar orijens e parentescos, sem exagerados enxertos de ben3volos informantes. Transportados da primeira leva de colaboradores de Duarte Coelho para a segunda, o que nos parece muito mais provavel, os Bezerras Felpa de Barbuda n3o desmerecem entretanto dos predecessores. Continuam dentro da grei que pelo volunt3rio sacrificio conquistou os t3tulos da verdadeir3 nobresa americana.

Temos pois, Ant3nio Bezerra Felpa de Barbuda, natural ao que se diz de Ponte de Lima, de onde procedeu casado com Maria de Araujo. Deles poderia asseverar Borges da Fonseca, desta ves sem receio de pecado contra a exatid3o, que produzira uma das fam3lias "*das mais ricas de Pernambuco*". Dono de engenho, cazava Ant3nio os filhos com gente nas mesmas condi33es. Despozou o primog3nito Domingos Bezerra, a filha de Pantale3o Monteiro, de nome Br3sia como a m3e, donos do engenho de S3o Pantale3o da V3rsea do

Capibaribe. Este Domingos e sua mulher faleceram respectivamente em 1607 e 1606, o que demonstra haver muitos anos que estavam no Brasil, espaço bastante para lhes dar tempo de grangear o engenho. A seguir aliaram-se os decedentes do casal pernambucano com os Martins Pessoas.

Estes vieram a Pernambuco, apud *Nobiliarquia de Borges da Fonseca*, “*nos primeiros annos de sua povoação*”, que situariamos na mesma fase dos precedentes. Foram tres os do apelido, Fernão que despozou Isabel Gonçalves Raposo, de Vila do Conde, filha de Antão Gonçalves de Raposo e Maria de Araujo, “*dos primeiros povoadores de Pernambuco*”, diz Jaboatão no *Catalogo Genealogico*; ambos Fernão e Isabel vieram jovens do reino, conheceram-se no Brasil e aquí se cazaram, tendo falecido Fernão antes de 1600. O segundo, Diogo Martins Pessoa, era companheiro e irmão mais moço do antecedente e, ao que parece, consorciou-se com uma irmã da cunhada. O terceiro, foi um sobrinho, filho de Joana Barbosa, irmã de Fernão e Diogo, que nunca saiu de Portugal, mas para aquí mandou o seu filho António Martins Ribeiro para junto dos tios. Cazou-se António com Branca de Araujo, filha de Fernão Velho de Araujo, natural de Ponte de Lima, dono do engenho da Garça Torta nas Alagoas. Informa Borges da Fonseca, que a mulher de Fernão Velho, de nome Francisca Paes, era filha de Simão Paes e de Leo-

nor Rodrigues, imigrados de Leiria no tempo dos primeiros povoadores de Pernambuco. O estabelecimento nas Alagoas é que devia ser recente na ocasião do consórcio da filha, porque estava situado numa região tardiamente devassada, cerca do século 17. Os Araujos citados, talvez tivessem algum parentesco com os Pessoas, pois na enumeração acima já desponta o sistema português, qual seja, aliciar elementos da família, ou do lugarejo natal, quando havia necessidade de gente branca para o seu negócio.

Continuando a ver os que Borges da Fonseca cita como os mais antigos lá estão os Marreiros, que teriam principiado: "*em Luiz Marreiros, natural de Tomar, que veio a mesma capitania com o seu donatario Duarte de Albuquerque Coelho, e foi tão seu favorecido que lhe deu em propriedade um dos officios de Tabellião de Olinda*". Desta vez a informação deve ser exata, porquanto passamos do primeiro donatário para o sucessor, fáto muito mais de acordo com a cronologia. Note-se que incluímos entre os duartinos todos que chegaram sob o governo dos Coelhos, pae e filhos, até 1600.

Assim sendo, temos ainda Pedro Alves da Silveira, natural da Villa de Serpa, no Aléntejo, casado em Portugal com Maria Gomes Bezerra, de onde procedeu o conquistador da Paraíba, o esforçado Duarte Gomes da Silveira. Figura Pedro entre os mais antigos habitantes, na opinião dos cro-

nistas, por ser morador de Pernambuco, por volta de 1560. Seus decedentes se misturaram com os Felpas de Barbuda e Camelo Valcacer, gente também opulenta, senhores, os segundos, do engenho dos Reis na Paraíba, fundado por Jorge Camelo em 1596, quando era ouvidor daquela capitania.

Da mesma época devia ser João Paes Velho Barreto. Dele Jorge Cardoso no *Agiologio Lusitano*, e Francisco de Brito Freire em a *Nova Lusitania*, fizeram honrosas referências. Era natural de Viana, filho de António Velho Barreto, morgado da Bilheira, pertencente á nobre família dos Barretos daquela vila. Segundo Borges da Fonseca, veio a Pernambuco em 1560, instituindo o morgado do Cabo de S. Agostinho, a que voltaremos em seu tempo e lugar.

Aludem, com grande confusão os memorialistas a "*Braz Barbalho Feio, que passou a Pernambuco logo nos primeiros annos de sua povoação. Cazou com D.^a Leonor Guardês, irmã de Ignez Guardes, mulher do instituidor do Morgado do Cabo*". Seria contemporâneo de João Paes Velho Barreto, qualidade também attribuível a mais um cunhado dos precedentes, figurando nas páginas do *Catalogo Genealogico*, sob o apelido de António Pinheiro Feio. Era Jaboaão useiro em alterar nomes, como verificamos adeante no item relativo aos colateraes. Escreve o frade, que António despozara Leonor, e Brás Barbalho uma irmã desta, designada apenas

por N., "*Antonio Pinheiro Feio natural do reino... era cazado com... Leonor Guardes, natural da Vargem em Pernambuco, onde viveram seus pais Francisco Carvalho de Andrade e Maria Tavares Guardes, mulher de João Paes Barreto, instituidor do Morgado do Cabo, e N. Guardes mulher de Braz Barbalho, que foram avós maternos do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra*". Por aí verificamos possuírem os sogros Carvalho de Andrade, mais títulos de antigüidade em Pernambuco do que os genros, tendo filhas casadeiras, nascidas na capitania no século 16.

Com D. Felipe de Moura desaparecem dúvidas quanto á illustração no terreno sempre fugidiu das pretensões nobiliárquicas. Formava este gentleman, juntamente com donatários e afins, o cenáculo da melhor fidalguia lusa transplantada na América. Pelos cargos que occupou, parentescos, mercês que recebeu e nitidês da tradição oral cercando-lhe o nome, temos personajem muito acima dos habitantes de Olinda e adjacências. São concordes as memórias antigas em que devia ter vindo ao Brasil por 1556, quando a sua tia Brites de Albuquerque governava a província pernambucana. Ele mesmo havia de governal-a trinta e nove anos depois, tendo casado duas vezes em Olinda, a primeira com sua prima irmã Isabel de Albuquerque, filha de Jerônimo e da Arcoverde; a segunda com a sua sobrinha por afinidade Genebra Cavalcanti, filha de

Catarina de Albuquerque e Felipe Cavalcanti. O primogênito desse casamento, Francisco de Moura serviu o rei de Espanha e Portugal nas Flandres e na Índia, voltando ao Brasil por ocasião da guerra olandesa, em socorro da Baía, onde depois de momentâneo êxito das armas peninsulares, ficou governador de 1624 a 28. Recebeu em recompensa de serviços o senhorio da ilha Graciosa, um posto no Conselho de Estado, falecendo solteiro. Os irmãos estiveram igualmente em postos de relevância, a família beneficiada em momento oportuno pela influência do tio D. Cristovam de Moura, si é que houve realmente parentesco com o famoso estadista, como querem os autores pernambucanos. Um deles, Paulo de Moura, teve complicada aventura amorosa com sua prima D.^a Brites de Melo, filha de João Gomes de Melo, o Moço, e Margarida de Albuquerque, ingressando em consequência de grande desgosto na ordem franciscana. Os vários decendentes de D. Felipe de Moura ligaram-se no correr dos lustres ás melhores casas de Portugal, entre as quaes a do cardeal Saldanha, patriarca de Lisboa.

O João Gomes de Melo, a que aludimos acidentalmente, é dos que devem ser colocados entre os antigos povoadores de Pernambuco. A prova é facil porque foi casado com Ana, filha de Arnau de Olanda. A nova família, numerosa e rica, ficou conhecida pela alcunha de Casa do Trapiche Santo Agostinho, lugar na vizinhança do cabo do mes-

mo nome, onde estavam os seus principaes bens. A ida de João Paes Barreto para aquele sítio viria talvez do matrimônio do fidalgo vianês com uma das Melos. João Gomes, filho do Moço, cazou-se com Margarida de Albuquerque (viuva de Francisco ou Cosme da Silveira) que era filha de Felipe Cavalcanti.

O entrelaçamento entre os decedentes dos primeiros povoadores, visível nesta pequena caminhada pelas genealogias locais, mostra-nos como se ia formando o ambiente dentro das possibilidades e deficiências, vaidades e ostentações, preconceitos americanos e europeus, nobiliárquicos e regionaes, de homens medidos pela fortuna, cargos e parentescos da Nova Lusitânia. Quem ainda considera estudos genealógicos perda de tempo em soporífica ocupação, acaba concedendo em circunstâncias semelhantes as das primeiras capitánias, que os registos familiares, ao invés de cousas ociosas, estão cheios de ensinamentos e poder evocativo.

* * *

Junto da clientela e parentela dos donatários, havia ainda os troncos brasileiros, iniciados pelos numerosos funcionários da seqüência administrativa. Um dos magistrados antigos a despontar do rol é Luís do Rego Barreto, aliás Rego Barros, chegado "por 1580" diz Borges da Fonseca, funcionário que

escolhemos em vez de outros seus contemporâneos, alguns talvez mais antigos em Pernambuco, porém não tão representativos. Nosso fim não é enumerar todos os habitantes de Igarassú ou Olinda, mas apenas proporcionar pela descrição dos mais evidentes uma ideia de como se formou o núcleo governador nordestino. O nome deste juiz ordinário da Câmara de Olinda, tornar-se-ia em pouco tradicional na região, começo dos numerosos Rego Barros, de quem dizia Borges da Fonseca, do seu consórcio com Ignês de Goes promanara em Portugal, “*e nesta Capitania nobilissima descendencia, com muitas habilitações*”. Foi de fato Luís a origem dos muitos Regos e Barretos existentes em todo o norte. A intermitência do apelido, ora com um nome, ora com outro, vinha de ser filho de Afonso de Barros Rego, de onde uzava às vezes firmar Barros, Rego ou Barreto. O motivo desse costume português, visivelmente deriva da falta de patronímicos, numa população ainda insignificante e pouco industriosa no começo da Renascença, quando nem o numero de habitantes do reino, nem a variedade de ocupações, concorriam para formar nomes novos. Teve este Luís um irmão, Bento do Rego Bezerra, que se estabeleceu na Paraíba, qualificado por Brito Freire, “*dos principaes moradores*” dessa capitania, que foi sogro do senhor de engenho Manoel Camelo Valcacer. Os bens de Bento têm visos de provirem dos sogros, que eram António de Va-

ladares e Maria Borges Pacheco, senhores do engenho das Tabocas, na Paraiba.

No mesmo nivel está Jorge Teixeira, casado com uma das filhas naturaes de Jerónimo de Albuquerque e de mulhér branca, garante Borges da Fonseca. Devia ser homem respeitavel e bem-quisto do sogro, pois foi um dos testamenteiros que Jerónimo de Albuquerque indicou em ves de Dom Cristovam de Melo.

O sogro do Branco Cysne não teve a felicidade de se entender e conviver com o genro, ambos entretanto moradores em Olinda. A prosápia de D. Cristovam era tudo o que ha de mais lídimo portugûês do fim da Idade Média, quando se erigiam as principaes casas nobres do reino. Dentro da velha tradição aristocrática, D. Cristovam algum tanto arruinado, procurou amparo no casamento da filha, acompanhando-a á América. Deixava em Portugal o filho Jorge de Melo, no morgado criado pelo avô paterno de Cristovam, o bispo de Guarda, indivíduo mal visto na côrte e no clero. Este prelado chegara a esmoler mor de D. Manoel I, abade de Pombeiro e Alcobaça, e muito mais se perpetuou fazendo vários filhos em Ana de Mesquita, de que remanece farta decendência. O prestígio do seu brasão não bastou todavia para isental-o de providências punitivas. Tivera porém tempo de deixar o filho munido de meios indevidamente desviados dos cargos eclesiásticos por onde transitara. Desses bens pouco restava

a Cristovam, promovendo a sua ida a Pernambuco, onde o ramo imigrante por ele constituido, progrediu da mais auspiciosa maneira, justamente invejado e respeitado por todos da capitania.

— Borges da Fonseca dá igualmente como muito antigo a António de Barros Pimentel — chamado Rodrigo no *Catalogo Nobiliarchico* de Jaboaão — sem aduzir datas que nos possam elucidar. Vamos porém admitil-o contemporâneo dos acima, porque se cazou com Maria, filha de Arnau de Olanda. A família Barros a que pertence, era antiga em Viana, e António para mais das outras vantajens do casamento, tornou-se em Porto Calvo senhor do engenho, “*do Morro e Escurial, que elle levantou em terras que lhe foram dadas em dotes*”, conta o linhajista. Estaria pouco mais ou menos na mesma geração dos outros genros de Arnau, talvês um pouco mais moço por ter casado com a última filha do flamengo. Os decedentes do casal uniram-se com os Lins, depois de obter dispensa de consagüidade em Roma, por causa dos vários graus de parentesco que tinham entre si.

Outros habitantes considerados quinhentistas são os Novos de Lyra, orijinários de Gonçalo Novo. Era madeirense, casado na sua terra com Isabel de Lyra, da qual obteve quatro filhos moradores na capitania. O mais velho Gonçalo, era senhor dos engenhos do Espirito Santo e Santa Lusía de Araripe, como constava em documentos de 1599, e

cazou-se com Joana Serradas, filha de Gonçalo Dias Costa e de sua mulhér Catarina Gil, senhores do engenho de Perajeú da Freguesia da Vila do Igarassú. Seu irmão Gaspar cazou com Margarida Alves de Castro, com escassa decendência. João Dias de Lyra, pelo contrário, teve de Maria Ferrás, de família lisboeta, inúmeros filhos, netos e bisnetos. Maria Nova (sic) de Lyra cazou-se com Tomé de Castro, cunhado de Gaspar Novo de Lyra, tronco de numerosos ramos dos quaes muitos conservaram o apelido Lyra, a contribuir com os primos na abundante difusão do melodioso nome pelo Brasil.

Borges da Fonseca repete muito, e ás veses sem propósito, a frase "*veio nos primeiros annos da sua povoação*", applicando-a tanto a povoadores chegados sob Duarte Coelho, Duarte de Albuquerque Coelho, e no tempo da governança dos parentes governadores interinos, como ainda nas vésperas da invasão olandesa no século 17. Na lista dos assim vagamente apontados, temos André da Rocha Dantas, de Viana, morador em Pernambuco, nos taes primeiros anos, casado com Mécia Barbosa, tendo-se ao depois mudado para o Rio de Janeiro. Não encontramos em nossas pesquisas confirmação alguma sobre a chegada deste vianês no período inicial da povoação, nem da sua partida ou volta a Pernambuco. Teria sido dos parentes pobres de Afonso Gonçalves? Ou inspirar-se-ia Borges da Fonseca, além do trabalho de autores que o precederam, em

tradições oraes semelhantes a dos Lins e Marreiros? A confusão oriunda desses lapsos tanto prejudicam as boas linhagens como favorecem as más. Mesmo hoje, podemos seguir de perto os seus efeitos, através exemplos colhidos entre nós, porque ainda somos uma sociedade incipiente. De quando em quando aparecem entre os atuais novos ricos, curiosas explosões de vaidade. Já não se contentam com títulos do Papa, ou de monarquias onde é facil comprar um baronato ou condado, como antigamente Portugal, e atualmente a Itália, vão além, mandam fazer por indivíduos bastantes hábeis, genealogias muito bem engendradas, ademais regiamente pagas, como é de justiça pelo custo que dão e satisfação de toleima a que se destinam. Um dos “trucs” mais usados, na circunstância, é aproveitar de nome parecido, constante em velhos papeis, e nele enxertar o imigrante, cujo patronímico muitas veses transuda a baixa profissão dos avôs. Daí nace inesperada linhagem de literato, magistrado, ou cousa que o valha, de séculos idos e que não deixaram geração (esta é condição essencial). Imaginemos agora o espanto e a fúria do avoengo postigo si soubesse da descendência com que o brindaram!

Em época muito posterior á indicada por Borges da Fonseca, em fins do século 17, encontramos documentos do Juizo da provedoria da capela de Penedo, demonstrando que os Rocha Dantas pos-

suiam vastas sesmarias, e curraes de gado pelas marjens do São Francisco, aparentados "*naquelas paragens e todas as mais deste Estado do Brasil*". O filho porém de André da Rocha Dantas, de mesmo nome, cazou-se com Maria de Sousa, filha de Vasco Marinho Falcão e de sua mulher Inês Lins, aliando-se pela esposa a todos os primeiros moradores da capitania.

Dos que os memorialistas citam como antigos sem dar comprovações, ocorre Pedro Cardoso de Moura, natural de Lamego, casado no reino com D.^a Catarina da Coõta, que pelo repetido estribilho, "*Veio para Pernambuco no principio da sua povoação*". Outros nomes como Belchior da Rosa, o redator em 1584 do testamento de Jerónimo de Albuquerque, aparecem nos velhos registos da capitania, todavia com data próxima ao século 17. No rol poderíamos ajuntar Simão Falcão de Souza provedor da Fazenda, sogro de Cristovam de Albuquerque Melo, 3.^o filho de Jerónimo de Albuquerque e D.^a Felipa de Melo; Duarte de Sá, que recebeu nomeação de D. Felipe de Moura quando governador; parentes de D.^a Isabel Froes e outros em funções eletivas, ou funcionários públicos. Nesse momento intensificava-se a emigração de reinos para o Brasil, principalmente onde florescia agricultura e indústria assucareira. Com a multiplicação de nomes iguaes começou o baralhamento de Pessoas, Bezerras, Barros, Barretos, Regos, Me-

los, etc... sem que tivessem o mesmo tronco, existindo só de Bezerras umas quatro ou cinco ou mais famílias diferentes, que no correr dos séculos 16, 17 e 18 se fundiram nos casamentos efetuados na colônia.

O trabalho do pesquisador perdido em linhagens coloniais, estaria singularmente facilitado si fosse permitido deduzir pelo casamento a idade provável do imigrante, que, chegado das ilhas ou do reino, unia-se com uma Lins, Cavalcanti, Albuquerque ou Olanda. Hoje em dia poderíamos conjecturar pertencerem noivo e noiva á mesma geração. Um Marinho Falcão teria assim pequena diferença com a mulher, ambos nascidos em meados do século 16. Mas naquele tempo as noivas cazavam cedo, até com dez anos de idade! Uma filha de povoador estaria pois, sem que ninguém se admirasse, na infância e o marido na velhice, como o encanecido Jerónimo "*da gente da governança*" por ocasião do seródio matrimônio que lhe deu 11 filhos.

O nosso principal informante, foi António Borges da Fonseca, ao qual apesar de todos os defeitos, agradecemos e reconhecemos o proveitoso labor. As fontes de que se utilizou são de vários curiosos acerca de linhagens, como o português Jerónimo de Faria Figueiredo, casado com a pernambucana Inês de Brito Lyra; António Feijó de Melo; Francisco do Rego Barros; Fernando Frago de

Albuquerque; Felix José Machado de Mendonça; Francisco Berenguer de Andrada, cuja obra, diremos de passagem, se perdeu como tantas outras; José de Sá e Albuquerque, e principalmente seu filho António de Sá e Albuquerque, formando confusa micelânea, carecedora de cuidadosa revisão pelos atuaes linhajistas pernambucanos.

A VALORISAÇÃO DA TERRA

Dos subsídios existentes sobre os primórdios de Pernambuco, são do maior interesse, por tudo que encerram e significam, as cartas de Duarte Coelho ao rei. São poucas infelizmente, cinco até hoje divulgadas, escritas de abril de 1542 a novembro de 1550, em que divizamos os sobrehumanos esforços que dispendia o donatário para levar avante a empresa. Versam os longos períodos em que são vassadas, a destruição das matas de pau brasil pelos franceses, a inconstância de índios aliados, a má vizinhança de capitánias abandonadas, as desordens promovidas pelos degredados, e o eterno conflito na discriminação de rendas, igualmente cubiçadas pelo real erário em apuros e pelo vassalo de cabedaes esgotados.

Queixa-se continuamente Duarte Coelho dos males trazidos por brancos e índios, e supplica auxílio para não perder o fruto de tanto trabalho. Em 14 de abril de 1549 roga a D. João III que lhe valha com *“alguma ajuda e favor... pera a cousa ir de bem em melhor”*. Mais adeante, con-

fessa a terrível situação em que se vê, “*não acho já no reino quem me empreste nem dê tanto dinheiro a caymbos*”, baldo de crédito e recursos. A principal renda no começo da colonização era o lenho de tinturaria, que dera nome á colônia, com o qual era preciso elaborar as fontes de rendimentos futuros. O privilégio do corte da essência salvadora nas matas de Pernambuco é vivamente defendido pelo donatário, que não perde oportunidade de protestar contra os prejuízos decorrentes de lícitos e ilícitos competidores. Pareciam-lhe nefastos certos indivíduos, que por volta de 1548, tinham proposto ao rei colonizar as capitánias abandonadas a troco da cessão por vinte anos de rendas da costa do Brasil, inclusive as da donataria pernambucana. Alarmado ao saber da notícia, propõe medidas acauteladoras de seus interesses perante tão exorbitantes pretensões. Felizmente caiu a proposta, talvez por ter sido julgada inexequível, podendo continuar Duarte Coelho a sua tarefa construtiva.

Passado o susto vieram outros numa constante renovação de sobresaltos. O problema dos impostos constituía ponto nevrálgico no organismo da colônia mal estabelecida, onde uma excessiva taxação podia ferir de morte a atividade dos povoadores. Bem o compreendera Duarte Coelho, e vivendo entre os que trabalhavam, tinha concedido em seu nome e no de seus herdeiros, privilégios de que eles se mostravam ciosos. Neste sentido dezejava que pagas-

sem “*senão húa soo sysa*” das mercadorias enviadas para o reino. Acontecia que, em cidades, vilas e lugares onde havia “*outros foraes e costumes em contraíro deste*”, consideravam-n’as passíveis de novas imposições, quando as mulheres dos produtores habitavam Portugal. Daí a grita dos “*mora-dores e povoadores que a doze e a dez e oyto e seys anos que moram e povoam aa terra e qua tem grossas fazendas cryados e escravos*”. Acrecia o fáto de António Cardoso de Barros, chegado em 1549 no cargo de provedor mor da fasenda real, contrariar pelo seu regimento os privilégios e liberdades existentes na capitania, de sorte que “*todo este povo e repubrica desta nova Lusytanea foy e está muy alterado e confuso com estas mudanças*”.

De tantas queixas viu-se Duarte Coelho obrigado a se defender da suspeita de lesar o monarca. Incapás de semelhante atrevimento, esforçava-se pela melhoria das condições da colónia, sugerindo medidas úteis “...em terras novas... cousas mais para se povoar o povoado que para povoar o despovoado”. E afirmava a el-rei: “*he pruvico e notoreo ter eu em toda parte allem dos serviços de minha pessoa o servy e a seu pay que deos em sua glloria tem com muitos gastos de minha fazenda na Indea a aquy e em todas partes o juro pollo meu Deus que creyo e adoro*”.

Em todas as cartas o velho cabo de guerra chama a atenção do rei para o seu desinteresse, e ne-

cessidade de incrementar o desbaste da capitania no próprio bem da corôa, recebendo mais tarde os cofres públicos paga da momentânea generosidade. A valorização da terra indenizaria qualquer detença na chegada de réditos, com o desenvolvimento posterior muito além dos juros da mora. A respeito do pau brasil informa o donatário, a mostrar mais uma vez sagacidade e descortínio, o "...*que mais denefica ao bem e aumento de suas terras (do rei) he fazer-se o brasyl nem a vymte legoas das povoações que ora novamente (88) povoam em especiall nesta Nova Lusytania por que o brasyll, Senhor, está muito longe polo sertão a dentro e muy trabalhoso e muy pelygroso de aver e muy custoso e os Imdeos fazem-no de ma vontade*", pelo que as partidas de madeira enviadas para o rei, e a quota pertencente ao donatário, tinham sido arrecadadas, "*muito devagar conforme a condyção dos Ymdeos*".

Atendia Duarte Coelho á índole do selvícola, procedendo para com ele com a prudência ditada por anos de observação. Os portugueses que praticavam o tráfico ilegal da madeira, pelo contrário, vizavam saciar-se rapidamente, embora compromettessem o porvir da capitania. Era perniciososa a ação desses aventureiros, "*Porque pera fazerem seu brasyll emportunão tanto os imdeos e prometem lhe tanta cousa fora dordem que me tem a terra toda*

(88) Expressão antiga a sinificar "atualmente".

em desordem da ordem a que ha eu tenho posto... porque não basta, Senhor, dar lhe as ferramentas como estaa de costume mas pera fazerem os Imdeos fazer brasyll dam lhe contas da Bahia e carapuças de pena e roupas de cores que homem qua não pode alcançar pera o seu vestyr e o que pyor he espadas e espingardas”.

Os responsáveis eram, como veremos adiante, alguns moradores da ilha de Itamaracá, pertencente a Pero Lopes de Sousa onde Duarte Coelho não tinha jurisdição. Esta importuna vizinhança aumentara as dificuldades que os colonos de Pernambuco encontravam nos indígenas. *“Porque até nos estorvam este fazer do brasyll ao fazermos nossas fazendas em especyall os enjenhos porque quando estavam os ymdeos famyntos e desejosos de feramentas pollo que lhe davamos nos vynhão a fazer as levadas e todalas outras obras grosas e nos vynhão a vender os mantymentos de que temos asaz necesydade e como estão fartos de ferramentas fazem-se mays roins do quesão e alvoroçam-se e ensoberbesem-se e levantam-se.*

E porque as fazendas em especyall dos enjenhos por estarem espalhadas e não juntas e os que vem a fazer estes enjenhos não vem como homens poderosos pera resystir mas pera fazerem seus proveitos e pera os eu aver dâmparar e defender como cada dya faço, mas quem, Senhor, tera tanto dinheiro pera polvora e pyloros artelharia e armas e

as outras cousas necessaryas, dygno, Senhor, que he mui necessaryo remedear V. A."

Foi [atendido pelo rei que sempre procurou auxiliar-o. Agradece-lhe o donatário na carta de 1550, por ter deixado Pernambuco fora da alçada de Tomé de Sousa, nomeado governador geral do Brasil. Solicitava ainda, como medida complementar, uma provisão autorizando-o a impedir o corte do pau brasil vinte léguas ao sul de Olinda, e vinte ao norte de Santa Cruz, onde havia uma "jeração (tribu) de ymdeos", dependentes da capitania de Pero Lopes de Sousa. Não menos incômodos, eram os habitantes da ilha fronteira da mais antiga povoação pernambucana, onde se refugiavam malfeitores.] Rogava pois, que o rei puzesse um ouvidor na propriedade confinante, porquanto lá havia quatro pessoas, de que infelizmente não cita o nome, intrusas no comércio de pau brasil, protetoras de criminosos culpados de "*cousas por onde merecyam criminosos de "cousas por onde merecyam a todos ser enforcados"*. E quando reclamava a sua extradição não era atendido; alegavam na ilha "*que aquyllo que he couto e que tem prevyllegios*".

[Brigas com visinhos trazem aborrecimentos sem conta, tão fastidiosos para simples povoadores quanto para donatários.] De uma feita, apareceram em Olinda seis caravelões (89) com itamara-

(89) O termo tinha acepção diminutiva em ves de aumentativa.

quenses, aparentemente animados de honradas intenções, demonstrando querer traficar de boas avenças com os povoadores lindeiros. Propuzeram entre outras cousas ao donatário, entrar numa bandeira que ele preparava para decer no sertão. O oferecimento era singularmente oportuno numa quadra de tão poucos brancos disponíveis em Pernambuco. Mandou logo Duarte Coelho fazer bergantins e ativar preparativos da jornada, que correria parte por mar, parte por terra. Pouco durou entretanto a santimônia dos forasteiros. Assim que viram os pernambucanos confiantes, o capitão entretido em múltiplas occupações, livres da sua vigilância e peias, desandaram a saltar o gentio da costa, "*nos pytigoares terra onde era ha tres anos ouve por resgate vynte cynco ou trynta portuguezes que se ahy perderam,*" escravizando o aborígene em paz com os da capitania. Mandou Duarte Coelho apreender os prisioneiros, soltal-os e castigar os visitantes, que tão mal agradecidos se mostravam, e apelava para el-rei que expedisse aviso aos capitães das visinhanças, avizando-os de que não era permitido saltar índios no litoral de Pernambuco.



☞ Mais uma calamidade ia surgir com a chegada de degredados. Um velho costume de profilaxia policial, deportava do reino a escória das prisões

para os presídios coloniaes, meio julgado prático para livrar a metrópole de toda sorte de delinquentes, poupar despesas com o seu sustento nas prisões é povoar regiões desertas. Uns iam como presos, outros como soldados, uns condenados, outros sem pena alguma. Francisco Rodrigues Silveira descreve-os nas *Memorias de hum Soldado da India*, “adulteros, malsins, alcoviteiros, ladrões de noite, homens que acutilam e matam por dinheiro”, em suma, da fauna extensa jurisprudência criminal portuguesa quinhentista, que então era uma das mais bem codificadas da Europa. Ao lado deles havia ainda os homisiados, incluídos nos privilégios que tinham os donatários de acoutarem delinquentes inda sob sentença, exetutados os de crime de heresia, traição, sodomia e moeda falsa. Ficavam circunscriptos a delictos de desordem, e outros provindo de gênio forte, que na provavel idea do legislador eram muito adequados á vida colonial e seus percalços. Os que saíam dos ergástulos, tinham sido de começo encaminhados para a Madeira e os Açores. Como crescesse rapidamente a população ilhoa, a par do progresso das ilhas tornou-se preciso encontrar outros escoadouros, mesmo porque não era mais desterro a ida para aqueles jardins em pleno oceano.

Havia portanto degredados e degredados. Alguns sem dúvida, mereceriam hoje a pena capital, por crimes que sob D. João III eram considerados quasi peccadilhos. Outros tinham naquela época bei-

rado a força antes de embarcar em a nau dos quintos, por infrações a meras posturas administrativas, atualmente punidas por leves multas. Muitos nem isso tinham na consciência para serem brutalmente desterrados. Moços desprevenidos da lavoura da Beira ou Alemtejo, iam tentar fortuna em Lisboa, e ficando sem emprego, a esmo pelas ruas, eram remetidos “manu militari” para a América. Nas côrtes de Almeirim de 1544, pediram os procuradores de Lisboa a el-rei, que de seis em seis meses, ordenasse fazer na cidade correição “*de patifes e homens vadios, sem officio, nem senhor com que vivam, e sejam presos e embarcados para o Brasil*”, no que foram satisfeitos.

As numerosas crianças abandonadas davam grande contingente á vadiagem lisboeta, “*se fazem ladroes e tafues e outros maos costumes, e não tem outras pousadas senã debaixo das tendas da Ribra, omde se agasalham de noite, e dahy sayẽ a fazer trauesuras*”. Presos pelos alcaides, “*depois do sino*”, considerava-se na mentalidade da época, que seria misericórdia matal-os nas cadeas para poupar-lhes sofrimentos, ou gasto que lá acarretavam... Muito preferivel era, portanto, aproveitá-los no povoamento de além mar, principalmente nas terras novas e ddivosas, onde poderiam emendar-se e prestar serviços. O autor dos *Dialogos* mostra como a imigração atuava como o mais eficaz dos reformatórios, “*com a riqueza foram largando de si a ruim*

natureza de que a. necessidades e pobreza que padeciam no Reino os faziam uzar", pelo que "*despiam a pelle velha como cobra*" para se tornarem homens de bem (90).

[A convivência com missionários, muitos dos quaes eram verdadeiros santos, influiu igualmente para melhorar a índole de seres normaes, corrompidos tão somente pelos contatos que tinham tido na infância e juventude) Duarte Coelho não era em princípio contrário a esses colaboradores. Pedira em Évora, onde estava a côrte de D. João III, quando recebeu a donataria, os homisiados "*aynda que lla sejam condenados per suas justiças vyndo se a estar e a pouar comigo em minhas terras*". Dezejava-os porém em termos, como se fazia nas ilhas, cercados de medidas coercivas, que si acaso se homiziassem nas capitánias limítrofes, pudesse em qualquer momento reclamar-os. Mas ao invés de atendel-o nas precauções, as autoridades do reino despejavam a esmo criminosos pela capitania sem levar em conta as consequências que iam acar-

(90) Nós mesmos, prezenciamos o fenómeno da mudanda de pele, de que fala o autor anónimo. Vivendo em Estado de intensa imigração, tivemos oportunidade de verificar os benéficos efeitos do ganho facil, onde ha falta de braços, sobre individuos de moral duvidosa mas não de todo incorrigíveis. Muitas veses nos divertiu o espanto de compatriotas de calabreses, napolitanos, sicilianos, etc... (entre eles um famoso criminalista) ao verem o bom comportamento de egressos da mais infamada zona da península.

retar. Traziam inconvenientes muito maiores que auxílio, “*sertifico a V. A. e lhe juro pella ora da morte*”, lamentava Duarte Coelho ao rei em 1546, “*que nenhum fruto nem bem fazem na terra de tres annos pera qua*”. Chegavam nus, imundos, famintos, revoltados, dispostos a tudo ao desembarcarem, quando não se sublevavam ainda na viagem, tomando conta da nau que os transportava. Percebemos a rasão das aflições do donatário, que via a sua obra ameaçada pelo enxurro: “*Senhor, senão em cada dya os mandar enforçar o quall he grande descredito e menoscabo com os Imdeos*”, escrevia na mesma carta, “*e outro sy não são pera nenhum trabalho, vem proves e nus e não podem deixar de husar de suas manhas e nysto cuidãm e reinão sempre em ffogir e em se yrem crea V. A. que são pyores qua na terra que peste pollo quall peço a V. A. que pollo amor de Deus tall peçonha me qua não mande porque he mais destruir o serviço de Deus e seu e o bem meu e de quamtos estão comiguo que não huzar de misericordia com tall gemte porque ate nos navyos em que vem fazem mill malles e cõmo vem mais dos degredados que de jemte que merea os navyos... que por trazerem muitos degradados são desaparecydos torno a pedir a V. A. que tall Jemte que qua não mande e que me faça merce de mandar ás suas justiças que os não meta por força nos navios que pera minhas terras vyerem porque he Senhor deitarem-me a perder*”.

Ha muito que dizer sobre degredados do período. Não porque tivessem intervindo de modo decisivo no povoamento, mas pelo que erradamente escreveram a seu respeito. As cartas de Duarte Coelho mostram de modo insofismavel o verdadeiro carater da ruinosa imigração, e evidenciam que a única boa, que dava frutos, e se desenvolvia em úteis decedentes, era a dos rústicos fixada ao solo, onde criava sólido arcabouço para a colónia. Personificam-n'a os vianenses de Afonso Gonçalves, os reinos e ilheos que em torno deles se reuniam, e alguns funcionários civís e militares, quiçá dos recrutados á força, mas que despíam a pele em o novo ambiente. O resto era como a tão decantada e pouco provada multidão de judeus entrevista nos sertões brasileiros. As referências de Duarte Coelho sobre os delinquentes lançados nas suas terras, vinham em grande parte por se recuzarem ao trabalho. Fugiam da severidade do donatário, que pretendia constrangel-os á lida afanosa dos povoadores, para outras regiões, fora do alcance da sua severidade ou mais além, nas terras castelhanas, a salvo do rei de Portugal. A lavoura era para eles espantallo igual ao dos índios, dando exemplo detestavel, obrigando o veterano a rigorosas medidas para evitar o desprestígio do branco.

Não tencionamos fazer a nossa célula mater mais bela do que é, mas também não podemos torcer fátos para agradara amadores de originalida-

des. Judeus e degredados nunca trouxeram séria contribuição a aquele esboço de sociedade, porque *para tal não havia rasão*. Tudo conspirava no ambiente para tornal-o inhospito a esses elementos. E, [não é preciso dispor de execional sagacidade, para compreender que somente indivíduos estáveis, da espécie do lavrador ilheo, beirão ou minhoto, com a sua persistência, rudesas e estoicismo, poderiam dar robustos troncos povoadores nas selváticas regiões do Brasil dividido em capitânicas.]

A carta de Duarte Coelho ao rei, de 1546, narra que os degredados, a partir de tres anos antes, ou seja, logo no início da lavoura assucareira já incomodavam os povoadores como vimos no precedente capítulo. Teve o donatário de exercer medidas das mais violentas para impedir a desintegração dos povoados. Tão graves acontecimentos, ocorridos no começo da donataria, levam a crer que pouco depois não havia muitos remanecentes do degredo, fugas e castigos. Pelo menos quanto aos apegados á existência ociosa, os degenerados e demais incapazes de contínuo labor, vagabundos que por sinal, na letra dos Foraes, nunca deveriam ter vindo para o Brasil.

Outros aborrecimentos alanceavam Duarte Coelho além dos degredados. Povoadores de má índole punham á prova o ânimo generoso do velho adail. Esqueciam-se de que ele era antes de tudo homem de guerra e juís a suster numa das mãos a espada

justiceira, e com a outra a balança de Minerva. Do caso adiante, que vamos referir, só temos uma versão contrária ao veterano da Índia, "*Pio Correia, escudeiro deitado nestas terras do Brasyll*", suplicava a el-rei, dizendo-se naturalmente vítima, "*pede Justiça ao Senhor Deus e a V. A. de Duarte Coelho, senhor yseno desta nova Lusytania, segundo elle pruvicadamente diz em como sou casado, e vim a estas partes a ver a terra se me contentava ou não e tornar-me logo a poor cobro em minha molher e filhos e fazenda; e tanto que qua fui, jamais me quiz dar logar a me poder ir, havendo neste tempo seis annos que á minha custa o ajudo a sustentar a terra de muita guerra de yndyos e de Francezes, com muita fome e sede e frio diminuindo minha honra e fazenda. E agora por querer ir tirar um meu parente que vae quatro annos que está em poder de yndyos na costa dos Pytigares captivo, o qual tinhamos já por morto, e por me mandar dizer por carta sua que fosse por elle, que era muito serviço de V. A., e por me eu dispor a fazer este serviço á minha custa me perdeu Duarte Coelho*".

Os precedentes do acusado não autorizam acreditar sem reservas na denúncia, parecendo-nos que se tratava puramente de um dos muitos casos que a própria natureza do empreendimento tornava inevitáveis. Nas capitánias e mais tarde nas fazendas, estâncias, ou seringaes, repetem-se as mesmas vicis-

situdes de toda exploração em regiões novas, com o seu cortejo de conflitos entre dono e salarizados. São modalidades de sombrio aspéto, da quasi escravidão do trabalhador nos latifúndios famintos de braços, onde nem sempre encontra a devida garantia contra as exações de proprietários. Às veses, é ele mesmo quem as provoca ao tentar romper compromissos, e pela sua falta de escrúpulos ou pela do senhor, sobrevêm a prepotência do mais forte. Daí as queixas de um e de outro; do imigrante que pensou enriquecer facilmente á custa do amo; ou deste, que pensava possuir direitos sobre o colaborador. Na maioria dos casos, assume a contenda feitiço agudo quando o dono se opõe á partida do empregado. As dívidas do segundo servem de pretexto ao primeiro, para exercer coação enquanto o débito não for saldado. Maior motivo tinha em 1550 Duarte Coelho em tentar prender povoadores na *Nova Lusitânia*, perturbada naquele ingrato passo por gentio e concorrentes europeus, com pouca facilidade em conseguir substitutos para os que desertavam.

Passado o lance mais trabalhoso da organização, melhoraram as condições da capitania graças ao aparecimento de interessados na cultura da cana de assucar. Alguns vinham por necessidade, como os Bezerras "Barrigas", por exemplo, chegados a Pernambuco por desavenças em que se envolveram no

reino (91). Estariam entre os poucos irregulares que ficaram na capitania, aptos a prestar bons serviços desde que desapareciam as causas da turbulência. Ao lado desses Bezerras houve muitos outros absolutamente escorreitos, acompanhados das famílias, que nunca deram aborrecimentos ao primeiro donatário e sucessores, correspondendo ao que deles se esperava.

* * *

Diligenciava Duarte Coelho em seduzir pessoas “nobres e poderosas”, que hoje chamaríamos simplesmente capitalistas, com a atraente perspectiva de bons juros si quizessem mandar a Pernambuco, “seus feitores jemte e escrevaria e fazer enjenhos que he cousa reall e que muito aumenta e acresemta ho bem da terra...”. O louvavel desígnio era entretanto de novo prejudicado pelos representantes do fisco metropolitano, feitores, almoxarifes e escrivães, pelo incitamento que prestavam a elementos nocivos á administração, na escolha de advenas, “moradores e povoadores”... *que elles querem e não os que qua per minha ordem e per meu trabalho e endustryra ando adqueryndo pera a terra e mando asentar no lyvro de matrycolla e toambo das terras*. Que falta não nos faz a perda de tão pre-

(91) Por sinal, que a despeito de considerados por linhajistas “dos primeiros povoadores da Capitania”, estamos mais inclinados a tel-os no começo do século 17.

ciosos assentamentos! Lá encontraríamos toda a história da capitania até a invasão^o holandesa. Mas como lamentações pouco remediarão, vamos ver os prejuízos procedentes da burocracia, assunto que tem sempre grande atualidade, e muito simpático a todos quando se trata de desancal-a. Pretendiam os intrometidos, izentar das taxas que tinham sido suprimidas por Duarte Coelho, somente aos produtores manuaes de assúcares e algodões, gravando aos outros que entravam como financeadores do plantio. Tal interpretação, cheia de "*solegysmos*", no entender do donatário, era mais um impecilho ao desenvolvimento da capitania, que necessitava tanto de braços quanto de capitaes, problema invariavel desde essa época no Brasil, logo ao florecer qualquer produção agrícola.

Ainda assim, beirando abrolhos da sua rota, ia Duarte Coelho levando a bom termo a empresa. É admiravel a exposição do andamento de trabalhos em Pernambuco, aprésentada em 1549 ao soberano, "*...os moradores e povoadores huns fazem enjenhos daçuquer porque são poderosos pera yso outros canaveaes e outros algodoaes e outros mantymentos que he a principall e mais necessarya cousa para a terra outros huzão de pescar que outrosy se muito necessario pera ha terra outros huzão de navios que amdem buscando mantymentos e tratando pella terra conforme o regymento que tenho posto, ou-*

tros são mestres demgenhos outros mestres daçueres, carpymteiros ferreiros pedreiros oleiros ofyciaes de formas e synos para os açueres e outros que ando trabalhando e gastando... por adqeryr pera terra e os mande buscar a Portugall e a Galysia e ás Canareas ás minhas custas e alguns que... vem a fazer os engenhos trazem e aquy moram e povoam delles sollteiros e delles casados... que cada dya caso e trabalho por casar na terra porque toda esta ordem e maneira, Senhor, se ha de ter pera povoar terras novas e tão alongadas do reino e tão grandes como estas”.

Transparece na repetição do termo “povoador, no texto da carta, a diferença que o donatário estabelecia entre as diversas classes de habitantes da capitania. E’ evidente que o fazia não por snobismo, mas apertado por contingências capitães. Precisava o quanto antes constituir agrupamentos prósperos na terra afim de aliviar o encargo do povoamento e suas pesadas despesas. Constituída a camada principal de lavradores, o restante viria aos poucos com a iniciativa privada, que de todas as formas de progresso é a preferível. As forças do donatário, ou fraquesas, eram desproporcionadas ao empreendimento, e desde a carta de 1542 queixa-se de estar “*muito gastado e yndividado*”, rogando ao rei lhe permitisse o resgate de cativos na Guiné, “*pera o melhor servir*”, pois a escravaria negra se

apresentava mais que nunca como panacea de administradores coloniaes em apuros.

A importação de negros tinha uma série de aspectos económicos favoráveis ás metrópoles e suas possessões: resolvera o problema das colónias espanholas, e criara um rendoso monopólio para as finanças portuguesas. Entretanto, justamente por causa dos benefícios que proporcionava, não foi possível ao governo atender logo á falta de braços de Pernambuco. Só em 1559 concedeu a rainha regente D.^a Catarina, autorisação a cada senhor de engenho para importar até 12 africanos, pagando apenas um terço do imposto devido. Começara a se intensificar o rojo de cóortes camitas para o eito, que viria a ser coparticipação brasileira na espantosa tragédia da escravidão negra.

INÍCIO DO TRÁFICO NEGREIRO PARA O BRASIL

Desde os tempos mais remotos a escravidão foi sempre praticada. Vamos encontrá-la sob uma forma ou outra, até onde alcança a memória dos homens, entre civilizados e selvagens, e no ano de 1500 estava em pleno vigor na Europa e nas terras americanas descritas por Vespúcio. Limitando exemplos á bacia do Mediterrâneo — de onde Portugal recebera mais influência — sabemos que as suas margens eram viveiros de cativos a alternar com entrepostos de escravos, antes que os árabes se apoderassem de populações inteiras de cristãos da Sicília, antes mesmo que fenícios transportassem africanos para as nações do ocidente (92).

Em Venesa, para não ir mais longe, foram vendidos nos séculos 14 e 15 além de 10.000 cativos, dos quaes muitos provenientes da Abissínia. Em Granada, Marrocos, Algéria, Tunes, Trípoli, Egito e nações adjacentes, traficava-se com escravos de todas as côres e religiões. Quando os portugueses tomaram Ceuta, surgiu-lhes um antigo esco-

(92) Gama Barros. *Ha. da Administração Publica em Portugal*, II, 56.

douro de negros, arrebanhados nos rios da Guiné, nos confins da expansão muçulmana. Procediam em longos comboios de Tombocotum, o grande centro escravo rodeado pelo deserto, cujos comboieiros ministraram aos lusos informações sobre o continente negro. Com esses esclarecimentos, os lusos que não podiam seguir por terra, porque os caminhos lhes estavam defesos pelos árabes, intentaram dobrar por via marítima o Bojador, devassar ilhas, desvendar regiões intérrimas, atravessar o oceano, encontrar o Brasil, catalogar novas estrelas e co-roar a obra sem par com o caminho das Índias orientaes.

Os lucros da mercância, paulatinamente desenvolvida no litoral descoberto, ajudava a suprir os gastos da aventura. [Estabeleceram os portugueses, auxiliados por elementos internacionaes, uma companhia importadora de pretos situada em Lagos.] Indica João de Barros, o dia 8 de agosto de 1444 como sendo a data fatídica, quando um certo Lançarote chega a Lisboa com trinta e cinco cativos para serem postos em almoeda. Tomara vulto nos países cristãos a iníqua empresa, que antes de abastecer a América, devia dar braços á agricultura das Espanhas. [Qualquer pretexto servia para aprizionar aqueles homens cuja côr parecia trazer comsigo eterna maldição.]

Começaram por vender Asenegues maometanos, a pretexto de serem inimigos da fé cristã e portanto

passíveis de cativo. Mas depois continuaram com os Jalofos (ou Iolofos), que aos olhos do católico não tinham praticamente religião alguma. Daí se estenderam os traficantes pela costa, passando da Mina ás terras do Preste João no Mar Vermelho. Nessa imensa faixa, eram de princípio os estabelecimentos da Guiné os mais favoráveis a traficâncias, logo porém foram descobertos outros ainda mais remuneradores do esforço despendido. Albuquerque Felner escreve no seu recente livro *Angola*: “*á medida que o negócio da Mina passou a ter concorrentes estrangeiros, São Tomé foi alargando os resgates para o sul do Zaire, e Angola passou a ser grande fornecedora, não só para o Brasil, mas para toda a América Espanhola*”. [Tornou-se assim a África o centro produtor de instrumentos agrícolas,] como hoje o é de carne para canhão dos exércitos europeus. [A costa do Senegal, do cabo Branco ao rio de Sierra Leone; a de Malagueta até o cabo das Palmas; a costa do Ouro até o rio da Volta; a costa dos Escravos, compreendendo o reino de Ardra, Ajudá e Benim; o Calabar; as ilhas do golfo de Guiné; a costa de Loango e Angola, e no extremo oriental Moçambique, exportavam do século 16 em diante o negro produto de resgates e aprisionamentos de guerra.]

[Não eram só indígenas da costa que pagavam o pesado tributo; esses eram até os menos afetados pela sangria, intermediários que se fizeram do trá-

fico. Os mais atingidos estavam distantes, nas tribus do interior, do coração da África, chegando rios acima á região dos grandes lagos. O produto dos resgates iam para os mercados de Lisboa ou Sevilha, para serem distribuidos pelas províncias, e suprir os claros deixados na população proletária por guerras, pestes e dispersão dos agricultores e artífices mouros. Uma calamidade provocava outra. Nos campos e oficinas os escravos desempenhariam a mesma função que as máquinas atuaes, capases de atividade intensa, incessante, suposta insensível. Negociavam-se os pretos nos centros agrícolas, como hoje uma cooperativa produtora adquire trator mecânico. Escreve Georg Friederici acerca dos aspétos de que esse tráfico se revestiu: "*Die Sklaverei spielte am Ende des 15. Jahrhunderts im Wirtschaftsleben der Südprovinzen Kastiliens eine grössere Rolle, als im allgemeinen gewürdigt wird. Zur Zeit der Entdeckung Amerikas war die Pyrenäische Halbinsel, zumal ihr Süden, voll von Negerklaven; im spanischen Teil, besonders in Andalusien und Granada, im portugiesischen in Algarve, Alemtejo und Estremadura. Sie stammten in Kastilien zum Teil von den Mauren her, von denen man sie durch Kauf oder Tausch oder als Beute im Kriege erworben hatte; zum Teil aber aus einem bis auf die Zeiten Heinrichs III, also bis vor 1406, zurückgehenden lebhaften Sklavenhandel mit der Westküste Nordafrikas. Huelva, Palos, Moguer,*

Lepe, Ayamonte sandten ihre Sklavenschiffe aus, während Sevilla noch zur Zeit der katholischen Herrscher der Hauptmarkt für schwarzes Menschenfleisch war" (93). Um terça parte dos escravos vendidos na Espanha provinha do entreposto português de Lagos.

A capital da monarquia portuguesa mantinha no século 16 um mercado negreiro de vastas proporções para seu uso e comércio. Avalia Damião de Goes a entrada de negros em Lisboa no espaço de 1501 a 1570, de dez a vinte mil "peças" da Nigrícia, além das outras raças oriujnárias da Índia, Mauritània e até do Brasil. Versejava Garcia de Resende a respeito:

(93) Friederici dá o início do tráfico português antes da data marcada por João de Barros. Investiga as suas orijens, começando onze anos mais cedo, "*Die Portugiesen betrieben seit etwa 1433 einen lebhaften Sklavenhandel und Sklavenraub an der Westküste Afrikas... Diese Sklavenjagden begannen in ganz kleinem Stil, im Stil der Doloneia der Ilias, nahmen gegen 1444 einen gröserem Umfang an, wurden immer grosszügiger und unbarmherziger, lieferten schon um 1506 den Portugiesen jährlich 2000 Sklaven*", aumentando sempre até o século 19, quando a consciência cristã europea indignada impoz um paradeiro a sua criminosa atividade.

Outros pormenores sobre o início do tráfico podem ser encontrados em Georges Scelle, ou em Albuquerque Felner, que muito se inspirou no precedente e é livro mais facil de se obter. v. bibliografia no fim do volume.

Vem grã somma a Portugal
Cada anno, tambem ás ilhas
E' cousa que sempre val,
E tresdobra o capital
Em Castella, e nas Antilhas

e, impressionado pelo número de caras escuras encontradas pelas vielas de Lisboa:

Vemos no reino metter
Tantos captivos crescer
E irem-se os naturaes
Que, se assim fôr, serão mais
Elles que nós, a meu ver,

Clenardo partilhava a mesma opinião (94). Ao chegar em Évora, onde descançava a côrte, sentira-se "*numa cidade do inferno, pois só encontrava pretos*". No tempo de D. João II, D. Manoel I, e mais ainda no de D. João III, pululava o elemento servil nas casas, armazens, mosteiros, arsenaes, estivas de navios e remoção de imundícies. Jerónimo Münzer viu na Casa da Mina em Lisboa, grandes fornos em que negros forjavam as âncoras das caravelas dos descobrimentos. Quando estes escravos morriam,

(94) Clenardo 193. Sassetti também notou o aspéto multicôr de Lisboa, com mouros pretos e brancos, jaus, chinas, japões, individuos de toda África e Ásia. Americanos porém não viu, e informa que costumavam evitar o cativo pelo suicídio.

! eram atirados nos fossos da cidade, ou terrenos baldios, servindo de pasto aos cães. Como, porém, a fedentina ameaçasse os habitantes de vingança pôstuma por parte dos corpos abandonados, ordenou el-rei que se fizesse uma excavação mortuária para recebê-los, onde a espaços fosse atirada cal viva. O sítio tem hoje o nome de rua do Poço dos Negros, situada no centro comercial de Lisboa.

* * *

Em meados do século 16, entrava o tráfico no seu esplendor, si nos é permitido uzar esta expressão. Realizaram as duas côrtes ibéricas vários acordos acerca do comércio, no espírito e letra do tratado de Tordesilhas, que outorgara a Portugal a parte da África mais intensamente esclavagista. Não eram só negociados muçulmanos pretos; guerreiros por veses indomáveis; mas cativos de melhor proveito do chamado reino do Congo, e daí para o sul, em outros setôres da costa. Em 1547 é renovado o ajuste entre D. João III e D. Diogo, de quem já falámos, para que os habitantes da ilha de S. Tomé pudessem commerciar (na realidade resgatar negros) apenas no litoral da baixa Guiné com as tribus submetidas ao régulo. Dedicavam-se neste momento mais de dez firmas europeas ao tráfico entre o continente e a ilha, a embarcar anualmente, em doze ou quinze pequenos navios, 400 ou 700 negros em

cada um, e de cada ves, travessias cortadas de levantes e morticínios. Várias ordens régias procuravam embalde atenuar a cupidês dos capitães, que superlotavam os barcos e provocavam tragédias (95). Continuaram os desalmados mercadores de carne humana, a encher o máximo possível os seus navios, embora á custa de horríveis torturas da carga que transportavam.

Por volta de 1560, estimulou a rainha Da. Catarina de Portugal, a conquista dos profundos territórios angolenses, inexgotáveis celeiros de negros. Os navios que escalavam em S. Tomé quando em demanda das Índias de Castela, eram obrigados a

ⴰ (95) Ordenou D. João III inquérito para verificar os prejuízos ocasionados ao comércio do Congo pela concorrência de Angola, que distraia da antiga rota as embarcações de S. Tomé. Tinham diminuido os navios empregados no transporte, aumentando a demora dos depósitos e a perda de negros a esperar indefinidamente passagem. Depunha Alvaro Rombo, cavaleiro da casa del-rei: *“poderá haver quatorze meses que está neste reino de Congo e que dentro do dito tempo ele testemunha sabe irem do porto de Pinda para a ilha de S. Tomé doze ou quinze navios e todos carregados de peças e o que menos levava era quatrocentas peças e daí para cima até setecentas em um navio somente e um bergantim que veio ao dito porto ele levava duzentas e daí para cima por ser pequeno, e mais disse ele testemunha que sabe por certa informação por ver no dito porto se perderem alguns homens com suas peças por as não poderem levar e esperavam de um navio para outro no que punham tempo de maneira que lhe morriam as ditas peças”* . . . Paiva Manso 84.

deixar na ilha um imposto, que consistia em tres décimos da carga negreira. Os braços assim obtidos eram empregados nos engenhos de assucar da ilha, exetutando-se os que iam ao depois para o Brasil. Foi quando começou a subir a maré de africanos na lavoura das capitánias sulamericanas no último quartel do século 16.

D. Álvaro sucedeu no reino do Congo a D. Diogo, vindo a sofrer, cerca de 1571, invasão dos feroses Djacas, Jagas ou Iacas, saídos de onde está hoje o Congo Belga. Refugiou-se o rei com serralho, parentes e côrte, na ilha dos Hipopótamos, e daí clamou pelo socorro dos portuguezes. Fomes e epidemias dizimaram os fugitivos. De S. Tomé partiram navios com víveres para outra ilha, levando também no seu bojo traficantes á espreita de bons negócios. Efetivamente trocaram alimentos por escravos em permutas onde os paes davam os filhos, os filhos davam os paes, chefes antigamente poderosos caíam em servidão, tudo por um punhado de comida. “*De lá vint que l'île de Saint Thomas et le Portugal encore se remplissent d'esclaves congians*” escrevia o jesuita Du Jarric. Restabelecido no trôno pelas forças enviadas por D. Sebastião I, o rei congolês mandou uma embaixada a Portugal para resgatar os nobres vendidos durante a calamidade. Nessa altura deu-se impressionante lance; muitos que se tinham convertido, preferiram continuar como esta-

vam a perder a fé católica; o que desvenda todo um mundo acerca de fervôr religioso, e dá a perceber que nem sempre a condição dos escravos era atrás como hoje imaginamos. Cada época tem o seu modo de ver e suportar a existência.

Encontrando-se D. Álvaro livre de perigo, mostrou a ingratidão da sua alma rasteira, pelo que Domingos de Abreu e Brito participava ao rei de Portugal, "*Lembrando V. Magestade hũa e muytas vezes o quanto he importante a esta conquista dar-se execução as traições e maldades de el Rey de Congo...*" (96). Prosseguiram contudo os lusos no trabalho de lançarem estabelecimentos na costa, apesar das traições e das lutas com os tiranetes do interior. As guerras ademais, tinham a sua utilidade pelos muitos ensejos que davam de se aprisionar gente, operações em que rivalizavam portugueses e aliados indígenas. Em 1576, um ano após Paulo Dias ter fundado S. Paulo de Loanda, um missionário jesuita avaliava em trezentos o número de reinos moradores na região, e doze mil os cativos exportados anualmente, sobras dos que eram devorados. Costumava o rei negro entregar depois da vitória aldeias inteiras a chefes subalternos, com licença de matar ou vender os seus habitantes. As circunstâncias animaram os negreiros a decer pela costa abaixo, á procura de novos campos de expansão,

(96) Paiva Manso, 138.

logrando penetrar, depois de alguns incidentes, em outra zona fértil chamada Bengüela (97).

As causas da escravidão eram naturalmente variadíssimas, diferindo segundo o sítio e o meio em que se praticava o seu tráfico. Ficavam as regiões mais assoladas nos vales regados pelo Senegal, Gâmbia, Níger ou Zaire. O fenómeno abrangia toda a África, acentuava-se entretanto nessas paragens, porque os cursos de água facilitavam o trânsito das caravanas de escravizadores. O inglês Snelgrave, enumerando as causas de cativo cita: prisioneiros de guerra, os quaes eram mortos antes que houvesse tráfico intensivo; criminosos; devedores, os quaes reduzidos embora á escravidão não eram exporta-

(97) Certos pontos da costa negreira ficaram tão lusitanizados, que para lá serem entendidos tinham os traficantes de falar português. O termo "fidalgo" para designar os prepostos negros dos régulos africanos, é no dizer de Labat, "... *marque que les Portugais ont eu des établissements dans cet Etat (reino do Ardra) comme ils font encore dans les Royaumes de Benin, d'Angola, & de Congo... situés à l'Est ou au Sud de celui d'Ardres. La langue Portugaise corrompüe s'y est conservée j'usqu'a a présent, & produit un Jargon ou langue franque que presque tout le peuple entend, & parle de sorte que ceux qui sçavent le Portugais, n'ont pas besoin d'interprete...*" Labat, II 287, 288.

Quando os interlopos ingleses quizeram desenvolver o resgate de cativos por conta própria, mandaram jovens pretos aprender português, para se fingirem de doutrinadores do cristianismo e atrair os déspotas africanos e as respectivas populações para o comércio britânico.

dos, e crianças vendidas a europeus pelos habitantes do hinterland. Talbot observa acerca dessa lista que os lados a atenuar o horror do tráfico eram — salvar um grande número de indivíduos úteis (pois muitos dos escravos viviam melhor, ou pelo menos, com maior segurança nas fazendas da América do que no seu país), e depois, os resultados económicos da lavoura do assucar onde eram empregados.

Nossos insuficientes conhecimentos de história e etnografia africana, agravados pelo fáto das regiões de onde provieram os escravos do Brasil, estarem hoje sob dominação de franceses e portugueses, nações que pouco se preocupam com esses estudos, não nos permitem distinguir a diferença entre escravidão e servidão, que devia haver em sítios de regime patriarcal. Supomos que em muitos lugares, os servos viveriam mais como clientes, no sentido romano, que na condição de animaes de trabalho. Atribue Mungo Park, completando o que dissera Snelgrave, o mal a quatro fatores principaes, a saber: filhos de mães escravas; conseqüências de fome, como sucedeu ao rei do Congo na ilha dos Hipopótamos; sanções contra dívidas; e punições de delitos. A estas, porém, devemos acrescentar a falta de escrúpulos de tiranetes, que despovoaram sob os mais fúteis pretextos o território dos visinhos, a troco de dinheiro e mercadorias trazidas pelos agentes dos europeus. A proporção de indivíduos livres para os servos na África Ocidental, era na opinião de

Mungo Park, de um para tres. Podemos conjecturar estender-se a uma vasta área, tendo em vista o tradicionalismo da servidão naqueles sítios. Pelo mesmo motivo, não duvidamos em recorrer a autores como Barbot, Snelgrave, Labat e outros, embora sejam de período posterior ao de que tratamos.

O aspecto do cativo mudava segundo a região, posto que conservasse em toda parte alguns traços de carater universal. Barbot, um dos mais informados, noticia ainda que o reino de Benim, situado na continuação da costa dos Escravos, não os tinha na sua lavoura, casa e indústria. Nas terras visitadas no século 18 por Mungo Park, havia ao longo do Níger e Gâmbia, umas tantas disposições acerca de servos. A cria nascida sob o tétio do dono, fazia de certa maneira parte da família, gozando de maior afeição do que um escravo adquirido. Na guerra entretanto, os escravos qualquer que fosse a sua categoria, levavam apenas arco e flexa, ao passo que o senhor montado a cavallo, ostentava armas ofensivas e defensivas. Este ginete era além de cômodo nas caminhadas, utilíssimo na fuga. Aos outros, servos ou escravos, cumpria mais carregar bagajens, incumbência fatal em caso de revês, em que só a velocidade das pernas podia salvar a negrada do peor destino.

Admiravam-se viajantes que estiveram na África da aparente covardia dos guerreiros de Ajudá, em contraste com a coragem de que davam provas

em outras regiões. O dominicano Labat julgava, no entanto, pelo que vira do seu ânimo na América, que a intrepidês desses pretos "*auroit fait honneur à des Césars*".

Mais adiante, explica o francês, os motivos da aparente contradição: *On peut dire pour excuser leur lacheté... qu'ils craignent d'être pris et vendus comme esclaves sans distinction de rang et de qualité...* Essas guerras eram continuamente renovadas para aliciar os braços necessários á América, "*Ils la font si souvent & pour des raisons si frivoles, qu'on peut dire qu'ils sont presque jamais en paix*".

Descrevendo a maneira de combater dos negros no que concorda com outros viajantes anteriores, de regiões mais distantes, prosegue Labat: "*Chaque Grand conduit tous ses sujets avec lui; ils en font des gros pelotons sans rangs & sans ordre... Quand ils se trouvent à peu près égaux, la guerre est bientôt finie, chacun craint pour sa peau... & la partie est remise à une autre fois. Quand cela ne se peut & que le hasard les à tellement postés que la retraite seroit suivie d'une defaite entière, alors le desespoir leur tient lieu de bravoure, il faut vaincre, ou mourir, ou être esclaves... A la fin le parti le plus foible prend la fuite, jette ses armes pour se sauver plus aisement. Il est poursuivi vivement par les vainqueurs qui lient & garottent avec les cordes qu'ils ont apportées ceux dont ils*

font des esclaves tant qu'ils peuvent. Voilà le but de leurs guerres.

Le Roi qui est demeuré dans son serail avec ses femmes, attend ses Officiers & ses troupes victorieuses sur son Trône, il les reçoit avec bonté, leur donne des éloges, leur distribue des recompenses & prend le dixième des esclaves qui ont été faits. Après quoi chacun s'en retourne chez soi & atache à la porte les têtes qu'il a apportées, & va vendre promptement aux Européens les esclaves qu'il a amenées” (98).

No século 16, ainda era permitido aos régulos da costa, colocar á disposição dos compradores as “peças” que quizessem, tanto na quantidade como na brevidade da entrega. Precindiam buscar longe mercadoria de vária orijem, capturada ao acaso de expedições predatórias. Um fato sintomático denotava a intervenção de europeus, a subverter desde muito tempo a vida africana. Antes da descoberta do caminho marítimo do extremo oriente, as repúblicas italianas mandavam mercadorias através do Saara até os centros negreiros da África. Um certo Malfante, em relatório escrito em 1747 de Tuat, ao sócio que ficara em Venesa, dá conta de transa-

(98) A's veses, os parentes dos prisioneiros tentavam resgatal-os, mas o preço era tal, que não havia como impedir a sua remessa para a América.

ções realizadas com negros por intermédio de mercadores maometanos. Outro confrade, Beneditto Dei, indigitado conhecedor de Tombocotum em 1470, afirmava lá ter visto consideravel consumo de tecidos da Lombardia, remetidos pela firma Portinari. Taes productos eram no geral trocados por escravos.

As descobertas mudaram a nacionalidade dos fornecedores de gêneros europeus á zona negreira. Traziam os portuguezes utensílios de trabalho e instrumentos de diversão, animaes úteis e bebidas alcoólicas, armas brancas e bugigangas, até o momento de introduzirem mais um vício, o do fumo, quando o Brasil começou a produzi-lo em quantidade, sendo de muito apreço os rolos produzidos em Alagoas. Conjuntamente, o número de "peças" no mercado subia rápido, avaliado por volta de 1539 em cerca de 12.000, que foi daí por diante sempre aumentando no afan de abaster o sorvedouro das Américas.

No último quartel do século — o que mais interessa para o tráfico em Pernambuco — sabemos, pela proposta Eduardo Lopes, (99) que o maior comércio negreiro estava no Cabo Verde, rios de Guiné, S. Tomé, Congo e Angola. Estas duas últimas localidades passavam por ser consideradas naquele

(99) Feito pelo nosso conhecido D. Álvaro (o tirano de S. Salvador do Congo), seu embaixador junto ao rei de Espanha.

momento as mais ricas de escravos (100). Para obtel-os, empregava-se o habitual resgate e a ação direta. As operações militares dos portugueses, á roda de algumas fortalezas da costa, traziam abundante messe de pretos. A campanha de Bengüela, descrita por André Batel, é típica. Refere este autor que tropas do lugar auxiliaram uma razzia levada a effeito por uma horda de Jagas. A multidão de cativos foi enorme, pagando os traficantes um real por escravo, para revendel-os aos exportadores de Loanda por doze mil réis.

(100) Nas peripécias do comércio de negros houve centros que apareceram e desapareceram, ao lado de outros que sempre se mantiveram. O maior e mais perzistente na triste escala foi Angola. Dele diria Pyrard de Laval, "*Il ne s'y fait aucun trafic que d'Esclaves Negres... Ce pays ne coute rien au Roy d'Espagne* (no tempo dos Felipes) & *il en tire des grands profits*". Os súditos de Sua Magestade, espanhoes e lusitanos, consideravam toda a região do Congo e Angola como mero reservatório de mercadorias, dependendo da ilha de S. Tomé. Com esta maneira de ver, o historiador das guerras angolaes Oliveira Cadornega, verificara "...*deste porto sahem todos os annos de sete a oito mil cabeças de Escravos hum anno por outro... Estas são as Minas mais certas...*" e tinha rasão. Concorde, julgava o licenciado Domingos de Abreu e Brito em 1593, que o tráfico era um dos melhores negócios, "*o qual não cançaria até o fim do mundo pella terra* (a África) *ser muito pouoada*"!... Os documentos publicados pelo visconde de Paiva Manso, indicam o começo da Idade de Ouro do tráfico para o Brasil em 1570, motor principal do surto assucareiro. Diremos mais aproxima-

Os negros genericamente denominados Jagas, muito auxiliaram os portuguezes na caça de escravos. Foram no principio da conquista de Angola os melhores colaboradores dos negociantes. Eram guerreiros alheios á região que assolavam, sem piedade das populações que espavoriam, tendo pontos de contato com os mamelucos do Egipto ou Janizaros da Turquia. O apelido seria mais corretamente grafado Iacas, como escrevia Baltasar Rebelo, na sua relação sobre Angola abrangendo de 1593 a 1631, e séculos depois dele, Capelo e Ivens. O primeiro noticiava, *“Os Iacas é gente forasteira e que vive de roubar e fazer guerra. Esta gente veio ha muitos annos a*

damente, de acordo com algumas estatísticas, que saíram de Angola de 1576 a 1591 cerca de 52.053 cativos para os engenhos brasileiros. Oficialmente assim o afirmavam os papeis de Estado, na realidade, não ousariamos nada garantir, tão intenso era o contrabando em toda parte. Havia um grande interesse em turvar contas, por sinal, nos diz Albuquerque Felner: *“Os contratadores não queriam que se conhecesse a verdade sôbre o valor dos direitos dos escravos, para os poderem arrematar pelo menor preço, e, assim, combinando-se com os officiaes da fazenda, com quem mantinham as melhores relações, a ponto de estes lhes confiarem o ferro de marcação dos escravos, marcavam quantos queriam e em cada navio se escondia um terço dos que iam”*. Do exame que fez dessas traficâncias, conclue Dieudonné Rinchon, *“Les impôts sur le sel suffisent a solder le budget de la colonie Neanmoins les fonctionnaires du gouvernement sont mal payés en Angola (apud Ravenstein). Aussi s’eforcent-ils de trouver des ressources en favorisant la fraude des négriers.*

este Reino em grandes quadrilhas, se espalharam por muitas partes, como hoje andam. Destes se vieram alguns a nosso amparo e serviço, fugindo a seus Capitães, e foram crescendo tanto em numero que faziam já muita sombra e dano neste Reino e sempre os Capitães de experiencia têmiam o que hoje se vê. A primeira razão he por os governadores lhes darem senhorios e caças de sua mesma nação; a segunda por uzarem mal delles... A gente por si é cruel e grandes ladrões, e mais o foram depois que nós uzamos delles; andam a roubar injustamente e captivam o miseravel gentio; porém a culpa não é do iaca, senão dos governadores e Capitães que os mandam”...

Outra rasão do seu emprego era porque, “do temor delles obedecem e são quietos os sovas”. Quer dizer, que serviam de mercenários aos gover-

Le Marcador dos Escravos, celui qui marque au fer rouge les esclaves, ne touche aucun traitement, mais les traitants lui octroient 4500 francs de gratification et... ils embarquent plus de Nègres que ne comportent leurs licences!... Aux Indes Castellanes, c'est bien autre chose encore. Dans les ports de permission (únicos autorizados a receber navios negreiros), les officiers, associés habituels des interlopes, commettent des exactions sans nombre...”. Acrecia na fraude, as permissões de desembarque em outros portos, a pretexto de mau tempo ou avarias, concessão facilmente alcançada graças aos fiscaes do erário real. Nessas ocasiões, nem se davam ao cuidado, os defraudadores, de disfarçarem as irregularidades praticadas livremente á luz meridiana.

nantes europeus, fáto levando os portuguezes a adotal-os tão prazenteiramente, que passaram do mando dos antigos chefes para o dos officiaes del-rei. André Battel considerava aos Iacas um conjunto de indivíduos de várias tribus, educados desde pequenos para a guerra e apenas neste fim. Não obstante a fecundidade das mulheres, raramente criavam os filhos, enterrando-os logo que nasciam, quando não os comiam. Em compensação, adotavam rúpases e raparigas entre 13 e 14 annos, que aprizionavam, matando, comendo ou vendendo os restantes. Os pupilos uzavam golilha de ferro, que não podiam tirar sem licença, a qual só era concedida depois que traziam para o chefe a cabeça de um inimigo. Os que fraquejavam em combate eram imediatamente mortos, costume muito procedente em operar seleção de bravura e ferocidade.

Um portugûês, que os Iacas designavam por D. Manoel, soube aproveitar-se habilmente dos seus préstimos. Pensa Albuquerque Felner, tratar-se de Manoel Pereira Forjás, a quem o governo malavisadamente tinha autorgado, em começos do século 17, concessão para elevar feitoria “...no melhor ponto da praia, ou da ilha de Luanda”. Na mesma ocasião, mandou que detivesse o aventureiro as pesquisas de minas de prata, que estavam sendo feitas em Cambane, fonte de desordens e depredações contra indígenas. Entretanto, cojitava Forjás de cousas muito diversas, associado ao traficante João de Argomedo

para introduzir em Angola mercadorias europeas, como vinho das Canárias, e outras, a troco de marfim e escravos. A sociedade tinha agentes em Cartagena das Índias, Nova Espanha, Baía e Pernambuco.

Outro Manoel — este Cerveira Pereira — estava contemporaneamente em íntimo entendimento com o chefe iaca Cafuche, e poderia ter sido também o empregador deles nos mesmos desígnios. “*Fosse como fosse*”, diz Albuquerque Felner, “*os jagas passaram a ser dessa época em diante, os auxiliares das guerras contra os outros indígenas, e por assim dizer, uma especie de matilha que se lhes açulava e de efeitos tais, que o Bispo, D. Fr. Manuel Baptista a propósito das campanhas de Luís Mendes escrevia: . . .“havendo jagas as guerras são em nenhum perigo”. Na opinião do frade prelado o interesse deles estava em combater os adversarios dos portugueses não pelo serviço de S. Me. mas, “pela muita gente que captivam, mantimentos e gados que tomam, que é o que lá os leva”.*

Em igual época (1594), André Álvares d’Almada redigia o *Tratado Breve dos Reinos de Guiné do Cabo Verde*. Era mestiço, natural da ilha de Santiago, filho de mulata e pae europeu. Descreve toda a costa do golfo da Guiné, e acerca de Serra Leoa — assim chamada pelo repercutir do trovão pelas suas frágoas — narra a decida dos Sumbas, ou Manes, que em meados do século 16, devastaram a Costa de Mina até a Malagueta. Fernão Guerreir-

ro achava que eram os mesmos chamados, "*Iacas no Congo & em Angola Gindas, na India zimbo, na Ethiopia do Preste Ioam Gallas, & nestas partes (Serra Leoa e adjacências) çumbas, o qual nome mudaram em Manes*". Guerreiros ferozes, antropófagos dos mais insaciáveis, prezavam sobremaneira, segundo Guerreiro, um petisco feito de carne humana e palmito. (v. C. da Piacenza, in nota 3 no fim do volume). Contavam nas hostes um alem-tejano, Francisco Vaz, que os acompanhava com fito de negócios. Entre os povos que conquistaram estavam os Sapes, por eles mortos, comidos, vendidos ou dispersados. Comerciantes europeus locupletaram-se a valer com a trajédia, chegando a comprar cativos por um cinto ou barrete, no valor de sete vintens no Cabo Verde. Sucedeu inúmeras vezes, que para recolher a pobre gente, ameaçada de caldeirão, nem era preciso gastar um real. Navios inteiros encheram-se de Sapes, encontrados nas angras da costa a acenar para as naus, preferindo entregar-se como escravos a servir de pasto aos vencedores.

* * *

Os documentos antigos denominam peças de Guiné ou das Índias (por causa das ilhas centro americanas onde principiou o tráfico transoceânico) aos cativos remetidos da África. A classificação do rebanho se fazia pelo nome da terra natal de cada grupo de infelises, por onde hoje se verifica, que o nefando comércio abrangia dezenas de re-

giões diferentes. Do cabo Palmas até Bengüela, englobando rios, ilhas, arquipélagos, S. Tomé, Príncipe, Ano Bom, Bijagós, Cabo Verde, Pemba, tudo exportava negro (101). Desses portos saiam os navios abastecidos de carga humana, de onde também se orijinaram os nomes tradicionaes nos registos do tráfico, os Minas, Congos, Galinhas, e assim por deante, a dizer o lugar em que tinham sido marcados com ferro em brasa.

No começo da introdução de pretos em Portugal, o preço de um cativo era baixíssimo. Quaesquer miudesas, armas, artigos de cosinha, panos ou aguardente, serviam para a aquizição de escravos. Cá da Mosto alude á procura de farinha pelas populações da costa, gênero dos mais apreciados, e Purchas ás caudas de cavalo, com que afortunados negociantes alcançavam até duas peças. A influênciamuçulmana impoz aos guerreiros africanos do seu credo, e aos que os imitavam, os maiores sacrifícios para possuir ginetes de guerra. Várias rasões tinham para isso, em que entravam vaidade, comodidade, e como vimos, segurança em combate. No ano de 1451 trocavam-se, nas regiões em que predominava a crença de Maomé, 15 cativos por um dos privilegiados animaes. Outros, igualmente, de consideravel serventia na vida indígena, em grande parte silvestre, eram

(101) Em fins do século 15 a capitania da ilha de S. Tomé teve jurisdição sobre as terras do continente que lhe ficavam fronteiras.

muito apreciados. Assistira Eduardo Lopes a troca de um cão de tamanho médio, por 22 negros no valor de 20 ducados cada um.

O contato com europeus ensinou a alguns indígenas um melhor preparo de metaes. Apareceram algumas forjas rudimentares em certos pontos da costa ou do interior, mas que lutavam com falta de matéria prima facilmente aproveitável. Qualquer objeto de muita procura, entrava logo para o primeiro plano das trocas em espécie, e o ferro tornou-se um meio de intercâmbio comercial (102). Podia valer um lote de cativos umas tantas varas, expressão que ficou na linguagem dos traficantes. Uma peça avaliada com barras de ferro, custava no auge do tráfico com libras tornesas, correspondendo a dez libras esterlinas. Em 1526 um cativo podia custar entre vinte e cinquenta ducados, segundo a sua qualidade, para os espanhoes da feitoria do Cabo Verde, embora continuasse vil o preço no Congo. Em 1556 o governo de Carlos V decreta o preço máximo para os pretos vendidos nas colónias americanas: Cuba, S. Domingos, Índias de Castela, Cartagena das Índias, Venezuela, Honduras, Guatemala pagam com ducados; Nova Espanha e Nicarágua cento e vinte; Nova Grana-

(102) Os negros equatoriaes conheciam de ha muito a fundição de ferro e cobre, possuindo algumas jazidas desses metaes no interior de Congo e Angola. Mas a desorganisação da vida africana não permitia o seu aproveitamento em util escala.

da e Popayan cento e quarentá; Perú e Rio da Prata, cento e cincoenta; Chile cento e oitenta. Os cativos vindos da Guiné, considerados superiores, custavam mais vinte ducados de suplemento. Em meados do século, os preços oscilavam a 75 a 200 pesões. No Brasil, pela mesma época, na vigência do regime Filipino, deviam regular quantia correspondente a pouco menos de um cento de pesos.

Os traficantes de negros costumavam carregar os navios de janeiro a março, estação mais favorável nas costas da África, onde aportavam com mercadorias europeas. "*Estes mesmos navios, se lhes paga em escravos, como digo, e os carregam para o Brazil, outros para as Indias (Espanholas)* (103). Os resgatados nessa quadra custavam, "*pela terra dentro*", 10\$000 reis, ficando na costa para o mercador em 22\$000, si era "*peça das Indias*". Quando iam para o Brasil pagavam uma taxa de 3\$600 reis e \$400 reis de avanços", e para as posseções espanholas 7\$000.

Labat informa como franceses e ingleses, tendo-se estabelecido nas Antilhas, precisaram importar negros, porquanto unicamente recorrendo a sua energia é que podiam explorar a lavoura assucareira. Também só africanos eram bastante fortes para o

(103) Relação de Antônio Diniz sobre o comércio de Angola.

esmagador trabalho do engenho, cujas caldeiras não se contentavam em absorver florestas, mas queriam igualmente devorar homens. Os ingleses estavam envolvidos no tráfico desde o século 16, em que praticaram o contrabando de escravos por conta de lavradores coloniaes. Os franceses vieram depois, ambos, comtudo, fundaram colónias e lavouras bem organisadas a partir do primeiro quartel do século 17, em que "*On reconnut bientôt à quoi ces differens esclaves étoient propres, & ce que les uns valoi-ent plus que les autres*" (Labat).

Pelo mesmo caminho, enveredaram os olandeses, dinamarqueses, suecos, brandeburgueses e outros, a procurar expansão colonial simultânea nos dois continentes; no terreno da lavoura, e no do reservatório de braços; para concorrer no mercado com nações coloniaes mais antigas. No século 17, metade das guerras dos países occidentaes eram de ori-jem exótica, provocadas pela ansia de conquistar domínios transmarinos, e no século 18, quasi todas foram dessa natureza. No período indicado vemos aparecer feitorias sob diversas bandeiras na costa da África. O mesmo sucedia nas Antilhas e visinhanças, procurando todas as nações europeas imitar Portugal, que possuia a fonte de escravos, e os territórios a lhes servir de escoadouro.

Os portos onde se praticava a sangria africana ofereciam monstruoso espetáculo. Homens, mulheres, crianças, mergulhados na maior miséria mo-

ral e física, jouviam á espera do embarque no navio negreiro. Acontecia não raro, que o acaso da navegação demorava o comparecimento das embarcações. Sucediã-se então cenas horríveis, alastrandose por aquela imunda aglomeração as peores doenças infeciosas. Em pouco, os míseros cativos eram um pesadelo para os vendedores. Não se podia mais cogitar de embarcal-os em semelhantes condições; soltal-os tampouco era aconselhavel, porque doentes como estavam contaminariam as povoações, e si fossem soltos poriam em risco os habitantes. A saída para a calamidade era destruir a causa do mal, solução empregada quantas vezes se tornou necessária. Contara a propósito, o rei de Loango, a officiaes de um navio francês, que empregara primeiro os cativos no transporte dos despojos da campanha em que tinham sido caturados, em seguida, como tardassem os europeus em aparecer, ordenara que fossem conduzidos a pouca distância da cidade, onde "*ils furent de sang froid assomés jusq'au dernier*", afirma Labat.

Era por sinal, costume invariavel expurgar a mercadoria dos elementos, cujo aspeto prejudicava o valor dos lotes, isto é, os que adoeciam, demoravam a convalescer, mostravam-se alquebrados pelos maus tratos recebidos, ou revelavam defeitos prejudiciaes aos olhos dos compradores. Queixava-se Baltasar Rebelo de Aragão no fim do século 16, "*Ha neste resgate de escravatura hum grande dano que he os naturaes (do reino de Angola) não quererem vender*

as boas peças sem as ruínas e assim lhe compram todas, e cá os mercadores não querem senão as boas e nos regeitam as ruínas, pelo qual respeito tornamos a vender ao mesmo gentio para suas sementeiras". Ainda bem quando encontravam quem quizesse na costa de cultivadores, porque em caso contrário, eram os negros sem valor, sangrados e afogados pelo próprio gentio, antes dos traficantes ancorarem no porto, tal qual o costume do rei de Loango. "*Tous ces details affreux semblent inventés à plaisir et cependant les récits des voyageurs et des marins les corroborent*", escreve Dieudonné Rinchon.

* * *

Os veleiros empregados no tráfico, dispunham de duas rotas habituaes ao sair da Europa para a África, uma chamada grande por ser pelo alto oceano, e a outra de cabotagem, ao longo da costa. Desta não nos ocuparemos pois é de diminuta importância para o caso. A outra, a principal, direta entre o porto de armação e o destino, passava entre as ilhas dos arquipélagos da Madeira e Canárias, e o do cabo Verde, correndo para sudoeste, cortando a linha equatorial pelos 25° de longitude de Paris. Ajudavam, nos primeiros meses do ano, ventos variáveis a esta navegação, aproximando a manobra de bolina os barcos do Brasil, onde encontravam os ventos do oeste, voltando para a África com vento a favor, decendo então a costa com vento e maré.

Depois de chegado a um embarcadouro angolense, mandava o mercador construir pelos carpinteiros de bordo a casa de madeira, o *quibângua*, no meio do campo, onde lhe deviam trazer os lotes de cativos. Instalado mais a comitiva, em condições de começar o negócio, soava o gongom (espécie de sino de ferro munido de cabo) avizando a vizinhança que estavam abertas as transações. Invariavelmente, processavam-se em meio de excessos alcoólicos, e mesmo antes de desembarcar já era posta de parte a aguardente que devia ser mandada á guisa de alvíçaras ao régulo e principaes personajens da côrte (104). Quanto mais bebida derramada melhores negócios em perspectiva. Eram no geral mulatos, os intermediários nas operações de compra e venda, ou na procura de peças. Houve um de orijem inglesa, célebre em cabo Corso, de nome Edward Barter, "*who has a greater power on the coast, than all the three English agents together*", informava John Hillier em carta ao Dr. Bathurst. Havia igualmente brancos, os "lançados", dos documentos portugueses, indivíduos sem escrúpulos de espécie alguma, cuja designação supomos vir de se "lançarem", si-

(104) As libações alcoólicas não nos devem levar a crer, todavia, em costume habitual e peculiar dos pretos escravagistas. O alcoolismo era mal visto no geral, nos reinos da costa, e muitas veses severamente punido. O fumo é que se tornou no correr do tráfico a verdadeira paixão do africano.

nónimo de “bandear-se”, em aventuras pela terra a dentro. Familiarizados com o meio, passavam a servir de corretores entre brancos e gentio, “...*classe de intermediários que surgiu como consequência da ignorância dos indígenas e da sua incapacidade em armazenar os produtos e os escravos nos pontos de embarque, em épocas convenientes*”, diz João Barreto. No critério deste autor, foram os taes “lançados”, os pioneiros do primitivo comércio africano e das colónias europeas, nos séculos 17 e 18. Viviam em simples palhoças de pretos, sem muitas garantias, entregues ao arbítrio de chefes indígenas, num modo de vida “*longe de poder comparar-se com a dos colonos europeus que desde o alvorecer do século XVI se iam fixando na América tropical*”. (J. Barreto). Expoz Fernão Guerreiro, nos seus relatos da Guiné e Serra Leoa, as vexações que sofriam os portugueses em Cacheu e redondezas por parte dos tiranetes do lugar, “*só por viverã a sua vôtade & por soirã dali ricos, ainda q a risco de perder tudo em hã dia*”. Bastava o régulo antipatizar com o traficante ou sentir-se em apertos de dinheiro, para despojal-o.

André Alvares de Almada, cita os lançados ao serviço de concorrentes de Portugal, no tempo em que escrevia o *Tratado Breve*: “*Hoje atravessam estes portugueses lançados todos os rios e terras de negros, adquirindo tudo que acham para os navios de seus amigos, franceses e ingleses em tanto que*

ha homem nosso que se meteu pelo sertão até o reino do Gran-Fulo e dele manda muito marfim ao rio de Sanagá. Este lançado portuguez se foi ao reino do Gran-Fulo por ordem do Duque de Casão, que é um negro poderoso no rio de Gambia... e na côrte do Gran-Fulo se casou com uma sua filha, da qual teve uma filha e chama-se João Ferreira, natural do Crato”.

As informações de Almada — ele mesmo africano e homem de côr — são particularmente úteis pela sua geral exatidão. O que diz dos Jalofos, e mais grupos do centro africano, por exemplo, foi em tudo confirmado pelos modernos historiadores franceses que estudam o gentio das suas colónias equatoriales. Até a maneira de grafar “*uns fulas pretos chamados tacurores*” de Almada, é dos cronistas antigos a que mais se aproxima da actual designação francesa das tribus Toucouleurs. Além desse cuidado mostra outros, que nos permitem ter fé nas suas informações, fáto não muito comum entre autores versando regiões pouco conhecidas. Assim, ficamos sabendo como franceses e ingleses começaram a se infiltrar no litoral, e porque recorreram, na ausência de compatriotas conhecedores da África, aos rivaes portuguezes, cuja corajem e ânimo aventureiro, eram completados com a natural rusticidade e velha predileção por esbeltas negrinhas. Durante muitas décadas, desde Diogo Cão, não houve no continente quem se lhes avantajasse no trato de pretos.

Os lançados da África, de que fala Almada, pertenciam á gloriosa cõorte de êmulos de Fernão Mendes Pinto, devassadores de regiões desconhecidas a europeus na Ásia, África e América. O reinol Ferreira, recebera dos guinéenses a alcunha de Ganagoga — homem poliglota — porque falava, por prodigioso que pareça, todos os dialétos das regiões por ele percorridas de norte a sul, de leste a oeste, na imensa zona esclavagista.

No trecho dependente da capitania do Cabo Verde os portuguezes, afeitos ao comércio e costumes indígenas, eram conhecidos por “tangos maos”. Fernão Guerreiro os define, “*tangos maos ou lançados com os negros e que andam neste trato (de escravatura) pela terra dentro, os quais são uma sorte de gente que ainda que na nação são portuguezes e na religião ou baptismo cristãos, de tal maneira porém vivem, como se nem uma cousa nem outra foram, porque muitos delles andão nus e para mais se accomodarem e com o natural uzarem como os gentios da terra onde tratam, riscam o corpo todo com um ferro, ferindo-o até tirarem sangue e fazendo nelle muitos labores, os quaes depois untando com um sumo de certas ervas lhe ficam parecendo em varias figuras, como de lagostas, serpentes ou outras que mais querem, e desta maneira andão por toda aquella Guiné tratando e comprando escravos...*”

Páginas além acrescenta que, no porto de Balola (ou Balolo), moravam lançados e tangos maus, ficando a povoação sobre o Rio Grande (no centro da região por onde transitara muito ouro da Guiné), desembocando no oceano entre as ilhas de Bijagós. Aí estavam portos dos mais apodados de traficantes de carne humana, taes como Bolama, Galinha e Escravos. Ao percorrer a sinistra região encontraram os jesuitas um crioulo da ilha de Santiago, de quem Fernão Guerreiro não diz o nome, quasi completamente gentilisado, mas que se deixou reconverter, assim como educar cristãmente o filho, provavel mulato, si é que o pae caboverdense também não o fosse. Teve, igualmente, o cronista da Companhia de Jesus, oportunidade de encontrar um indúmenos reverente, que desapareceu quando devia embarcar com o padre para ir viver entre os cristãos. Outro contentíssimo com a existência no reino do rei Fatema, era um náufrago alemão "*grande tangedor de trombeta bastarda*", o qual arvorado em professor de música da rapasiada da terra, dava-se muito bem no sítio e não queria deixa-lo.

O mulatos, produtos dos brancos a traficar pelo litoral e rios acima, predominavam nas lusas possessões da África. A propósito das uniões que davam esses mestiços, contam autores ingleses o fáto que vamos relatar com as devidas reservas. Apesar da grande repugnância, votada por feminina contradição, pela mulher portuguesa á gente de côr, (o con-

trário do que fazia o elemento masculino), exigiram as relações entre a metrópole e as terras negreiras, que se oferecesse brancas a régulos influentes. Em princípios do século 17, ou mesmo anteriormente, o rei de Oere despozou com grande escândalo de ingleses uma branca. O filho havido do consórcio, D. Antônio Mingo, reinava em 1644, quando foi visitado por John Barbot. Noticiou o traficante "*He always wore the portuguese habit and a sword by his side*". Parece pela tradição do tempo que os autores do bicolor consórcio eram dois missionários, empenhados na conversão do rei, e como este recusasse dispensar o seu harem, embora consentisse em cazar no rito católico com uma mulher branca, conseguiram induzir uma portuguesa de S. Tomé a sacrificar-se pelo bem público. Exclama ao propalar esta versão, o autor Burns, "*If the story is true, there must be at least one uncanonised saint in heaven*". Recomendamos, entretanto, que em se tratando de protestantes como Burns e Barbot, devemos aceitar a "story" com suspeição.

No que acreditamos piamente, é na quantidade de mulatos a estimular o tráfico desde os seus primeiros tempos. Precediam, na época de que tratamos, os numerosos similares mandados pelos negreiros do Brasil para as fontes escravagistas dos séculos seguintes. Quasi nos é dado afirmar, pela atividade dos mulatos da África, e seus sucessores crioulos de outras partes, que os mestiços foram os mais crueis instrumentos da exportação de cativos. Ibr-

do produto de côres que se misturam mal, contando grande número de anormaes, alguns com tendências nitidamente sadistas, almejando ser brancos, e não o podendo, tinham inveja dos europeus e votavam entranhado ódio aos pretos. As margens do Quanza, as ilhas negreiras, os reinos da Guiné, estavam cheias deles, a se prepararem pelos depósitos de escravos ao desempenho de grande atividade no sétor que lhes incumbiria na escravidão sulamericana.]

Havia também traficantes de negros chamados em Angola mosimbazes, massambases, ou mossambazes, com significado de mercadores ambulantes do sertão. Em certa época só eles tiveram direito de arrebanhar cativos no interior das terras, sendo proibido aos brancos e mestiços imital-os. A providência devia ter-se inspirado em excessos e desordens de intermediários, julgando os administradores lusitanos mais conveniente que os pretos se entendessem entre eles. Aos negros condutores de cativos, chamavam os portuguezes pombeiros, por causa do sítio de Pombo ou Mpumbu, terra dos Bavumbus em Quicongo. Muito antes da chegada dos europeus na região, os negros daqueles grupos eram os corretores do comércio entre o alto e o baixo Congo. Constituíam uma parte dos Bateque, espalhados do sul a leste do Pool, num raio de quarenta quilómetros, havendo outros no rio Quango e nas cercanias de Cundi (105).

(105) Van Wing, *Études Bakongo*.

Entenderam-se em pouco com os portugueses, passando a trabalhar para os traficantes de Loango, Loanda e São Salvador, que estavam impossibilitados de pombear. Ao lado dos Bateque livres, havia escravos, que os portugueses adestravam no mistér de conduzir comboios de mercadorias. Uns e outros demoravam na ida e volta de Pombo de um a dois anos, trazendo quatrocentos, quinhentos, seiscentos mocazembos, ou negros de carga (106) dirigidos por um mambo a serviço dos mosimbazes, trazendo cobre, marfim e outros produtos do centro da África. Os pretos mais espertos no ofício eram os Muisas ou Vavuas (povo rico em dialéto Quisauali), que Richard Burton considerava "*They are acute as levantines*", moradores antes das invasões de tribus contrárias, de leste do lago Niassa até o lago Tanganica. Eram os detentores do comércio feito com os poderosos Mujaus (ou Mhiao em idioma Uasauali) do norte e leste do Niassa, cujas mulheres arvoram os estranhos pratos labiaes, atualmente ob-jéto de curiosidade nas exposições em que entram colónias exóticas. Dispersados ao depois pelos inimigos, os Muisas suportaram amargas vicissitudes,

(106) Homens fieis em língua Muisa, responsáveis pelos gêneros que transportavam. Chamavam-lhes os portugueses genericamente Cafres, mas como o termo se tornou insultuoso aos pretos desse grupo, exigiram outro para serem designados.

vindo Burton alcançar alguns em meados do século 19, reduzidos a escravos no Brasil.

Os pombeiros no dizer de Rinchon, cortaram a África de oeste a leste. Qualificam-n'os autores portugueses e outros, de grandes andarilhos, mencionando o Dr. Dapper um cafre, que teria atravessado o continente de Moçambique a Angola, precedendo de mais de um século os pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José, que foram em 1806 de Angola aos rios de Sena (na Zambésia). A tradição oral dos indígenas relatava o percurso de outros pombeiros, de que não temos dados muito seguros. Ao que parece, iam da costa ao Masa Mandombe, sugerindo ao médico dinamarquês, que foram eles os introdutores das palavras do dialéto Quicongo existentes nas tribus da região dos grandes lagos.

Na sua relação de viagem ao "*Congo River*", Barbot descreve como os lançados tratavam na jornada através da África aos pobres cativos: "*The chiefest trade of the Portuguese and other Whites concists in slaves... All those... the Portuguese cause to brought, by their Pomberroes, a hundred and fifty or two hundred leagues up the country, whence they bring them down to the sea coast; have but litle food by the way, and lie on the bare ground every night in the open air, without any covering which make them grow poor and faint*". Em chegando a Loanda, nos casarões ou prisões (barracões) onde os cativos deviam esperar o em-

barque, recebiam melhor alimento e algum azeite de palma para untar o corpo, segundo o velho costume indígena. Demorando o navio negreiro em aparecer, quando o preço da mercadoria atingia elevado nível, no princípio do século 17, os cativos eram empregados na cultura da mandioca, introduzida na África pelos portugueses do Brasil. O sistema dava ótimos resultados pelas execuções que evitava, e pelo treino proporcionado aos que iam ser cultivadores na América. Como vemos, em cem anos o tráfico se comercializara e civilizara, ganhando técnica própria tanto no ajuntar cativos como no seu transporte.

Lançados e pombeiros mulatos, forjaram mais um elo para a cadeia que prendia as populações indígenas aos seus parentes brancos. Estranhos quasi sempre á comunidade política negra, mas muito próximos de seus usos e costumes, pelas afinidades parciais da orijem, punham os laços de sangue ao serviço de Portugal. E' justo não esquecer a sabedoria de que muitos governadores reinos deram provas no trato com o gentio, aproveitando-se das informações dos sertanejos de toda espécie, da confiança que inspiraram aos régulos, e das contendas entre sovas, applicando como tinham feito com os índios do Brasil, a antiga máxima "dividir para reinar". O perfeito conhecimento da região que tinham os "*homens bons*" de experimentado conselho que os informavam não foi dos elementos menos importantes a influir na estabilidade do longo domínio português. Mas

acima de tudo, nessa forma de governar, pairava a poderosa ação dos missionários, convertendo os principaes sovas e até mesmo inteiras populações (107). Os missionários realizavam o prodígio para a época, de permitir que vivessem independentes os pretos do interior, ao mesmo tempo presos aos lusos, por corrente espiritual mais forte que o medo ou interesses materiaes. A comparação do êxito do português na costa da África, com a série de fracassos que experimentaram concorrentes seus, muito mais poderosos, e que lhe perturbavam a obra, é toda a favor de Portugal.



Tratamos ligeiramente dos elementos que arrastaram o prisioneiro de guerra até o quadrado onde o traficante o esperava, vamos ver agora, como depois de escolhido, recebia a marca com a qual passava de cativo a escravo. O instrumento da operação era semelhante ao de qualquer estância de indústria pastoril; somente o metal era de prata em vês de ferro; a representar as iniciaes ou as armas da empresa (geralmente companhia) de quaesquer das nacionalidades negreiras. Antes porém, untavam com cebo a parte do corpo apropriada para receber o estigma, colocando por cima papel engordurado com óleo ou banha, e sobre este applicavam o metal incandecente.

(107) *“Every Sova has a chaplain in is Banga or vilage, to christen children, and celebrate mass”*. Barbot 520.

A carne inchava produzindo intensa dôr, e as letras ou armas apareciam em relevo indelevel. No protómero, os lugares preferidos para a marcação eram: o alto do braço entre o biceps e o triceps; o braquial externo; a zona do estômago — perto dos denteados — ou o rosto. Acabada a compra, diz de Grandpré, soava o gongom para avizar a mulataria e demais corretores, de que chegara a hora do pagamento.

O valor dos indivíduos mercadejados variava segundo o molde e as particularidades estabelecidas pelos compradores. “Peças” de mais de cinco pés de altura eram “*das Índias*”; com sete quartos ou 1m82, sem defeitos físicos e menos de 25 anos, iam para a primeira categoria. Abaixo de cinco pés decaia o preço; a falta de um dente, dedo ou simples mancha numa vista, cauzava desvalorisação. Duas crianças bem constituídas de cinco a dez anos de idade, completavam uma “peça”: tres nas mesmas condições, de dez a quinze anos, duas peças. Os rapaselhos até 18 anos, chamados muleques pelos portugueses, mulecones pelos espanhóes, negrillons pelos franceses, eram os que mais convinham aos agricultores. Sendo novos podiam, facilmente se adaptar ás novas condições de existência na lavoura americana. As mulheres eram muito menos procuradas, entrando em pequena proporção no rol do embarque; e quando traziam crianças de peito, estas eram dadas de graça, incluídas nos preços das mães, pois tinham de morrer no curso da travessia.]

O pagamento das peças podia ser “in natura”, em mercadorias apreciadas dos pretos, ou em zimbos. Essa estranha moeda era um miudo cascalho da ilha de Loanda. No fim do século 18 um cofo, ou bondo (cesto em que este cascalho era apartado), dividia-se em 10 lifucos, 100 fundas ou 100.000 zimbos, iguaes a 5\$000 reis. As unidades correntes tornaram-se o zimbo cascalho, o zimbo escolhido (superior), e os búsios, conchinhas da costa do Brasil. Empregavam os traficantes franceses na Guiné, ao estabelecerem relações com os reinos da costa, “*des bouges, ou Cauris, qui sont des coquilles, que l'on pesche aux Isles Maldives*”. Em outro lance da sua viagem acrecenta Labat, que eram brancas, presas em cordeis como as contas de um rosário, para resgates na proporção de “*une toque de Bouges*”, a qual valia”, *le nombre de quarante bouges enfilés. Une gualline de Bouges vaut cinq toques ou deux cens Bouges. Une cabeche de Bouges, vaut vingt guallines ou quatre mille Bouges*”.

Nota-se a influência portuguesa nos nomes dos pesos e medidas citados pelos franceses, indicando quanto predominava em toda a costa. Em compensação, os relatórios dos viajantes de outras nacionalidades são mais explícitos que os dos lusos, trazendo Labat exposição compondo o melhor quadro de como se efetuava o resgate. Não quiz Barbot ficar atraz em tão capital assunto, confirmando o emprego de Cauris em Ajudá, e outros dizeres do frade.

Diverge um pouco da informação de portugueses e franceses, no grafar os elementos de intercâmbio, escrevendo entre outros, “*simbos*” em ves de zimbos, porém adverte que a língua angolense é diversa da congolense em meras particularidades de pronúncia. Esclarece ainda, que os simbos correndo em Punto, dividiam-se em puros, vindos de Loanda, e impuros Braziles, trazidos do Rio de Janeiro, e uzados no Songo (Sonho?), Pinda, terras de Anna Xinga, além de Massingnan (Massangano?) e entre os Iagos (Iagas). Continua o autor inglês com interessante relação de mercadorias e objéto da mais variada proveniência, que serviam de base para o tráfico de europeus com indígenas. Para não sermos enfadonhos reproduziremos apenas as principaes: “*The commodities which the Portuguese and other Europeans carry thither, are; Cloths with red lists; great ticking with long stripes, and fine wrought red kerseys, Silesia and other fine linnen, fine velvet, small and great gold and silver laces, broad black bays, Turkish, tapistry or carpets, white and all sorts of colour'd yarn, blue and black beads, stitching and sowing silk, Canary wines, brandy, linseed-oil, seamens knives, all sorts of spices, white sugar, and many other comodities and trifles, as great fish-hooks, pins a finger long, ordinary pins, needles, and great and small hawks-bells*”. Toda a página 521 do “*Voyage to Congo River*” contém informações que são completadas pelo português José

Joaquim Lopes de Lima, no seu *Ensaio Estatístico* de 1846. Assegura o autor, que “ainda hoje corre como moeda o zimbo”, espécie de búcio cinsento quasi da forma de cauri, “não só no reino do Congo, mas em todos os do golfo de Guiné, e no interior d’Africa”. No século 16 vinha da ilha de Loanda, como foi dito, mas “achou-se depois um buzio semelhante nas praias da Bahia-de Todos os Santos, e dalli ia muito para Ajudá”.

Durante todo o tráfico o governo português tentou regulamentar a difusão deste sucedâneo de moeda, por sinal com escasso resultado, como bem podemos imaginar. Contrabandistas do mais variado jaês fartavam-se de avolumar o “meio circulante” das conchinhas. Moedas de cobre corriam igualmente nos empórios negreiros, trazidas pelos europeus, e todo o ouro da Guiné foi restituído, graças ao tráfico, aos potentados negros da região donde partira. O movimento de escravos que se fazia na zona negreira, trouxe-lhes nos séculos 17, 18 e 19, mais moedas de ouro sonante, que as contidas na custódia dos Jerónimos ou despendida nos presentes ao Santo Padre. Era mais uma face do intercâmbio entre possessões portuguezas que appareceu com o ouro das Minas Geraes e Cuiabá, regiões angustiadas por braços negros para recolher o pó, pepitas e palhetas com que se sustentava a monarquia.

O crivo pelo qual passava o cativo, impunha rigorosa seleção á massa escura remetida para o

novo mundo. Não admira pois, que os viajantes antigos, notassem nos portos do Brasil a musculatura dos negros e o soberbo porte das negras. No livro de Labat, ocorre bem o exame da mercadoria antes do embarque, com todas as particularidades que havia na escolha. Por se tratar de trecho excepcionalmente importante, resolvemos traduzil-o contra o nosso hábito (108). Descreve o dominicano. *“Não basta conhecer de que país procede o negro oferecido no mercado. Cumpre inspecional-o, devendo os responsáveis, examinar-lhes os olhos, os dentes, as partes nobres; ordenar que corra, agite braços e pernas; e tussa violentamente ao por o examinador a mão sobre a virilha do cativo. Quando a mercadoria serve, torna-se preciso discutir o preço com o vendedor, e nunca ceder a quantidade de objetos destinada á troca na proporção que ele pede. Isto desfalaria o sortimento, e quando ele verificaria não existir mais de uma qualidade, começaria a exigil-a com fito de encarecer o preço dos seus cativos. E’ nímia prudência oferecer primeiro a mercadoria inferior, e aparentar pouco interesse na compra, principalmente ao lhe oferecerem mulheres e criancinhas”*.

A predileção por adolescentes nada tinha que ver com os costumes da Grécia antiga, prendia-se apenas, além do que já dissemos a respeito da melhor

(108) Em primeiro lugar porque o culto leitor dispensa esse cuidado, a seguir para não incorrer freqüentemente na pecha de “tradittore”.

adaptação dos negrinhos no trabalho americano, a fáto curioso do seu crescimento. Os muleques são extremamente espertos da infância aos vinte anos, decrescendo a vivacidade daí por deante, tornando-se refratários a qualquer ensinamento. Servia apenas o africano de mais de vinte e cinco anos, para trabalhos elementares, sem especialização alguma. Quando não era possível obter mais moços, os portugueses "*examinam as peças com atenção de que só eles são capazes*", diz Labat, "*afim de saber a idade, porquanto os vendedores aproveitavam de todos os artificios possíveis para enganar os compradores. Sabemos, por exemplo, que a barba só apparece nos negros aos vinte e quatro anos, mais ou menos, ora, assim sendo, escanhoam aos que chegaram além desta idade, e quando a navalha nada mais encontra que raspar, fricionam a pele com pedra hume, deixando-a unida e macia como si nunca tivera barba, sem o menor vestígio á vista e ao tacto, de sorte que o mais habil barbeiro nada perceberia. Como procedem neste caso os portuguezes para desvendar a fraude? Passam a língua pelos lugares onde o pelo poderia crescer, verificando destarte o que de outra forma escaparia aos olhos, apalpamento e talvez microscópio*" (109).

(109) Não era apenas para verificar a intensidade da barba, como também a presença de certas moléstias através do gosto do suor. *La Roncière. Negriers* 76.

...No entanto, certo é que, chegando a América creanças de dez a quinze anos não suportam muito trabalho. Mas em compensação, pode-se criá-las como melhor apraz aos senhores, pois aprendem mais facilmente a língua do país, os usos, costumes, princípios da religião, serviço doméstico e ofícios vários, menos suscetíveis de fugirem e se tornarem quilombolas, ou sofrerem o banzo que freqüentemente exaspera os negros mais crecidos".

* * *

Quando os escravos largavam o solo africano imaginavam que ao desembarcar na América seriam devorados pelos brancos. O franciscano João António Cavazzi, narra nas suas reminiscências de missões africanas, como os míseros estavam certos desse fim, e que os seus ossos passariam á pólvora para canhão, e as carnes, medulas e gorduras em óleo que os portugueses vendiam pela costa afora. Os cativos provenientes do Benim não iam tão longe: pensavam que os pombeiros os levavam somente aos açougues dos brancos americanos, grandes apreciadores de filets pretos. No final de contas erravam de pouco, porque em ves de alimento para homens sel-o-iam para a fornalha dos engenhos. Em todo caso, a perspectiva infundia-lhes tal terror que ficavam como alucinados. Insensíveis a pauladas e chicotadas, fugiam para os matos, feriam-se, apunhalavam-se, enforcavam-se ou afogavam-se. Houve

casos em que, durante a travessia do oceano, arrombavam o casco do navio á procura de morte imediata.

Naquele desvairio era um problema levar-os a bordo, enervados antes do embarque pela cerimônia do batismo geral. Procedia-se ao ato no quadrado dos barracões revendo-se então os homens, mulheres e creanças, que tinham sido brutalmente arrancados das tribus nataes. A correspondência dos missionários vem cheia de queixas contra a sacrílega cerimônia, em que a turbamulta recebia o primeiro sacramento no maior atropelo, sem a menor idea acerca da sua sinificação. Nas cartas de Fernão Guerreiro encontramos o brado do jesuita ante o espetáculo: *“Entre os muitos abusos que avia nesta terra, hū grande se tinha no batismo dos pretos, que vem de Guiné, que sam muytos, se bautizaram logo trezentos, quatrocentos, & setecentos juntos, & como deste os mais sam os que vam daqui para Indias, Brasil, Sevilha, & outras partes, acontece muytas vezes, que pola pressa da embarcaçam, que seus senhores lhe dam por nam perderem a ocasiam do tempo, o não deixam ter, os pobres pera serem catechizados & instruidos na fé como conuem pera algũa maneyra entenderem o q recebem. . . daí os padres (os jesuitas que Felipe. III mandara ao Cabo Verde e Guiné) tomaram muyto á sua conta o instruyr estes escravos como conuen, & aduertirem com particular cuydado, a*

que não aja falta num tal sacramento de que depende a salvação das almas” (110).

Principiava na África o conflito, continuado na América entre os interesses dos povoadores e os da religião, defendidos estes pelos padres da Companhia de Jesus, aqueles pelo funcionalismo reuno. A cólera dos traficantes contra quem lhes sucitava prejuízos, devia ser igual a dos lavradores de Cartajena de índias contra S. Pedro Claver. Teimava esse apóstolo em compelir os donos de terras a cuidar dos feridos e estropiados, vindos nos barcos negreiros, bem como a dar-lhes tempo para que se refizessem da viagem e fossem doutrinados pelos padres, que lhes curavam as chagas do corpo e da alma. Esta atividade era considerada absurda pelos leigos brancos, tanto mais quanto São Pedro Claver se intitulava escravo dos escravos, e praticava outras aberrações no parecer dos lesados, de péssimo efeito no terreno da disciplina escravagista.

Qualquer tentativa de reerguer o ânimo dos pobres escravos, era nociva ao tráfico, apregoavam os traficantes numa regra geral, definida, estabelecida, indiscutida. De fáto, os percalços não eram poucos para levar o carregamento a bordo, mantel-o submisso até o levantar da âncora, e entregal-o no porto do destino. O trajéto entre o barracão e a nau, tinha de se fazer no geral em almadias, facilmente

(110) Entre os espanhoes dava-se o mesmo v. Sandoval *De Instauranda Aetiopum Salute*.

entornadas quando transportavam indivíduos exasperados. Embora as peças estivessem de mãos e pés atados, conseguiam, a poder de contorsões, desequilibrar a embarcação atirando na água os que a ocupavam. Igualmente delicada era a passagem dos pretos da canoa para o interior do barco quando o rio ou mar se mostravam agitados. As notícias que existem sobre estas operações são dos séculos 17 e 18, mas á vista do tráfico se ter exercido durante dezenas de anos no mesmo sítio, através iguaes meios e com indivíduos das mesmas populações, é pouco provavel que o processo tenha evoluído. Vinham os pretos em número de dois, amarrados no fundo de longas canoas, semelhantes as dos índios do Brasil, cavadas no tronco de árvores. A sua estabilidade sobre as ondas era precária, mas o pessoal empregado no mistér, compensava o defeito com prodígios de habilidade. A ida e vinda das embarcações era executada com a maior rapidês, os "gêneros" acaso caídos na água, repescados num esfregar de olhos, e ao abordarem o navio negreiro, agarrados, suspensos e atirados no porão pelos tripulantes, com prestesa que nada ficava a dever á dos pretos canoeiros.

Quanto mais rápido o embarque, melhor. A visinhança da costa incitava os escravos a uma derradeira tentativa de libertação, extremamente perigosa para negreiros e comparsas. Casos houve, como o de um barco olandês, onde os cativos se assenhorea-

ram tão rapidamente do navio que mal deram tempo á maruja disparar a peça de alarma. Imediatamente acudiram dezenas de canoas com guerreiros negros bem armados, cercando os revoltosos, os quaes percebendo a inutilidade da tentativa, atearam fogo ao navio, e com a explosão do paiol de pólvora, foram-se pelos ares vítimas e algoses.

√ Terminado o embarque iam começar os horrores da viagem. Discorrendo sobre o tráfico cerca de 1560, escrevia Fr. Tomás de Mercado "*Amontoavam em um navio, ás veses pequeno, quatrocentos ou quinhentos (cativos), e já o fedor ou catinga basta para matar os mais deles... E para que ninguém pense que exagero, direi que não ha quatro meses que dois mercadores... sacaram para Nova Espanha, de Cabo Verde, quinhentos em uma nau, e numa só noite amanheceram mortos cento e vinte, porque os meteram como porcos num chiqueiro, ou cousa peor, debaixo da cobertura, onde o seu proprio fôlego e catinga (que bastavam para corromper cem ares e tiral-os todos da vida) os matou. E houvera sido justo castigo de Deus morrerem juntamente aqueles homens bestiaes que os levaram. E não parou nisto o negócio; antes de chegarem ao Mexico, morreram quasi trezentos.*

Contar o que se passa no tratamento dos que vivem seria um nunca acabar. E espantamos-nos da crueldade dos turcos para com os cristãos cativos, pondo-os a noite em suas masmorras! Certo

muito peor tratam estes mercadores cristãos aos pretos que já são também fieis, porque na praia, ao tempo de embarcal-os, os batizam todos juntos com um hissope, o que é outra grandíssima barbaridade” (111).

Tinha razão Channing para afirmar, num arroubo de eloquência, que desde o século 16 o navio negreiro era, “*O conjunto do maior número de crimes reunidos no menor espaço*”. Teólogos e simples eclesiásticos, afligiam-se igualmente das revoltantes cenas ocorridas a bordo. “*Nihil de concubinato mancipiorum inter se, dum masculi permixti faeminis exportantur*”, exclamava Luís Molina. Outros espanhóis o acompanharam na virtuosa indignação, entre eles o grande cardeal Ximenes, que na sua regência, após a morte dos reis católicos, preocupara-se com a monstruosidade do tráfico perante a religião. O ilustre protetor das letras na península era infenso a todas as formas de escravismo, pela iniquidade que representavam e males que difundiam. Infortunadamente, o curto governo do cardeal não lhe deu ensejo a mais que um esboço de providências a favor dos índios, pelos domínios que enviou as Antilhas, e algumas outras resoluções parecidas. Em pouco, a mudança de normas políticas e económicas sob o infante D. Carlos de Áustria, assumiu, com o senso utilitário dos belgas chama-

(111) Fr. Tomás de Mercado *Tratos y contratos de mercadores*. Salamanca 1569.

dos ao poder, uma diretrís acentuadamente diversa da castelhana. O chanceler da Borgonha Sauvage, "*consideraba que un negro hacia el trabajo de cuatro indios; que las condiciones de clima non solo eran favorables en América a los africanos, sino ventajosas, porque aquí prosperaban, decia el, como las naranjas, y que la condición de esclavos no les cogia de nuevo, pues en su tierra natal estaban sometidos a ella en forma harto barbara y feroz*". Da nova maneira de ver orijinou-se nas colónias de Castela a atividade do padre Bartolomeu de las Casas, no intuito de conciliar o trabalho dos colonos com os interesses do império, a suavisação do regime negreiro e a redução dos seus caros índios, que pareciam ao chanceler (e este, dizem, foi o argumento mais impressionante para o santo quando se dirigiu a América), "*de mas dulce y benévola indole, y condiciones morales y intelectuales superiores a las de la raza negra*". Repercutiam em Portugal as medidas do visinho, fosse por similitude de condições no ultramar, fosse pelo predomínio das idéas espanholas durante a união das duas corôas.

Quizeram em várias épocas os governantes saber os motivos da pavorosa mortandade registada na viagem dos negreiros para a América. Eram enormes os prejuisos trazidos pelas condições das peças embarcadas na África, reduzidas por veses a menos de um terço ao chegar do outro lado do Oceano. O portuguez Rebelo refere no *Opus de Obligationibus*

Justitiae (que citamos porque se perderam os comunicados dos informantes de Carlos V e monarcas sucessores), “De 400 negros encerrados no fundo de um porão, 130 sufocaram numa noite pela irrespiravel atmosfera, e no fim da viagem só restavam 30”.

Uma das maiores causas de morticínio viria das pequenas proporções dos barcos negreiros. A configuração das costas africanas, com falta de bons ancoradouros; quasi sempre situados na embocadura irregular de rios com pouco fundo, obrigavam os traficantes ao emprego do menor calado possível. Por esta razão foram expedidos decretos regularizando as formas de carregamento, os quaes se tornaram inúteis, pela cega e insaciavel ganância dos interessados. A carga era comprimida ao máximo entre as paredes do navio, transformada em caldo de cultura de bactérias, numa total ausência de ar, encontrando os germens terreno fértil para se alastrarem nos corpos depauperados pelas privações. Ao atulhamento vinha juntar-se outra involuntária atrocidade — a escassês de víveres. Barbot e outros enumeram as modalidades dos gêneros distribuidos aos negros, com maior ou menor abundância e valor nutritivo, segundo a bandeira sob a qual viajavam. A longa travessia no emtanto opunha-se a que fossem regularmente alimentados, submetidos como estavam aos caprichos meteorológicos. O navio que ficasse retido entre ceu e água pelas calmarias africanas, ou qualquer outro acidente, via-se ante as piores con-

seqüências. Demorava normalmente a viagem de galião seiscentista, de Angola a Pernambuco, uns quarenta dias mais ou menos. No caso de sobrevir algum imprevisto modificando o cálculo dos navegantes, podia acontecer o fáto descrito por autores antigos, de irem ter á costa embarcações desarvoradas em cujo bojo só havia mortos.

Era custoso armazenar mantimentos em tão pequeno espaço para tanta gente. Maior ainda era o problema de evitar a agravação de males latentes) Falamos ha pouco no caldo de cultura formado pelo barco negreiro, eis o que nos diz a propósito Fr. Dionégio Carlo da Piacenza, quando de volta do Congo viajou num galião cheio de escravos: “...e stavano si stretti, che se volevano dormire, si riposavano uno sopra l'altro; per le necessitá corporali havevano ben si accomodati alcuni luoghi, má molti per non perdere il posto le facevano ove si trovavano; e massime tutti gli Huomini, che per esser serrati le facevano ove stavano; onde per il gran caldo del Clima, e fiato di tanta Gente il fettore, e puzza era insopportabile” (112).

Os eflúvios da enorme cloaca penetravam nos mais recônditos desvãos do cemitério flutuante. Nem era preciso que morressem os cativos e se corrompessem os cadáveres (como as veses aconte-

(112) Carli da Piacenza pag. 90 v. in nota 4 no fim do volume o inteiro período,

cia) ao lado de excrementos, para empestar a atmosfera. Bastava o famoso bodum de dezenas de corpos imundos, onde se viam "*les Angolais si odorants qu'il suffissait à un "quêteur" de prendre le vent pour retrouver leur trace*" (113). Du Tertre assegurava que esses africanos, "*sentent si fort le bouquin que l'air des lieux où ils ont marché en est infecté d'un quart d'heure après*" (114).

Conselhavam os peritos do tráfico promover dansas de escravos na cobertura do navio, onde poderiam distender os músculos e respirar ar puro. Logo porém, intervinha o receio dos mercadores acerca de suicídios, e principalmente das revoltas. Um deles confessava que a "mercadoria", vira a lus do sol tres vezes apenas durante o trajeto. Em capítulo precedente tratamos do desconforto dos viajantes no tempo das naus antigas, voltando ao que vimos, aquilatamos o que seria o dos escravos no fundo de um porão.

A incrível promiscuidade e imundície, acendiam monstruoso abrasamento das moléstias que os pretos levavam comsigo da África. Na carência de arquivos lusos, recorremos aos franceses (em dado momento aspirantes ao primado entre os grandes negreiros) os quaes informam que ninguém a bordo escapava do

(113) La Roncière *Negriers*.

(114) Os portugueses, menos sensíveis, afirmavam por chiste, ser esta emanação a responsavel pela quantidade de mestiços das colónias portuguesas, pois agia como violento afrodisíaco, seja dito sem trocadilho.

contágio, nem a carga nem a tripulação. O navio *La Nymphe* perdeu 28 marujos ao terminar a viagem; o *Duquesa de Grammont* 25 em 48; e finalmente um recorde, em 1769, o *Marie Gabrielle* vê desaparecer 31 em 39... Isto, entre os embarcações, que dispunham naturalmente de outros meios de defesa que os encarcerados, inermes perante as infeções.

O fáto não admira á vista dos rudimentares elementos profiláticos da antiga medicina. Os cirurgiões de negreiros eram péssimos, ademais só ocorreria a espírito sedento de aventuras arriscar-se naquele inferno, de sorte que um médico dotado de valor, preferia começo medíocre na Europa a receber altos vencimentos compartilhando as vicissitudes do tráfico. O Dr. Isert, embarcado no século 18 num negreiro dinamarquês, deixou narrativa em que diz como por pouco fôra linchado pelos cativos (115). Começara o levante com pretos armados das próprias correntes, um deles tendo a mais a navalha que arrancara ao barbeiro. Os esculápio devia estar particularmente mal visto dos prisioneiros, porque passou momentos atribulados, salvando-se deveras milagrosamente.

As medidas preconizadas em matéria higiênica do tempo eram quasi sempre inóguas. Considera-

(115) *Isert. P. E. Voyage en Guiné.*

vam panaceas infáliveis as defumações, o tradicional preventivo da peste na Europa medieval. Recomendava entretanto Labat: *“Il ne faut pas prendre le change sur le terme de parfumer un Vaissèau, ni s'imaginer qu'on employe à cet usage des parfuns rares & de prix; on n'y employe que du vinaigre qu'on repand sur des pelles toutes rouges; cela exite une fumée epaisse & penetrante qui chasse avec force le mauvais air qui ne manque pas de se trouver dans l'entrepont où ces malheureux sont enfermés & enchâinés deux à deux par un pied”*.

Critica nessa altura o dominicano o mau vesodo europeus de economizarem remédios. Os que havia nas farmácias marítimas eram insuficientes e ruins, *“plus propres à faire du mal qu'a guerir ceux pour lesquels on les employe. Cependant, la vie des équipages & des captifs est entre les mains de ces ignorans (cirurgiões de ínfimo quilate, abaixo de vulgares sangradores) & exposée à ces remedes, qui méritent plutôt le nom des poisons. Voilà une des causes des mortalités qui arrivent dans le transport des captifs. La seconde est la mauvaise qualité des vivres...”*

Tinham mais uma prejudicial mania esses matasanos, que era autopsiar os cadáveres dos falecidos para ver do que morriam. Contra o hábito se insurgia Labat: *“Ces sortes d'operations bonnes en elles-mêmes & souvent très nécessaires, ne peuvent être si secretes qu'elles ne viennent à la connois-*

sance des Negres, & il n'en faut pas d'avantage pour fortifier leurs préjugés...", isto é, que iam ser em pouco devorados. O pânico podia provocar levante geral, tanto mais quanto havendo entre a carga antropófagos, acreditavam, ao saber da autópsia, que iam ser transformados em carne de açogue, "*ils croiroient toujours que c'est pour en tirer les meilleurs morceaux & tout le monde ensemble ne seroit capable de remettre leurs esprits prévenus*". Tampouco devia-se atirar cadáveres ao mar emquanto houvesse claridade. Á noite, os tubarões que iam na esteira dos negreiros, encarregavam-se de fazel-os discretamente desaparecer.

O fim das precauções era evitar revoltas, de que transporte algum podia julgar-se a salvo. Era mendavam-se ainda, instrumentos de música para di-proibido aos tripulantes seviciar os pretos; reco-vertil-os e proporcionar danças úteis á saude. Para feitor ou mestre do porão era escolhida peça de maior confiança, sendo expressamente vedado penetrar á noite entre os pretos, o que em certos casos equivaleria a suicídio, e afora os cuidados de elementar asseio, desinfecções, etc. era prudente exercer contínua vigilância sobre a carga, estado dos fechos, cadeias, solidês dos alçapões e demais impedimentos a libertações intempestivas.

Os holandeses, que invadiram o Brasil, tiveram a cautela de ocupar os reservatórios de escravos da África, sem os quaes todo o seu esforço estaria per-

dido. Precizaram, na conjuntura, organizar o seu tráfico, desprovidos todavia da proficiência que no mesmo possuíam os portugueses. Acerca dessa superioridade, comunicava Morthamer, agente da Companhia das Índias Ocidentaes (empresária da conquista da Baía e Pernambuco) num descoroçado relatório: *“Os Portugueses, são muito melhores mercadores de escravos que nós. Acomodam facilmente numa pequena caravela 500 negros, ao passo que os nossos grandes navios podem apenas transportar de cada ves 300. Pelo asseio de bordo, boa alimentação, e agasalhos dispensados aos negros, conseguem os Portugueses mortalidade muito menor a bordo de seus navios. Alem disto preparam os cativos ainda na Africa á existencia de escravo em o Novo Mundo para que não sintam tanto a perda da liberdade”*. Pelo que diz, mais umá ves se comprova, que mesmo na peor abjeção ainda ha gradações. Aos olhos dos concorrentes, adquiria a técnica lusa fóros de aseada e confortavel, para a multidão com que mercadejava. Justiça lhe seja feita...

O lucrativo comércio exitou em todos os tempos a cubiça alheia. Não eram só polandeses os que tinham olhos voltados para comboios portugueses. Um contemporâneo de Morthamer, a quem muito recorreremos neste trabalho, maravilhava-se de que tão valiosa carga pudesse transitar quasi desprotegida. Mostravam com isso os rapases de Caiena, onde Labat se demorou, menos energia que as

moças da terra, porquanto realmente era preciso "*que l'esprit soit tombé en quenoüille dans ce país là*", para perder tão boas oportunidades, pois "*On sçait combien les bateaux & les autres bâtiments Portugais qui vont chercher des esclaves à la côte de Guiné, sont foibles d'équipage & mal armés, quoique leur guargaison soit toujours de l'or en poudre*".

Vinha de mais de um século a progressiva fraqueza dos lusos, ás voltas com o aumento de adversários em todo o mundo, sucitando por toda parte reflexões como as do diabo do frade, empedernido pelo contato com negreiros. Desde o desastre da Invençivel Armada que se precipitava o ocaso da marinha portuguesa, acentuado sob D. João IV, monarca mal assente no trono, crivado de dívidas, atormentado pela Espanha que se obstinava em expulsá-lo do trôno.

* * *

Dieudonné Rinchon esboçou um quadro comparativo do modo como várias nações tratavam os pretos no percurso para a América. Os ingleses, holandeses, dinamarqueses, mantinham os homens na grilheta, e punham algemas nas mulheres. A reduzida tripulação de que dispunham obrigavam-n'os a multiplicarem as precauções contra revoltas. Os franceses, mais numerosos, dispensavam maior li-

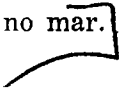
berdade á carga, soltando-a das ataduras tres ou quatro dias depois da partida, embora conservando-a cuidadosamente encerrada no porão. Uns e outros, e acima de todos os ingleses, tinham demasiada tolerância acerca do contato de marinheiros e cativas.

Quando se levantavam temporaes, que obrigavam a fechar erméticamente as escotilhas, o amontoamento do porão arriscava perecer asfixiado. “*On voit les Noirs oppressés et comme étourdis*”, descreve Labat, “*soulever péniblement leur poitrine pour ne respirer qu'un air infect et corrompu. Ils gémissent et crient au secours. La chaleur devient intolérable beaucoup meurent suffoqués. Chaque jour les négriers trouvent des cadavres déjà en putrefaction enchainés à des hommes encore vivants*” (116).

Passados uns quinze dias de alto mar, diminuiam os perigos de sublevação, os negros tão deprimidos, que inda alimentassem veleidades de revolta, serlhes-ia demasiado custoso apoderar-se do navio. Chegava a escravaria cadavérica á vista da costa americana, o olhar esgaseado, as carnes rechupadas, pele sobre ossos, ventre inchado, coberta de pústulas por fora, e germes devastadores por dentro. Naquela miséria espantaria os compradores, pelo que, os capitães aumentavam as rações de água e comida nos dias anteriores, e mais cuidados de costume, alguns tão minuciosos que pareciam os de mãe estre-

mosa preparando a filha casadeira para o baile. Lavados, barbeados e depois fricionados com o remédio soberano, óleo de palma, que restituia á pele doente o brilho e maciês da saúde, o negro começava a ressuscitar. Maior espaço ao ar livre, danças, folguedos, promessas de bom tratamento, completavam a restauração física e moral. Ancorado o navio e transferida a carga para terra, estava cumprida uma parte do seu fadário; restavam as outras, menos intensas talvês em horrores que a travessia, porém mais longas de vencer.

Muitas semanas depois de pisar em terra, davam-se ainda mortes, que por veses se multiplicavam durante o período chamado de aclimação, tributo inevitavel dos atroses sofrimentos que os pretos tinham curtido no mar.



NOTA 1
(pag. 137)

CONFIGURAÇÃO GEOGRAPHICA DA FLORA BRASILEIRA

segundo Engler, modificada por A. J. de SAMPAIO, e
compendiada por PIRAJÁ DA SILVA

Flora amazonica (Hylaea brasileira)	}	Zona do alto Amazonas	}	Sub-zona Sul		
				Sub-zona Norte		
	}	Zona do baixo Amazonas	}	Sub-zona Norte		
				Sub-zona Sul		
Flora extra amazonica (ou geral)	}	Zona dos Cocaes		(Meio Norte)		
		Zonas das Caatingas		(Nordeste)		
		Zona das Florestas	}	(Florestas Orientaes, Dryades, matas da Cordilheira do Mar).		
		Orientaes ou das Matas costeiras.				
		Zona dos Pinhaes ou Sul Brasileira da Araucaria.				
		Zona dos Campos.				
					Vegetação halóphila ou do litoral (desde o Cabo Orange no Pará até o Arroyo Chuy, no R. G. do Sul).	
			}	Zona Maritima	}	Flora insular
						Das ilhas afastadas F. Noronha, Trinda- de, Rochedo S. Pedro S. Paulo.
						Phytoplanton ou flora fluctuante.

A zona das matas costeiras, a Dryades de Martius, é formada pelas matas da cordilheira do Mar. Essas matas vinham desde a altura do Cabo de S. Roque, no Rio Grande do Norte, até ás Serras do Herval e dos Tapes, no Rio Grande do Sul.

Paralelamente ao mar, formam uma faixa com largura de 200 kms., atingindo 300 a 350 kms., em alguns pontos, e que diverge depois, sertão a dentro, sob a forma de *pestanas*, *galerias* ou matas ciliares dos rios, e também esparsas em ilhas ou capões de mato nos campos. As matas costeiras eram continuas e em faixa larga, desde a foz do Rio S. Francisco na Bahia até Iguape, em S. Paulo, segundo Martius; descontínuas, ao norte, até o cabo Roque e depois algo interrompidas ao sul, e em faixas mais estreitas até o Rio Grande do Sul.

Hoje as florestas costeiras estão muito reduzidas, o que se explica com o desbravamento necessario (e muitas vezes desnecessario) á penetração dos colonizadores, isto é, pela necessidade de espaço para as cidades, a agricultura e a pecuaria, assim como pelo consumo de productos florestaes pelas industrias, especialmente madeiras, (carvão e que sei mais!)

Segundo Vasconcellos Sobrinho — Viagem á cidade de Patos —, Bol. Secr. de Agr., Ind. e Comm. de Pernambuco, Vol. II, n.º 1, 1937, o extremo norte das "Florestas Orientaes" estaciona nos limites de Pernambuco com a Paraíba. A zona intermediaria é caracterizada pela existencia de paus de arco e angicos (*Tecoma violacea*, *T. ipé*; *Piptadenia rigida* Benth.). As outras especies proprias da zona da mata, não conseguem ahi senão um crescimento difficil.

As matas que se encontram na Paraíba e no R. G. do Norte, são derivações do grande systema, aproveitando os logares de condições mais propicias.

Numerosas são as afamadas essencias das matas costeiras:

- Peroba* — *Aspidosperma dasycarpon* D. C. etc.
Jacarandá — *Macherium incorruptibile* Fr. All. etc.
Cedros — *Cedrella odorata* L., *C. finilis* Vell. etc.
Cangerana — *Cabralia cangerana* Sald.
Canellas — *Ocotea pretiosa* Meissn. etc.
Brauna — *Melanoxylon brauna* Schott.
Vinhatico — *Echinospermum balthazarii* Fr. All.
Guarabú — *Peltogyne conferiflora* Benth.
Aderno — *Astronium concinnum* Schott.
Angelins — *Andira anthelmintica* Benth., etc.
Bicuiba — *Myristica bicuiba* Schott.
Ipê verdadeiro — *Macrolobium hymenaeoides* Willd.
Ipê amarello — *Tecoma chrysotricha* M.
Páo d'arco — *Tecoma impetiginosa* M.
Sapucaia — *Lecythis ollaria* Piso, etc.
Páo Brasil — *Caesalpinia echinata* L.
Páo de oleo vermelho — *Myroxylon toluiferum* H. B. K.
Páo de oleo pardo — *Myrocarpus frondosus* Fr. All.
Páo rosa — *Dalbergia cearensis* Ducke.
Jatahy — *Hymenaea Martiniana* Hayne.
Jequitibá — *Cariniana brasiliensis* Casar.

Matas da cordilheira do Mar, desde a altura do Cabo de S. Roque, no R. G. do Norte, até as Serras do Herval e dos Tapes, no R. G. do Sul.

FLORA DA ZONA MARITIMA

- Goyabeira* — *Psidium goayava* Raddi.
Araçá da praia — *Psidium variabile* Berg.
Murici — *Byrsonima sericea* D. C.
Maçaranduba — *Lucuma procera* Mart.

Cajueiro — *Anacardium occidentale* L.

Cajú — *Anacardium humile* St. Hil.

Jaboticaba — { *Myrciaria jaboticaba* Berg.
 { *Myrciaria cauliflora* Berg.

Abajerú — (na praia) *Chrysobalamus Icaco* L.

Tatagiba — *Chlorophora tinctoria* (L) Gaud.

Páo Brasil — *Caesalpinia echinata* L.

FLORA PSAMOPHILA

Salsa da praia { *Ipomoea pes-caprae*
 { *Ipomoea litoralis* Choisy

FLORA HALOPHILA

Mangue { *Seriiba* { *Avicenia tomentosa* Jacq.
 { *Avicenia nitida* Jacq., tambem chamada
 mangue amarello, guapirá.
 { *Apareiba* { *Rhisophora mangle* L., mangue verda-
 deiro, mangue vermelho.
 { *Canapaúba* — *Laguncularia racemosa* Gaertn.

NOTA 2

(pág. 193)

Despues que Duarte Cuello, tuvo quietas y compuestas estas cosas, vino a Portugal llamado del Rey para servirse mas del, por lo bien que Savia que cumpliria con todo aquello en que lo emplease, como lo havia echo hasta alli, en la Europa, Africa, Asia, y America y como no havia mas partes en el Mundo adonde servir fenecio la vida con faltarle en que hacerlo, muriendo en Lisboa, de pocos dias llegado, en... de... de... sepultose en San Juan de la Plaça en el entierro de D. Manuel de Mora, casado con D... de Albuquerque su mujer, que havia dexado en Pernambuco, con sus hijos Duarte Coelho de Albuquerque, Jorge de Albuquerque Coelho, y D. Ines de Albuquerque, que fue casada con su primo hermano D. Jeronymo de Mora, hijo de D. Manoel".

Ha várias fantasias no relato acima, apesar de escrito por um neto do donatário, pois é pouco provavel que el-rei si divertisse em chamar queixosos para junto de si, para ser importunado pelas suas lamúrias e pedidos de auxílio. Também a filha de Duarte Coelho, caso tenha tido alguma, não despozou D. Felipe de Moura. Foi F. Vicente do Salvador quem inventou este casamento, notícia repetida pelos autores que recorreram aos mesmos informantes, ou que o copiaram fielmente.

NOTA 3
(pág. 267)

Dionígio Carli da Piacenza, depois de descrever a origem e proezas dos que ele chamava "*Popoli GIAGHI... detti anticamente GIACOS*", passa a enumerar os seus principaes malefícios. Um dos maiores: "*è la Guerra, ò giusta, ò ingiusta... che per procacciarsi il vito, che aborriscono guadagnari col travaglio, assalendo all'improvviso le Terre, e Popolationi, rubbando, e sualigiando le loro Case. E perche la maggior mercantia, e negotio, che in questi Regni si faccia, conciste nella compra, che fanno i Portoghesi de Schiaui, quali comprano col cambio, (come dissi) é baratto; di Panni di Seta, ò di Lino, ò d'olio, altre cose venute d'Europa, per rivendergli poi nel Brasil per travaglio delle sopra narrate facende; ben spesso Costoro vendono un Figlio per una Bottiglia di Vino, che farà quattro Boccali de nostri*". Dionigio Carli da Piacenza. *Il Moro Transportato*. Libro Primo, págs. 46.47.48.49.

NOTA 4

(pág. 299)

“... Questo viaggiò, si vuol fare in un mese, ó al più in trentacinque giorni, non essendo necessario andar al Capo di Buona Speranza, ma si camina per dritta linea fino all'America, regnando tutto l'anno il vento favorevole, & in Poppa; nondimeno à noi non fù concesso tal gratia, perche mancandoci il vento, restassimo in calma, in più volte, quindici giorni, e però sempre più cresceva il calore, e puzza...”

Estavam as cousas neste pé quando uma bela manhã apareceu a Dionígio o capitão, *tutto affanato, e piangente sopra il Castel di Poppa, che sembrava un morto; & interrogatolo della cagione, mi rispose: Padre, siamo tutti morti, siamo spediti, non v'è rimedio*”. Vinha a sua aflição de que o dispenseiro errara no avaliar os dias de viagem e na quantidade de viveres necessária para chegar ao Brasil. “... *Eh Padre — soggiunse — già stá accabbado hò mattolotaggio; cioè... in buon linguaggio, non habbiamo più che mangiare...*” Encarregado pelo capitão, teve Dionígio de participar a bela notícia a passageiros e cativos, a qual, porém, chegou antes dele aos infelizes, “... *i primi furono i Mulechi di sopra (do primeiro porão) à gridare misericordia; il che sentito dalle Donne del secondo solaro, tutte fecero l'istesso; gl'Huomini serrati nel basso intesono la cagione, diedero in una furia, e smania tale, che urlando come Bestie, facevano un ribombo sí mesto, e spaventevole, ch'averia atterrito qual si sia più animoso*”. Depois de deixar que se cançassem o capuchinho conseguiu infundir-lhes resignação perante o ine-

vitavel: "gl'esortai à esperare nella Divina Misericordia... Quietati alquanto gl'animi, il Capitano fece dare à tutti i Mori una scotella d'acqua, mà li meschini gridavano che avevano fame, massime li Mulechi, quali piangendo, alzavano le mani, chiedendo aiuto dal Cielo; il che non potendo Io vedere, me ne ritornai al mio luogo".

Felicamente as preces foram ouvidas, e o barco chegou ao destino com perda apenas de trinta e tres negros, fáto considerado providencial. Dionigio Carli da Piacenza, *Il Moro Transportato*. Libro Primo. pág. 92.

BIBLIOGRAFIA

POR ORDEM DE CAPITULOS

As condições de Portugal

- Albuquerque, Afonso de — Cartas — Lisboa 1884-1915.
- Almeida de Eça, — Normas Económicas na Colonisação Portuguesa — Coimbra 1921.
- * Almeida Fortunato de — História de Portugal. 6 vols. Coimbra 1922 (*).
- * Almeida, Fortunato de — História da Igreja em Portugal, 8 vols. — Coimbra 1910.
- Annaes da Bibliotecas e Arquivos — Lisboa, a partir de 1910.
- Annaes Marítimos e Coloniaes — Lisboa, 1840-1846.
- Annaes d'Histoire Économique et Sociale — Paris.
- Archives Générales du Royaume — Bruxelles.
- Archivio Stórico Italiano — Roma.
- Arquivo Português Oriental (IV) — Lisboa.
- * Arquivo Histórico Portuguez — Lisboa.
- * Arquivo da Torre do Tombo — Lisboa.
- * Azevedo. J. L. d' — Épocas de Portugal Económico — Teixeira — Lisboa 1929.
- Azevedo. J. L. d' — Novas Epanáforas — Teixeira — Lisboa, 1932.

(*) As obras marcadas com um asterísco são particularmente indicadas para o assunto do capítulo.

- Azevedo, Pedro de — Documentos das Chancelarias Reaes — Coimbra.
- Azevedo, Pedro de — Escravos, in *Arq. Hist. Port.* I. — Lisboa.
- * Balbi, Adrien — *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal* — Paris, 2 vols., 1822.
- Ballard, G. A. — *Rulers of the Indian Ocean* — London 1927.
- Ballesteros y Beretta, A. — *Historia de España y su influencia en la Historia Universal* — Barcelona 1922-27.
- Barozzi e Berchet — *Relazioni. Serie I* — Venezia 1856.
- Bauer, C. — *Die Europäische politische Situation von 1559 und ihre finanziellen Hintergründe.*
- Beazley, R. — *The Dawn of Modern Geography* — London, 3 vols., 1897-1906.
- Bedford Series of Economics Handbooks, n.º 2, Cape — London 1928.
- Boletim da Academia de Ciências de Lisboa — Lisboa.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — Lisboa.
- Borges de Castro — *Coleção dos Tratados de Portugal* — Lisboa.
- * Braamcamp Freire, A. — *Notícias da Feitoria de Flandres*, in *Arquivo Histórico de Lisboa.*
- Braamcamp Freire, A. — *Expedições e Armadas nos annos de 1488 e 89* — Lisboa 1915.
- Brentanos, L. — *Die Anfänge des Modernen Kapitalismus*, München 1916.
- Bulletin des Archives d'Anvers — Anvers.
- Bulletin de la Commission Royale d'Histoire — Bruxelles.
- Bulletin Hispanique — Paris.
- Bulletin de la Société Geographique d'Anvers — Anvers.
- Calendar of Letters and State Papers — London, de 1892 em deante.

- Canestrini, G. — Memoria intorno alle Relazioni Commerciali dei Fiorentini coi Portoghesi, In *Archivo Storico Italiano* — Roma.
- Carqueja, B. — *O Capitalismo Moderno e suas Origens em Portugal* — Porto 1908.
- Chancelaria de D. João III. Livro 52. Torre do Tombo — Lisboa.
- Clenard, N. — *Voyage en het Jaar 1535 — Leyden 1706.*
- Collecção de Opusculos Relativos á História das Navegações dos Portuguezes — Lisboa 1844-1858.
- Collecção de Noticias das Nações Ultramarinas — Lisboa, 6 vols. 1812-1841.
- Collecção de Leis da Divida Publica Portuguesa — Lisboa.
- Cordeiro, Antonio — *Historia Insulana* — Lisboa 1717.
- * *Corpo Chronologico.* in *Archivo Nacional da Torre do Tombo* — Lisboa.
- * *Corpo Diplomatico.* in *Archivo Nacional* — Lisboa.
- Correia, Gaspar — *Lendas da India* — Lisboa 1858.
- * *Costa Lobo, A. S. S.* — *Historia da Sociedade em Portugal no Sec. XV* — Lisboa 1904.
- Costa Quintela, J. — *Annaes da Marinha Portuguesa* — Lisboa, 2 vols., 1839.
- Couto, Diogo do — *Observações das Principaes Causas da Decadencia dos Portugueses na Asia* — Lisboa 1790.
- Denucé, J. — *Privilèges Commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et Allemands.* in *Archivo Historico Portuguez* — Lisboa 1909.
- Deutsche Zeitschrift für Geschichtswissenschaft.* Freiburg in Brisgau.
- Die Neuzeit* — München und Berlin.
- Documentos Ineditos para la Historia de España* — Madrid.
- Donnet, F. — *Histoire de l'Établissement des Anversois aux Canaries au XVI Siècle* — Anvers 1895.
- * *Ehrenberg, R.* — *Das Zeitalter der Függer* — Iena 1896.
- English Historical Review* — Edinburgh.

- Esteves Pereira, J. M. — Historia do Progresso das Industrias Portuguesas — Lisboa.
- Esteves Pereira, J. M. — A Industria Portuguesa — Lisboa 1900.
- Faria e Sousa, M. — Asia Portuguesa — Lisboa 1675.
- Ferreira Paes, Simão — As Famosas Armadas Portuguesas. Publ. off. — Rio de Janeiro 1938.
- Ficalho, Conde de — Garcia da Horta e o seu Tempo — Lisboa 1886.
- Figueiredo Falcão, Luiz de — Livro... de Toda a Fazenda — Lisboa 1859.
- Fouché Delbos, R. — Bibliographie des Voyages en Espagne et Portugal — Paris 1896.
- Francisque Michel, R. — Les Portugais en France — Paris 1882.
- * Freyre de Oliveira, E. — Elementos...Município de Lisboa — Lisboa a partir de 1882.
- F. R. — Viajes de Extrangeros por España y Portugal — Madrid 1878.
- Fructuoso, Gaspar — Saudades da Terra — Funchal 1873.
- * Gama Barros, Henrique da — Historia da Administração Publica em Portugal. 4 vols. — Lisboa 1885-1922.
- Garcia de Rezende — Chronica del Rey D. João II — Lisboa 1535.
- Girard, A. — Le Chiffre de la Population de l'Espagne dans les Temps Modernes. in Rev. Hist. Moderne — Paris 1932.
- Girard, A. — La Repartition de la Population en Espagne dans les Temps Modernes XVI-XVIII siècles, in Rev. Hist. Econ. et Sociale, vol. III — Paris 1929.
- Goes, Damião de — Chronica del Rey D. Manoel — Coimbra, 4 vols. 1926.
- Gomes de Brito, Bernardo — Historia Tragico Maritima. 3 vols. — Lisboa 1735.

- Gonçalves Cerejeira, Cardeal M. — *O Humanismo em Portugal* — Lisboa 1926.
- Görres Gesellschaft Historisches Jahrbuch — Köln.
- Gordon Selfridge, H. — *The Fugger News Letters* — London Lane, 2 vols., 1925.
- * Goris, J. A. — *Étude sur les Colonies Marchandes Meridionales*. Lib. Universitaire — Louvain 1925.
- Grande Archivo di Napoli — *Carte Farnesiane* (Fascio 1637, ecc....).
- Guicciardini, Ludovico — *Descrittione di Tutti i Paesi Bassi* — Anvers 1567.
- Gunther, Siegmund — *Geschichte der Erdkunde* — Leipzig und Wien 1904.
- Haebler, Konrad — *Die Geschichte der Fueggerschen in Spanien* — Weimar 1897.
- * Haebler, Konrad — *Spanischen und Portugiesische des XV, XVI, Jahrhunderts* — Strassburg 1898.
- Haebler, Konrad — *Die Finanzdecrete Philipps II und die Fugger*. in *Deutsch Zeitschrift für Geschichtswissenschaft* XI. 1894.
- Haebler, Konrad — *Der Welser und ihrer Gesellschafter* — Leipzig 1903.
- Hamilton, Earl, J. — *American Treasure and the price revolution in Spain* — Harvard, Un. Press, 1934.
- Haring, C. H. — *American Gold and Silver Production in the first half of the sixteenth century*. in *The Quaterly Journal of Economics* — Harvard.
- Harvard Economics Studies* — Harvard, Cambridge. Mass. U. S. A.
- Hauser, H. — *La Vie Chère au XVIIe. Siècle* — Paris 1932.
- * *História da Expansão Portuguesa no Mundo* — Lisboa, em curso de publicação.
- Hume, M. A. S. — in *Calendar of Letters and State Papers*. vol. I — London 1892.

- Indice Chronologico das Navegações dos Portugueses — Lisboa 1841.
- Internationale Wochenschrift für Wissenschaft.
Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik.
- Kulischer, J. — Allgemeine Wirtschaftsgeschichte des Mittelalters und der Neuzeit, in Die Neuzeit.
- * Lannoy, Charles de — Histoire de L'Expansion Coloniale du Portugal — Paris, Bruxellas, Alcan, 1907.
- Lima Felner, R. J. — Subsídios para a Historia da India Portuguesa, in Memórias da Academia de Sciencias de Lisboa — Lisboa 1878.
- Lopes de Castanheda, F. — Historia do Descobrimento da India — Coimbra 1551.
- Lopes, David — Historia dos Portugueses no Malabar — Lisboa 1898.
- Lopes de Lima, J. J. — Ensaio sobre as possessões portuguezas. 5 vols. — Lisboa 1844.
- Magalhães Collaço — Cadastro da População do Reino, in Archivo Historico Portuguez, tomo IV — Lisboa.
- Memórias da Academia de Sciencias de Lisboa — Lisboa.
- Memórias e Documentos da Real Academia de Historia Portuguesa — Lisboa.
- Memórias de Ultramar — Lisboa 1881.
- Memórias da Literatura Portuguesa — Lisboa.
- Merriman, R. B. — The Rise of the Spanish Empire. Mac Millan, 4 vols. — New York 1936.
- Nanninga Uiterdijk, Y. — Een Kampfer Handelshuis te Lissabon — 1904.
- Nouveaux Memoires de l'Academie de Belgique — Bruxelles.
- O Instituto, revista — Coimbra.
- Oppert, G. — Ueber die Judischen Colonien in Indien, publ. da Kohut Semitic Studies.
- * Ordenações Manuelinas — Lisboa 1512.

- Osorio, J. — De Rebus Emmanuelis — Coloniae Aggripinae 1581.
- Peragallo, Prospero — I Pallastrelti di Piacenza in Portogallo — Genova 1898.
- Peragallo, Prospero — Cenni Intorno alla Colonia Italiana in Portogallo — Torino 1904.
- * Peschel, Oscar — Geschichte der Zeithalters der Entdeckungen — Stuttgart 1858.
- Picatoste y Rodriguez — Apuntes para una Biblioteca Científica Española del Siglo XVI — Madrid 1891.
- * Pimenta, Alfredo — D. João III. Tavares Martins — Porto 1936.
- Pimenta, Alfredo — Elementos de História de Portugal — Lisboa 1935.
- Portugaliae Monumenta Historica — Lisboa 1867.
- * Prestage, Edgar — Afonso de Albuquerque, Governor of India — Walford 1929.
- Quarterly Journal of Economics — Harvard. Cambridge. Mass. U. S. A.
- Reiffenberg, de — Coup d'Oeil sur les Relations entre les Pays Bas et le Portugal, in Nouveaux Memoires de l'Academie de Belgique.
- Reiffenberg, de — Coup d'Oeil sur les Relations entre la Belgique et le Portugal, in Nouv. Memoires de l'A. de Belgique.
- Reparaz (Hijo), Gonzalo — La Epoca de los Grandes Descubrimientos Españoles y Portugueses. Col. Labor — Barcelona 1931.
- Revista de História — Lisboa.
- Revista Historica de Valladolid — Valladolid.
- Revue des Cours et Conférences — Paris.
- Revue d'Économie Politique — Paris.
- Revue d'Histoire Moderne — Paris.
- Revue de Synthèse — Paris.
- Revue Historique — Paris.

- Ribeiro, J. S. — *Historia dos Estabelecimentos Scientificos* — Lisboa 1871.
- Ribeiro, J. P. — *Memorias sobre as Fontes do Código Filipino*, in *Memorias da Literatura Portuguesa*, II.
- Sanchez Alonso, B. — *Fuentes de la Historia Española y Hispano Americana* — Madrid 1927.
- * Santarém e Rebello da Silva — *Quadro Elementar das Relações Politicas* — Lisboa, a partir de 1864.
- Santa Rita, J. G. de — *Os Conhecimentos Geográficos do começo do seculo 15*. in *História da Expansão Portuguesa no Mundo* — Lisboa.
- Sampaio, Alberto — *Estudos Historicos e Economicos* — Lisboa.
- Savary des Bruslons, J. — *Dictionaire Universel de Commerce* — Copenhage, 5 vols. in folio, 1759, 1765.
- Sayous, A. E. — *Observations d'Écrivains du XVI siècle sur les Changes et notamment sur l'influence de la disparité de pouver d'achat des monnaies* — Bruxelles 1928.
- Sérgio, António — *Antologia dos Economistas Portugueses* — Lisboa 1924.
- Shillington — *The Commercial Relations of England and Portugal* — London.
- Simiand, Fr. — *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement general des prix du XVIe. au XIXe. siècle* — Paris 1932.
- Sombart, Werner — *Der Moderne Kapitalismus* — München und Leipzig. 4 vols., 1922.
- * Simonsen, Roberto — *História Economica do Brasil* — S. Paulo, E. Nacional, 3 vols., 1937-40.
- Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos* — Lisboa 1915.
- Souza, Antonio Caetano de — *Provas da Historia Genealógica da Casa Real*, 6 vols. in 4.º g. — Lisboa 1735.

- Several, Visconde de — Apontamentos sobre as antigas relações politicas e commerciaes de Portugal com a republica de Venesa — Lisboa 1893.
- Torres, Afonso de — Registo da Casa da India...desde o anno de 1512 até o de 1629 — Manuscrito da Casa de Cadaval.
- Trevor Davis, R. — *The Golden Century of Spain* — Mac Millan, London 1937.
- Unwin, George — *Studies in Economic History* — London 1927.
- Van den Bussche — *Flandre et Portugal* — Bruges 1874.
- Van der Essen, L. — Contribution à l'histoire du port d'Anvers et du commerce d'exportation des Pays Bas vers l'Espagne et le Portugal à l'époque de Charles Quint, in *Bulletin de l'Academie Royale d'Archeologie de Belgique*.
- Wappaeus, G. — *Untersuchungen über die geographischen Entdeckungen der Portugiesen unter Heinrich dem Seefahrer* — Goettingen 1842.
- Wiebe, Georg — *Zur Geschichte der Preisrevolution des XVI und XVII Jahrhunderts* — Stuttgart 1896.
- Witheway, R. S. — *The Rise of Portuguese Power in India. 1497-1550* — Constable, Westminster 1899.

A Instituição das Capitánias

- * Abreu, João Capistrano de — *Capitulos de Historia Colonial* — Rio 1928.
- Abreu, João Capistrano — *Prolegomenos da Historia do Brasil de Fr. Vicente do Salvador* — S. Paulo 1918.
- Almeida, Fortunato de — *Historia de Portugal* — Coimbra, 6 vols., 1922.
- Antonio de Santa Maria Jabotão — *Novo Orbe Seraphico* — Lisboa 1761.

- Avezac, Marquis d' — Considerations Geographiques sur l'Histoire du Brésil — Paris 1854.
- Barros, João de — Asia — Lisboa 1778.
- Castro, Eugênio de — Roteiro de Pero Lopes de Sousa — 2 vols. Briguiet, Rio de Janeiro 1927.
- * Cardim, Fernão — Tratados da Terra e Gente do Brasil — J. Leite, Rio 1925.
- Denucé, J. — The Discovery of the North Coast of South America — London 1910.
- Enformação do Brasil e de suas Capitánias. in Rev. Triml. do Inst. Hist. e Geog. do Brasil. VI.
- * Gomes de Carvalho, M. E. — D. João III e os Franceses — Lisboa, Teixeira, 1909.
- Goes, Damião de — Chronica del Rey D. Manoel — Coimbra 1926.
- Herculano, Alexandre — Opusculos, Tomo VI — Lisboa 1897.
- * História da Colonisação Portuguesa do Brasil — 3 vols. in-folio, Porto 1922.
- * Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco — Recife. 1761.
- * Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brasil — Rio de Janeiro.
- Lannoy, C. de — L'Expansion Coloniale du Portugal — Paris, Bruxelles, Alcan, 1907.
- * Malheiro Dias, Carlos — O Regimen Feudal das Donatarias, in Hist. da Col. Port. do Brasil — Porto 1922.
- * Magalhães do Gandavo, Pero de — The History of Brazil, anotada por J. B. Stetson Jr. — New-York 1922.
- Mello Moraes, A. — Brasil Historico — Rio 1866.
- Merea, Paulo — A Solução Tradicional da Colonização do Brasil, in História da Col. Port. do Brasil. III.
- Montaigne, M. de — Essais — Paris, 6 vols., 1828.
- Ordenações Manuelinas — Coimbra, 5 vols., 1797.

- Osorio, Fr. Jeronymo — *Chronica del Rey D. Manoel I* — Porto 1866.
- * Pimenta, Alfredo — *D. João III* — Tavares Martins, Porto 1936.
- Rippy, J. Fred — *Historical Evolution of Hispanic America* — Blackwell, Oxford. s. d.
- * Simonsen, Roberto — *Historia Económica do Brasil* — Ed. Nacional, 3 vols., S. Paulo 1937-40.
- Sousa Viterbo, F. M. — *Trabalhos Nauticos dos Portugueses nos secs. XVI e XVII* — Lisboa 1898.
- Southey, R. — *The History of Brazil* — 3 vols., in-4.º, London 1812.
- * Varnhagen, F. A. de — *História Geral do Brasil*, 4.ª ed. — Weiszflog, 5 vols., S. Paulo 1918.

Antecedentes da Capitania de Pernambuco

- Abreu, João Capistrano de — *Capitulos de Historia Colonial* — Rio 1928.
- *Alguns Documentos da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas dos Portugueses* — Lisboa 1892.
- Almeida, Fortunato de — *Historia de Portugal* — 6 vols., Coimbra 1922.
- Almeida, Fortunato de — *Historia da Igreja em Portugal* — 8 vols., Coimbra 1910.
- Almeida Prado, J. F. de — *Primeiros Povoadores do Brasil* — Ed. Nacional, S. Paulo 1935.
- Archivo Historico Portuguez* — Lisboa.
- Barros, João de — *Asia* — Lisboa 1778.
- Boletin da Real Sociedade Geographica de Madrid* — Madrid.
- Bulletin de la Societé Normande de Geographie* — Rouen.
- Castro, Eugênio de — *Roteiro de Pero Lopes de Sousa* — Briguiet, 2 vols., Rio 1927.

- Chancelleria de D. João III. Torre do Tombo. Livro 21 — Lisboa.
- Corpo Chronologico. Torre do Tombo — Lisboa.
- Corpo Diplomatico. Torre do Tombo. Tomo V — Lisboa.
- Couto, Diogo do — Observações das Principaes Causas da Decadencia dos Portugueses na Asia — Lisboa 1790.
- Cortesão, J. — Do Sigilo Nacional sobre os Descobrimentos. in *Lusitânia*, rev. 1924.
- Denucé, I. — *The Discovery of the North Coast of South America* — London 1910.
- Fernandez Duro, Don Cesareo — *Armada Española* — Madrid 1895.
- Fernandes Gama, J. B. — *Memorias Historicas para a Provincia de Pernambuco*, 2 vols. — Recife 1844.
- Ford, J. D. M. — *Letters of John III* — Cambridge, H. Un. Press. Mass, U. S. A. 1931.
- Freyre de Oliveira, E. — *Elementos ... Municipio de Lisboa* — Lisboa a partir de 1882.
- Indice Chronologico das Navegações dos Portugueses — Lisboa 1841.
- Gaffarel, Paul — *Histoire du Brésil Français au XVI siècle* — Paris 1878.
- Gravier, G. — *Notice sur Jean Parmentier* — Rouen 1902.
- Guénin, E. — *Ango et ses Pilotes* — Paris 1901.
- Hackluyt — *Principal Navigations* — London, 6 vols. in 4.º, 1599-1600.
- * *História da Colonização Portuguesa do Brasil* — 3 vols. in-folio, Porto 1922.
- Jal, Auguste — *Archeologie Navale* — Paris 1840.
- La Roncière, Ch. de — *Histoire de la Marine Française* — 6 vols., Paris, Plon, 1909-1932.
- Lannoy, Ch. de — *L'Expansion Coloniale du Portugal* — Bruxelles, Paris, Alcan 1907.
- Le Discours et la Navigation de Jean et Raoul Parmentier*, pub. par Ch. Shefer — Paris 1883.

- Lusitânia. Revista — Lisboa.
- * Maranhão, Methodio — Duarte Coelho e a Colonização de Pernambuco — Recife 1935.
- Margry, P. — Les Navigations Françaises — Paris 1867.
- * Medina, J. T. — Juan Dias de Solis — Santiago de Chile 1897.
- * Medina, J. T. — El Veneciano Sebastian Caboto al Servicio de España — Santiago de Chile 1908.
- * Medina, J. T. — El Portugues Gonzalo de Acosta al Servicio de España — Santiago de Chile 1908.
- * Medina, J. T. — Los Viajes de Diego Garcia de Moguer — Santiago de Chile 1908.
- Memorias da Academia Real de Sciencias de Lisboa — Lisboa.
- Montalboddo, Fracanzio de — Paese Novamente Ritrovati — Milano 1519.
- Musset, Georges -- La Cosmographie de Jean Fonteneau — Paris, Leroux, 1904.
- Navarrete, Martin — Collection de los Viajes — Madrid 1851.
- Nunes Franklin, Francisco — Memoria para servir de Indice dos Foraes — Lisboa.
- Palha, Fernando — A Carta de Marca de João Ango — Lisboa 1882.
- Pimenta, Alfredo — D. João III — Porto, Teixeira, 1936.
- Prestage, Edgâr — The Portuguese Pioneers — London, Black, 1933.
- Ramúsio, G. B. — Delle Navigazioni — Venetia, 3 vols., 1563-65.
- * Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico Brasileiro — Rio.
- * Revista do Instituto Archeologico Pernambucano — Recife.
Revista do Instituto Historico do Ceará — Fortaleza.

- Santa Cruz, Alonso de — Yslario General, in Boletim de la Real Sociedad Geografica de Madrid — Madrid 1918.
- Sousa, Fr. Luís de — Annaes de D. João III, pub. por Alexandre Herculano — Lisboa 1844.
- Varnhagen, F. A. de — Americo Vespucci — Lima 1865.
- * Varnhagen, F. A. de — Historia Geral do Brasil. 4.^a ed. — Weiszflog. 5 vols., S. Paulo.
- Visconde de Santarem e Rebelo da Silva — Quadro Elementar das Relações Politicas — Lisboa 1858.
- Watson, R. G. — Spanish and Portuguese South America — London, 2 vols., 1884.

A Navegação Portuguesa

- Alguns Documentos da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas dos Portugueses — Lisboa 1892.
- Almeida, Fortunato de — Historia de Portugal — Coimbra 1922.
- Alvise da Cá da Mosto — Le Navigazione Atlantiche di, a cura de Rinaldo Caddeo. 2.^a ed. revista — Milano 1929.
- Archivo Real da Torre do Tombo — Lisboa.
- Archivo Historico da Marinha — Lisboa.
- Anais das Bibliotecas e Arquivos — Lisboa 1920.
- Anais do Club Militar Naval — Lisboa.
- Annaes Maritimos e Coloniaes — Lisboa 1840-46.
- Barbosa, Antonio — A arte de Navegar dos Portugueses na Época dos Descobrimentos. in Ha. da Expansão Portuguesa no Mundo — Lisboa, em curso de publicação.
- Barreto, João — Historia da Guiné — Lisboa 1938.
- Barros, e Diogo do Couto — Decadas da Asia — Lisboa 1778,

- Beazley, R. — *Down of Modern Geography* — London Murray, 3 vols., 1897-1906.
- * Bensaude, J. — *Histoire de la Science Nautique Portugaise* — Genève 1917.
- Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa — Lisboa.
- Braamcamp Freire, A. — *Expedições e Armadas nos annos de 1488 e 89* — Lisboa 1915.
- Braamcamp Freire, A. — *A Armaria Portuguesa* — Lisboa.
- Bulletin Hispanique — Paris.
- Carvalho, Joaquim de — *A Expansão através do Atlântico. Os caminhos de Penetração para o Oriente.* in *História da Expansão Portuguesa no Mundo* — Lisboa, em curso de publicação.
- Chatterton, E. K. — *Sailing Ships* — London.
- Chatterton, E. K. — *English Seamen and the Colonization of America* — London 1930.
- Collecção de Noticias para a Ha. das Nações Ultramarinas — Lisboa 1812.
- * Commemoração do Centenario do Descobrimento da America, publ. pela Real Academia de Sciencias de Lisboa — Lisboa 1892.
- Corte Real, João — *A Fabrica das Naus* — Lisboa 1921.
- Cortesão, Armando — *Cartografia e Cartografos Portugueses* — 2 vols. Seara Nova. — Lisboa 1935.
- Costa de Macedo, J. J. — *Memorias para a Historia das Navegações* — Lisboa 1835.
- Costa Quintella, J. — *Annaes da Marinha Portugueza* — Lisboa, 2 vols., 1839.
- Corpo Chronologico, publ. in *Archivo Nacional da Torre do Tombo* — Lisboa.
- Couto, Diogo do — *O Soldado Pratico da India* — Lisboa 1790.
- Dampier, Guillaume — *Suite du Voyage. II. Discours des vents, tempêtes, saisons, marées e courans, de la Zone Torride* — Rouen 1723.

- Denucé, J. — *Les Origines de la Cartographie Portugaise* — Gand 1908.
- Dialogos das Grandesas do Brasil* — Rio 1930.
- * Dionigio Carli da Piacenza — *Il Moro Transportato* — Bassano 1687.
- Faria e Sousa, M. — *Asia Portuguesa* — Lisboa 1675.
- * Fernandez Duro, C. — *Armada Española* — Madrid 1895.
- Ferreira Paes, Simão — *As Famosas Armadas Portuguesas* — Rio, publ. off., in-folio, 1938.
- Ficalho, conde de — *Viagens de Pero da Covilhã* — Lisboa.
- * Figueiredo Falcão, L. — *Livro de Toda a Fazenda* — Lisboa 1859.
- Finot, J. — *Étude Historique sur les Relations Commerciales entre la Flandre et l'Espagne au Moyen Âge* — Paris 1899.
- * Fonseca, Quirino da — *Os Portugueses no Mar* — Lisboa 1926.
- * Fonseca, Quirino da — *A Caravela Portuguesa* — Coimbra 1934.
- * Fonseca, Quirino da — *A arquitetura Naval no tempo dos Descobrimentos.* in *Ha. da Expansão Portuguesa pelo Mundo*, em curso de publicação.
- * Ford, J. D. M. — *Letters of D. João III* — Cambridge. U. S. A. 1931.
- Franco Machado, João — *Descobrimento e Colonização do Arquipélago da Madeira*, in *História da Expansão Portuguesa pelo Mundo* — Lisboa, em curso de publicação.
- Frazão de Vasconcellos — *A Fabrica das Naus da Carreira da India* — Lisboa 1928.
- Frazão de Vasconcellos — *João Pereira Corte Real e as naus da Carreira da India* — Lisboa 1921.
- Frazão de Vasconcellos — *Os Pilotos dos secls. XV e XVI e a Nobresa do Reino* — Lisboa 1932.

- Freitas, Jordão de — As ilhas do Arquipélago dos Açores na Ha. da Expansão Portuguesa. in Ha. da Expansão Portuguesa, em curso de publicação — Lisboa.
- Fructuoso, Gaspar — Saudades da Terra — Funchal 1873.
- Gama Barros, Henrique da — Ha. da Adm. Publica em Portugal. Tomo IV — Lisboa 1922.
- Garcia de Resende — Chronica del Rey D. João II — Lisboa 1535.
- Goes, Damião de — Chronica de El Rey D. Manoel I — Coimbra 1926.
- Gomes, Diogo — As Relações dos Descobrimientos da Guiné, e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, in Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa — 1898-99.
- Goris, J. A. — Étude sur les Colonies Marchandes Meridionales — Louvain 1925.
- Guerreiro, Fernão — Relação Annual dos P. P. da Companhia — Lisboa, 5 vols., 1603-08.
- Haepke, R. — Niederländische Akten und Urkunden zur Geschichte der Hanse und zur Deutschen Seegeschichte. — Muenchen 1913.
- Hackluyt Society, publicações da — London.
- Haring, C. H. — Trade and Navigation — New York.
- História da Colonização Portuguesa do Brasil — Porto, 3 vols., in-folio, 1922.
- Holland Rose, J. — Man and the Sea — Cambridge. Heffer. Inglaterra. 1935.
- Indice Chronologicò das Navegações dos Portugueses — Lisboa 1841.
- La Roncière, Ch. de — Histoire de la Marine Française — Paris, Plon, 6 vols., 1909-1932.
- La Roerie et Vivielle — Navires et Marins — Duchartre. Paris. Bruxelles. 2 vols. in 4.º 1930.
- Lavanha, J. B. — Arte del Marear — Salamanca.

- Lima Felner, R. J. — Subsídios para a Historia da India Portuguesa — Lisboa 1868.
- * Linschoten, J. H. — Voyage de Jean Huyghens van Linschoten — Amsterdam 1638.
- Lopes de Mendonça, H. — Estudos sobre os Navios Portugueses nos Séculos XV e XVI — Lisboa.
- Lopes de Mendonça, H. — Bartholomeu Dias e a Rota da India — Lisboa 1892.
- Macedo, J. J. — Memórias para a Historia das Navegações — Lisboa 1835.
- Morais e Sousa, L. — A Sciencia Nautica dos Portugueses nos secs. XV e XVI — Lisboa.
- Moreau, Pierre — Histoire des Derniers Troubles du Brésil — Paris 1651.
- Navarrete, Martin — Colleccion de los Viajes — Madrid 1859.
- Navarrete, Martin — Disertacion sobre la Historia de la Nautica — Madrid 1846.
- Newton, A. P. — The Great Age of Discovery — Edinburgh.
- Newton, A. P. — The European Nations in the West Indies — London 1933.
- * Oliveira, Fernando — Arte da Guerra no Mar — Lisboa 1937.
- Oldham, Yule — The Discovery of the Cape Verd Islands — London.
- Osorio, Jerónimo — De Rebus Emmanuelis. trad. por Felinto Elysio — 3 vols., imp. Regia, Lisboa, 1804.
- Pacheco Pereira, Duarte — Esmeraldo de Situs Orbis. ed. de Epifanio Dias — Lisboa 1905.
- Panorama, O — Revista — Lisboa, Vol. IV.
- Peschel, Oscar — Geschichte der Zeithalters der Entdeckungen — Stuttgart 1858.
- Petrus Nonius, revista em curso de publicação — Lisboa.
- Pimenta, Alfredo — D. João III — Porto 1936.

- Pimentel, Manuel — *Arte de Navegar* — Lisboa 1712.
- Portucalé, revista — Porto, vol. III. 1929.
- * Prestage, Edgar — *The Portuguese Pioners* — London, Black, 1933.
- * Pyrard de Laval — *Voyage de François Pyrard de Laval* — Paris 1679.
- Reale Instituto Veneto, anais e publicações referentes a navegações e pilotos de Venesa e outros países dos secs. 15 e 16 — Venesa.
- Revista de Arqueologia. Tomo III — Lisboa 1938.
- Revista de História — Lisboa.
- Revista Lusitânia — Lisboa.
- Revista Lusitana de História — Lisboa.
- Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico Brasileiro — Rio.
- Ricard, Robert — *Les Problemes de la Decouverte du Brésil*. Bulletin Hispanique — Paris 1923.
- Romola e Anderson — *The Sailing Ship* — London, Harrap, 1927.
- Roteiros Portugueses da Viagem de Lisboa a India. publ. por G. Pereira — Lisboa 1898.
- Ruge, Sophus — *Geschichte des Zeithalters des Entdeckungen* — Berlin 1881.
- Santarem, Visconde de — *Noticia dos Manuscriptos*. 2.^a ed. — Lisboa 1864.
- Segundo de Ispizua — *Historia de la Geografia y de la Cosmografia* — Madrid 1922.
- Sena Barcellos, C. — *Subsídios para a Ha. do Cabo Verde e Guiné* — Lisboa.
- Soares de Sousa, G. — *Tratado Descritivo do Brasil*. in *Rev. Inst. Hco. Bras.* tomo XV.
- Sousa Gomes, A. — *Os Carpinteiros da Ribeira das Naus* — Coimbra 1931.
- Sousa Viterbo, F. M. — *Trabalhos Nauticos dos Portugueses nos secs. XVI e XVII* — Lisboa 1898.

- Taunay, Afonso de E. — Bartholomeu de Gusmão e a sua Prioridade Aerostatica — S. Paulo 1935.
- Varnhagen, F. A. — Historia Geral do Brasil. 4.^a ed., 5 vols. — Weiszflog. S. Paulo.
- Vieira y Clavijo — Noticias de la Historia General de las islas Canarias — Madrid 1772.
- Zaragoza, D. Justo — Piraterias en la America Española — Madrid 1833.

A Terra e o Indio

- Abreu, J. Capistrano de — Capitulos de Historia Colonial — Rio 1928.
- Almeida Prado, J. F. de — Primeiros Povoadores do Brasil — Ed. Nacional, S. Paulo 1935.
- Anchieta, J. de — Cartas. in pubs. da Academia Brasileira de Letras — Rio 1931.
- Baldus-Willems — Diccionario de Ethnologia e Sociologia — Ed. Nacional. S. Paulo 1939.
- Cardim, Fernão — Tratados da Terra e Gente do Brasil — J. Leite. Rio 1925.
- Claude d'Abbeville (O. F.) — Histoire de la Mission des Pères Capucins — Paris 1614.
- Commelyn, I. — He. de la Vie de F. H. de Nassau — Amsterdam 1656.
- Dapper, Dr. O. — Die Unbekante, Neuwelt, oder Beschreibung des Weltteils Amerika und des Süd Landes — Amsterdam 1673, fol.
- Dialogos das Grandezas do Brasil — Rio 1930.
- Ehrenreich, Paul — Über einige ältere Bildnisse südamerikanischer Indianer, in Globus Bd. III — Braunschweig 1894. 4.^o.
- Falcão, Annibal — Fórmula da Civilização Brasileira — Rio 1934.

- Flekno, Richard — *A Relation of Ten Years Travels* — London. s. d.
- Ford, J. D. M. — *Letters of D. João III* — Cambridge. Mass. U. S. A. 1931.
- Garcia, Rodolfo — *Diccionario de Brasileirismos* — Rio 1915.
- Guerreiro, Fernão — *Relação Annual* — Evora, Lisboa, 5 vols., 1603-1608.
- Herkmanns, Elias — *Generalibeschrijvinge van de Capitanie Paraiba* — *Bijdragen en Mededeelingen.* — 8 Utrecht. II. 1879.
- Herrera, Antonio de — *Historia General de las Indias Occidentales* — 4 vols. in 4.º grande, Amberes 1728.
- História da Col. Port. do Brasil* — Porto, 3 vols. 1922.
- Hoehne, F. C. — *Botanica e Agricultura no Brasil (Século XVI)* — Ed. Nacional. S. Paulo 1937.
- Labat, Pere — *Voyage du Chevalier des Marchais* — 4 vols. Paris 1730.
- La Roncière, Ch. de — *Histoire de la Marine Française* — Plon. 6 vols. Paris 1909-1932.
- * Maranhão, Methodio — *Duarte Coelho e a Colonização de Pernambuco* — Recife 1935.
- Métraux, A. — *La Civilisation Matérielle des Tupi Guarani* — Paris, Geuthner, 1928.
- Métraux, A. — *La Religion des Tupinambá* — Paris, Geuthner, 1928.
- Miguel Archanjo da Anunciação — *Chronica, Manuscrito Inédito.*
- Miranda, Agenor Augusto de — *Estudos Piauienses* — Editora Nacional. S. Paulo.
- Oliveira Lima, Manoel — *A nova Lusytania, in Ha. da Col. Port. do Brasil* — Lisboa 1922.
- Pereira, Ruy — *Cartas de Pernambuco, in Cartas Avulsas* — pub. da Academia Bras. Lets. Rio 1931.

- Quelle, Otto — Meteorologia, in Rev. do Instituto de Geographia do Rio de Janeiro. Tomo XXXV — Rio.
- Paulmier de Gonneville — Relation Authentique — Paris 1869.
- Revista do Instituto Historico Archeologico Pernambucano — Recife.
- Revista do Instituto de Geographia do Rio de Janeiro — Rio.
- * Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico Brasileiro — Rio.
- Silva Coutinho, J. M. da — Estrada de Ferro do Recife ao Rio de S. Francisco — Rio 1874.
- Soares de Sousa, G. — Tratado Descriptivo do Brasil. in Rev. Inst. Hist. Bras. Tomo XIV.
- Teixeira, Bento — Prosopopea — Rio 1873.
- Thevet, A. — Les Singularitez de la France Antartique — 1557.
- Thomsen, Thomas — Albert Eckhout — Munksgaard, Copenhagen 1938.
- Thurnwald, Richard — Die Menschliche Gesellschaft — 5 vols. Berlin 1931-35.
- Thurnwald, Richard — Koloniale Gestaltung — Hoffmann und Campe. Hamburg 1939.
- Thurnwald, Richard — The Psychology of Acculturation — American Anthropologist. vol. 34. 1932.
- * Varnhagen, F. A. de — História Geral do Brasil. 4.^a ed. — Weiszflog. 5 vols. S. Paulo.
- Varnhagen, F. A. de — Roteiro de Pero Lopes de Sousa — Lisboa 1839.
- Vicente do Salvador, Fr. — Historia do Brasil — S. Paulo. Weiszflog. 1918.
- Wagner, Zacarias — Zoobiblion, in Rev. do Inst. Hist. Archeologico Pernambucano. IX — Recife.
- * Wagner, Zacarias — in Thomsen, Albert Eckhout — Munksgaard. Copenhagen 1938.

- Wegener, Hans — Eine Forschungs und Koloniale expedition nach Brasilien im 17 Jahrhundert — Atlantis 1938.
- Williams, F. E. — The Blending of Cultures, in Anthropology, Walter Alfred Böck — G. P. Port Moresky 1935.

A Organização do Trabalho

- American Baptist Publication Society — Philadelphia.
- Anchieta, J. — Cartas. in pubs. da Academia Brasileira de Letras — Rio 1931.
- Baldus, Willems — Dicionário de Etnologia e Sociologia — Ed. Nacional. S. Paulo 1939.
- Baxter, E. B. — Rise and Fall of the Anabaptists — New York 1902.
- Brandes, J. — Die Portugiesenzeit von Deutsch-und English-Ostafrika — Berlin 1899.
- Brown, J. — The English Puritans — England, U. S. A. 1910.
- Burns, A. C. — History of Nigeria — Allan and Unwin. London 1929.
- Bunyan, C. — Pilgrims Progress — Tauchnitz Editions.
- Burrage, I. — The Church Covenant Idea — England U. S. A. 1904.
- Claude d'Abbeville — Histoire de la Mission des Pères Capucins — Paris 1614.
- Collecção de Breves Pontificios sobre bens e commercio dos Indios no Brasil.
- Corbière, Tristan — Elegies Brésiliennes — Paris 1823.
- Culross — Hanserd Knollys, in Baptists Manuals — London 1891.
- Du Tertre, J. B. — Histoire Générale des Antilles — Paris. 4 vols. 1667-71.
- Febvre, Lucien — Martin Luther — Rieder. Paris 1936.

- Handelmann, Heinrich — Geschichte von Brasilien — Berlin 1860.
- Hanserd Knollys Society — Finsbury 1846-54.
- Harnack, Th. — Luthers Theologie — Berlin 1862-1886.
- * História da Colonização P. do Brasil — Porto, 3 vols., 1922.
- História da Expansão de Portugal no Mundo. em curso de publicação.
- Howe, Daniel W. — The Puritan Republic — Indianapolis.
- Lorimer, G. — Baptists in History — New York 1902.
- Lutheran Publications Society.
- Macphail, W. M. — The Presbyterian Church — England, U. S. A. 1918.
- Métraux, A. — Les Migrations Historiques des Tupi Guarani — Paris 1927.
- Métraux, A. — La Religion des Tupinambas — Paris, Geuthner, 1928.
- * Métraux, A. — La Civilisation Materielle des Tupi Guarani — Paris, Geuthner, 1928.
- Perdigão Malheiros, A. M. — A Escravidão no Brasil. II — Rio 1867.
- Saco, José A. — Ha. de la Esclavitud de los Indios en el Nuevo Mundo. 3 vols. — Paris, Lahure, 1875.
- Seiss, J. A. — Baptist System Examined. in Lutheran Publication. 1902.
- Soares de Sousa, Gabriel — Tratados da Terra e Gentes do Brasil, in Revista Trim. do Inst. Hist. Geog. Brasileiro XIV — Rio.
- Sombart, Werner — Die Vorkapitalistische Wirtschaft. I. parte 2.^a Duncker u. Humblot. München u. Leipzig, 1928.
- Revista do Instituto Hist. Arch. Pernambucano — Recife.
- Revista Trim. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro — Rio.
- Ushe, The Presbyterian Movement 1584-89. Com. So. 1905.

- Varnhagen, F. A. de — Ha. Gl. do Brasil. 4.^a ed. Weisflog. 5 vols. — S. Paulo.
- Vedder — A Short History of the Baptists. 2.^a ed. — London 1897.
- Weber, Max — Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie. Mohr — Tübingen 1934.
- Weeden — Economical and Social History of New England 1620-1789 — U. S. A.
- Wilson, Thomas — Religion and the Rise of Capitalism — London, Tawney 1926.

Duarte Coelho e scus Capitães

- Abreu, João Capistrano de — Prolegomenos da Ha. do Brasil de Fr. Vicente do Salvador — S. Paulo 1918.
- Albuquerque Coelho, Duarte de — Compendio de los Reyes de Portugal. Manuscrito. 1652.
- Antonio de Santa Maria Jaboatão — Catalogo Genealogico. in Rev. Inst. Hist. Geo. Bras. — Rio.
- Barros, João de, e Diogo do Couto — Decadas da India — Lisboa 1778.
- * Borges da Fonseca, A. V. — Nobiliarchia Pernambucana, 2 vols. in 4.^o. in publ. da Bibliotheca Nacional — Rio 1935.
- Braamcamp Freire, A. — Os Brazões da sala de Cintra — Coimbra 1921.
- Coelho, Duarte — Cartas, in Ha. da Col. Port. do Brasil — Lisboa 1922.
- Fernandes Gama, J. B. — Memorias Historicas para a Provincia de Pernambuco — 2.^a ed. — Recife 1844.
- Freyre, Gilberto — Nordeste — Rio, José Olympio, 1937.
- Ford, J. D. M. — Letters of D. João III. — Cambridge — Mass. U. S. A. 1931.
- Garcia, Rodolpho — Prefácio da Prim. Vis. do S. Oficio em Pernambuco — S. Paulo 1929.

- História da Col. Port. do Brasil — Porto, 3 vols. in folio, 1922.
- Historia da Expansão Portuguesa pelo Mundo, Lisboa, em curso de publicação.
- Hogeman — Verlag v. d. Vergadering der Vereeniging tot beoefening. Overijseleh Regt en Geschiedenis — Zwolle 1893.
- * Maranhão, Methodio — Duarte Coelho e a Colonização de Pernambuco — Recife 1935.
- Oliveira Lima, M. — O Regimen Feudal das Capitánias. in Ha. de Col. Port. do Brasil — Porto 1922.
- Pastor, Louis — Histoire des Papes. IX — Paris, Plon. em curso de publicação.
- Primeira Visitação do Santo Officio, col. Eduardo Prado — S. Paulo 1929.
- Severim de Faria, Manuel — Noticias de Portugal — Lisboa 1655.
- Teixeira, Bento — Prosopopea — Rio 1873.
- Varnhagen, F. A. de — Historia Geral do Brasil. 1.^a ed., I — Madrid, 2 vols., 1854.
- Vicente do Salvador, Fr. — Historia do Brasil. — Weiszflog — S. Paulo, 1918.

Os Governantes da Capitania

- Abreu, J. Capistrano — Capítulos de Historia Colonial — Rio 1928.
- Abreu, J. Capistrano — Prolegomenos aos capitulos da Ha. do Brasil de Fr. Vicente do Salvador — S. Paulo 1918.
- Antonio de Santa Maria Jaboatão — Novo Orbe Seraphico — Lisboa 1761.
- Antonio de Santa Maria Jaboatão — Catalogo Genealogico. in Rev. Inst. Historico — Rio.

- * Borges da Fonseca, A. V. — Nobiliarchia Pernambucana, 2 vols. in publ. dos Annaes da Bibliotheca Nacional — 1935 — Rio de Janeiro.
- Braamcamp Freire, A. — Os Brasões da sala de Cintra — Coimbra 1921.
- Danvilla y Burguero — D. Cristobal de Moura — Madrid.
- Fernandes Gama, J. B. — Memórias Historicas para a Provincia de Pernambuco — Recife 1844.*
- * Garcia, Rodolpho — Prefácio da Prim. Visitação do Santo Officio — S. Paulo 1929.
- Hawkins, William — Documentos relativos a suas viagens, in arquivos ingleses dos portos do Cornwall — Inglaterra.
- História da Col. Port. do Brasil — Porto, 3 vols., in folio 1922.
- Lopes Machado, Maximiano — Historia da Provincia da Parahyba — Parahyba 1912.
- Primeira Visitação do Santo Officio, col. Eduardo Prado — S. Paulo 1929.
- * Revista do Instituto Ho. Ar. Pernambucano — Recife.
- Revista do Instituto Ho. Geo. Brasileiro — Rio.
- Staden, Hans — Warhafftige Historia, Marpurg 1556.
- Severim de Faria, Manuel — Noticias de Portugal — Lisboa 1655.
- Varnhagen, F. A. de — Ha. Geral do Brasil — 4.^a ed. 5 vols. Weiszflog — S. Paulo.
- Vicente do Salvador, Fr. — Historia do Brasil — Weiszflog — S. Paulo 1918.
- Williamson, J. A. — Sir John Hawkins — Oxford 1927.

O Florecimento da População

Antonio de Santa Maria Jaboatão — Catalogo Genealogico, in Rev. do Inst. Hist. Geo- Bras. — Rio.

- * Borges da Fonseca, A. V. — Nobiliarchia Pernambucana — 2 vols. in 4.^o in Annaes da Bibl. Nacional — Rio.
- Brito Freyre — Nova Lusitania — Lisboa 1675.
- Cardoso, Jorge — Agiologio Lusitano — Lisboa 1652-1744.
- Cartas Jesuiticas, publ. da Academia Bras. de Letras — Rio 1931.
- Fernandes Gama, J. B. — Memorias Historicas para a Provincia de Pernambuco — 2 vols. — Recife 1844.
- Manuel Calado, Fr. — O Valeroso Lucideno — Lisboa 1648.
- Marroquim, Mario -- O Linguajar do Nordeste — Ed. Nacional — S. Paulo.
- Pastor e Furcy Reynaud — Histoire des Papes X — Paris, Plon, em curso de publicação.
- * Primeira Visitação do Santo Officio no Brasil — Coll. Ed. Prado — S. Paulo 1927.
- * Revista do Inst. Hist. Arch. Pernambucano — Recife.
- Revista do Inst. Hist. Geo- Bras. — Rio.
- Sasseti — Lettere, in Biblioteca Economica, — Hoepli — Milano 1880.
- Staden, Hans — Warhafftige Historia — Marpurg 1556.
- * Varnhagen, F. A. de — Historia Gl. do Brasil — 4.^a ed. Weiszflog, 5 vols. — S. Paulo 1918.
- Williamson, J. A. — Sir John Hawkins — Oxford 1927.

A Valorização da Terra

- Almeida, Fortunato de — Historia de Portugal — 6 vols. — Coimbra 1922.
- Almeida Prado, J. F. de — Primeiros Povoadores do Brasil — Editora Nacional — S. Paulo 1935.
- Couto, Diogo do — O Soldado Pratico da India — Lisboa 1790.

- Dialogos das Grandezas — Rio 1930.
- Fernandes Gama, J. B. — *Memorias Historicas da Provincia de Pernambuco* — 2 vols. — Recife 1844.
- Ford, J. D. M. — *Letters of D. João III* — Cambridge — Mass. U. S. A.
- Freyre de Oliveira, E. — *Elementos para o Municipio de Lisboa* — Lisboa 1882.
- Gama Barros, Henrique da — *Historia da Administração Publica de Portugal* — Lisboa — 4 vols. — 1885-1922.
- História da Col. Port. do Brasil* — Porto — 3 vols. in folio, 1922.
- Ordenações Manuelinas — Coimbra 1797.
- Revista do Inst. Hist. Geog. Bras.* — Rio.
- * *Revista do Inst. Hist. Arch. Pernambucano* — Recife.
- Rodrigues Silveira — *Memorias de Hum Soldado da India* — publ. por Costa Lobo — Lisboa 1877.
- * Varnhagen, F. A. — *Historia Geral do Brasil* — 4.^a ed. Weiszflog, 5 vols. — S. Paulo.
- Vicente do Salvador, Fr. — *Historia do Brasil* — Weiszflog — S. Paulo 1918.

O Início do Tráfico Negro para o Brasil

- Abreu e Brito, Domingos — *Um Inquérito à vida administrativa e económica de Angola e do Brasil* — Coimbra 1931.
- Albuquerque Felner, A. — *Angola* — Coimbra, 1933. Imp. da Universidade.
- * Almeida, Fortunato de — *Historia de Portugal* — 6 vols. — Coimbra 1922.
- Almeida, Fortunato de — *Historia da Igreja em Portugal* — 8 vols. — Coimbra 1910.
- Altamira y Crevea, D. R. — *Historia de España* — 4 vols. — Barcelona 1923.

- Alvares de Almada, André — Tratado Breve — Porto 1841.
- Andrada, Francisco d' — Chronica de D. João III — Coimbra 1796.
- Andrada e Silva, J. J. — Repertoria Geral de Toda a Legislação Portuguesa — Lisboa 1850.
- Andrade Corvo, J. de — Estudos sobre as Provincias Ultramarinas — Lisboa 1883-1887.
- Azevedo, J. Lúcio d' — Épocas de Portugal Económico — Liv. Teixeira — Lisboa 1929.
- Azurara, E. G. de — Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné — Pariz 1841.
- Ballesteros y Beretta, D. António — Historia de España — Barcelona, Salvat, vários vols. in folio, 1919-32.
- Barbot, John — A Descrição of the Coasts of North and South-Guinéa — London 1732.
- Barreto, João — Historia da Guiné — Lisboa 1938.
- Barros, João de Barros — Asia — Lisboa 1778.
- Baumann, Hermann — Schöpfung und Urzeit des Menschen in Mythus Afrikanischer Völker — Berlin 1936.
- Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa — Lisboa.
- Boletim da Agência Geral das Colónias — Lisboa.
- Burns, A. C. — History of Nigeria — Allan and Unwin — London 1929.
- Burton, Richard — The Lands of Cazembe, J. Murray — Royal Geographical Society — London 1873.
- Cavazzi, (aliás Giovanni Antonio) G. A. — in Labat, Relation Historique — Paris 1732.
- Ciccotti, E. — El Ocaso de la Esclavitud en el Mundo Antiguo — trad. — Barcelona 1907.
- Claridge, W. W. — History of the Gold Coast and Ashanty — London 1915.
- Clenardo, N. — Viagem en Portugal — publ. por M. G. Ceregeira — Coimbra 1926.

- Collecção de Noticias para a historia e geographia das Nações Ultramarinas — Lisboa, 7 vols. 1812.
- Cordeiro, Luciano — Questões Historico-Coloniaes, in Agência Geral das Colonias — 3 vols. — Lisboa 1935.
- Cordeiro, Luciano — Escravos e minas da Africa, por diversos, in Collecção Documentos — Lisboa 1881.
- Correia, F. A. — O Comércio em Portugal no século XVI in Boletim da Agência Geral das Colónias — Ano IX. 1928.
- Cortesão, Armando — Artigo in Boletim da Agência Geral das Colónias — Lisboa.
- Costa Lobo, A. de — Historia da Sociedade de Portugal no Seculo XV — Lisboa 1904.
- Couto, Diogo do — Decadas da Asia — Lisboa 1728.
- Dapper, Dr. O. — Description de l'Afrique — Amsterdam 1681.
- De Jonghe, et Simar — Archives Congolaises — Bruxelles 1919.
- Dionigio Carli da Piacenza — Il Moro Transportato — Bassano 1687.
- Donnan, Elizabeth — Documents of the History of the Slave Trade to America. Carnegie Institution — Washington 1930-31.
- Dralsé de Grandpierre — Relation de Divers Voyages — Paris 1718.
- Ordenações Manuelinas — Coimbra, 5 vols. 1797.
- Paiva Manso, Visconde de — Historia do Congo — Lisboa 1877.
- Perdigão Malheiros, A. M. — A Escravidão no Brasil. III — Rio 1867.
- Pyrard de Laval, F. — Voyage — Paris 1679.
- Ravenstein, E. G. — History of Congo and Angola — London 1901.
- Rattray, R. G. — Ashanty — Oxford. Un. Press. 1926.

- Du Jarric, (S. J.) — Histoire des Choses plus Memorables — Bourdeaux, 3 vols. 1608-1614.
- Du Tertre, J. B. — Histoire Generale des Antilles — 4 vols — Paris 1667-71.
- Edouard d'Alençon, (O. M. C.) — Essai de Bibliographie Capucino Congolaise. in. rev. Neerlandia Franciscana — Iseghem.
- Friederici, Georg — Der Charackter der Entdeckung und Eroberung Amerikas durch die Europaer — Perthes 3 vols — Stuttgart-Gotha 1925-1936.
- Gama Barros, H. da — Historia da Administração Publica em Portugal — 4 vols. — Lisboa 1885-1922.
- Garcia Mendes Castello Branco — Viagem da Mina ao Cabo Verde — publ. por Luciano Cordeiro — Lisboa 1881.
- Garcia de Rezende — Chronica d'El-Rey D. Joam II — Lisboa 1902.
- * Giovanni Antonio Cavazzi di Montecucullo — Relation de Congo e Angola, in Labat Relation Historique de l'Ethiopie Occidentale.
- Goes, Damião de — Chronica do Principe D. Joam — Lisboa 1724.
- Gomes de Brito, B. — Historia Tragico Maritima — 3 vols. — Lisboa 1735.
- Gonzalez Palencia — Historia de España Musulmana — 3.^a ed. — Barcelona 1932.
- Guerreiro, Fernão — Rêlação Annual. I. — Coimbra 1930.
- Heleno, Manuel — Os Escravos em Portugal. I. — Lisboa, Anuário Comercial. 1933.
- Heyd, W. — Histoire du Commerce du Levant au Moyen Age — trad. por Furcy Reynaud — Leipzig 1885.
- História da Col. Port. do Brasil — 3 vols. — Paris 1922.
- História da Expansão Portuguesa pelo Mundo — Lisboa, em curso de publicação.

- Isert, Dr. P. E. — Voyage en Guiné — Paris 1793.
- Ingram, John K. — artigo "Slavery", in *Encyclopedia Britannica*, 11.^a ed.
- Labat, le Pere (O. D.) — *Nouveau Voyage aux iles de l'Amerique* — 8 vols. — Paris 1742.
- Labat, le Pere — *Voyage aux Isles d'Amerique* — 6 vols. — La Haye 1724.
- * Labat, le Pere — *Voyage du Chevalier des Marchais en Guinée* — 4 vols. — Paris 1730.
- * Labat, le Pere — *Relation Historique de l'Ethiopie Occidentale* — 5 vols. — Paris 1742.
- La Ronciere, Ch. de — *La Decouverte de l'Afrique au Moyen Age* — Le Caire 1927.
- La Ronciere, Ch. de — *Nègres et Negriers* — Paris ed. Les Portiques. 1933.
- Livi, Ridolfo — *La Schiavitú Domestica nei tempi di mezo e nei moderni* — Padova 1928.
- Lopes de Lima, J. J. — *Ensaio Estatístico sobre as Posseções portuguesas* — 5 vols. — Lisboa 1844.
- Lusitana, revista, tomo 24 — Lisboa 1922.
- Magalhães Mendonça, A. H. — *Presas e Escravatura* — Lisboa 1888.
- Mercado, Tomás de — *Tratos y Contratos de Mercaderes* — Salamanca 1569.
- Mocquet, Jean — *Voyages en Afrique* — Paris 1830.
- Monheim, Chr. — *Étude sur la Traite des Negres aux XVI et XVII siècles d'après des documents contemporains* — Louvain 1927.
- Monteiro, J. J. — *Angola and the River Congo* — London 1875.
- Mungo Park — *Travels in the Interior Districts of Africa* — London 1810.
- Münzer, J. — *Itinerario*, publ. por Basilio de Vasconcelos — Coimbra.
- Neerlandia Franciscana, rev — Iseghem 1914-19.

- Rebello de Aragão, Bathazar — Terras e minas Africanas — publ. por Luciano Cordeiro — Lisboa 1881.
- Rinchon, Dieudonné — La Traite et l'Esclavage des Congolais par les Européens — Wetteren 1929.
- Royal Geographical Society — London.
- Saco, José, A. — Historia de la Sclavitud de la Raza Africana en el Nuevo Mundo — Barcelona — 4 vols. 1879.
- Saldanha da Gama, Antonio de — Memoria Ha. e Pol. sobre o Commercio da Escravatura — Lisboa 1880.
- Sandoval, Fr. Alonso de — De Instauranda Aethiopum Salute. Salamanca.
- Salomon, Robert — L'Esclavage en Droit Comparé Juif et Romain — Paris 1931.
- Sassetti — Lettere, in Biblioteca Economica, Hoepli — Milano 1880.
- Savary des Bruslons, J. — Dictionnaire Universel de Commerce — 5 vols. in folio — Copenhagen 1759-65.
- Scelle, Georges — La Traite Négrière aux Indes de Castille — 2 vols. — Paris 1906.
- Senna Barcellos, C. J. de — Subsídios para a Historia do Cabo Verde e Guiné — Lisboa 1899.
- Silva Correa, Alexandre — Historia de Angola — Lisboa — 2 vols. 1937.
- Simonsen, Roberto — Historia Economica do Brasil — Editora Nacional — 3 vols. — S. Paulo 1937-40.
- Simar, Th. — Le Congo au XVI siècle — Bruxelles 1919.
- Simon, Kurt — Spanien und Portugal als See und Kolonialmächte — R. Hermes V. — Hamburg 1913.
- Snelgrave, W. — A New Account of Guinea and the Slave Trade — London 1754.
- Solus, H. — Le Regime et l'Organisation du Travail des Indigènes dans les Colonies Tropicales — Bruxelles 1929.
- Strandes, Julius — Die Portugiesenzeit von OstAfrika — Berlin 1893.

- Talamo, S. — Il concetto della Schiavitú da Aristotele ai dottori scolastici — Roma 1908.
- Talbot, P. A. — The People of Southern Nigeria, I. (Historical Notes) — 4 vols. — Oxford Un. Press. 1926.
- The American Journal of Sociologie, vols. 40-45 Março 1935.
- Thurnwald, Richard — Koloniale Gestaltung. Hoffmann und Campe V. — Hamburg 1939.
- Thurnwald, Richard — Sozial Wandlungen in Afrika, in Zeitschrift für Völkerpsychologie.
- Thurnwald, Richard — Baumann, H. u. Westermann, D. — Völkerkunde Afrikas — Essen 1930.
- Van Wing, R. P. (S. J.) — Études Bakongo — Bruxelles 1920.
- Varnhagen, F. A. de — Historia Geral do Brasil — 4.^a ed. Weiszflog. 5 vols. — S. Paulo.
- Wallon, H. — Historie de l'Esclavage dans l'Antiquité — 3 vols. — Paris 1879.
- Wätgen, H. — Der Negerhandel in Westindien und Süd Amerika, in Hansische Geschichtsblätter 1913.
- Zuchelli (O. M. C.) — Relazione del Viaggio e Missione di Congo -- Venezia 1762.

INDICE ONOMÁSTICO

A

- Adriano VI (aliás Adriano Florêncio) — 199, 200.
Abreu, João Capistrano de — 27, 31, 32, 142, 162, 168, 198.
Abreu e Brito, Duarte (aliás Domingos) de — 255, 262.
Acuña, D. Rôdrigo de — 36, 38, 39, 40, 114, 116.
Afonso IV — 163.
Albuquerque — 168, 171, 210, 225.
Albuquerque, Afonso de — 84, 165, 192.
Albuquerque Melo, Afonso de — 188.
Albuquerque Melo, Antónia de — 187, 192.
Albuquerque, Beatris (aliás Brites) de — 163, 171, 190,
201, 204, 216.
Albuquerque, Da. Brites de — 187.
Albuquerque, Catarina de — 187, 201, 202, 205, 209, 216.
Albuquerque, Da. Catarina de — 201, 210.
Albuquerque Coelho — 165.
Albuquerque Coelho, Duarte de — 165, 179, 214, 222.
Albuquerque Coelho, Duarte de, marquês de Basto, conde de
Pernambuco — 193.
Albuquerque Coelho, Jorge de — 165, 179, 189, 191.
Albuquerque, Da. Cosma de — 188.
Albuquerque, Cristovam de — 188.
Albuquerque Melo, Cristovam de — 224.
Albuquerque, Duarte de — 188.
Albuquerque, Felipa de — 173.
Albuquerque, Felipa de — 202.
Albuquerque, Felipe de — 189.
Albuquerque Felner, A. de — 98, 248, 250, 263, 265, 266.
Albuquerque, Isabel de — 189, 216.

- Albuquerque, Jéronimo de — 1, 112, 170, 171, 173, 175, 178, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 201, 207, 208, 209, 216, 220, 224, 225.
- Albuquerque, Jerónimo de — 188.
- Albuquerque, Joana de — 187.
- Albuquerque, João de — 189, 190.
- Albuquerque, João de — 188.
- Albuquerque, Jorge de — 164, 170.
- Albuquerque, Lopo de — 171, 172.
- Albuquerque, Manuel de — 186, 191.
- Albuquerque Maranhão — 186.
- Albuquerque, Margarida de — 217, 218.
- Albuquerque, Maria de — 187.
- Albuquerque, Matias de — 166.
- Albuquerque, Paulo (aliás Matias) — 166.
- Albuquerque, Pero de — 189.
- Albuquerque, Salvador de — 189.
- Alenquer, Catarina Bárbara de Noronha, marquesa de — 166.
- Álvares d'Almada, André — 266, 275, 276, 277.
- Álvares d'Andrada, Fernando — 27, 28.
- Álvares Cabral, Pedro — 42, 88, 91, 196.
- Álvares da Cunha — 173.
- Álvaro, D. — 254, 255, 261.
- Alves de Castro, Margarida — 222.
- Alves da Silveira, Pedro — 214.
- Alviano — 102, 121.
- Amador, O negro — 100.
- Anchieta, Joseph de — 147, 148.
- António de Santa Maria Jaboatão — 170, 186, 192, 199, 213, 215, 221.
- Apollonia, pequena — 189.
- Araujo — 214.
- Araujo, Branca de — 213.
- Araujo, Maria de — 212, 213.
- Arcoverde — 202, 209, 210, 216.

- Argomedo, João de — 265.
Ariosto — 206.
Aseredo Coutinho, Da. Elena de — 188.
Áustria, D. Carlos de — 296.
Avezac, marquês de — 27.
Ayres da Cunha — 27, 28.
Azevedo, Pedro de — 167, 168.
Azurara, E. G. de — 93, 96.

B

- Balbi, Adrien -- 11.
Baldus, Dr. Prof. Herbert — 3, 131.
Baldus & Willems — 122.
Bandeira de Melo — 178, 175.
Bandeira de Melo, Felipa — 174.
Bandeira de Melo, Felipe — 173.
Bandeira de Melo, Pedro — 173, 174.
Baptista, Manuel — 266.
Baptista, Pedro João — 282.
Barbalho Bezerra, Luís — 216.
Barbalho Feio, Bras — 215, 216.
Barbosa, Joana — Joana — 213.
Barbosa, Mécia — 222.
Barbosa Lima Sob. — 28.
Barbot, John — 258, 279, 284, 286, 298.
Barreto — 215, 219, 224.
Barreto, Francisco — 85.
Barreto, João — 97, 275.
Barros — 219, 221, 224.
Barros Rego, Afonso de — 219.
Barros, Antonio de — 202.
Barros, João de — 27, 29, 71, 72, 93, 162, 164, 247, 250.
Barros Pimentel, António (aliás Rodrigo) de — 221.
Barter, Edward — 274.

- Bathurst, Dr. — 274.
Battel, André — 262, 265.
Benvenuto Cellini — 206.
Berenguer de Andrada, Francisco — 226.
Bernardes, Manuel — 75.
Bezerra — 224, 225, 242.
Bezerra Barriga — 241.
Bezerra, Domingos — 212, 213.
Bezerra Felpa de Barbuda, — 221, 212.
Bezerra Felpa de Barbuda, António — 212.
Borges da Fonseca, António Vitoriano — 172, 173, 174, 188,
198, 199, 201, 202, 203, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215,
218, 219, 220, 221, 222, 223, 225.
Borges Pacheco, Maria — 219.
Bramcamp Freire, Anselmo — 166.
Braga, Manuel de — 35, 44.
Brandônio — 120, 121, 123, 124, 140.
Brito Freyre, Francisco de — 215, 219.
Brito Lyra, Ignês de — 225.
Bulhão, Joana de — 171.
Burns, A. C. — 156, 279.
Burton, Richard — 281, 282.

C

- Ca da Mosto, Alvise da — 52, 93, 268.
Cabarigo (aliás Cabarim, Cavarim, Capico, etc....) Pedro
— 36, 37.
Caboto, Sebastião — 34, 35, 36.
Cadornega, Oliveira — 262.
Calado, Frei Manoel — 199, 202.
Caldeira, Manoel — 65.
Caldeira, Manoel — 65.
Calvino — 156.
Camacho, Belchior — 24.

- Camelo, Jorge — 215.
Camelo Valcacer — 215, 219.
Campos Tourinho, Pedro de — 27.
Cão, Diogo — 41, 276.
Capelo & Ivens — 263. .
Capico aliás Cavarim etc...) Pero — 36, 37.
Cárcano, Ramon — 70.
Cardim, Fernão — 105, 106, 109, 182.
Cardoso, Jorge — 215.
Cardoso de Barros, António — 27, 28, 229.
Cardoso de Moura, Pedro — 224.
Carlos V — 6, 44, 94, 150, 196, 20, 269, 298.
Caro, Gregório — 36.
Carvalho, Alfredo de — 128.
Carvalho de Andrade — 216.
Carvalho de Andrade, Francisco — 216.
Casão, Duque de — 276.
Casas, Bartolomeu de las — 297.
Cascaes, Conde de — 85.
Castanheira, Conde da — 17, 43, 44, 87, 161.
Castro, Da. Joana de — 166.
Castro, Tomé de — 222.
Catan, (aliás Catorico), Jorge — 39.
Catâneo, Caetano — 69.
Catarina, Da. — 172, 190, 201, 245, 253.
Cavalgante, Joam — 205, 211.
Cavalcanti — 205, 210, 225.
Cavalcanti de Albuquerque, António — 202.
Cavalcanti, Aldo — 209.
Cavalcanti, António — 209.
Cavalcanti, Catarina — 209.
Cavalcanti, Felipa — 209.
Cavalcanti, Felipe — 2, 187, 191, 201, 202, 204, 205, 206, 207,
208, 209, 210, 211, 216, 218.
Cavalcanti, Genebra — 187, 209, 216.

- Cavalcanti, Guido — 205.
Cavalcanti, Jerónimo — 209.
Cavalcanti, Lourenço — 209.
Cavalcanti, Margarida — 209.
Cavazzi, G. A. (v. também Giovanni) — 291.
Cerveira Pereira, Manuel — 266.
Channing — 296.
Claude d'Abbeville, (O. F.) — 157.
Clenardo, Nicolau — 251.
Coelho — 168, 214.
Coelho, Duarte — 26, 44, 48, 69, 104, 108, 111, 112, 113, 115,
122, 125, 136, 138, 150, 157, 161, 162, 163, 165, 166, 168,
169, 170, 174, 175, 176, 179, 180, 191, 192, 193, 194,
195, 198, 205, 206, 212, 222, 227, 228, 229, 230, 231, 233,
236, 237, 238, 239, 240, 242, 243.
Coelho, Fernão — 163.
Coelho, Gonçalo — 163.
Coelho, Pedro — 163.
Coelho, João — 33.
Coelho, Pero — 163.
Colombo, Cristovam — 58.
Commelyn, I. — 29, 139.
Correia, Pio — 240.
Côrte Real, João P. — 56, 57, 63.
Costa Calheiros, Manuel da — 201.
Costa, Clara da — 202.
Costa, Da. Catarina da — 224.
Costa Lobo, A. de — 1.
Coutinho, D. Álvaro — 166.
Couto, Diogo do — 9, 20, 75, 84, 85.

D

- Danvilla y Burguero — 187.
Dapper, Dr. O. — 282.

- Debel — 200, 201.
 Dei, Beneditto — 261.
 Dias de Ataide, Gaspar — 187.
 Dias, Branca — 178.
 Dias Correia, Clara — 184.
 Dias da Costa, Gonçalo — 222.
 Dias, Diogo — 40.
 Dias de Lyra, João — 222.
 Dias de Solis, João — 34, 196.
 Dias, Paulo — 255.
 Diniz, António — 270.
 Diogo, D. — 99, 252, 254.
 Dionígio Carli da Piacenza — 70, 71, 79, 267, 299.
 Dralsé de Grandpièrre (aliás de Grandpré) — 285.
 Duarte II — 166.
 Du Jarric (S. J.) — 254.
 Du Tertre, J. B. — 300.

E

- Enrique (aliás Henrique e Henry), D. — 42, 51, 93.
 Escragnolle Taunay, Afonso d' — 3, 37.
 Espírito Santo (aliás Arcoverde), Maria do — 172, 185, 186,
 201, 209, 210, 216.
 Eulenburg, Príncipe de — 207.
 Eugênio IV — 45.

F

- Falcão, Anibal — 142.
 Falcão, Inês — 188.
 Falcão de Sousa, Simão de — 188, 224.
 Faria de Figueiredo, Jerónimo — 255.
 Faria e Sousa, Manuel — 16.

- Fatema, rei — 278.
Feijó de Melo, António — 209, 255.
Felipa (mameluca de Jerónimo de Albuquerque) — 189.
Felipe I (de Portugal, II de Espanha) — 98, 160.
Felipe II (de Portugal, III de Espanha) — 98, 129.
Felipe III (de Portugal, IV de Espanha) — 193.
Felpa de Barbuda — 215.
Fernandes de Lucena, Clara — 184.
Fernandes, Diogo -- 177, 178.
Fernandes, Diogo — 177, 178.
Fernandes de Figueiroa, Guiomar — 176.
Fernandes Gama, J. B. — 175, 185, 189, 190, 198.
Fernandes de Goes, Inês — 202.
Fernandes, Guiomar — 177.
Fernandes, Ruy — 86, 90, 91.
Fernandes (aliás de Lucena), Vasco — 169, 170, 174, 175,
182, 183, 184.
Ferrás, Maria — 222.
Ferreira, João — 276.
Ferreira Paes, Simão — 13, 56.
Ferreira Reimão, Gaspar — 90, 91.
Figueira, Pedro de — 169.
Figueiredo Correa, Jorge — 26.
Flekno, Richard — 133, 134.
Fonseca, Quirino da — 54, 55, 57, 75.
Fournier — 59, 60.
Fragoso, Álvaro — 187, 188, 191.
Fragoso de Albuquerque, Fernão — 203, 225.
Francisco I — 40, 44, 45.
Franco, Cristovam Pedro — 48.
Frazão, Francisco — 176, 177.
Friederici, Georg — 249, 250.
Freitas, Jordão de — 47.
Freyre, Gilberto — 167.

- Froes, Estevam — 39, 47.
Froes, Isabel de — 175, 224.

G

- Galego, Pero — 33, 47.
Gama Barros, Henrique da — 246.
Gama, D. Vasco da — 52, 53, 57, 71.
Garcia, Diogo — 196.
Garcia, Dr. Rodolfo — 3, 32, 126, 172, 187, 188, 189, 192, 206.
Garcia Mendes Castelo Branco — 99, 100.
Garcia de Rezende — 53, 250.
Garcia de Toledo, D. — 54.
Gil, Catarina — 222.
Ginoves, Geronimo — 39.
Giovanni Antonio Cavazzi di Montecucollo (v. também Cavazzi) — 291.
Goes, Damião de — 250.
Goes, Inês de — 202, 219.
Goes, Isabel de — 202, 209.
Goes e Vasconcelos, Joana de — 199.
Gomes Bezerra, Maria — 214.
Gomes, Esteban — 39.
Gomes, Jorge — 35, 36.
Gomes, João — 218.
Gomes de Melo, João — 202, 209, 217.
Gomes de Melo, João, o moço — 217.
Gomes da Silveira, Duarte — 214.
Gonçalves, Afonso — 112, 176, 179, 181, 222.
Gonçalves, Gonçalves Raposo, Antão — 213.
Gonçalves Raposo, Isabel — 213.
Gonçalves Vieira, Diogo — 174, 175.
Goris, J. A. — 87.
Grão Duque de Florença — 203.

- Gran Fulo — 276.
Guardes, Leonor — 215, 216.
Guardes, Inês — 215, 216.
Guerreiro, Fernão — 76, 123, 266, 267, 275, 277, 278, 292.
Gusmão, Bartolomeu de — 76.

H

- Harden, Maximiliano — 207.
Haro, Cristovam de — 33.
Hawkins, William — 180, 195.
Heinrichs III — 249.
Henry (aliás Henrique e Enrique), Prince — 42, 51, 93.
Herrera, António de — 117.
Hillier, John — 274.
Hitler, Adolf — 142.
Hobbema — 139.
Hoehne, F. C. — 107.
Hollanda (aliás Olanda), Arnau — 201.
Hollanda, (aliás Olanda), Henrique de — 199, 200.
Hojeda — 33.

I

- Isert, Dr. P. E. — 301.

J

- Jaboatão (v. também António de Santa Maria) — 170, 186,
192, 199, 213, 215, 221.
Janduy (aliás Jan de Wy) — 133.
Jaques, Cristovam — 24, 34, 37, 40, 41, 89, 113.
Jean de Lery — 67, 68, 77.

João de Áustria, D. — 54.

João I — 163.

João II — 5, 53, 163, 251.

João III — 1, 13, 19, 20, 24, 26, 29, 37, 40, 43, 45, 48, 57,
87, 125, 150, 161, 165, 182, 227, 234, 236, 251, 252, 253.

João IV — 305.

João, Príncipe Regente, ao depois D. João VI — 13.

Jerónima (mameluca filha de Jerónimo de Albuquerque) —
189.

José, Amaro — 282.

L

Labat, le Pere (O. D.) — 108, 256, 258, 259, 270, 271, 272,
286, 290, 302, 304, 306.

La Roncière, Ch. de — 290.

La Motte, de — 42, 114.

La Ravardiere — 45.

La Roncière, Ch. de — 38, 290, 300.

Lavanha — 67.

Leite, Diogo — 28.

Leitão, D. Pedro — 187.

Leitão Cabral, Baltasar — 202.

Lepe, Diogo de — 33.

Lisboa, João de — 33.

Lins — 203, 204, 211, 223, 225.

Lins, Bartolomeu — 204.

Lins, Cristovam — 203, 208.

Lins, Inês — 224.

Lins, Sibald (aliás Sibaldo ou Cibaldo) — 137, 203, 204, 205.

Linschoten, J. H. van — 66, 87, 91.

Lopes, Eduardo — 261, 269.

Lopes de Lima, J. J. — 287.

Lopes de Vera, Pedro — 189.

- Loronha, Fernão de — 24, 33.
Louzada — 168.
Lucena de Azevedo, Sebastião — 174, 184.
Luiz, D. — 199.
Luzia, ou Maria, índia — 189.
Lyra, Isabel de — 221.

M

- Machado, Maximiano — 192.
Machado de Mendonça, Felix José — 226.
Maciel de Andrada, Maria — 173.
Malheiros de Melo, António — 174.
Malfante — 260.
Malheiro Dias, Carlos — 30.
Magnelle, Janeura (aliás Genebra) de — 205, 211.
Manuel I — 5, 15, 18, 19, 20, 37, 55, 57, 58, 93, 97, 98, 199,
251.
Manuel, Gaspar — 90.
Manuel, D. — 265.
Maranhão, Gil — 169.
Maranhão, Methodio — 110, 114, 115, 116, 169.
Margarida Florência (aliás Florença) — 199, 200, 201.
Marreiros — 214, 223.
Marreiros, Luís — 214.
Maria, índia — 189.
Marinho Falcão — 225.
Marinho Falcão, Vasco — 224.
Martins Ferreira, Vicente (aliás Martins Pilloto) — 43, 44.
Martins Pessoa, Diogo — 189, 213.
Martins Pessoa, Fernão — 213.
Martins Ribeiro, António — 213.
Médicis — 205, 213.
Médicis, Catarina de — 44, 203.

- Médicis, Cosme de — 211.
Melo, Da. Brites de — 217.
Melo, Da. Felipa de — 172, 188, 190, 224.
Melo, Da. Felipa de — 189.
Melo, D. Cristovam de — 190, 191, 220, 221.
Melo, João de — 208.
Melo, Da. Maria de Melo — 186.
Melo da Câmara, João — 24.
Melo, Jorge de — 221.
Melo — 225.
Mendel, lei de — 210.
Mendes, Luís — 266.
Mendes de Azevedo, Belchior — 206.
Mendes Leitão, Gonçalo — 187, 192.
Mendes Pinto, Fernão — 277.
Mendes de Vasconcelos, Brites — 199, 201.
Meneses — 168.
Meneses, Ana de — 166.
Mercado, Frei Tomás de — 295.
Merêa, Paulo — 23.
Mesquita, Ana de — 220.
Métraux, A. — 147.
Miguel Arcanjo de Anunciação — 114.
Mingo, D. António — 279.
Miranda, Agenor Augusto de — 141.
Molina, Luís — 296.
Monteiro, Brásia — 212.
Monteiro, Francisco — 174.
Monteiro, Pantaleão — 212.
Moreau, Pierre — 72, 88.
Moreira, Roberto dos Santos — 3.
Moura, D. Cristovam de (aliás marquês de Castel Rodrigo)
— 187, 217.
Moura, D. Felipe de — 187, 189, 209, 216, 217, 224.
Moura, Isabel de — 187.

- Moura, Paulo de — 217.
Mota, Aleixo da — 90.
Morthamer, P. — 304.
Mungo Park — 257, 258.
Mussolini, Benito — 142.
Münzer, Jerónimo — 251.

N

- Nápoles, Afonso de — 39.
Nascimento, Francisco Manuel do (aliás Felinto Elyseo) —
51.
Navarrete, Martin — 39.
Negro, (aliás Negron), Pascual de — 39.
Nelson, Lord — 63.
Noli, António da — 96.
Noronha, D. Antão de — 85.
Noronha, D. António de — 85.
Noronha, Catarina Bárbara de — 166.
Noronha, Fernão de — 108.
North, Lord — 45.
Nova (aliás Novo) de Lyra, Maria — 222.
Novo, Gonçalo — 221.
Novo de Lyra — 221.
Novo de Lyra, Gaspar — 222.
Nunes, Diogo — 174.
Nunes, João — 208.
Nunes, Paulo (aliás Pallos) — 44, 48.

O

- Olanda — 204, 211.
Olanda, Adriana de — 202, 203.
Olanda, Agostinho de — 202.

- Olanda, Ana de — 217.
Olanda, Ana de — 202.
Olanda, Arnau de — 199, 200, 201, 202, 209, 217, 221.
Olanda Baravito de Reneoburg, Henrique — 199, 200.
Olanda, Maria de — 202, 221.
Olanda Vasconcelos, António de — 202, 209.
Olanda Vasconcelos, Cristovam de — 201, 202, 209.
Oliveira, Bras de — 58, 60, 77, 89.
Oliveira, Fernando de — 52, 53, 60, 77, 89.
Oliveira, Francisco de — 174.
Oliveira, Manuel de — 190.
Oliveira Lima, Manuel de — 105, 137, 161, 198, 200.
Osório, Jerónimo — 51, 53.

P

- Paes, Catarina — 188.
Paes, Francisco — 213.
Paes, Simão — 213.
Paes de Barros, António — 11.
Paes de Barros, Fernando — 11.
Paes de Barros, José — 11.
Paes Velho Barreto, João — 215, 216, 218..
Paiva, Maria de — 202.
Paiva Manso, Visconde de — 253, 262.
Parmentier, Jean — 34.
Paulmier de Gonneville — 133.
Pedro, Infante D. — 163, 164.
Pedro II, Imperador do Brasil — 7.
Penteado, capitão — 180.
Pereira, Ruy — 105.
Pereira Côrte Real, João — 56, 57, 63.
Pereira Coutinho, Francisco — 26.
Pereira Forjás, Manuel — 265,

- Pessoa — 214, 224.
Pessoa, Francisco — 86.
Piacenza, Dionigio Carli da (v. também Dionigio) — 70,
71, 79, 267, 299.
Pimenta, Alfredo — 26.
Pinheiro Feio, António — 186, 215, 216.
Pinheiro Feio, Catarina — 186.
Pinto, Dr. Álvaro e seu Filho — 3.
Pinzon — 33.
Pirajá da Silva, Dr. Prof. — 3, 106.
Pires Camboeiro, João — 188.
Pires, Gonçalo — 173.
Portinari — 261.
Post, Franz — 139.
Prestage, Edgar — 41, 91, 95.
Pyrard de Laval, François — 60, 61, 63, 70, 72, 73, 74, 78,
81, 82, 85, 86, 88, 262.

Q

- Quelle, Dr. Otto — 142.

R

- Rang, Susana — 204.
Rego, Barreto, Luísio (aliás do Rego Barros) do — 202,
218.
Rego Barros — 219, 224.
Rego Barros, Francisco de — 225.
Rego Bezerra, Rego do — 219.
Ribeiro, António — 39, 40.
Ribeiro, Diogo — 48.
Rischoffer, Ambrósio — 87.
Rocha Dantas — 223.

- Rocha Dantas, André da — 222.
 Rodenburch — 200, 201.
 Rodrigues, Bartolomeu — 199.
 Rodrigues, Catarina — 202.
 Rodrigues, Leonor — 214.
 Rodrigues, Vicente — 90.
 Rodrigues Malheiro, João — 173.
 Romola & Anderson — 60.
 Rosa, Belchior da — 224.
 Ruysdael — 139.

S

- S. Pedro Claver — 200, 293.
 Sá e Albuquerque, José de — 203.
 Sá, Duarte de — 188, 224.
 Sá, Antonio de — 207.
 Sá, Felipa de — 188.
 Sá Mathia, António de — 189.
 Saint Blacard, Almirante barão de — 46, 197.
 Saldanha, António de — 162.
 Santarem, Visconde de — 89.
 Sassetti — 88, 207, 251.
 Sebastião, D. — 210, 254.
 Serradas, Joana -- 222.
 Severim de Faria, Manuel — 18, 58, 168.
 Silva, Da. Beatris da — 166.
 Silva Coutinho, J. M. da — 136.
 Simoa, Da. — 189.
 Silveira, Cosme (aliás Francisco) — 209, 218.
 Silveira, Pedro da — 209.
 Simonsen, Roberto — 31, 32.
 Soares de Sousa, Gabriel — 96, 106, 107, 112, 134, 148, 149,
 158.

- Sousa, Ana de — 188.
Sousa, Maria de — 224.
Sousa, Martim Afonso de — 18, 22, 24, 40, 42, 84, 111, 113,
196.
Staden, Hans — 87, 180, 182, 183, 195.

T

- Talbot, P. A. — 257.
Tavares, Da. Felipa — 188.
Tavares, Isabel — 188.
Tavares, Da. Joana — 188.
Tavares Guardes, Maria — 216.
Teixeira, Bento — 104, 172.
Teixeira, Jorge — 189, 191, 220.
Thevet, André — 108, 139.

U

- Ungaretti, Giuseppe — 204.

V

- Valladares, António de — 220.
Van Wing, R. P. (S. J.) — 280.
Vasconcelos, Isabel de — 186.
Vasconcelos, Maria Simoa de — 186.
Varnhagen, F. A. de — 27, 32, 34, 113, 147.
Vasques Mergulhão, João — 38.
Vaz, Diogo — 43.
Vaz, Francisco — 267.
Vaz Pereira, Ruy — 55, 56.
Velho de Araujo, Fernão — 213.

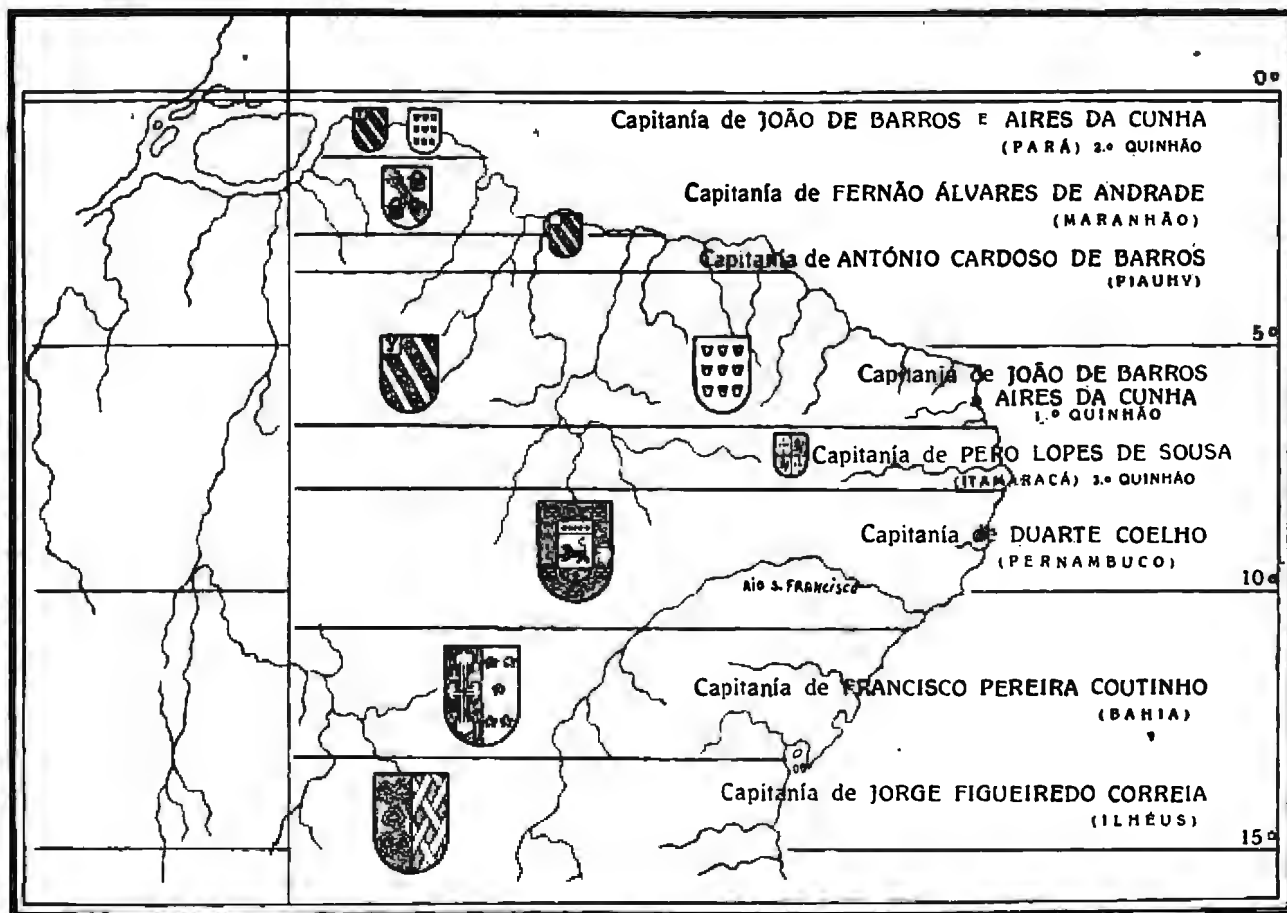
- Velho Barreto, António — 215.
Vespúcio, Américo — 33, 89, 196, 246.
Vicente do Salvador, Frei (O. F.) — 179, 180, 181, 183, 184.
Vila Nova da Cerveira, Visconde de — 173.
Villegagnon, N. D. de — 45, 197.
Vivielle et la Rôerie — 64.
Vizcaino, Bartholomé — 39.
Vizcaino, Marchin — 39.

W

- Wagner, Zacarias — 128, 129, 130, 131, 133.
Weber, Max — 154, 155.
Wilde, Óscar — 207.
Williamson, J. A. — 180, 195.
Windham, Expedição de — 180.
Wy, (aliás Janduy), Jan de — 133.

BAIXA
FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

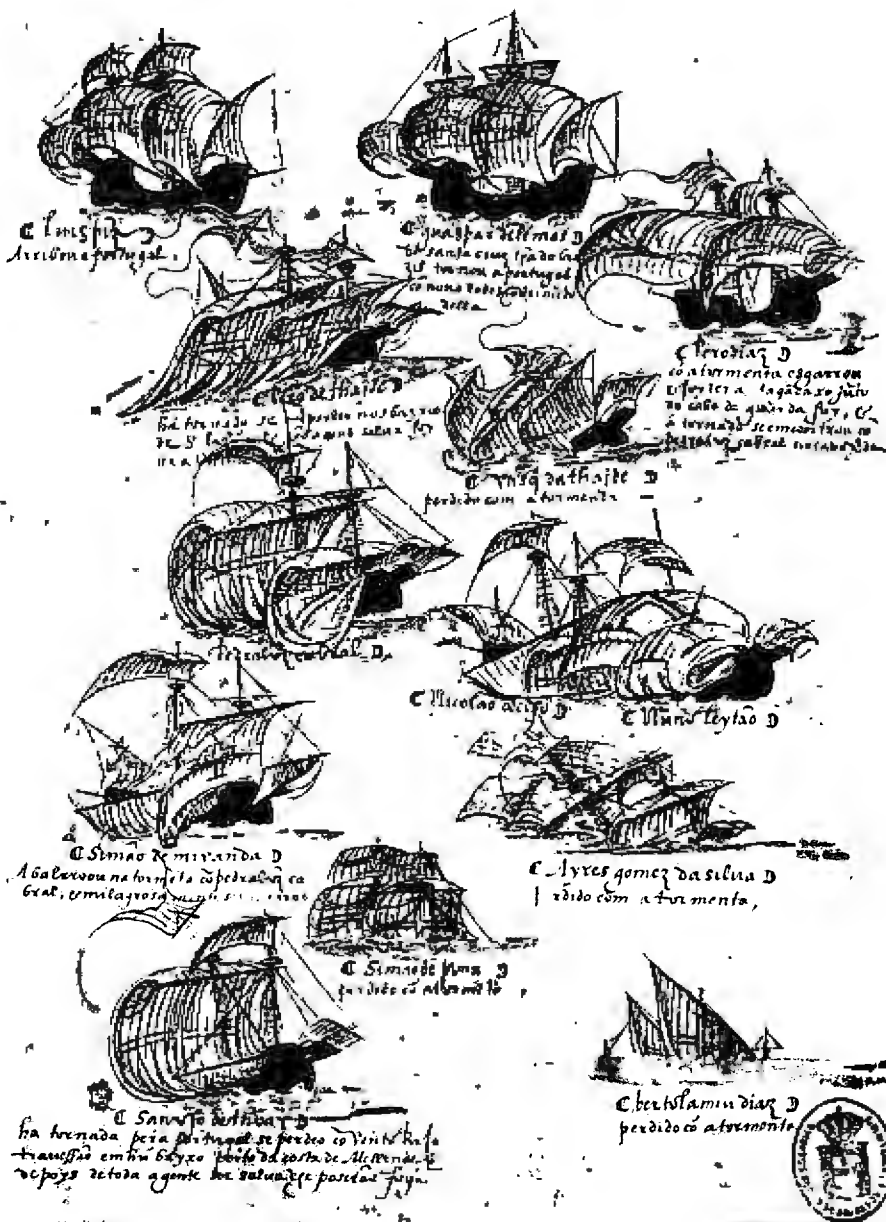
Este livro foi composto e impresso na Emprêsa Gráfica da "Revista dos Tribunais", à rua Conde de Sarzedas, 38 — S. Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em dezembro de 1939.



Mapas das Capitãncias do Norte.

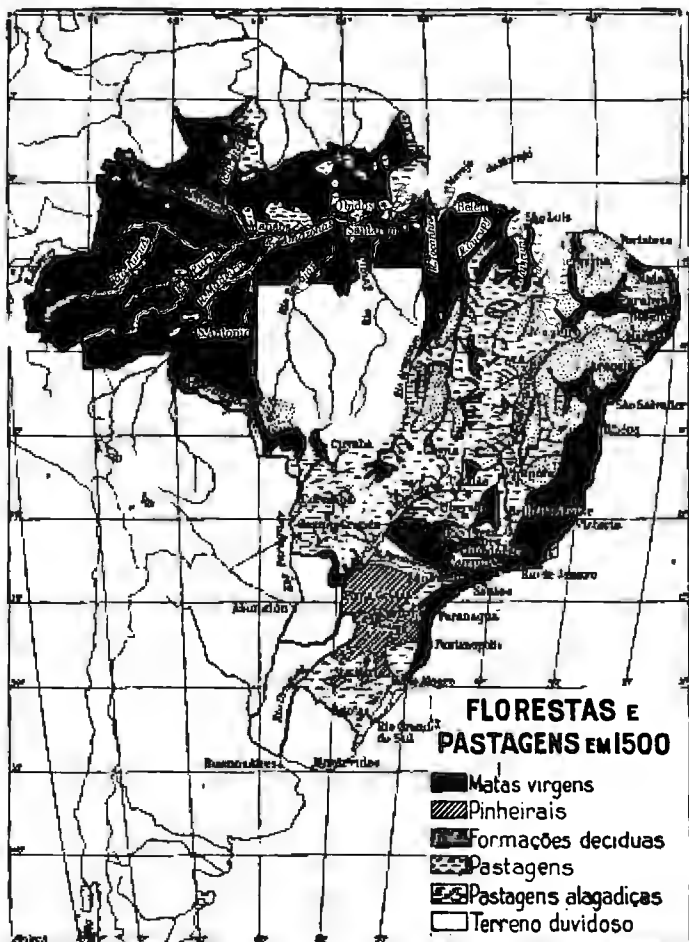
No Anno de 1500 -

D. Pedro Alvares Cabral, para a India, e o de março, por Capitão mór de nave velas, Vasco Nunez
 Laxmeiras, das quaes com seu temporal foy o que se deu na travessa do Brasil para hezede de
 boa esperança, se perderão quatro, e se todas, toles erão os Capitães



Naus Quinhentistas do Livro das Armadas,

Manuscrito da Academia de Ciências de Lisboa, representando os sucessos da armada de Pedro Álvares Cabral.



Mapa Florestal do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.



Alegoria da Gente e Cousas do Brasil,

Por A. Eckhout, pintor olandês do séquito do príncipe Maurício de Nassau,
existente no castelo de Swedt.



Homem Tapuya.

Esboço de A. Eckhout, para o livro de animaes de Zacarias Wagner.

96.

Mulher Tapuya

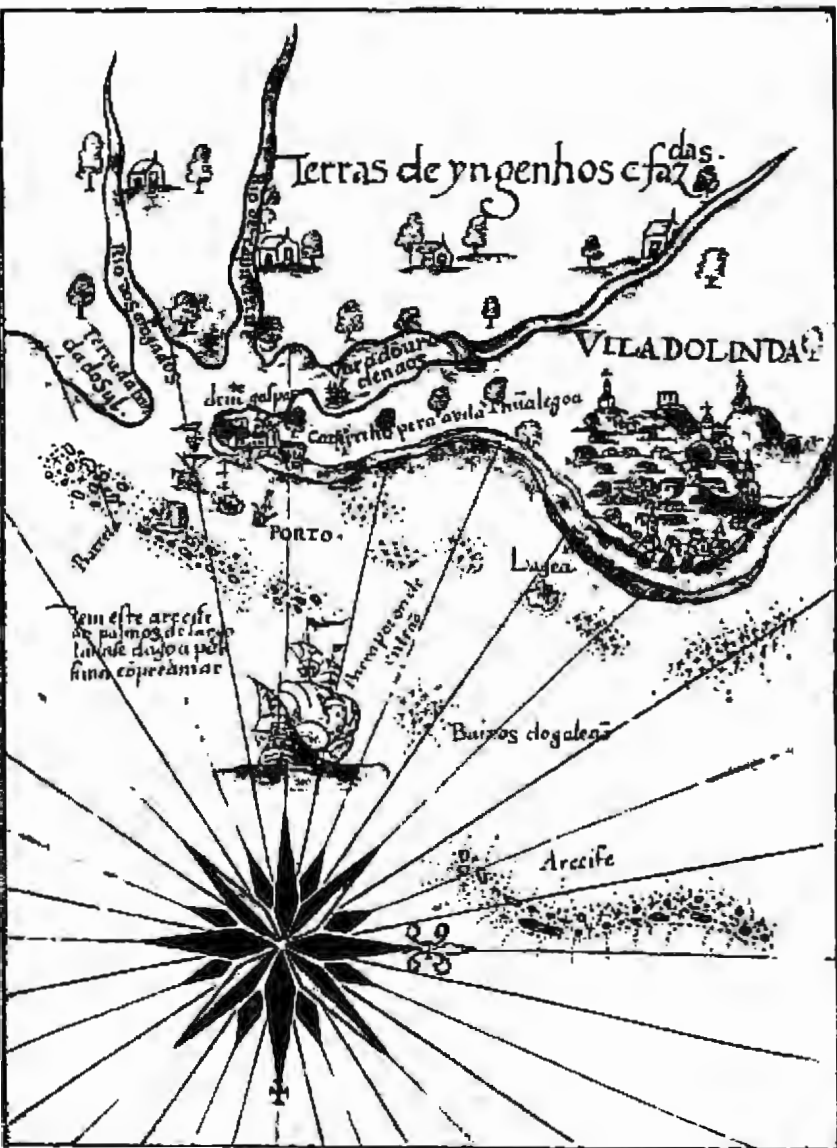


Mulher Tapuya,

do A. Eckhout, para o livro de animaes de Zacarias Wagner.



Mameluca por A. Eekhout,
para o livro de ardores de Zacarias Wagner.



A vila de Olinda e o porto do Recife no fim do século 16, do códico da Biblioteca da Ajuda *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas que ha na costa do Brasil.*



Guerreiro da Costa de Mina,
por A. Eckhout, para o livro de animaes de Zacarias Wagnier



Guerreiro Iaca,

por A. Eckhout, do Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae.



Mulher da Costa de Mina,
por A Eckhout para o livro de animaes de Zacarias Wagner.